



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROARQ – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Karina Lima de Miranda Pinto

“QUEM ANDA NA TERRA ALHEIA, PISA O CHÃO DEVAGAR”

Laranjeiras
Julho/2018





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROARQ – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Karina Lima de Miranda Pinto

“QUEM ANDA NA TERRA ALHEIA, PISA O CHÃO DEVAGAR”.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Doutora em Arqueologia.

Orientadora: Dra. Márcia Barbosa da Costa Guimarães

Laranjeiras
Julho/2018



MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA PARA TESE DE DOUTORADO

Karina Lima de Miranda Pinto

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora
Dra. Márcia Barbosa da Costa Guimarães
Universidade Federal de Sergipe

1º. Examinador
Dr. Gilson Rambelli
Universidade Federal de Sergipe

2º Examinador
Dr. Jenilton Ferreira Santos
Universidade Federal de Sergipe

3º Examinador
Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia
MAE - Universidade de São Paulo

4ª Examinador
Waldefrankli Rolim de Almeida Santos
Universidade Tiradentes - UNIT - Sergipe

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P659q Pinto, Karina Lima de Miranda
"Quem anda na terra alheia, pisa o chão devagar" / Karina Lima de Miranda Pinto; orientadora Márcia Barbosa da Costa Guimarães. – Laranjeiras, 2018.
231 f.; il.

Tese (Doutorado em Arqueologia) –Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Arqueologia. 2. Arqueologia urbana - Alagoas. 3. Patrimônio cultural. 4. Centros históricos - Alagoas. I. Guimarães, Márcia Barbosa da Costa. II. Título.

CDU 902(813.5)

*A todos que tem a coragem de ultrapassar
a linha do desconhecido.*

*Oh minha gente, eu vi
as nuvens virando*

Eu vi, o vento ventando

Eu vi, a terra girar

*Minha pegada se apaga
Naquela areia*

*Quem anda em terra alheia
pisa no chão devagar*

***Mestra Virginia
do Reisado Alagoano***

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse ao fim desse doutoramento. Não só com livros, ou ajuda em alguma atividade relacionada ao trabalho, mas também com as palavras de incentivo, que foram tantas e me ajudaram em muitos momentos de incerteza.

Agradeço a minha mãe Sandra, pelas inúmeras vezes que mandou eu ir escrever a tese.

Agradeço a meu irmão Daniel, que também mandava eu ir escrever a tese.

"Escrever a tese", na casa da minha mãe, foi um mantra cantado durante 5 anos.

Agradeço a meu marido Marcos, pela grande companhia e ajuda, nas inúmeras vezes que saímos de madrugada para Aracaju, pelas esperas pacientes até o fim das aulas do doutorado e pelas leituras que ajudaram tanto em todo processo de criação dessa tese.

Agradeço às minhas amigas Riso, Fredinha, Albinha e Yumi que sempre estiveram do meu lado.

À minha amiga Taciana Pontes, pelas boas conversas sobre o doutorado e suas aventuras na Califórnia.

Agradeço à minha sogra, Susan Nicholls, pela grande ajuda e incentivo.

Agradeço à Sirlene, que cuidou da minha casa nas minhas inúmeras ausências.

Agradeço aos meus tios Solemar Miranda e Anivaldo Miranda pelas palavras de incentivo.

Agradeço à Diana Carvalho, sempre com belas palavras de incentivo.

Agradeço à tia Marlene, pelas palavras de carinho e reconhecimento.

Agradeço à minha orientadora Márcia Guimarães, pela enorme compreensão e confiança que depositou em mim durante esse período. Foram tempos difíceis para nós, mas conseguimos caminhar até o fim.

Agradeço à Luciana de Castro, trilhamos esse caminho do doutorado, sem muito saber onde pisar, mas sempre juntas nos apoiando. Suas conversas e sua ajuda foram fundamentais para eu retomar o fôlego e concluir esse trabalho. Eterna gratidão!

Agradeço à Sofia Civitela pela amizade, ajuda e incentivo!

Agradeço a Josemary Ferrare, pela gentileza de fornecer material bibliográfico, e pelo incentivo ao trabalho.

Agradeço a Alex Porangaba pela grande ajuda, no início da minha escrita.

Agradeço a Sergio Lima, pelas longas conversas no telefone. Sim, discutíamos teoria pelo telefone.

Agradeço à Jaciara Andrade, que foi fundamental nas duas escavações. A paixão pelo trabalho e a simpatia dela contagiavam o ambiente.

Agradeço à Selma Lima, Cláudia Jucá, Jerferson Ferreira, Ronaldo Alves, Luany de Fátima, Sebastião Lacerda, por estarem comigo nas aventuras de escavar os sítios.

Agradeço a Yuri Tosaka, por quem me apaixonei quando tinha quatro meses de vida, chegando do Japão no colo de sua mãe e agora está um moço crescido e historiador, escavando comigo.

Agradeço aos alunos de graduação da UFS, pela enorme ajuda durante o processo de escavação no Largo do Carmo.

Agradeço a Seu Cavalcante, pelos maravilhosos cafezinhos no campo e pela delicadeza de sempre trazer uma balinha quando estávamos escavando.

Agradeço a menina Francielle, que sempre estava junto de nós durante todo o processo de escavação do Carmo. Sua alegria era sempre bem vinda!

Agradeço a Flávio Moraes e Danúbia Rodrigues pelo incentivo e ajuda no envio de material bibliográfico.

Agradeço a Olívia Carvalho e Albérico Queiroz, pela grande ajuda na análise do material ósseo retirado das duas escavações.

Agradeço a Leli, do PROARQ/UFS, sempre maravilhosa e prestativa.

Agradeço aos Professores que fizeram parte da minha trajetória na UFS.

Agradeço ao Secretário de Cultura Diego, que nos apoiou durante nossa estadia em Marechal Deodoro e possibilitou a realização de nossa Exposição na FLIMAR.

Agradeço aos Arqueólogos que trabalharam em Marechal e no Estado de Alagoas que contribuíram com respostas a meus questionamentos.

Agradeço às pessoas do IPHAN/AL que me ajudaram fornecendo material de pesquisa.

Agradeço a todas as pessoas de Marechal Deodoro, que tornaram possível essa tese.

Agradeço a CAPES, pelo auxílio à pesquisa através da bolsa de estudos.

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram, mas por algum lapso de memória, esqueci de mencionar. O nome talvez não tenha chegado, mas a gratidão é eterna! Obrigada!

RESUMO

A tese apresenta discussões relacionadas aos sítios urbanos em relação à gestão do patrimônio arqueológico e cultural, de modo a evidenciar em alguns centros históricos a conexão do sítio urbano com as comunidades locais, gestores públicos e arqueólogos. O objetivo é verificar como foram construídos os discursos sobre sítio histórico por esses três agentes, tendo como ponto primordial captar o pensamento colonizante que norteou certas escolhas. Para a pesquisa foi escolhida a cidade de Marechal Deodoro, no Estado de Alagoas, que abriga em seu perímetro urbano diversos sítios arqueológicos que estão sendo pesquisados por conta de trabalhos de requalificação em seus Centros Históricos. Desta forma, a intenção foi perceber em como a prática da Arqueologia Urbana está influenciando o padrão normativo de "bem patrimonial", tendo como consequência o obscurecimento de certos aspectos culturais, que de outra forma poderiam ser apropriados pela população para a construção de uma identidade local. Nessa perspectiva, o trabalho teve como ponto fundamental a desnaturalização dos padrões normativos de caracterização do que é patrimônio arqueológico, a favor de um discurso horizontal, pretendendo, assim, através do aporte teórico dos pressupostos das teorias Pós-Coloniais, criar reflexões para se pensar em uma Arqueologia Pública, onde os processos de alteridade sejam evidenciados em prol de discursos mais democráticos.

Palavras Chaves: Comunidade, Arqueologia Urbana, Arqueologia Pública, Centro Histórico, Pós-Colonialismo.

RESUMEN

La tesis presenta discusiones relacionadas a los sitios urbanos en relación a la gestión del patrimonio arqueológico y cultural, con el fin de mostrar en algunos centros históricos la conexión del sitio urbano con las comunidades locales, los gestores públicos y los arqueólogos. El objetivo es verificar cómo fueron contruidos los discursos sobre sitio histórico por esos tres agentes, teniendo como punto primordial captar el pensamiento colonizante que orientó tales elecciones. Para la investigación fue elegida la ciudad de Marechal Deodoro, en el Estado de Alagoas, que alberga en su perímetro urbano diversos sitios arqueológicos que están siendo investigados por causa de obras de revitalización de sus Centros Históricos. De esta forma, la intención fue percibir cómo la práctica de la Arqueología Urbana está influenciando el patrón normativo de "bien patrimonial", teniendo como consecuencia el oscurecimiento de ciertos aspectos culturales que, de otra forma, podrían ser apropiados por la población para la construcción de una identidad local. En esta perspectiva, el trabajo tuvo como punto fundamental la desnaturalización de los patrones normativos de caracterización de lo que es patrimonio arqueológico, a favor de un discurso horizontal, pretendiendo, así, a través del aporte teórico de los presupuestos de las teorías postcoloniales, construir reflexiones para pensar en una Arqueología Pública, donde los procesos de alteridad sean evidenciados en pro de discursos más democráticos.

Palabras Clave: Comunidad, Arqueología Urbana, Arqueología Pública, Centro Histórico, Postcolonialismo.

ABSTRACT

This dissertation presents issues on urban sites and the administration of archeological and cultural heritage, in order to point out the relationship, in some historical centers, between urban sites and local communities, public administrators and archeologists. The objective is to verify how the discourse on historical sites was constructed by those three agents, whose main concern was to apprehend the colonizing thought which guided those choices. The city of Marechal Deodoro, in Alagoas, was chosen as the site because of research for the existence of several archeological sites within the city's perimeter. These sites are being researched on account of the undergoing requalification tasks in the cities' Historical Centers. In this way, our goal was to observe how the practice of Urban Archeology is affecting the normative standard of heritage sites and, consequently, the eclipsing of certain cultural aspects which could otherwise be appropriated by the population for the building of a local identity. In this perspective, this work adopted, as a fundamental point, the distortion of the normative standards regarding the definition of archeological heritage, in favour of the horizontal discourse, in such a way as to, based thus on a theory of the presuppositions of the Post Colonial theories, create reflections on a Public Archeology, in which the otherness processes can become evident in the benefit of more democratic discourses.

Key words: Community, Urban Archeology, Public Archeology, Historical Center, Post Colonialism.

SUMÁRIO

Introdução	20
I Antecedentes.....	20
II Escopo Metodológico e Objetivos.....	26
III Estruturação do Trabalho.....	36
Capítulo 1 Arqueologia Colonialismo e Pós-Colonialismo	39
1.1 Arqueologia e a Desconstrução do Discurso.....	39
1.2 Desconstruindo o Conceito Normativo de Sítio Arqueológico.....	42
1.3 A Construção do Conceito de Pós-Colonialismo.....	54
1.4 O Pós-Colonialismo e a Realidade Latino-America.....	58
Capítulo 2 Patrimonialização: Construções dos Modelos Contemporâneos de Gestão do Patrimônio Cultural	63
2.1 Patrimonializar para Quem?.....	64
2.2 Mudança de Perspectiva.....	72
2.3 O Processo de Patrimonialização de Marechal Deodoro.....	79
2.3.1 Alguns antecedentes sobre Marechal Deodoro.....	80
2.3.2 Processo de Tombamento de Marechal Deodoro.....	85
2.3.3 Delimitação do Polígono do Tombamento Federal.....	88
Capítulo 3 Escavando o Patrimônio: Arqueologia Histórica, Cenário Brasileiro e Alagoano	90
3.1 Caminhos da Arqueologia Histórica.....	91
3.2 Arqueologia Urbana, Alguns Apontamentos.....	97
3.3 Epistemologias a partir do Sul: Práticas Arqueológicas no Cenário Alagoano.....	99
3.4 Entendendo o Pensamento e as Práticas.....	115
3.4.1 Respostas dos Profissionais de Arqueologia no Estado de Alagoas.....	117

Capítulo 4	Alagoas Austral: Escavando o Patrimônio de "Pedra e Cal" em Marechal Deodoro.....	125
4.1	As Pesquisas nos Largos.....	126
4.2	Largo do Carmo.....	129
4.2.1	Um pouco do Histórico do Carmo.....	133
4.2.2	As escavações do Carmo.....	137
4.2	Largo da Matriz.....	148
4.2.1	Um pouco do Histórico da Matriz.....	150
4.2.2	As escavações da Matriz.....	156
Capítulo 5	Arqueologia para Quem?.....	173
5.1	Modelando a prática.....	174
5.2	O que está Oculto.....	195
Considerações	A Trama Científica.....	213
Referências	218
Anexos	229

ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa dos Sítios Arqueológicos pesquisados no Centro Histórico de Marechal Deodoro.....	31
Figura 2.	Estampas Eucalol, Coleção Paulo Bodmer - Iracema.....	66
Figura 3.	Estampas Eucalol, Coleção Paulo Bodmer - O Guarani.....	66
Figura 4.	Estampas Eucalol, Coleção Paulo Bodmer - Ubirajara.....	66
Figura 5.	" <i>Les curieux en extase, ou les cordons de souliers</i> ". Sátira da Venus Heteronte (Saartjie Baartman), Paris 1815.....	69
Figura 6.	<i>Praefecturae Paranambucae Pars Meridionalis</i> (Prefeitura de Pernambuco Parte Meridional).....	83
Figura 7.	<i>Alagoa Ad Austrum - Frans Post (1637-1644)</i>	84
Figura 8.	<i>Pagus Alagoae Aufitralis</i>	84
Figura 9.	Áreas com tombamento federal - Marechal Deodoro.....	89
Figura 10.	Região Serrana dos Quilombos.....	101
Figura 11.	Mapa com delimitação de áreas de Tombamento de Penedo.....	112
Figura 12.	Imagem de satélite com localização dos Largos do Carmo e Largo da Matriz.....	129
Figura 13.	Pontos escavados durante a pesquisa no Largo do Carmo.....	139
Figura 14.	<i>Pagus Alagoae Aufitralis</i> (Demonstra o traçado urbano inicial da antiga vila de Madalena em 1636, com principais prédios marcados).....	152
Figura 15.	<i>Alagoa Ad Austrum</i> : Vista da parte mais alta da cidade de Marechal Deodoro, com lugares demarcados.....	153
Figura 16.	Pontos pensados para área de intervenção arqueológica, a partir da análise comparativa do mapa de Barleus, confrontado com a planta baixa do atual Largo da Matriz.....	157
Figura 17.	Localização dos pontos de escavação no Lago da Matriz.....	158
Figura 18.	Conjunto V, e suas anexas.....	166
Figura 19.	Fachada e Planta Baixa da Matriz, Documento do Arquivo Histórico Ultramarino, Alagoas.....	167
Figura 20.	Planta baixa com projeção em vermelho da estrutura encontrada durante a escavação da Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz).....	168
Figura 21.	Desenhos das crianças do Largo do Carmo.....	182
Figura 22.	Cartaz de propaganda do Espaço Arqueologia, realizado em	

	Marechal Deodoro (AL), durante a FLIMAR.....	191
Figura 23.	Vista da Alagoa do Sul - <i>Alagoa ad Austrum</i> . Jacob Van Meurs, 1671.....	199
Figura 24.	Localização de Pontos de Pesagem, identificados durante pesquisa de campo, na área urbana próximo ao Centro Histórico de Marechal Deodoro (AL).....	200
Figura 25.	Terreiros localizados no Centro Histórico de Marechal Deodoro, destaque para áreas dos Largos do Carmo e Matriz.....	211
Figura 26.	Terreiros localizados no Centro Histórico e na área periférica de Marechal Deodoro.....	211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Formação dos profissionais entrevistados.....	117
Gráfico 2.	Experiência na área de Arqueologia.....	117
Gráfico 3.	Primeira experiência com Arqueologia.....	118
Gráfico 4.	Áreas de preferência dos entrevistados na Arqueologia.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Bens Tombados ou em Processo de Tombamento.....	86
Quadro 2.	Perguntas direcionadas aos profissionais de Arqueologia que atuam em Alagoas.....	116
Quadro 3.	Perguntas direcionadas as Arqueólogas que atuam no IPHAN-AL.....	116
Quadro 4.	Organização espaço-temporal dos artefatos evidenciados no conjunto de unidades VI.....	140
Quadro 5.	Levantamento realizado por Bacharel Manoel Lourenço da Silveira, Comissionado sobre o estudo dos índios ao Presidente da Província em 1862.....	155
Quadro 6.	Indivíduos identificados durante o processo de escavação no Largo da Matriz.....	159
Quadro 7.	Coordenadas de <i>Pontos de Pesagem</i> , próximo ao perímetro histórico de Marechal Deodoro (AL). visitados durante pesquisa de campo.....	200

LISTA DE FOTOS

Foto 1.	Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas.....	101
Foto 2.	Engenho Estaleiro, Porto Calvo, Alagoas. Mapeamento de Engenheiros da Região.....	103
Foto 3.	Escavação no sítio arqueológico em Patacho, Porto de Pedras, Alagoas, realizada pelo NEPA/UFAL em 2007.....	105
Foto 4.	Fortin Blass, Ilha do Guedes, Porto Calvo.....	106
Foto 5.	Visita de estudantes das escolas de Porto Calvo na área de escavação arqueológica.....	107
Foto 6.	Escavação na Casa de Aposentadoria, Penedo, Alagoas.....	108
Foto 7.	Casa de Aposentadoria.....	109
Foto 8.	Escavação do sítio Bica das Freiras em Penedo, 2010.....	110
Foto 9.	Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos em Penedo.....	111
Foto 10.	Convento Franciscano de Santa Maria Madalena. Marechal Deodoro, Alagoas.....	113
Foto 11.	Nosso Senhor do Bonfim, Largo de Taperaguá, Marechal Deodoro, Alagoas.....	114
Foto 12.	Largo do Carmo, vista geral.....	131
Foto 13.	Moradores do Largo do Carmo, tecendo files na área central em meio as árvores.....	131
Foto 14.	Moradores do Largo do Carmo, convivendo em meio ao lixo doméstico e lixo do cemitério.....	132
Foto 15.	A esquerda, Igreja de Nossa Senhora do Ó (Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo). No centro, entrada do Cemitério Municipal e, à direita, Igreja da 1ª Ordem do Carmo.....	133
Foto 16.	Pórtico lateral de entrada do convento e vista interna do pórtico....	135
Foto 17.	Dona Benedita Rosendo, mostrando vestimenta da irmandade da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.....	136
Foto 18.	Largo da Matriz e área do campinho de futebol, no período de escavações (indicado com seta).....	138
Foto 19.	Largo da Matriz, em 1969. Área em frente as igrejas que, segundo relatos, pessoas da cidade jogavam futebol.....	138
Foto 20.	Artefatos do nível, 80-90cm da unidade VIe.....	140
Foto 21.	Diversidade de artefatos cerâmicos encontrados no Conjunto II (Unidades II, IIa, IIb, IIc).....	141
Foto 22.	Escavação do Conjunto II, realizada por estudantes do Curso de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, 1º Período.....	142
Foto 23.	Crianças do Largo acompanhando o processo de peneiramento de	

	sedimento.....	142
Foto 24.	Sepultamento do Indivíduo 1, atrás da Igreja da Primeira Ordem do Carmo.....	143
Foto 25.	Conjunto de Unidades VII, com estrutura evidenciada a 50cm abaixo da superfície, na lateral da Igreja da Primeira Ordem de Nossa Senhora do Carmo.....	144
Foto 26.	Enterramento infantil abaixo da estrutura, no Conjunto de Unidades VII.....	145
Foto 27.	Estrutura evidenciada no Conjunto VII, vista por outro ângulo.....	145
Foto 28.	Igreja Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Marechal Deodoro	149
Foto 29.	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.....	149
Foto 30.	Casa de Câmara e Cadeia, Marechal Deodoro.....	150
Foto 31.	Bioarqueóloga Dra. Jaciara Andrade escavando o Conjunto IV, atrás da Igreja Matriz.....	160
Foto 32.	Sepultamentos sobrepostos, Conjunto.....	161
Foto 33.	Exumação de esqueletos, realizada pela Arqueóloga Karina Miranda, a Historiadora e Técnica em Arqueologia Luany de Fátima e o Estagiário do Curso de História da UFAL, Yuri Tosaka, no Conjunto V, ao lado da Igreja Matriz.....	161
Foto 34.	Indivíduo do sexo feminino <i>in locu</i> , apresentando manipulação dentária (sepultamento D 1).....	162
Foto 35.	Indivíduo do sexo feminino, do sexo feminino, com idade aproximada entre 19 a 24 anos, Identificada fenotipicamente com características afrodescendentes (sepultamento D 1).....	162
Foto 36.	Indivíduo do sexo masculino, idade aproximada entre 29 a 35 anos, identificado fenotipicamente como afrodescendente e manipulação dentária (sepultamento D 2).....	163
Foto 37.	Indivíduo do sexo masculino <i>in locu</i> , apresentando manipulação dentária (sepultamento D 2).....	163
Foto 38.	Crânio sem sexo e idade definidos, apresentando manipulação dentária (sepultamento D 3).....	164
Foto 39.	Detalhe, manipulação dentária (sepultamento D 3).....	164
Foto 40.	Atual prédio da Igreja Matriz, com indicativo da estrutura.....	168
Foto 41.	Estrutura evidenciada na lateral da Igreja Matriz.....	168
Foto 42.	Estrutura evidenciada na lateral da Igreja Matriz.....	168
Foto 43.	Indivíduos A, B e C sepultados.....	168
Foto 44.	Área com vestígio de queima.....	169
Foto 45.	Detalhe para cerâmica queimada e mancha escura no solo.....	169
Foto 46.	Detalhe para cerâmica carbonizada e vestígios de carvão.....	169
Foto 47.	Vestígio (área de queima) no nível de 120 a 230cm.....	169

Foto 48.	Vestígio de 160-170cm.....	170
Foto 49.	Vestígio de 180-190cm.....	170
Foto 50.	Vista geral das unidades VIId, VIe VIf , presença de enterramento entre estrutura.....	171
Foto 51.	Vista geral das unidades do conjunto VI, apresentando a estrutura identificada parte de uma urna funerária.....	172
Foto 52.	Vista geral das unidades do conjunto VI, apresentando a estrutura identificada parte de uma urna funerária.....	172
Foto 53.	Crianças do Largo do Carmo, conhecendo os artefatos que saiam do processo de peneiramento.....	178
Foto 54.	Crianças do Largo do Carmo, na casa de apóio vendo as imagens de artefatos na parede.....	179
Foto 55.	Crianças do Largo do Carmo, visitando casa de apóio.....	179
Foto 56.	Crianças realizando atividades lúdicas no Largo do Carmo.....	181
Foto 57.	Crianças desenterrando materiais, após duas semanas.....	181
Foto 58.	Crianças mostrando desenhos que fizeram durante as atividades.....	181
Foto 59.	Seu José consertando a rede. Ao seu lado, D. Maria de Lourdes, sua esposa.....	183
Foto 60.	Visita de moradores a casa de apóio.....	184
Foto 61.	Visita de moradores a casa de apóio.....	185
Foto 62.	Fotos sobre trabalho arqueológico, artefatos dispostas na praça central para moradores do Largo.....	185
Foto 63.	Estudantes da Escola Pública de Marechal Deodoro, visitando o campo.....	187
Foto 64.	Palestra realizada na FLIMAR - Vida e Morte em Marechal: Disputa pelo enterro em lugar sagrado - Jaciara Andrade.....	189
Foto 65.	Palestra realizada na FLIMAR - De Manguaba a Alagoas do Sul: A História Contada Através da Arqueologia - Luany Oliveira e Jerferson Ferreira.....	189
Foto 66.	Palestra realizada durante a FLIMAR - Para Além da “Pedra e Cal”: O Patrimônio Arqueológico em Marechal Deodoro, Karina Miranda.....	190
Foto 67.	Entrada da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com cartaz do Espaço Arqueologia, realizado em Marechal Deodoro (AL), durante a FLIMAR.....	192
Foto 68.	Exposição de fotos no Espaço Arqueologia, realizado em Marechal Deodoro (AL), durante a FLIMAR.....	192
Foto 69.	Crianças visitando a exposição de fotos na FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).....	193
Foto 70.	Visitantes vendo exposição de artefatos do Largo da Matriz, na	

	FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).....	193
Foto 71.	Visitantes vendo exposição de parte da urna encontrada no adro da Igreja N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos - FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).....	193
Foto 72.	Área com maquete de escavação para crianças - FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).....	194
Foto 73.	Pessoas visitando o Espaço Arqueologia - FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).....	194
Foto 74.	Sede da Colônia de Pescadores no Centro histórico de Marechal Deodoro (AL).....	197
Foto 75.	Antigo prédio, que segundo relatos da comunidade, fazia parte dos Pontos de Pesagem. Localidade: Barro Vermelho, área urbana de Marechal Deodoro (AL).....	201
Foto 76.	Parte de trás do <i>Ponto de Pesagem</i> , onde ancoravam canoas para pesagem dos pescados: Barro Vermelho, área urbana de Marechal Deodoro (AL).....	201
Foto 77.	<i>Ponto de Pesagem</i> São Vicente, próximo ao Largo de Taperaguá, área urbana de Marechal Deodoro (AL).....	202
Foto 78.	<i>Ponto de Pesagem</i> São Vicente, próximo ao Largo de Taperaguá, área urbana de Marechal Deodoro (AL).....	202
Foto 79.	Entrada do Centro Espírita São Jorge, Largo do Carmo.....	204
Foto 80.	Parte Interna do Centro Espírita São Jorge, Largo do Carmo.....	204
Foto 81.	Parte Interna do Centro Africano Nossa Senhora da Conceição.....	205
Foto 82.	Entrada do Centro Africano Nossa Senhora da Conceição.....	205
Foto 83.	Fachada do Templo dos Orixás, Bairro Imperial, Marechal Deodoro - Alagoas.....	206
Foto 84.	Quartinhos na fachada do Templo dos Orixás, Bairro Imperial, Marechal Deodoro - Alagoas.....	206
Foto 85.	Assentamento de Tempí, na entrada do Templo dos Orixás, Bairro Imperial, Marechal Deodoro - Alagoas.....	207
Foto 86.	Dia 8 de dezembro, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Matriz da Cidade.....	209
Foto 87.	Dia 8 de dezembro, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Matriz da Cidade.....	209
Foto 88.	Dia 8 de dezembro, Festa de Iemanjá, na Capital Maceió (AL).....	210
Foto 89.	Dia 8 de dezembro, Festa de Iemanjá, na Capital Maceió (AL).....	210

INTRODUÇÃO

“QUEM ANDA NA TERRA ALHEIA, PISA O CHÃO DEVAGAR”¹

I. Antecedentes

Durante dez anos da minha vida acadêmica trabalhei com questões indígenas. Minha monografia e minha dissertação foram relacionadas aos povos Xucuru-Kariri e suas relações com os sítios pré-coloniais em suas terras tradicionais². Esse tema para mim tinha algo de particular, pois falava de descontinuidades, e a descontinuidade faz parte da minha história particular familiar. Tive uma avó descendente de índios paraenses, que foi para o Rio de Janeiro ainda criança, levada por um português, foi criada por ele e sua esposa nesta cidade. Minha mãe, nascida no berço da família portuguesa, nunca soube ao certo sua história familiar por parte de mãe, pois minha avó "índia" morreu muito jovem.

Minha mãe casou com meu pai, um nordestino, quando o conheceu no Rio de Janeiro, no tempo em que ele vivia na clandestinidade, durante o período de ditadura militar no Brasil. Meu pai faleceu quando eu tinha quatro anos de idade e, aos oito anos, fui morar em Alagoas com minha mãe e meu irmão, próximo dos meus avós nordestinos. Demorei muito tempo para construir uma identidade local, pois mesmo crescendo em Alagoas, não me sentia alagoana. Até que um dia, decidi, sou alagoana. E assim foi, me transformei.

A proposta de tese de doutorado, veio a partir de uma escolha feita após minha decisão de explorar outros campos dentro da Arqueologia. Escolhi, então, trabalhar com Arqueologia Urbana, pois sempre gostei da temática. Não sei se porque quando muito nova, as visitas aos museus de Petrópolis, no Rio de Janeiro, eram recorrentes, ou se foi devido às viagens à Olinda, em Pernambuco, nas quais me deixava entusiasmada com as casas coloridas, ou até mesmo as idas fortuitas à cidade de Marechal Deodoro, visitando as Igrejas

¹ Trecho da música "O minha Gente" do Reisado Alagoano cantada pela Mestra Virgínia (1916-2003) alagoana da cidade de Rio Novo foi uma importante compositora e interprete da música tradicional do Estado. Era cantora, rezadeira, benzedora e parteira de profissão.

² PINTO, K.L.M. **Sítios Arqueológicos em Terras Imemorais: Aspectos da Identidade Xucuru-Kariri.** (Monografia) Maceió: CSO/UFAL, 2006.

PINTO, K.L.M. **Arqueologia e Conformação de Identidades das Comunidades Indígenas do Nordeste: Um Estudo de Caso dos Xucuru-Kariri.** (Dissertação de Mestrado) Laranjeiras: PROARQ/UFS, 2013.

Históricas, que sempre traziam histórias inusitadas, tais como a mesa dos padres que escondia comida durante visitas indesejadas, ou os santos do pau oco, que escondiam ouro.

Enfim, fora a parte lúdica, tive oportunidade de escavar alguns sítios históricos em Alagoas durante minha graduação em Ciências Sociais, e ao longo de alguns anos trabalhando como Técnica em Arqueologia no Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico (NEPA), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde conheci o universo da Arqueologia Histórica em cidades coloniais, tendo grande contato com as histórias locais e suas associações com a herança edificada dessas cidades.

A temática central desta tese, apesar de um cenário diferente do primeiro momento da minha vida acadêmica, a "paisagem urbana", também fala de descontinuidades. Ou melhor, é uma temática que tem por objetivo aprofundar discussões relacionadas aos sítios urbanos em relação a gestão do patrimônio arqueológico e cultural, observando em alguns centros históricos a relação do sítio urbano com as comunidades locais, gestores públicos e arqueólogos urbanos.

A ideia partiu da observação empírica, ao longo da minha experiência pessoal, durante as escavações arqueológicas em Alagoas, no processo de observação da relação da comunidade local com os espaços patrimonializados, considerados pela história oficial como marcas do passado histórico na região. Observei em diversas ocasiões que, apesar da curiosidade dos espectadores, ávidos por saber o que existia de tão especial no universo particular dos artefatos, ossadas e estruturas evidenciadas durante o ato de escavação, existia um mundo paralelo, diferente do que era apresentado pelo discurso padronizado da Arqueologia Tradicional. Muitos se conectavam com a materialidade a partir de um lugar comum, construídos com elementos de sua história de vida, ou com as histórias locais transmitidas por gerações.

A partir dessas indagações, da minha experiência pessoal como arqueóloga, e das leituras sobre Arqueologia Interpretativa e Teorias Pós-Coloniais, construí a temática dessa tese, tentando buscar alternativas para pensar os espaços patrimonializados de forma mais democrática, inserindo aspectos que são muitas vezes negligenciados, principalmente quando nos deparamos com diferentes perspectivas na construção do trabalho arqueológico.

Neste trabalho, além de apresentar elementos particularizantes que podem ser inseridos dentro do produto final no processo de pesquisa, procuro relacionar conceitos de colonização e decolonização, trazendo para o debate aspectos cristalizados sobre modelos de

gestões implementados em capitais brasileiras, nos quais percebo claramente a valorização do patrimônio arqueológico e cultural a partir de modelos estereotipados.

Segundo Canclini (1994, p.103), o patrimônio cultural é redefinido de acordo com as condições históricas, sociais e comunicacionais, e existem diversos usos dentro da sociedade. São pautados a partir de quatro paradigmas: *Mercantilista*, os bens patrimoniais são importantes a medida que corroboram para o favorecimento da acumulação econômica e reprodução da força de trabalho; *Tradicionalismo Substancialista*, que julga o bem histórico apenas pelo valor que tem em si. Sua conservação está relacionada unicamente a um mundo e forma de objetos excepcionais, não levando em consideração as condições de vida e trabalho de quem a produziu; *Conservacionista Monumentalista*, aonde se reproduzem nas ações do estado de conservação, resgate e custódia, relacionadas principalmente aos bens históricos que expressem a ideia de uma identidade nacional; e *Participacionista*, que vêem o patrimônio a partir das necessidades globais da sociedade, no qual o projeto de conservação deve ser alinhado a partir de um processo democrático em que os interessados devem intervir, trazendo para o debate seus hábitos e opiniões.

Algumas cidades brasileiras possuem um grande acervo no que se refere a patrimônio arqueológico e arquitetônico, do período colonial até início do período republicano. Esse patrimônio foi revigorado e utilizado através de programas como ferramenta de captação de recursos fomentados pelo turismo e programas educacionais de valorização. No entanto, nos centros históricos, há inúmeras nuances que poderiam ser levadas em consideração quanto à destinação de recursos federais, que em muitas situações não atendem às expectativas da população local, de forma que, não correspondem às representações concebidas dentro da comunidade do que seja um bem patrimonial³.

No que se refere aos sítios arqueológicos, a noção de patrimônio, na maioria das vezes, está engessada em uma ideia fixa forjada nos paradigmas histórico-cultural e

³ O patrimônio cultural brasileiro, segundo a legislação vigente, está subdividido em diversas categorias e para cada uma existe dispositivos legais de proteção viabilizados através de Leis Federais, promulgadas na Constituição de 1988. Essa classificação está relacionada aos bens que representem aspectos relacionados a construção de uma identidade nacional. Os bens culturais, representativos do patrimônio material brasileiro são classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: *Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico, Histórico, Belas Artes e Artes Aplicadas*. Nos artigos 215 e 216 a noção de patrimônio cultural teve o acréscimo da existência de bens culturais materiais e imateriais. Sendo bens de natureza imaterial as práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Fonte: IPHAN/ Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso: 18 de julho de 2017.

processual, onde o registro fornece elementos de aspectos culturais que ficaram no passado, sem levar em consideração os usos e ressignificações do espaço para as comunidades do presente.

Agostini (2015, p. 10), ressalta a importância da realização de um olhar etnográfico para as atividades de campo, resgatando não somente os usos do espaço no passado, mas em diversas temporalidades, fazendo o público ator e agente do conhecimento de diferentes maneiras. Desta forma, o espaço estático e uniforme, através da prática de uma abordagem interdisciplinar, promove a abertura de alternativas quanto às formas interpretativas relacionadas à pesquisa.

Para este trabalho, o foco está no potencial arqueológico desses centros tendo como finalidade discutir o papel da Arqueologia relacionada a centros históricos, e como ela contribui para reforçar a ideia normativa de patrimônio cultural. Assim, reconheceremos o centro histórico como um sítio arqueológico, a partir do olhar da Arqueologia Urbana, que a observa como um corpo único, significante de recursos culturais (TORCHETTO, 2013; OLIVEIRA, 2013). Portanto, uma das temáticas a ser trabalhada nessas cidades, é o conceito de sítio arqueológico, verificando as diferentes nuances entre a ideia normativa de paisagem patrimonializada e os elementos diferenciados que muitas vezes deixam de ser evidenciados por conta da associação do patrimônio material a um conjunto unívoco, pautado em políticas públicas excludentes e generalizantes.

O conjunto arquitetônico dessas cidades sempre compõe o objetivo principal a ser explorado através de incentivos do poder público evidenciados em suas ações, esquecendo, muitas vezes, de outros pontos que poderiam ser demonstrados durante trabalhos de requalificação. Como, por exemplo, a incorporação da noção de bem patrimonial que muitas vezes congrega outras apropriações desses espaços, que vão além da representatividade dada pelos agentes que classificam o bem.

Fonseca (2005), trás uma discussão pertinente quanto à questão de um dado valor a um bem patrimonial. A noção de valor é imposta verticalmente, e as relações medidas por bens faz parte de políticas preservacionistas, e estão relacionadas à construção subjetiva de uma identidade coletiva, neste caso a identidade nacional. Desta forma, esse processo é mediado por agentes qualificados que determinam a partir de seu escopo teórico, quais bens são passíveis de representação dessa identidade.

Essa dimensão da questão do patrimônio - ou seja, a consideração dos bens do ponto de vista da sua recepção, não costuma ser abordada, a não ser eventualmente, pelos

agentes institucionais. Normalmente, é do ponto de vista da produção dos patrimônios que a questão é tratada - seja na afirmação do valor nacional dos bens tombados - na tônica do discurso oficial -, seja na crítica ao modo como são selecionados esses bens. Entretanto, poucos se voltam para análise do modo e das condições de recepção desse universo simbólico pelos diferentes setores da sociedade nacional - questão que é particularmente importante no Brasil, onde a diversidade cultural é imensa (...) (FONSECA, 2005, p. 43).

Para exemplificar, podemos usar um caso recente relativo à definição de sítio arqueológico, no conjunto das cidades. Maceió, em Alagoas, abriga um bairro histórico que fica localizado na área portuária da cidade, chamado Jaraguá. O bairro de Jaraguá resguarda grandes armazéns antigos e um conjunto arquitetônico com um diversificado casario antigo. Próximo ao casario, compondo a paisagem, havia a colônia de pescadores, com muitas casas e muitos moradores, balanças de peixes, bares, mercadinhos, terreiros de umbanda e etc., mas que “destoava” significativamente da “beleza” pretendida para aquela via turística a caminho das belas praias, dos hotéis e bairros nobres.

A vida da vila de pescadores, junto à arquitetura, compunha um conjunto que de fato contava a história da cidade a partir de uma perspectiva diferente da história oficial. Em dezembro de 2015, a Prefeitura de Maceió decidiu retirar a colônia de pescadores com a justificativa de que ali era uma favela e existia “muito tráfico de drogas e prostituição”, o que foi efetivado. A área desocupada passou a servir para abrigar os projetos da Prefeitura que disciplinou o espaço para retorno dos “verdadeiros pescadores”, desconsiderando todo o “resto”. Após decisão dos Desembargadores Federais, com ajuda policial, as famílias foram removidas e levadas para abrigos provisórios, de onde foram relocadas para casas, porém distantes até 20 km do mar. Tanto as casas, como pequenos negócios e terreiros, foram demolidos sem levar em consideração toda a história da região e sua representatividade para o bairro.

Outro fato que descreve bem essa questão, ocorreu durante minha experiência acadêmica de graduação, quando participei do projeto *Atlas de Terras Indígenas de Alagoas*, como bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Alagoas (FAPEAL) em 2005. Durante uma das viagens para pesquisa de campo, fui até a área indígena Geripankó, onde realizei algumas entrevistas com a comunidade, no intuito de mapear sítios arqueológicos dentro da área declarada.

Os Geripankó me levaram a um “chão de casa velha”, que era uma antiga construção de taipa, com datação aproximada de cem anos, na qual verifiquei que as características da ruína dessa casa não diferenciava muito das construções das atuais casas que havia na aldeia,

entretanto, para aquela comunidade, o local tinha uma simbologia importante, pois fazia parte da história da chegada dos primeiros índios àquela região. Os Geripankó se formaram a partir de um grupo dissidente dos Pankararu, que vivem atualmente no Estado de Pernambuco. Quando cheguei com a informação de que aquele "chão de casa" poderia ser um sítio arqueológico, lembro-me que o local foi, então, alvo de várias discussões do que poderia ser declarado como sítio arqueológico. Isso me despertou para pensar outras possibilidades. Na época, desconhecia referenciais teóricos como Arqueologia Interpretativa e Teorias Pós-Coloniais, mas dentro do meu universo em formação de cientista social, aquele espaço tinha uma enorme representação que valia à pena ser considerado.

Essas narrativas demonstram que dentro do universo da Arqueologia Histórica, podemos perceber para além do modelo tradicional, vislumbrando outras formas de organização e adaptação do processo colonial. Um sítio arqueológico, apesar de ser uma ideia forjada a partir de uma disciplina formada nos moldes coloniais, pode carregar alternativas de repensar o espaço a partir do retorno das narrativas locais. Sendo assim, a ideia de sítio, vista por outro prisma, se torna uma ferramenta mediadora entre o diálogo da disciplina e comunidade local.

O poder do conhecimento especialista, atribuído a Arqueologia e outras Ciências Sociais, contribuiu para a alienação de histórias locais. É necessário produzir uma ponte intercultural, que quebre o discurso hegemônico, desvinculando a ideia de que o arqueólogo é possuidor do conhecimento universal, tido como "legítimo" e a comunidade de um saber local, tido como "exotismo antropológico" (GNECCO, 2009, 2010).

A categoria Arqueologia Histórica foi cunhada na década de 1960, na América do Norte, para estudar o período posterior à ocupação colonial nas Américas. Orser (1992), a define como o estudo dos processos de formação do mundo moderno a partir do entendimento de categorias gerais. Então, a vê como "(...) o estudo dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje" (ORSER, 1992, p. 23).

Partindo de uma análise crítica, para a abordagem do estudo do mundo moderno proposto por linhas mais gerais da Arqueologia Histórica, é importante refletir se essa abordagem corrobora para uma análise generalizante e exterior de contextos históricos singulares, visto que não realiza um aprofundamento para o entendimento de novas práticas

sociais, que muitas vezes se tornam invisíveis quando postas em contextos teóricos globalizantes.

Sob este ponto de vista, a compreensão das novas práticas só é possível atendendo à particularidade dos contextos em que estas se manifestam. Isto é, considerando-as à luz de sua história e avaliando-as de acordo com suas múltiplas significações, levando em conta a pluralidade de grupos dentro do cenário social. Desta maneira, as explicações globalizantes e homogeneizantes conspiram contra a compreensão dos significados das mudanças que constituem os fundamentos ou as bases sobre as quais se define a sociedade moderna (SENATORE & ZARANKIN, 2002, p.04).

Dentro dessa nova ótica, os autores consideram que um dos temas de maior relevância para a compreensão da sociedade moderna são as mudanças no uso da cultura material para construção de novas identidades, expressando, assim, novas hierarquias e relações de poder. Portanto, direcionando a atenção no estudo da cultura material enquanto construção de identidades, estabelecendo, desse modo, estudos que explorem a singularidade e a particularidade de cada contexto social dentro do processo de expansão capitalista (SENATORE & ZARANKIN, 2002).

Nesse patamar teórico, surge na América Latina um novo enfoque para as pesquisas em Arqueologia Histórica, aliada às novas abordagens da Teoria Social. O objeto de estudo da Arqueologia Histórica nesse novo contexto enfoca os processos singulares existentes na sociedade latino-americana, observando que é preciso haver modelos em Arqueologia Histórica que englobem perspectivas locais, para explicar a formação e transformações da sociedade modernas nesses contextos (ZARANKIN & SENATORE, 2002).

No conjunto das reflexões sobre Teoria Crítica surge a perspectiva da Arqueologia Pós-Colonial, que tem o intuito de reavaliar o impacto da civilização para as populações colonizadas. O binômio "colonizador x colonizado" insere na Arqueologia um novo patamar de investigação, trazendo para o pensamento arqueológico reconhecimento de seu papel social e político.

II. Escopo Metodológico e Objetivos

Antes de discorrer sobre os objetivos e metodologia do trabalho, é importante descrever o processo de construção dessa tese, levando em consideração os inúmeros desdobramentos até chegar ao produto final.

A primeira proposta da tese era um aprofundamento da minha dissertação de mestrado, que estava relacionada aos povos indígenas do Nordeste, especificamente os Xucuru-Kariri, que vivem no município de Palmeira dos Índios, Alagoas. A dissertação intitulada *Arqueologia e Conformação de Identidades Indígenas do Nordeste: Um Estudo de Caso dos Xucuru-Kariri*⁴, teve como objetivo perceber como a cultura material é manipulada para constituir identidades étnicas, e a maneira que os indígenas utilizam o discurso arqueológico produzidos a partir desses elementos, para dar conteúdo e significado ao processo de (re)significação identitária na contemporaneidade.

Os índios do Nordeste passaram pelo processo de silenciamento e desconstrução de sua identidade após a extinção dos aldeamentos, a partir de 1850 e, em meados do século XX, emergiram através do processo de "retomada" de suas terras tradicionais, construindo assim uma nova configuração de organização e estruturação de suas práticas, política indígena e até mesmo dos elementos diacríticos que os caracterizavam como povos indígenas. No trabalho, propus a comunidade Xucuru-Kariri uma visita a seus sítios arqueológicos e através da observação participante e entrevistas, pude perceber que, além dos sinais diacríticos comumente usados para classificá-los como povos Xucuru-Kariri, tais como práticas religiosas (o Ouricuri), organização tribal (Cacique, Pajé, Conselho Indígena), parentesco, os sítios arqueológicos pré-coloniais também eram utilizados para afirmação de sua identidade.

A proposta inicial da tese era estudar a comunidade indígena Xocó, que vive às margens do Rio São Francisco, em Porto da Folha - Sergipe, onde também há registros de sítios arqueológicos. A intenção era o aprofundamento da pesquisa com a temática relacionada aos *Índios do Nordeste*⁵, estudando a comunidade indígena, sua interação com os sítios e a influência do rio para a aldeia. A ideia não pôde ir à frente, pois tive problemas sérios de saúde em 2014, o que impossibilitou o meu deslocamento para a área de estudo.

A partir disso, pensei, porque não voltar ao passado e estudar sítios históricos? Seria uma forma de contornar os contratempos pessoais e retomar práticas que vivi durante a minha experiência no núcleo de pesquisa da UFAL, como estudante e trabalhos técnicos após a formatura. A minha ligação por questões referente à área antropológica vem do meu processo de formação na graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Alagoas, no qual

⁴ PINTO, Karina Lima de Miranda. **Arqueologia e Conformação de Identidades Indígenas do Nordeste: Um Estudo de Caso dos Xucuru-Kariri**. (Dissertação de Mestrado).Laranjeiras: PROARQ/UFS, 2013.

⁵ Categoria estudada por alguns antropólogos relacionada aos processos de (re)surgimento e (re)elaboração cultural de grupos indígenas no Nordeste, tendo como aporte teórico principalmente os trabalhos de João Pacheco de Oliveira (1997, 2004, 2011).

estagiei três anos no Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPA), e trabalhei mais cinco, vinculada como pesquisadora.

Para todos nós, alunos de Ciências Sociais e História que trabalharam no NEPA, o olhar antropológico aliado à pesquisa arqueológica sempre esteve presente, pois, além da cultura material, tínhamos o interesse de observar nas comunidades locais a interação da população com os sítios pesquisados.

Participei como bolsista de iniciação científica do *Projeto de Mapeamentos de Sítios Arqueológicos*, pela Pró-Reitoria de Extensão PROEX/UFAL, e *Mapeamento de Sítios Arqueológicos em Terras Indígenas de Alagoas*, pela Fundação de Amparo a Pesquisa em Alagoas (FAPEAL). A experiência nesses dois projetos me ajudou a entender e direcionar minha trajetória acadêmica. A partir dessas pesquisas, através do contato com diversas comunidades indígenas, sertanejas, de pescadores, trabalhadores rurais, percebi a importância que devemos atribuir à forma que abordamos essas populações. Os processos cognitivos, o respeito ao discurso do outro, as múltiplas interpretações sobre os espaços, seus significados e suas histórias de vida atreladas a esses locais.

Quanto à Arqueologia Histórica e Arqueologia Urbana tive a oportunidade de participar de algumas escavações durante o período que trabalhei como pesquisadora do NEPA, após a minha conclusão da graduação. Escavamos em cidades históricas como Penedo (AL), em dois projetos na *Casa de Aposentadoria e Esgotamento Sanitário* da Cidade; em Porto Calvo (AL), em outros dois projetos diferentes, o primeiro mapeando e fazendo sondagens em engenhos do Século XVIII, e o outro, na área urbana da cidade escavando o adro da igreja Nossa Senhora da Apresentação, que estava em processo de restauração. Trabalhei também em Coruripe (AL), mapeando áreas de interesse cultural e sítios arqueológicos para obtenção de licenciamento para a construção de uma barragem, e em muitos outros. Algumas experiências foram marcantes para mudança de perspectiva dentro do processo de pesquisa arqueológica. Uma delas está relacionada à cidade de Porto Calvo, durante os dois projetos. Lembro-me que, enquanto estávamos trabalhando, muitas histórias surgiam sobre a parte histórica da cidade.

Porto Calvo é uma cidade com poucos prédios históricos em seu centro. Na verdade, só existem dois: a Igreja datada de 1610, e uma casa do final do século XIX. As ruas ainda mantêm o traçado original, mas tem uma arquitetura mais recente. No entanto, apesar de toda a descaracterização da cidade, na memória coletiva da comunidade as histórias da ocupação

histórica permeiam nas conversas sobre a ocupação portuguesa, e principalmente holandesa, que tiveram presença marcante no século XVII.

Muito se ouve nas conversas contadas nas portas das casas sobre os túneis secretos que cortam o subterrâneo de Porto Calvo, recheados por muito ouro, até por uma "serpente misteriosa". Também, ouve-se lendas sobre "túneis cheios de explosivos", implantados pelos holandeses para que ninguém pudesse levar o ouro escondido durante a batalha épica contra os portugueses. Mesmo não havendo o patrimônio edificado, a comunidade criou subterfúgios para contar o glorioso passado colonial, criando um patrimônio subterrâneo que permeia a memória coletiva local.

Após os árduos dias de trabalho, todos nós da equipe de Arqueologia conversávamos sobre esses assuntos e achávamos intrigante as construções da comunidade. Posteriormente a essa experiência, Scott Allen (2014) identificou a importância do patrimônio submerso para a comunidade e escreveu um artigo no qual descreve o contraste dos dados da pesquisa com o imaginário local.

Acredita-se que exista uma rede de túneis que interligam diversos pontos da cidade, principalmente a igreja matriz, o forte e o rio. Esses túneis teriam servido como rotas de fuga em tempos de conflito. A existência dos túneis é um 'fato' histórico para a população e não é fora de razão. Em diversas cidades coloniais, passagens subterrâneas proporcionaram segurança para indivíduos e grupos, por exemplo, negros fugitivos, armazenamento de bens valiosos e materiais bélicos e até para o movimento eficiente de mercadorias. Espera-se em qualquer contexto arqueológico urbano detectar vestígios de estruturas, tais como alicerces, porões e poços cuja função pode ser desconhecida pelo leigo. Nestes casos, essas estruturas se tornam locais misteriosos, propícios à criação de lendas. Por exemplo, diz-se que quando os holandeses foram definitivamente expulsos do Porto Calvo, teriam armados os túneis, talvez para impedir a perseguição ou no intuito de proteger riquezas (ALLEN, 2014, p. 14).

Sobre a lenda da Serpente,

É claro que uma razão prática da lenda da serpente seja pura especulação, mas lendas geralmente têm uma estrutura interna e contexto sócio-cultural e vejo essa possibilidade perfeitamente plausível. Independente da sua origem e contexto social para a sua fabricação, essa lenda (e outras) é repetida e contada para visitantes à cidade, tornando assim um patrimônio imaterial que serve em parte como dos mapas, assim fortalecendo essa paisagem imaginada (ALLEN, 2014, p. 16).

As lendas sobre os túneis de Porto Calvo estão na memória coletiva da população. Através delas, se recria o cenário histórico que foi palco das grandes batalhas e do processo de

conquista da região. Mesmo não havendo patrimônio edificado, abaixo dos traçados das ruas as pessoas acessam o seu patrimônio imaginário, fazendo, assim, parte da identidade local.

Além de Porto Calvo, outra experiência marcante foi o contato com um senhor de um pouco mais de 90 anos, morador de uma área que seria impactada pela barragem de Coruripe. Aquele Senhor morava a mais de 70 anos próximo aos canaviais e vivia ainda a base de candeeiros, cuidando da roça e pegando água da fonte. Era um modo de vida anacrônico, tão próximo à cidade. Ele me contou várias histórias sobre a região, como foram os primeiros anos da Usina, sua lida no campo e falava das moedas, no qual ele chamava de "patacas". Nas suas lembranças, disse que, certa vez, achou as patacas debaixo de uma ponte que ele ajudara o pai a construir próximo a casa em que eles viviam. Aquelas moedas tão antigas foram guardadas por aquele senhor, e através delas emergiam grandes feitos dos viajantes que passaram na região no período colonial.

Na época, recém-saída da Universidade, em meu primeiro trabalho como Cientista Social e Pesquisadora em Arqueologia, achei incrível os relatos e tudo que havia escutado lá. No entanto, soube depois, que aquele Senhor seria removido daquele espaço em que viveu a vida toda, que foi habitado por várias gerações de sua família, e iria morar em uma casinha de poucos metros quadrados em um conjunto habitacional na área urbana da cidade. Aquilo me deixou devastada e me senti muito mal. Pensei como eu invadi o espaço daquele senhor, dei-lhe o prazer de relembrar suas memórias mas fazendo parte das pessoas que trabalham para tirá-lo dali. Me senti impotente, minúscula, pois na minha posição não havia muito o que fazer.

A experiência me deu o arcabouço para pensar na responsabilidade em penetrar nas comunidades. E também observar que a Arqueologia é muito mais do que uma disciplina estática, que busca apenas descortinar o desconhecido, através da materialidade. Ela é dinâmica e se manifesta nas esferas da sociedade produzindo discursos, que podem reproduzir as égides do poder ou ser utilizada como ferramenta política para processos de equidade social.

A segunda proposta da tese foi o direcionamento para as cidades históricas, respectivamente seus centros urbanos, que produzem, através da materialidade, discursos de patrimonialização em prol da ideia de uma identidade nacional, ao passo que vincula interesses econômicos e sociais a um discurso normativo de patrimônio, contudo sob a ótica colonialista expressa nas edificações e materialidade herdada do processo colonial.

O campo de pesquisa é a cidade de Marechal Deodoro, em Alagoas, no qual participei, nos anos de 2016, 2017 e 2018, coordenando as pesquisas arqueológicas no centro histórico nos projetos de Requalificação dos Largos do Carmo (PINTO et. al. 2016) e da Matriz (PINTO et. al. 2018⁶).

Além dessas pesquisas, foram realizados trabalhos em outras áreas, como no Convento de Santa Maria Madalena, durante as obras de restauro pelo arqueólogo Marcos Albuquerque em 2008 (ALBUQUERQUE & LUCENA, 2010), e no processo de requalificação do Largo de Taperaqua, pelo arqueólogo Scott Allen em 2016 (ALLEN et. al. 2017).

Figura 1: Mapa dos Sítios Arqueológicos pesquisados no Centro Histórico de Marechal Deodoro.
Fonte: Google Eart, 2018.



No Estado de Alagoas, existem três cidades com tombamento a nível federal em seus centros históricos, Marechal Deodoro, Penedo e Piranhas. Todas tem muitas histórias dissidentes que não aparecem no discurso oficial, mas que fazem parte desse patrimônio além do das edificações coloniais. Histórias de quem convive nas margens dos rios e lagoas que cortam o Estado. Para além dessas singularidades, que podem ser mais bem explicitadas por outras vertentes da Arqueologia, principalmente direcionada pela Arqueologia de Ambientes Aquáticos e Arqueologia Marítima⁷.

⁶ No prelo.

⁷ A Arqueologia de Ambientes Aquáticos pode ser definida de forma sucinta como estudo da cultura material relacionada à ação humana sobre os mares, rios e zonas costeiras adjacentes incluindo a parte submersa e não submersa (DELLINO-MUSGRAVE 2006). A extensão desse estudo pode ir além da faixa limítrofe d'água, observando a influência que esse ambiente exerce terra adentro englobando equipamentos, estruturas produtivas

Existem populações que manifestam seus aspectos singulares através do patrimônio imaterial, e também da convergência entre o material e o imaterial, expostos nas representações culturais. Exemplo que pode ser descrito pelas manifestações do Guerreiro Alagoano, folguedo que conta histórias através de ritmos locais e chapéus ornamentados em formatos de igrejas nas cabeças⁸. As interfaces do patrimônio imaterial e material podem ser descritas através das construções do imaginário local, com a materialidade.

O Centro Histórico de Marechal Deodoro, por suas características de cidade colonial e pelo rico patrimônio arquitetônico e artístico desse período, foi inscrito no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN, em 29 de agosto de 2006, com três áreas separadas: Centro Histórico, Taperaçuá e Conjunto do Carmo. A cidade fica próximo à área metropolitana da capital Maceió e é foco de atenção do poder público quanto ao seu patrimônio edificado.

Nesta tese, proponho ir além do patrimônio de "pedra e cal" e procuro aprofundar as discussões sobre as bases em que é trabalhada a Arqueologia praticada nos centros históricos urbanos, especificamente em Marechal Deodoro. Portanto, o trabalho tem por objetivo perceber de que forma foram construídos os discursos acerca do conceito de sítio histórico pela comunidade local, gestores públicos e arqueólogos urbanos, tendo o pensamento colonizador como objeto a ser compreendido e a decolonização do patrimônio como proposta final.

Como objetivos específicos, foram estabelecidos;

- Estudar os conceitos de Colonialismo e Pós-Colonialismo dentro do universo teórico das Ciências Humanas, principalmente na Arqueologia;
- Analisar o processo de construção do conceito de patrimonialização das cidades nas instituições brasileiras e no Estado de Alagoas, especificamente na cidade de Marechal Deodoro;
- Mapear as pesquisas arqueológicas no Estado de Alagoas, com interesse de construir o cenário da prática da disciplina no campo da Arqueologia Histórica;

e até mesmo, cidades inteiras (DURAN, 2008). Ou seja, é um conceito pensado para o estudo das relações sociais associadas a populações que dialogam constantemente com esses espaços.

⁸ O Guerreiro Alagoano apareceu por volta de da década de 1920, tem sua origem de outro folguedo, o Reisado. São danças natalinas que representam histórias através de músicas cantadas e teatralizadas. Os personagens são variados, podendo chegar a 30 pessoas. Os Mestres do Guerreiro, são os protagonistas e lideram o grupo. Usam chapéus em formato de fachadas de igrejas, revestidos com centenas de espelhos.

- Captar, através dos trabalhos de escavações arqueológicas empreendidas em Marechal Deodoro, principalmente as escavações realizadas no Largo da Matriz e Largo do Carmo, os discursos produzidos a partir do contexto dos sítios;
- Construir, através da demanda dos três agentes envolvidos (comunidade local, gestores públicos e arqueólogos urbanos), propostas de pensar o patrimônio através de uma abordagem decolonial.

O embasamento teórico para construção do problema de pesquisa teve como referência a leitura de extensa bibliografia sobre os conceitos de colonialismo e pós-colonialismo nas Ciências Humanas, principalmente no diálogo travado entre as disciplinas de Antropologia e Arqueologia. Buscou-se um aprofundamento dos conceitos decolonizantes tentando apreender os processos epistêmicos no qual há desconstrução das plataformas teóricas colonialistas.

A busca pelos processos epistêmicos na disciplina arqueológica vem tomando espaço desde o aparecimento das correntes Pós-Processuais aliadas a Teoria Crítica nas Ciências Humanas. Essa prática tem gerado levantamentos extensivos da bibliografia produzida sobre a produção arqueológica em diversos contextos. Em destaque, atribuo os trabalhos, tomados como referência para construção metodológica, de Alberione Reis (2004) e Lúcio Menezes (2007). Alberione Reis (2004), traça um recorte na produção arqueológica entre 1970 a 2001, buscando apreender em 71 publicações o perfil teórico da Arqueologia Brasileira. O trabalho teve como arcabouço metodológico uma abordagem hermenêutica aplicada como heurística, tentando elucidar nas dissertações e teses a existência de teoria arqueológica nos textos. Lúcio Menezes Ferreira (2007), tem como proposta metodológica uma cartografia etnográfica visando a busca nos Museus Botânico do Amazonas, no Museu Paraense e no Museu Paulista como a Arqueologia institucionalizou-se no Brasil articulada aos processos de mundialização da ciência, articuladas ao nacionalismo e ao colonialismo.

A pesquisa para esta tese buscou apreender uma revisão nos processos de patrimonização, identificando nas leituras sobre leis e patrimoniais o desenvolvimento do conceito de Patrimônio Cultural, e como esse influencia a prática arqueológica, tendo em vista as construções institucionalizadas do patrimônio e suas atribuições quanto à demanda de pesquisas e escolhas do bem ao ser patrimonializado.

O trabalho é empírico e de cunho qualitativo, buscando perceber questões relacionadas à construção da ideia do bem patrimonial nas cidades estudadas pelos agentes envolvidos, principalmente no que tange o patrimônio arqueológico.

A pesquisa qualitativa é parte do aparato metodológico utilizado pelas Ciências Sociais, onde se busca um aprofundamento das temáticas através de técnicas que trazem uma gama maior de informações a respeito de um determinado grupo estudado. Martins (2004), define a metodologia qualitativa, de um modo geral, como focada na análise de microprocessos através do estudo de ações individuais e grupais. Os dados podem ser analisados intensivamente, tanto em “amplitude como em profundidade”, tendo, portanto, o pesquisador, a possibilidade de apreender e compreender a realidade do fenômeno social de maneira mais completa.

Portanto, esse formato apresenta maior flexibilidade com diversos quadros de orientação teórica, como a fenomenologia, o materialismo dialético, o interacionismo simbólico, dentre outros. Nesse tipo de abordagem as informações podem induzir o pesquisador a um maior aprofundamento nos questionamentos propostos (GODOY, 1995).

A análise se centrou em entrevistas semi-estruturadas, cujo objetivo foi aportar para todos os sujeitos questões relacionadas aos bens patrimoniais, como também o impacto das pesquisas desenvolvidas na cidade. Tentou-se apreender os processos de interação entre a comunidade e Arqueologia, especificamente durante os meses de escavação nos Largos da Matriz e do Carmo, e buscou-se perceber como são construídas as narrativas a respeito dos processos de patrimonialização e como a materialidade pode contribuir para a valorização e inserção de discursos dissidentes, ou o silenciamento dos mesmos.

Os *dispositivos de poder*⁹ impregnados no processo de patrimonialização estão expostos nos capítulos que se seguem. O interesse da pesquisa é buscar como as pessoas apreendem o conceito de patrimonialização através das ações arqueológicas, entendendo que não adianta perceber como funciona a produção de conhecimento, sem antes entender como essas pessoas existem e se comunicam com o que elas entendem como patrimônio. Desta

⁹ O conceito de *dispositivo*, forjado por Foucault engloba aspectos pronunciados e não pronunciados. Em um dado momento histórico há uma série de leis e instituições que estão profundamente relacionadas ao poder, como uma rede interligada relacionada ao poder. "Essas geralmente estão a favor de uma urgência histórica. No capítulo *Sobre a História da Sexualidade*, ele define: um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos" (Foucault, 2000, p. 244).

forma, o que se privilegia é a ação, ou seja, como o pesquisador vai lidar com realidades distintas sem promover o que Gnecco (2010) denomina *violência epistêmica*.

Desta maneira, a contribuição de uma análise crítica nos modos que estão postos os modelos da Arqueologia Tradicional, colocando o pesquisador em uma auto-análise, ou melhor, em um processo de desnaturalização do seu discurso, é uma proposta metodológica para a prática de uma Arqueologia Pública que contribua para outras formas de patrimonialização, visando principalmente outras possibilidades dentro de realidades silenciadas. Decolonizar, neste caso, não é anular o que está posto, e sim iniciar um movimento dialético que proporcione alternativas viáveis dentro da Arqueologia praticada nesses lugares.

Portanto, optou-se, pelo processo de construção da tese, um olhar decolonizante a partir dos aportes teóricos explicitados por Spivak (2010), onde compreende que a fala subalterna não pode vir traduzida pelo interlocutor (intelectuais pós-coloniais), e sim a partir do lugar do outro. Também, pelas linhas da Arqueologia Indisciplinar posta por Haber (2011, p. 6), no que diz respeito à construção do conhecimento a partir de um processo horizontal, onde se percebe o outro a partir de um olhar ontológico, e não epistemológico. Partindo desse princípio, o autor faz uma análise crítica sobre a base metodológica da prática arqueológica, “conhecer o passado humano através de seus restos materiais”, observando as implicações dessa narrativa expressa no binômio entre conhecedor (arqueólogos) versus o passado resgatado (conhecido).

Complementando a questão de um novo olhar frente às populações locais ressalto o aporte metodológico de Gnecco (2010), no que traduz a relação em campo através da Arqueologia Relacional, que tem como proposta a investigação participativa, reconhecendo através de trocas horizontais a captação de conhecimentos alternativos. Nessa perspectiva, são reconhecidas diferentes visões de mundo, traduzindo uma ponte onde arqueólogo e comunidades são vistos a partir do mesmo prisma. O autor reflete sobre os aspectos negativos do multiculturalismo traduzido nos programas relativos à pesquisa patrimonial arqueológica, que fomenta a violência epistêmica a partir de um olhar verticalizado.

Além das narrativas captadas durante o processo de pesquisa, foram realizadas observações da interação da população com a fase de escavação nos dois largos. Esse recurso metodológico trazido da Antropologia nos trabalhos etnográficos *observação participante*, possibilitou a visão dos processos cognitivos construídos através da interação da população com os sítios e nos programas de educação patrimonial.

Segundo (MÓNICO et. al., 2017),

Na aplicação da técnica utilizada, o investigador procura atender a um dos pressupostos fundamentais da Observação Participante, a saber: a convivência do investigador com a pessoa ou grupo em estudo proporciona condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido de modo a possibilitar um entendimento genuíno dos factos, que de outra forma não nos seria possível. Admite-se, ainda, que a experiência direta do observador com o grupo em observação seja capaz de revelar a significação, a um nível mais profundo, de episódios, comportamentos e atitudes que, apenas investigados de um ponto de vista exterior (entenda-se “não-participante”) poderiam permanecer obscurecidos ou até mesmo inatingíveis, (...) (MÓNICO et. al., p.727).

A observação participante possibilitou um diálogo horizontal com a comunidade à medida que fazíamos, depois de um tempo, parte da paisagem. A interação diária nos naturalizou no ambiente, fazendo com que as pessoas interagissem curiosamente durante os processos de escavação. Muitos foram os diálogos travados durante o descortinamento da materialidade nos sítios, além do estabelecimento de relações de alteridade proporcionando trocas diárias de respeito e consideração mútuas.

Exemplos de práticas onde há interação entre comunidade e pesquisa arqueológica, podem ser vistas nos trabalhos de Bezerra (2011) e Cabral (2014).

Márcia Bezerra (2011, p.61), no estudo de caso intitulado "A moeda dos Índios" reflete sobre o significado de patrimônio para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó (PA). A proposta foi o exercício da Arqueologia Pública e Arqueologia Etnográfica, tendo como objetivo captar a observação da compreensão dos moradores relacionados à cultura material apresentada no sítio Joanes. Os usos do patrimônio arqueológico (re)significado na comunidade através do colecionismo, fez refletir se essas práticas ameaçavam o patrimônio, ou se era uma nova forma de percepção. Desta maneira, a partir da desnaturalização da forma rígida imposta pela Arqueologia Tradicional, propõe um novo olhar a partir da relação entre Arqueologia e Etnografia.

Nessa perspectiva, reflete sobre o papel da Arqueologia Pública.

Assim, entendo que a Arqueologia Pública é uma forma de praticar a Arqueologia e que compreende o fazer arqueológico dentro de uma perspectiva circular (Bezerra, 2009b), na qual as narrativas locais sobre o passado são consideradas na construção e na reorientação das pesquisas acadêmicas; e não como um conjunto de ações para o público, entendido de maneira genérica (BEZERRA, 2011, p.62).

Mariana Cabral (2014), realizou sua tese de doutoramento com os índios Wajãpi, do Estado do Amapá. No início do trabalho questiona "Se nossos instrumentos são forjados no

quadro do Colonialismo, de que forma será possível praticar uma arqueologia diferente?" (p. 8). A partir desses questionamentos propõe que toda forma de pesquisa é uma relação, uma maneira de conectar agentes diversos. Assim, parte das reflexões postas pela Antropologia Simétrica, sugerindo pensar a Arqueologia no campo simétrico, ou seja, como prática social.

Em seu trabalho, o uso simétrico da Arqueologia, está refletido em momentos distintos da prática de campo junto aos Wajãpi, tanto nas reuniões para apresentação da Arqueologia, no reconhecimento dos sítios arqueológicos e no próprio ato de escavação, no qual utilizou como arcabouço o enlace com a prática etnográfica, na prática proposta por Castañeda como Instalação Etnográfica (CABRAL, 2014, p. 209), onde a ação é controlada nesse espaço, mas sofre um movimento dialético entre pesquisador e público.

III. Estruturação do Trabalho

A tese está estruturada em cinco capítulos. Os dois primeiros discutindo a parte teórica, e os três últimos relacionados diretamente à pesquisa em material bibliográfico e documentações e pesquisa arqueológica de campo e etnográfica.

O primeiro capítulo, *Arqueologia, Colonialismo e Pós-Colonialismo*, traça um panorama teórico de abordagens que questionam a prática arqueológica e suas tendências. Em um primeiro momento, trago algumas abordagens quanto ao perfil do pensamento arqueológico contemporâneo aliado a correntes Pós-Coloniais. Desta maneira, apresento a formação desse pensamento nas Ciências Humanas. O debate tem a intenção de abrir outras alternativas quando a ideia de sítio arqueológico, questionando a ideia normativa implantada a partir das correntes teóricas Histórico-Culturais e Processuais.

O segundo capítulo, *Patrimonialização: Construções dos Modelos Contemporâneos de Gestão do Patrimônio Cultural* tem a intenção de refletir sobre o processo de patrimonialização das cidades históricas. Inicialmente traçando as bases históricas em que se estabeleceu o conceito de Patrimônio Cultural, depois a mudança de paradigma que quebrou as bases desse conceito inicial, circunscrito em correntes nacionalistas e racialistas. Posteriormente, traço o perfil dessa construção no cenário brasileiro, no que se reflete às leis patrimoniais e também leis referentes ao patrimônio arqueológico. Por fim, apresento o exemplo da cidade de Marechal Deodoro, Alagoas, e o processo de polígono sacro da cidade.

O terceiro capítulo, *Escavando o Patrimônio: Arqueologia Histórica, Cenário Brasileiro e Alagoano*, aprofunda o conceito de Arqueologia Histórica e Arqueologia Urbana. Depois, expõe o cenário de pesquisas em sítios arqueológicos históricos de Alagoas. Por fim, apresenta os resultados de entrevistas realizadas com profissionais da Arqueologia. A intenção foi observar em que bases a Arqueologia Histórica tem se desenvolvido no Estado.

O quarto capítulo, *Alagoas Austral: Escavando o Patrimônio de "Pedra e Cal" em Marechal Deodoro*, apresenta o campo de pesquisa dos Largos do Carmo e da Matriz realizados em Marechal Deodoro. A intenção é descrever as etapas da pesquisa arqueológica apresentando um panorama do campo e dos resultados obtidos.

O quinto capítulo, *Arqueologia para Quem?* Descreve a experiência das Instalações Etnográficas nas duas áreas, propondo alternativas de abordagens que incluam a prática arqueológica aliada com o público que vive nas cidades e em contato com os sítios arqueológicos histórico e pré-colonial. Por fim, apresento partes ocultas da cidade de Marechal Deodoro (AL), que também poderiam integrar o cenário de Patrimônio Cultural e ser alvo de pesquisas arqueológicas.

Finalmente, nas considerações que tem por título *A Trama Científica*, apresento as conclusões que cheguei a partir da pesquisa, incluindo as reflexões sobre o trabalho aliado, a comunidade local, academia, poder público, e principalmente os questionamentos sobre a proposta de um trabalho decolonial em um ambiente colonialista.

CAPÍTULO 1

ARQUEOLOGIA, COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO

A alienação intelectual é uma criação da sociedade burguesa. E chamo de sociedade burguesa todas as que se esclerosam em formas determinadas, proibindo qualquer evolução, qualquer marcha adiante, qualquer progresso, qualquer descoberta. Chamo de sociedade burguesa uma sociedade fechada, onde não é bom viver, onde o ar é pútrido, as ideias e as pessoas em putrefação. E creio que um homem que toma posição contra esta morte, é, em certo sentido, um revolucionário.

Frantz Fanon¹⁰.

1.1 Arqueologia e a desconstrução do discurso

Em uma entrevista informal de alunos da Universidade Federal do Rio Grande FURGS¹¹ para um canal do Youtube, fizeram uma pergunta básica a vários professores do curso de Arqueologia, remetendo-os a uma questão básica: O que é Arqueologia? O professor Jose Alberione dos Reis, na sua fala, replicou: "eu não respondo essa pergunta". Depois de alguns segundos de silêncio, diante do estranhamento da resposta, o professor respondeu que, certa vez, estava caminhando no Parque da Redenção em Porto Alegre e fez essa mesma pergunta a outro arqueólogo, o colombiano Cristobal Gnecco. Ao fazer essa indagação Gnecco, ao invés de responder a pergunta, devolveu com outra "O que queremos com a Arqueologia?".

Essa pergunta também foi feita para outra professora do curso de Arqueologia da FURGS, Beatriz Thiesen¹², e a resposta foi semelhante: "Se me perguntassem a uns três anos atrás, eu responderia sem hesitar: Arqueologia é o estudo das sociedades humanas através de sua cultura material. Mas isso eu diria antes, hoje eu não tenho mais certeza de nada".

Essas inquietações partilhadas por uma parcela de arqueólogos no Brasil, diz respeito a algumas mudanças no cenário sócio-político-científico vivenciado nos últimos anos. O descentramento de elementos constitutivos do pensamento fundante das Ciências Humanas,

¹⁰ Frantz Fanon. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução: Renato da Silveira. (1ª Ed. 1952) Salvador: EDUFBA, 2008.

¹¹ O QUE É ARQUEOLOGIA? Parte 2, com o Prof. José Alberione dos Reis. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fCwvIcLP_Nw Acesso: 26/07/2017.

¹² O QUE É ARQUEOLOGIA? Parte 3, com a Profª Beatriz Thiesen. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P9TEcoqXOX8> Acesso: 26/07/2017.

que ruiu as estruturas binárias do pensamento científico, para dar lugar a uma análise fenomenológica da construção de narrativas naturalizadas pelo pensamento moderno, transformou a certeza concreta e objetiva em uma análise das bases de construção desse pensamento, aliando a um resgate histórico dos processos pelos quais foram edificados sua base. Na Arqueologia, nessa catarse vivenciada principalmente por autores de realidades periféricas, há um estranhamento nos modelos postos, e nos questionamentos de ideias como tempo, espaço, materialidade, etc.

Indo profundamente nas questões postas pela prática arqueológica à luz das contribuições postas pela Teoria Crítica, principalmente nas teorias Pós-Coloniais, Haber (2011, p. 6) se aprofunda na temática do conhecimento arqueológico, expondo que a definição metodológica da Arqueologia, “conhecer o passado humano através de seus restos materiais”, implica em uma divisão entre conhecedor (arqueólogos) versus o passado resgatado, (conhecido). Essa relação com o passado arqueológico é uma relação epistemológica e não ontológica.

Ou seja, dentro do jogo de linguagem disciplinar existe uma ruptura metafísica que separa conhecedores de conhecidos, como uma ordem diferente de seres, onde a linguagem disciplinar torna-se a aceita. Para ultrapassar essa barreira é necessário uma análise crítica nas bases de formação do processo científico, em consonância com a expansão capitalista, onde os binarismos da modernidade foram instaurados. A contribuição da disciplina é a colonialidade, e a objetivação disciplinária vem de uma divisão anterior (conhecedor - colonizador) versus (conhecido - colonizado). A única maneira de romper com essa subjetivação do marco disciplinário é transcorrer em uma relação assimétrica do conhecimento. (HABER, 2011, p. 6)

Desta maneira, a própria constituição da disciplina é colonialista. E como trabalhar relações de alteridade, dentro de um universo constituído pelos processos de colonialidade? Existem alternativas que possam trazer equidade durante os procedimentos de pesquisa dentro do universo arqueológico?

A resposta poderia estar atrelada às reivindicações da inclusão de vozes dissidentes dentro da produção arqueológica. Mas reproduzir o discurso do outro, a partir da base posta, pode ser apenas caminhar dentro do discurso hegemônico, ajustando a ideia multicultural afim de criar uma plataforma de tolerância, por onde podemos transitar confortavelmente sem mudar efetivamente o *status quo* (Gnecco, 2010). Quando se transita pelo terreno do conhecimento arqueológico, os arqueólogos (conhecedores) se apropriam do patrimônio, e

este é redefinido dentro das bases em que são estabelecidas as matrizes do pensamento ocidental. Desta forma, transitar pelo cientificismo, em uma plataforma colonizada, é reproduzir o pensamento unidimensional¹³.

A partir da virada do século XX para o XXI, ocorreram transformações no perfil de produção acadêmica na Arqueologia Brasileira. Alinhados com as inquietações postas pela Teoria Crítica, alguns pesquisadores começaram a produzir os mais variados temas relacionados à disciplina. O que estamos experienciando atualmente na Arqueologia Brasileira, em alguns grupos relacionados com os questionamentos das teorias pós-coloniais, é uma espécie de *happining*. As alternativas postas tentam alinhar horizontalmente os discursos, tirando a supremacia do discurso acadêmico em detrimento do discurso alternativo, subjetivo, local. O campo, antes tão previsível com as questões formuladas no gabinete, passa a ser um terreno desconhecido e composto pela experiência da comunidade junto aos arqueólogos. A materialidade fala, mas através da experiência da diversidade, aliada à interpretação do arqueólogo.

Alternativas como Arqueologia Indisciplinar (Haber, 2011), Reflexiva (Gnecco, 2012), Sensorial (Pellini, 2010), Pública (Funari & Carvalho, 2009), Etnoarqueologia Indígena (Eremites de Oliveira, 2016), Arqueologia da Repressão e Resistência (Funari, Zarankin e Reis, 2008), ultrapassam a linha da objetividade postas pelas correntes histórico-culturais e processuais expondo outras visões alternativas, incluindo o questionamento do papel da disciplina quanto à sua objetividade, aliada a uma proposta de reconhecimento do papel do arqueólogo frente a questões da sociedade vigente.

A Arqueologia praticada no Brasil nem sempre foi questionadora e aberta a novos paradigmas. O processo de sua constituição transcorreu em meio a políticas excludentes, postas principalmente a partir do golpe militar instaurado em 1964. O momento trouxe uma letargia nas ciências de forma generalizada. A censura e a repressão militar ditavam suas regras sutilmente através da imagem de um país em “progresso”. No período, o país firmou um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Inter-Americano (United States Agency for Inter-American Development), que realizou uma reformulação no sistema educacional brasileiro. A época

¹³ No pensamento unidimensional Marcuse (1982) expõe que o modelo capitalista mundial submete a sociedade atual a um modo de vida de consenso dito inquestionável aos valores de mercado, nos quais subscreve as condições materiais e subjetivas para todos que vivem sob a luz do capital. Desta maneira, os interesses são estabelecidos em várias esferas influenciando instituições, valores culturais, e o direcionamento do pensamento científico.

coincide com a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, que teve papel crucial na formação do perfil de arqueólogos brasileiros e da prevalência das práticas da disciplina no enfoque Histórico-Cultural (FUNARI, 2007).

A abertura no campo da Arqueologia foi ocorrer após 1985, como em diversas áreas científicas ligadas principalmente às Ciências Humanas. Os questionamentos e visões alternativas, apesar de fomentadas pelas ideias nascidas no final da década de 1960, com o surgimento dos movimentos sociais pelo mundo, foram paralisados, pela política repressora do governo militar. Desta forma, pode-se explicar o tardio desenvolvimento nos questionamentos postos pelas correntes teóricas questionadoras que valorizam o discurso dissidente e as alternativas antagônicas às práticas capitalistas. A intenção deste trabalho frente ao patrimônio histórico arqueológico, tem o objetivo de trazer luz a questões sociais postas com a implementação de programas arqueológicos em cidades históricas, que nem sempre criam alternativas para trazer a voz de seguimentos esquecidos dentro do contexto referente ao patrimônio.

Dessa maneira, utilizar a Arqueologia como alternativa para criação de uma plataforma mais igualitária, onde são considerados diferentes diálogos acerca da materialidade, pode trazer subsídios para a população poder questionar diversas atividades gerenciadas pelo Governo Federal, principalmente aquelas que demandam grandes quantias de dinheiro público para pesquisas arqueológicas e requalificações de espaços considerados patrimonializados. Além disso, muitos espaços com o passar do tempo são ressignificados e utilizados das mais variadas formas. Criar uma plataforma de diálogo é, sem dúvida, transcorrer a produção científica sem reproduzir a violência epistêmica, apontada por alguns autores, como imposição de valores e regras vindos de uma política segregadora e elitista.

1.2 Desconstruindo o Conceito Normativo de Sítio Arqueológico

A Arqueologia como Ciência Social transforma seus adeptos em porta vozes das histórias escondidas que percebemos em objetos, documentos e até mesmo nas modificações da paisagem. Assume o papel de intermediária entre passado - presente - futuro. No passado, ela nos mostra, mesmo em um caminho lúdico, o que poderia ter acontecido, ou porque construímos certas histórias; no presente, ela representa uma ferramenta social, onde o arqueólogo é o agente que dialoga por caminhos muitas vezes obscurecidos pelo discurso

oficial, e no futuro, monta um cenário que vai influenciar ideias para as gerações que estão chegando.

Para isso, é só observar uma criança visitando um sítio arqueológico ou um museu, as reações curiosas que observamos em seu semblante, e nos questionamentos que permeiam a sua imaginação. O que recebe, certamente influenciará em sua criação a respeito do mundo em que vive. Em parte, somos o que recebemos, uma mescla de diferentes contatos e histórias que pairam na nossa memória, formando nossas percepções e ações no mundo. No entanto, não estou aqui para decodificar os processos de formação e estruturação dos agentes sociais, mas sim propor a problematização de conceitos em torno dos bens patrimoniais que nos são oferecidos, e como foram construídas as noções das cidades patrimonializadas a partir da herança colonialista que recebemos.

Portanto, no momento atual, onde a palavra "empoderamento" toma luz frente ao processo de uma política mais igualitária entre o dualismo impresso na conjuntura atual, a reflexão a respeito do pensamento colonizador e sua respectiva influência na Arqueologia praticada em algumas cidades históricas brasileiras, pode abrir um debate interessante sobre a influência da construção da ideia de patrimônio nas cidades históricas, e como essas ideias criam categorias petrificadas que lançam estereótipos do que é um bem patrimonial.

Nesse debate, podemos inferir outras questões relevantes dentro da própria prática arqueológica, como por exemplo, a categoria de sítio arqueológico, que em alguns casos podemos ver negligenciados alguns elementos na formação do próprio conceito, justamente por não corresponder à noção posta de bem patrimonial.

É importante tocar nessa temática, pois muitas vezes, quando arqueólogos se deparam com elementos da cultura material que não estão presentes em seu estofo cultural, descaram aspectos relevantes para o enriquecimento da pesquisa. Um exemplo interessante desse tipo de argumentação está na história relatada na introdução desta tese, com os Geripankó, no sertão de Alagoas, ou a colônia de pescadores em Jaraguá.

Além desse exemplo, podemos caminhar em nossa cidade e percebemos a familiaridade de certos espaços, no entanto, não sabemos as histórias que pairam sobre esses caminhos. Em Maceió, por exemplo, existe uma praça no Centro, a Praça dos Palmares, que há pouco tempo descobri, através da história de uma militante do movimento negro do Estado, que era um lugar de grande atividade no século XIX: a praça era o principal ponto de comércio da venda de escravos e lugar onde as negras vendiam quitutes. Me lembro que na

hora pensei: como eu nunca soube disso? Nunca soube, porque o que conhecemos da história oficial não menciona, na maioria das vezes, o discurso de grupos minoritários. Apenas passeamos pelo casario antigo, construindo a lembrança saudosa da nossa herança européia.

Outro exemplo é uma experiência que tive no Museu Xucurus, localizado no município de Palmeira dos Índios, Alagoas. O museu foi batizado com um dos etnônimos da etnia Xucuru-Kariri, que são os fundadores da cidade. O prédio de dois andares apresenta no térreo uma enorme coleção de objetos da cultura material "branca" e alguns elementos de tortura dos escravos dos senhores de engenho. No primeiro andar, em um canto escondido, igaçabas¹⁴, e outros artefatos misturados dos índios formando uma pequena coleção.

Esta observação, feita inicialmente pela arqueóloga Selma Silva (2005), e depois por mim, durante minha pesquisa de campo para dissertação de Mestrado, mostra nitidamente a negligência do Estado com os povos indígenas de Palmeira dos Índios (AL). Fiz duas visitas ao museu, uma sozinha, e outra acompanhada de um pequeno grupo de Xucuru-Kariri. Lembro-me que a primeira vez, fui seguida por um funcionário do museu que, à medida que íamos observando os objetos, ele relatava a história da formação da cidade, as grandes famílias fundadoras de Palmeira e, quando chegamos ao primeiro andar, ele não sabia me explicar direito o universo indígena. Na segunda visita, junto com representantes Xucuru-Kariri, tudo mudou, as histórias que surgiam à medida que íamos caminhando pelo museu, eram completamente diferentes. Eles sabiam de onde vinham as igaçabas e outros objetos. Vários elementos, que não passavam de objetos expostos para mim, foram então acompanhados de uma história singular, que fazia parte da construção da aldeia (PINTO, 2013).

A partir dessas experiências, acredito que arqueólogos precisam trazer para seu universo diálogos que são silenciados pela construção de uma ideia normativa de bem patrimonial e também do próprio conceito de sítio arqueológico.

Eremites de Oliveira (2016), problematiza a questão quanto à discussão do conceito de sítio arqueológico e sua relação com a memória e patrimônio cultural. O arqueólogo baseia-se em dados etnográficos produzidos a partir de uma pesquisa realizada com os povos Guarani Kaiowá, em que indígenas reconhecem lugares onde foram sepultados membros da comunidade localizados em áreas onde famílias indígenas foram expulsas há décadas. Esses espaços geralmente são destruídos por grupos contrários aos direitos territoriais, geralmente

¹⁴ Igaçabas é o nome dado pelos Xucuru-Kariri às urnas funerárias com formato ovóide, encontradas nos sítios arqueológicos da região.

ligados ao movimento ruralista, tendo na maioria das vezes aval do Estado. Desta forma, alerta para os profissionais da Arqueologia sobre algumas implicações relacionadas à percepção de aspectos subjetivos relativo às comunidades, e suas interpretações quanto à definição de sítio arqueológico.

De todo modo, sabe-se que, nos sítios arqueológicos, podem ocorrer diversos tipos de vestígios da materialidade de relações sociais no tempo e espaço, isto é, da cultura material em seu sentido mais amplo: artefatos em geral, como lascas líticas, fragmentos de vasilhas cerâmicas, arte rupestre, objetos de metal e outros materiais, estruturas arquitetônicas etc.; ecofatos, a exemplo de palmeirais, antigos quintais e pomares, e outras paisagens de origem antrópica; e biofatos, como sementes e ossos de animais que configuram restos de alimentação, bem como esqueletos humanos (FUNARI, 1988; RENFREW & BAHN, 1998; EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, 2015b). Por outro lado, para muitos povos indígenas podem existir lugares percebidos como sítios arqueológicos, os quais não possuem, necessariamente, esses tipos de evidências materiais, embora sejam percebidos como herança cultural. Refiro-me, apenas para pontuar, a elementos da paisagem que são locais de moradia ou pontos protegidos ou construídos por seres sobrenaturais (morros, cachoeiras, nascentes de córregos etc.), assim compreendidos no contexto de cosmologias e temporalidades nativas. Exemplo disso são morros que ocorrem na Terra Indígena Nande Ru Marangatu, percebidos pelos Kaiowá que ali vivem como associados à presença de certos “donos” ou guardiões, por vezes chamados em guarani de jára, como o Morro Teju Jagua, protegido por um ser com corpo de lagarto e cabeças de jaguares (EREMITES DE OLIVEIRA, 2016, p. 139).

A partir dessas reflexões, alguns arqueólogos discutem o conceito de lugar ao invés de sítio arqueológico. A diferença entre lugar e sítio arqueológico vem do "lugar", estar associado aos diversos significados atribuídos pelas comunidades e se manifestar em práticas de recordação e materialização. Assim, a construção do lugar, ou melhor, do local, é pessoal e política. Por sua vez, o sítio arqueológico, surge a partir de uma nomeação verticalizada imposta por uma demanda criada por agentes instituídos, os quais dão nome e sobrenome ao bem, ou seja, a "lugares pretendidos", para aumentar a consciência histórica que a maioria dos visitantes nunca experienciou antes. Geralmente, o contato com o sítio é criado a partir de uma demanda não local, e por símbolos selecionados que quase sempre criam uma visão limitada e desconectada da realidade do grupo que convive e vivencia experiências com seu patrimônio (RUPERTONE, 2009).

Trazer à tona a discussão de lugar de memória evoca, de forma mais plural, as diversas vozes que se escondem nas memórias passadas e nas atribuições dadas na atualidade. O jogo é contínuo e atemporal, não dimensionado em uma materialidade morta e construída por agentes externos.

A Arqueologia tradicional, através dos enfoques Histórico-Cultural e Processual, observam o registro arqueológico através de metanarrativas impostas por conceitos herdados de teorias Estruturalistas, focando apenas a materialidade pela própria materialidade.

Nos questionamentos com base na Arqueologia Interpretativa, o jogo simbólico e a percepção do sujeito, são incorporados na análise da cultura material. Esta é vista como objetivação do ser social, matéria inerte transformada por práticas sociais e trabalho, não um fenômeno por si próprio (SHANKS E TILLEY, 1987). Portanto, os sistemas de significação relacionados à materialidade vão se modificando com o tempo, tornando necessário a análise de outras formas de cognição que vão além do paradigma de formação dos arqueólogos, e que a realidade criada por ele, de um mundo concreto atestado em sua base científica, faz parte apenas de uma parcela do todo que não pode ser decodificado (ZARANKIN, 2005; HABER & SCRIBANO, 1993).

A análise inscrita na concretude instaurada nas metanarrativas trazidas para a seleção do que pode, ou não, ser considerado um sítio arqueológico, precisa ser revista quanto à sua apresentação. Como poderíamos delimitar inscrições de sítios arqueológicos a partir de enfoques estruturalistas, sem considerar análises interpretativas que vem por trás da materialidade? A organização do espaço vem através de processos estruturados simbolicamente, que trazem em seu cerne configurações de poder, relações de alteridade, dentre outras subjetividades. São processos construídos dialeticamente entre o presente e as representações concebidas no passado, transformadas a partir das negociações mediadas no jogo político.

Mauss (2003), bem antes do Pós-Estruturalismo, havia percebido que o valor das coisas não pode ser superior ao valor das relações que se configuram no simbolismo, fundamental para a vida social. A dádiva está justamente na percepção das relações de alteridade, onde a visão do homem a partir de sua base econômica é deslocada para vislumbrar o indivíduo através de suas representações coletivas.

Todos esses fatores corroboram para pensar conceitos relacionados à construção da paisagem a partir das relações que vão além do tempo e espaço. Há de se basear a análise de forma hermenêutica, trazendo considerações que estão subscritas nas relações entre sujeito e estrutura.

Alexander Keim (2007, p. 2), estudando o bairro de Chinatown na cidade de Boston, nos Estados Unidos, observou o uso do ambiente e seus elementos como espaços de memória.

O autor relata que a história da comunidade fica expressa na paisagem, seus sucessos e triunfos, tragédias e perseguições, esperanças e perseveranças. Esses sentimentos da comunidade imigrante de Boston ficaram gravados na paisagem material da cidade. Em sua definição, a paisagem é um produto cultural e social formado pela experiência daqueles que viveram e vivem o cotidiano, expressando concretamente os processos históricos e relações sociais. Esses processos e relações estão refletidos na paisagem em artefatos físicos, estruturas arquitetônicas, ou noções menos tangíveis como relações espaciais entre construções e pessoas, bem como noções intangíveis, como sons e cheiros. As peculiaridades da paisagem refletem as atividades do passado e codificam os pontos de vista que estão sendo formados pelas pessoas que estão vivendo o seu cotidiano. Nesse sentido, os conjuntos da paisagem agem como sinais de comportamentos sociais e políticos.

Desta forma, a paisagem não se resume a um conjunto estático de elementos que prefiguram sua forma, e sim do movimento contínuo expresso nas relações sociais que aquele ambiente proporciona. Um exemplo de visão fragmentada e normativa que permeia o cotidiano de algumas cidades patrimonializadas está refletido em algumas ações executadas pelos programas governamentais para processos de revitalização e requalificação em cidades históricas, onde há um grande investimento na restauração de espaços como igrejas, praças, casario colonial, mas usualmente sem levar em consideração o cotidiano das populações que vivem nos arredores e muitas vezes trazem heranças de parcelas da população que foram silenciadas pelo discurso oficial.

A área tombada do Carmo, em Marechal Deodoro, é um complexo formado por duas igrejas vizinhas (da Primeira e Terceira Ordem do Carmo), um Cemitério Municipal entre os prédios, e o espaço em frente, que forma o Largo. Recentemente, foi agraciado com um projeto de requalificação financiado pelo programa PAC - Cidades Históricas 2, do Governo Federal. A proposta de revitalização do espaço tinha como ponto central evidenciar as igrejas e o Largo com um projeto que tornasse mais atrativo turisticamente o espaço da parte histórica da cidade que por muitos anos esteve abandonado. No entanto, as obras tiveram um grande impacto para a população que vive nos arredores.

O procedimento que foi iniciado com a pesquisa arqueológica, e posteriormente com as obras, modificou o cotidiano das famílias locais, que tinham na parte central um espaço de convivência, com árvores e bancos para conversas entre vizinhos, e o trabalho artesanal do tear do filé, típico da região de Marechal Deodoro. Além disso, a proposta disciplinou o espaço através do recuo de algumas casas, que tinham avançado sobre o perímetro tombado

em 1 a 2 metros, em toda a parte lateral, onde ficam a maioria das casas. Com o projeto, os moradores perderam parte de suas casas, outrora garantidas de sua legalidade por parte de um antigo prefeito, além de terem ficado sem a pequena praça arborizada para convívio coletivo, o que foi alegado prontamente pelos idealizadores do projeto como sendo sua retirada essencial para que o patrimônio (o complexo do Carmo) pudesse ser visto de longe pelos turistas quando chegassem em sua entrada.

A proposta modificou e transferiu o espaço de convivência para uma das laterais do local, onde foi implantado um parque infantil e uma academia para pessoas da terceira idade, semelhante as que têm em bairros nobres da capital do Estado, Maceió. A proposta, que não teve nenhuma identificação com a população local, foi motivo de grande controvérsia com os moradores. Após algumas discussões com a Prefeitura e o IPHAN-AL, terminaram cedendo e se aquietaram.

Assim, observamos nesse exemplo que, apesar de toda atual legislação refletir o discurso da diferença e respeito à diversidade, nas Instituições o que existe de fato é uma forte inclinação para projetar o paradigma de prevalência de uma herança cultural colonialista, projetada como bem patrimonial passível de ser salvaguardado. Desta forma, elementos que não se encaixem na perspectiva desse bem, como por exemplo, a comunidade do Carmo e suas singularidades do presente, não devem ser levadas em consideração no momento de nomear os aspectos diversos do padrão normativo. Retira-se da comunidade a familiaridade do espaço, para implantar "correções" pautadas em uma visão verticalizada de patrimônio.

Com as reflexões da pós-modernidade, alguns conceitos começaram a se modificar a medida que foram colocados em cheque com a configuração do mundo moderno. No que diz respeito às cidades, não há uma definição unívoca do que seja cidade histórica. A cidade pode corresponder a um objeto com características distintas, exigindo muitas vezes um complemento substantivo como: cidade de fronteira, cidade grega, cidade portuária. Dentro dessa ótica, a cidade, em suas inúmeras perspectivas, é vista como em constante mudança e, a partir dessa constatação, adjetivamos a palavra cidade, a fim de construirmos um quadro mais preciso (LENCIONI, 2008).

No que diz respeito ao entendimento da categoria cidade, David Harvey (2007), descreve o espaço urbano demonstrando o contraste da ideia homogênea de cidade instaurada pelo pensamento moderno, em oposição a cidade vista a partir da ótica do pensamento pós-moderno.

Os planejadores "modernistas" de cidades, por exemplo, tendem de fato a buscar o "domínio" da metrópole como "totalidade" ao projetar deliberadamente uma "forma fechada", enquanto os pós-modernistas costumam ver o processo urbano como algo incontrolável e "caótico", no qual a "anarquia" e o "acaso" podem "jogar" em situações inteiramente "abertas". (HARVEY, 2007, p.49).

Deste modo, a cidade, em seus inúmeros desdobramentos, abre campo para uma observação em várias categorias, de forma que podemos caracterizar diversos discursos diferenciados, dentro de um núcleo heterogêneo.

Dentro do conceito de cidade, encontramos o adjetivo usual de "cidade histórica", entretanto é importante que se perceba o que realmente está imbricado a esse conceito. No imaginário comum, geralmente ligamos o conceito de cidade histórica a uma ideia de herança colonial sem problematizar a questão. Se partimos de um universo "caótico" e "anárquico" temos que incluir nesse discursos os contrastes que existem entre o discurso oficial, que privilegia a materialidade de herança colonial, a outras formas de organização social, que estão atreladas dentro desse universo.

A Recomendação de Nairóbi, redigida em 1976, na 19ª Convenção da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, relativo à *salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*, deu os primeiros passos para uma definição do que seriam conjuntos históricos e tradicionais.

Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo o agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural, entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

Entende-se por "ambivalência" desses conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. (IPHAN, Cartas Patrimoniais).¹⁵

O texto fala da diversidade dos conjuntos históricos tradicionais e da importância da preservação desses espaços para assegurar a expressão cultural, fundamental para cada ser humano, e suas nações, assegurando a identidade local. Neste texto, a diversidade do bem

¹⁵ IPHAN - Cartas Patrimoniais. Recomendação de Nairóbi - 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso: 07/01/2016).

patrimonial está explícita quanto ao seu caráter heterogêneo, e a importância de salvaguarda desses espaços.

Em 1986, foi redigida a Carta de Washington - *Carta Internacional para Salvaguarda de Cidades Históricas*/ ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios¹⁶, em cujas definições estabelece que todas as cidades do mundo são expressões das diversidades materiais e sociais, e são documentos históricos exprimindo valores das civilizações tradicionais. Tal carta conceitua as cidades históricas a partir de seu conjunto matizado, trazendo a preocupação da salvaguarda desses locais e que tal ação tem que ser vinculada a população que faz parte de seu conjunto, sendo importante criar políticas de desenvolvimento coerentes com o incremento econômico e social em todos os níveis, não esquecendo, durante o processo, no quesito cidades históricas e bairros, de considerar seus habitantes.

A Carta de Petrópolis, redigida em 1987, relativa ao *1º Seminário Brasileiro de Preservação e Revitalização dos Centros Históricos*¹⁷, traz os preceitos da importância dos processos de revitalização e preservação dos Centros Históricos. Entende-se por sítio histórico urbano o conjunto de paisagens naturais e construídas somadas aos seus habitantes e suas vivências que se traduzem na produção social de valores passados e presentes em um determinado espaço. No documento, há inúmeras indicações para a importância da preservação desses lugares, tendo como ponto fundamental a manutenção e potencialização de quadros referenciais para a consolidação da cidadania.

Os documentos internacionais sobre patrimônio influenciaram a legislação brasileira nas questões sobre a valorização e salvaguarda do Patrimônio Cultural. Todavia, as leis patrimoniais que contemplam o caráter da diversidade cultural do país, quando aplicadas na prática, nas políticas de desenvolvimento relacionado a cidades históricas, geralmente desconhecem aspectos dissonantes do modelo implementado para caracterizar um bem patrimonial. Desta forma, temos que refletir e lançar questionamentos referentes aos modelos de políticas públicas implementadas nas cidades patrimonializadas brasileiras.

Alguns estudiosos do urbanismo apontam que derivamos de um modelo urbanístico/funcionalista, ou seja, cidades são projetadas com padrões do “primeiro mundo”,

¹⁶ IPHAN - Cartas Patrimoniais. Carta de Washington - 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>. Acesso: 07/01/2016).

¹⁷ IPHAN - Cartas Patrimoniais. Carta de Petrópolis - <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petrópolis%201987.pdf>. Acesso: 07/01/2016).

apoiados na centralização e racionalidade do aparelho do Estado, tendo como consequência uma modernização incompleta e excludente. Esses processos não levam em consideração a realidade da “cidade real”, e se configura em um instrumento de dominação ideológica que favorece ao Estado e ao mercado especulativo imobiliário.

Apesar da substituição desse modelo, pautado em discussões sobre as necessidades postas na atualidade, os especialistas recaem sobre dúvidas do que surgirá com sua substituição.

Cabe perguntar se a nova matriz que está sendo gerada resulta de um processo endógeno calcado na práxis urbana ou segue o mesmo caminho de dominação econômica, política e ideológica de inspiração externa, seguido pela primeira. Em que medida esse processo de substituição não está reproduzindo modelos alienados em relação à nossa realidade, modelos esses que vincularão desde a formação profissional e acadêmica, até a produção reificada de conceitos e da representação da cidade? (MARICATO, 2002, p. 123-124).

Apesar do texto se referir a cidades de forma global, observa-se essa lógica de mercado nas cidades históricas que utilizam seu patrimônio cultural para mediar relações econômicas, onde as comunidades locais (no ideário de projetos sociais) utilizam-se desse aporte para geração de renda. A partir dessa premissa, as perguntas que surgem são: como os profissionais estão manipulando a materialidade revestida da nomenclatura de "patrimônio cultural" nos sítios urbanos? Será que as construções da memória local levam em conta a ancestralidade dos grupos divergentes do discurso oficial? Será que o modelo aplicado está sendo funcional para essas populações? Elas realmente participam ativamente da construção da memória social? Ou essa memória vem sendo implantada através de projetos unificados, que falam de inclusão, mas uma inclusão que não leva em conta particularidades dos grupos divergentes?

FERREIRA (2013), ao falar de materialidade, diz que há uma classe de coisas que não pertencem a comunidade inteiramente, mas exercem ação social. É conferido uso por esses grupos, mas reina sobre elas uma ambivalência fundamental.

Refiro-me à classe das coisas arqueológicas. Pesam sobre elas sanções legislativas variadas, desde os níveis municipais, até os nacionais e internacionais. Normalmente, coisas arqueológicas e comunidades são enfeixadas pela retórica pedagógica dos nacionalismos, disseminando-se pervasivamente a Nação para cada um de seus membros (DissemiNation, conforme o criativo neologismo de Homi Bhabha 1990). Ambas são atadas pela liga pegajosa da “comunidade imaginada” (Andersen, 1983): nenhum indivíduo de uma nação, por menor que ela seja, conhece todas as coisas arqueológicas com as quais se compôs sua identidade nacional; e tampouco saberá ou sequer ouvirá falar dos outros membros de sua nação (FERREIRA 2013, p. 88).

Para a Arqueologia, os trabalhos em cidades históricas tem inúmeros desdobramentos que entram em confluência com várias vertentes da disciplina como, por exemplo, Arqueologia Histórica, Arqueologia Urbana, Arqueologia do Capitalismo, Arqueologia Pós-Colonial, dentre outros. Dentro desses desdobramentos, podemos atrelar essas categorias à vertente da Arqueologia Interpretativa, na qual se estabelece um diálogo com a Teoria Crítica a partir da percepção da subjetividade silenciada no discurso normativo científico. Essa tendência do pensamento arqueológico, influenciada pelo pensamento pós-moderno, traz a inclusão de discursos de grupos minoritários, ocultados pela manutenção do discurso hegemônico¹⁸.

Dentro dessa perspectiva, é possível observar de forma mais ampla a materialidade, incluindo os diversos agentes que fizeram e ainda fazem parte da composição do foco de pesquisa. A partir dessa ótica, arqueólogos devem envolver conhecimento aliando-o à crítica e ação, tendo como consequência o fim do debate estéril, promovendo reflexões sobre o contexto atual da sociedade. O conhecimento não existe independente da consciência social do pesquisador. (MACGUIRE & NAVARRETE, 2005).

Martin Hall (2001) aprofunda questões relacionadas a perceber no registro arqueológico, vozes subalternas, muitas vezes obscurecidas pelas pesquisas tradicionais na Arqueologia. Para o autor, ao invés do pesquisador se concentrar nas consistências (mapeamento e remapeamento da cultura material dominante), ele deve olhar para as contradições, ou seja, para as áreas de confusão que muitas vezes vêm mascaradas na leitura de artefatos aliadas a pesquisa documental. A função do arqueólogo é encontrar o ponto cego, onde a compreensão está bloqueada. O ponto cego é o que a teoria crítica de (BHABHA, 1994, apud HALL, 2001) denomina “terceiro-espço”, onde há uma área de interação entre os que detêm o poder e os que estão sujeitos ao poder. Nesse espaço, os espelhos das representações culturais são comumente revelados em um sistema integrado de códigos ampliados. Símbolos e significados de uma cultura não têm uma unidade primordial, são fluidos.

Os símbolos culturais podem representar aspectos cristalizados de determinada cultura, entretanto, vistos de forma mais aprofundada, a partir da ótica de diferentes agentes,

¹⁸ O termo hegemonia é utilizado a partir do ponto de vista de Gramsci, onde faz a distinção entre sociedade civil e política, a primeira feita por afiliações voluntárias (escola, família, etc.), a segunda composta pelas instituições estatais (exército, sistema burocrático, etc.). A cultura é subscrita nos marcos da sociedade civil, onde ideias e instituições influenciam não por meio de dominação direta, mas por meio do que ele chama de consenso. Desta maneira, certas ideias são mais influentes que outras sendo identificado essa liderança cultural como hegemonia (SAID, 1996).

podem possuir significado e funções diversificadas. O arqueólogo deve estar preparado para a captação dessas diferenças no que se refere à construção do conhecimento arqueológico. Existem inúmeras formas de interpretar a materialidade, no entanto o profissional não pode se resumir a práticas recorrentes de seu capital cultural.

A partir dessa percepção podemos lançar para a cidade histórica outro olhar, verificando os "pontos cegos" muitas vezes silenciados pelo discurso unilateral. Dentro da Arqueologia Interpretativa e Pós-Colonial, há uma desconstrução da ideia da busca de um bem arqueológico pautada em uma análise objetiva. O papel do arqueólogo é questionar em que bases foi construído o discurso que permeia a ideia de verdade científica.

Haber (2011) diz que não há um lugar fixo para a ideia de patrimônio arqueológico, uma vez que esse se debruça em contextos práticos que são geralmente conflitivos na vida social, na política pública onde há circulação do capital financeiro. A ideia de patrimônio ora pode estar vinculada a grupos sociais e suas lutas por reconhecimento, ora por empresas que mostram atitudes positivas frente a preservação cultural, a fim de angariar fundos através de seus projetos de investimento, como também o Estado, que transporta a ideia de patrimônio afim da inversão de capital.

Outra ideia relacionada a patrimônio arqueológico que vale a pena refletir é sobre a nomeação de um bem como arqueológico, que vem de um marco disciplinar, onde o arqueólogo tem o poder de nomear. "El pasado pasó y ya nada puede cambiarlo: lo arqueológico significa esa estabilidad, una fijación imaginaria que sirve de referencia para la colonialidad y la modernidad, para sus relatos del pasado y del futuro, de nosotros y de otros"(HABER, 2011, p.14).

Desta forma, para alguns arqueólogos pós-coloniais e interpretativos, o patrimônio arqueológico é uma escolha monolítica, enquadrada em um padrão universalizante do que seja Arqueológico. A própria Arqueologia, em seu processo de formação como disciplina, parte de uma base colonialista.

No entanto, por trás dos jogos políticos no qual o patrimônio arqueológico está envolvido, existem memórias que são acessadas através do universo da cultura material. Os discursos dissidentes, da maioria da população que não convive o jogo político entre os detentores do capital financeiro e os grupos organizados da sociedade civil. Esses grupos, na maioria das vezes invisíveis, utilizam e reutilizam as memórias acessadas pela cultura material para suas construções sobre o passado a partir de um ponto comum e particular.

Entretanto, mesmo vivendo o universo da materialidade com base estrutural colonialista, podemos vislumbrar como arqueólogos outra forma de fazer Arqueologia. Uma que, além de privilegiar os diferentes discursos, sirva como ferramenta de equidade social.

1.3 A construção do conceito de Pós-Colonialismo

Para aprofundarmos a discussão a respeito da desconstrução do paradigma relativo à paisagem patrimonializada, é necessário refletirmos a respeito de algumas vertentes teóricas que trazem em seu cerne a desconstrução dos essencialismos presente na concepção de mundo forjada na modernidade. O Pós-Colonialismo não pode ser considerado como uma matriz teórica única, pois é uma corrente de pensamento formada por várias contribuições, que tem por objetivo a quebra do discurso hegemônico formado a partir das matrizes europeias.

A discussão Pós-Colonial surgiu no final da década de 1970, início da década de 1980, nas Ciências Humanas. Refere-se aos efeitos culturais da colonização, bem como às representações concebidas nas sociedades que foram ex-colônias de países europeus. Inúmeros estudiosos se debruçaram sobre o tema em diferentes partes do mundo, tentando desconstruir os estereótipos e imagens criadas a partir da visão Eurocêntrica ocidentalizada a respeito do mundo não Europeu.

Os estudos pós-coloniais se aproximam de três correntes de pensamento, Pós-Estruturalismo, Pós-Modernidade e os Estudos Culturais (COSTA, 2006). No pensamento pós-estrutural carrega a influência de alguns autores como Foucault e Derrida quanto ao reconhecimento do caráter discursivo do social. A projeção do colonizado aparece traduzido nas concepções da modernidade, trazendo categorias binárias expressas na visão de mundo polarizada, bom versus mau; branco versus preto, civilizado versus selvagem; masculino versus feminino, verdadeiro versus falso. Desta forma, o discurso colonial enquadra os povos colonizados a categorias monolíticas, tendo por consequência o processo de dominação.

Dialogam com a pós-modernidade quanto à percepção da condição do sujeito, refletindo o descentramento das narrativas na contemporaneidade (COSTA, 2006). Esse processo é percebido por Hall (2011) a partir de cinco pressupostos: O materialismo histórico de Marx, onde o indivíduo foi visto no interior das grandes estruturas e formadores da sociedade moderna; com a decodificação da psique humana por Freud, onde a identidade é formada através de processos psíquicos e simbólicos do inconsciente; os estudos de

linguística de Saussure, identificando a língua como um sistema de código social, não individual. A análise genealógica de Foucault sobre o poder, onde os indivíduos estão sujeitos a um novo tipo de poder ao qual ele chama de “poder disciplinar”, que está relacionado ao poder ideológico implantado subjetivamente nas instituições. Por fim, com o surgimento dos movimentos sociais, onde as "minorias" tomam lugar na reivindicação de seus direitos.

Os Estudos Culturais surgem convergindo com questionamento da palavra cultura, observando-a a partir de sua relação com mudanças históricas, atrelada às modificações econômicas e políticas. Desta maneira, os Estudos Culturais refletem no campo da multidisciplinaridade aspectos relacionados à crítica de uma abordagem à cultura a partir da construção epistemológica e ideológica do pensamento eurocentrico, que naturaliza a diferença entre a dualidade: normalidade versus diferença.

Os Estudos Culturais, apesar de ter sido um movimento em diferentes países, surgiu de forma organizada na Inglaterra no final da década de 1950, sob influência de três pesquisadores da Universidade de Birmingham: Hoggart, Willian e Palmer Thompson. O foco central das pesquisas era observar o papel e o efeito da cultura em uma situação crítica pós-guerra, sob influência dos meios de comunicação de massa, e a mudança dos valores tradicionais das classes, principalmente a classe operária (ESCOSTEGUY, 2001).

A partir daí, ocorreram duas grandes orientações nas análises propostas pelos Estudos culturais. A percepção do padrão estético-literário, visto como expressão da cultura; e o alargamento do conceito de cultura, inserindo práticas e sentidos do cotidiano: "todas as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história"(ESCOSTEGUY, 2001, p. 32).

Sob influência dessas mudanças no cenário histórico, o Pós-Colonialismo surge como orientação teórica heterogênea composta por diversas correntes de pensamento, tendo como ponto central a percepção do jogo político implementado pelo pensamento colonizador, bem como a percepção do sujeito colonizado frente às formas criadas a partir do processo histórico. As inquietações no cenário das Ciências Humanas com a mudança de paradigma, a partir da queda de fronteiras proporcionada pelo pós-guerra, e consequentemente a globalização, forneceram a diversos estudiosos um campo de investigação fecundo.

Edward Said (1996) marcou o início dessa inquietude intelectual, quando lançou o livro *Orientalismo*, em 1978, em que descreve que o "Oriente" é uma ideia concebida pelo Ocidente, criando uma história e tradição de pensamento, influenciando em inúmeras áreas do

conhecimento. Said, ao falar de sua obra, dizia que a construiu a partir de dois pontos: o conflito árabe-israelense de 1973, observando a construção da mídia sobre os árabes; e da sua própria experiência pessoal como palestino, observando as representações na arte e literatura do Oriente.

A partir dessa concepção para entender o Orientalismo, era necessário verificar as configurações de poder imbricadas no discurso criado sobre o Oriente. Seu pensamento teve influência da perspectiva de discurso de Foucault¹⁹, no qual o conceito sobre “Oriente” forjado pelos ocidentais, mostrou, entre outras coisas, que as representações idealizadas no ocidente, para caracterizar a cultura oriental, traziam a imagem arquetípica de povos orientais como perigosos, preguiçosos, temidos, sendo alvos de pacificação (SAID, 1996).

Homi Bhabha (1998), assim como Said, veio de uma condição de colonizado. Trouxe como contribuição a desconstrução do binarismo imposto pelo pensamento colonial, inserindo diversos aspectos da condição do sujeito num mundo pós-colonial. Dialogou com diversas correntes teóricas para investigar as ações impostas pelo pensamento colonizador, em contraponto com as tensões geradas na resistência desse contato.

Para Bhabha (1998), a análise centra-se na percepção de aspectos das diferenças culturais. O sujeito pós-colonial não é mais visto como unificado, mas sim como fruto de processos históricos e culturais, se tornando híbrido. Esse "Outro" reflete o embate criado pela diferença. Não se vê como reflexo da matriz, nem se percebe como fruto passivo do processo catequético de colonização.

A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como reflexo de traços culturais ou étnicos *preestabelecidos* escritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica (BHABHA, 1998: 20-21).

Desta forma, o "Outro" híbrido está em constante negociação no jogo de identidade. Elimina-se o binarismo da modernidade para dar lugar a um sujeito carregado de embates internos. Dialoga com diversos autores, como Frantz Fanon quando reconhece que o ser colonizado não se vê no reflexo criado pelo colonizador. A um espaço indeterminado no sujeito que é fruto desse processo a mudança cultural e política. As práticas culturais não

¹⁹ Para Foucault o sistema capitalista moderno cria "*dispositivos de poder*", ou seja, estratégias engendradas no discurso para produzir indivíduos disciplinados que irão contribuir para sua reprodução (FOUCAULT, 2000).

podem ser articuladas sem o reconhecimento desse lugar ao qual ele denomina terceiro-espço (BHABHA,1998) .

Bhabha (1998), e Hall (2011), outro importante expoente do pensamento pós-colonial, remetem à emergência de um novo sujeito, onde o jogo de identidade é fluido, e está em constante negociação. Não existe um sujeito unificado, fruto de um processo passivo de herança cultural. O jogo identitário é fluido e está em constante transação.

Diversas disciplinas das Ciências Humanas sofreram influência das orientações teóricas forjadas no pensamento Pós-Colonial. Na Antropologia, bem como na Arqueologia as ideias levaram os pesquisadores a ter como eixo principal a desconstrução do pensamento de superioridade e certezas do mundo ocidental, dando lugar a crítica de modelos estruturais derivados do mundo moderno. A compreensão de outras realidades “não europeias” passou do caráter de descoberta para o de criação. Ou seja, o homem derivado dos processos de conquista colonial é uma criação do mundo europeu (GSDEN, 2007).

Lawrence & Shepherd (2008), estabeleceu uma divisão no que se refere a estudos de processos coloniais. Os autores definem Colonialismo, Pós-Colonialismo e Neo-Colonialismo. O Colonialismo é um processo no qual novas sociedades emergem em novos territórios, gerando, assim, novos sistemas de relações. O seu período equivale ao início do processo de instalação, até a independência da colônia. O Pós-Colonialismo se estabelece a partir do momento da independência, e se configura em um conjunto de ideias anti-coloniais derivadas de reflexões de grupos de resistência, intelectuais e demais segmentos afetados pelos processos. Já o Neo-Colonialismo se refere a vínculos econômicos e outros que sobrevivem a independência política formal, e servem para perpetuar relações e formas coloniais de poder.

Jordan (2009), discutiu também alguns termos utilizados para o entendimento do processo de colonização. Há uma diferença que precisamos saber entre os termos colonização e colonialismo. Colonização é um assentamento implantando em um território tanto desabitado como habitado por outros grupos. Esse processo apenas representa a fixação de um grupo em um novo contexto, o qual, caso esteja habitado, promoverá interação entre grupos distintos.

Diferente do primeiro termo, o colonialismo envolve relações de domínio intercultural, ou seja, se estabelece como uma relação desigual que explora diferenças de desenvolvimento econômico, político e ideológico entre os dois grupos. Para o autor, o

colonialismo é apenas um aspecto possível do processo de colonização. Os estudos devem ser ampliados para observar os grupos colonizados através de uma ótica menos restritiva, estabelecida por uma visão romântica do colonialismo e defendida por alguns autores.

Dentro das alternativas postas, sugere que essas colônias podem ter sofrido o processo de Enredamento Cultural, que corresponde ao nivelamento de poder entre colonizador e colonizado, sendo estabelecido ao longo de intercâmbios entre os grupos, resultando em influência mútua, causando mudanças em meios de produção indígenas, costumes de ambos e etc. As relações de poder, nesses casos, estão enredadas, sendo difícil estabelecer quem as detém. Os processos de Enredamento Cultural podem ser contínuos por décadas ou evoluir para um processo de colonialismo (JORDAN, 2009).

Para o estudo de cidades históricas é imperativo que se analise as formas de instalação da colônia e as relações estabelecidas a partir de sua implantação. As populações que derivam desse processo precisam ser analisadas em suas relações e, a partir desses estudos, aprofundar reflexões a respeito do patrimônio material sua apropriação e resignificação no mundo contemporâneo. Esses processos passam do caráter estático, quanto a sua interpretação linear passada pelo meio de tradições culturais, para o desencadeamento de questões subjetivas. Na Arqueologia contemporânea é imprescindível observar que as interpretações relativas a materialidades são postas a partir do presente e essas são carregadas do estofo cultural do pesquisador.

1.4 O Pós-Colonialismo e a Realidade Latino Americana

A América Latina pós-independência tornou-se um cenário fecundo para discussões sobre padrões exportados das matrizes coloniais. Na mudança de Colônia para Estado-Nação, a influência do colonialismo nas bases sócio-política dos países periféricos fizeram alguns teóricos repensar as propostas engendradas na sua constituição, herança de uma política excludente e baseada no modelo exploratório do sistema colonial.

Na década de 1960, com o estabelecimento dos regimes ditatoriais em diversos países, os movimentos sociais tiveram papel central em uma mudança de perspectiva política, reivindicando um espaço de direto para vários seguimentos da sociedade. Nas Ciências Humanas, o panorama de discussão de classe e herança do marxismo foi sendo confrontado com a emergência de enfoques culturalistas e identitários, baseados em princípio na

diversidade sociocultural. A luta dos movimentos feministas, negros e indígenas abriram espaço para a emergência do sujeito, que passou a ser visto a partir de sua complexidade simbólica e do descentramento das múltiplas identidades emergentes.

Alguns autores das Ciências Sociais tiveram papel fundamental no cabedal de mudanças na visão desse ser produto do processo colonial. É importante lembrar que muitas das produções iniciais de um discurso pós-colonial tiveram preocupação de perceber quem era o objeto formado a partir do poder central. Em meados do século XX, algumas inquietações vieram dos estudos sociológicos e antropológicos, onde populações negras e indígenas começaram a ser vistas a partir dos processos de mudança cultural. É quando os grupos dissidentes passam de um caráter positivista, direcionados para os processos de civilização e progresso, para o entendimento do produto colonial.

No vasto campo dos estudos percussores do sujeito periférico, podemos destacar alguns trabalhos marcantes no Brasil, como o de Darcy Ribeiro, (1995) *O Povo Brasileiro*, que abordou as matizes culturais e os mecanismos de formação étnica do povo brasileiro. Também Roberto Cardoso de Oliveira (1976), com a mudança da perspectiva de assimilação explicadas através de teorias de aculturação para povos originários, com a introdução do conceito de fricção interétnica. E Guerreiro Ramos (1995), com a proposta de uma sociologia voltada para o entendimento da sociedade brasileira, reconhecendo as especificidades impostas pelo processo histórico, em contraponto ao pensamento positivista e culturalista conferido pelas principais vertentes sociológicas mundiais empregadas no período.

Para Ramos, o pensamento sociológico brasileiro precisava de uma análise crítica em sua produção, tendo como referência uma teoria que viesse das bases periféricas. Em sua obra *A Redução Sociológica*, de 1958, lançou críticas aos modelos implementados no Brasil, tratando os problemas epistemológicos do emprego de teorias sociológicas vindo de contextos diferenciados, como os de matrizes européias.

No final da década de 1990, alguns intelectuais latino-americanos se organizaram em um grupo que foi denominado Modernidade/Colonialidade. Tomaram por base os movimentos pós-coloniais que estava emergindo no mundo para pensar a situação de países periféricos. Vários deles já citados, como Bhabha, Said, Fanon, serviram de tomada de consciência para uma ideia crítica sobre a produção científica na América Latina.

Os Estudos Subalternos formados por intelectuais do Sul Asiático também influenciaram, principalmente liderados por Ranajit Guha, cujo o objetivo principal era a

análise crítica a historiografia colonial feita a partir da Europa, como também a produção historiográfica eurocêntrica nacionalista indiana. Na década seguinte, outros intelectuais indianos aliaram-se aos Estudos Subalternos como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak, trazendo discussões sobre problemas que afetavam os povos colonizados da região (BALLESTRIN, 2013).

Spivak (2010), trouxe grandes contribuições para repensar o lugar do colonizado subalterno, que era silenciado através da fala do outro, neste caso, dos intelectuais pós-coloniais. Desta forma, argumentava que "nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno, sem que este ato esteja imbricado no discurso hegemônico" (SPIVAK, 2010, p. 12). Portanto, o lugar dos intelectuais, ao invés de serem interlocutores, deveria se ater em construir pontes, nos quais os povos subjugados se fizessem ouvir.

Seguindo o curso, intelectuais latino-americanos sob influência desses autores criaram diversos grupos de estudo na América Latina, nos quais o objetivo era repensar os sujeitos colonizados a partir de outro ponto de vista, que não os da matriz europeia. Após alguns anos, a partir da discussão de alguns intelectuais, iniciou-se um rompimento com a linha teórica pós-colonial, baseada na crítica de que esses estudos não faziam uma ruptura adequada com autores eurocêntricos. Desta forma, a alternativa era repensar o latino-americano a partir da América, tendo como base teorias desenvolvidas por autores periféricos.

[...] trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas (BALLESTRIN, 2013, p. 96).

Assim, o debate haveria de partir das especificidades da realidade latino-americana. Uma análise vinda de fora não quebraria o caráter hegemônico científico, forjado a partir das bases coloniais. Nessa ótica, várias contribuições foram anexadas a essa nova maneira de pensar a realidade das Américas. Alguns conceitos foram criados para traduzir melhor os efeitos da empreitada colonial e suas consequências para os herdeiros históricos desses acontecimentos.

No lugar de Colonialismo, surgiu o termo *Colonialidade do Poder*, que significa um dos elementos que constituem o padrão mundial do poder capitalista. É sustentando através de

uma classificação étnico/racial da população que opera em diversos planos materiais e subjetivos. Diferencia-se do Colonialismo, pois esse traduz uma estrutura de dominação/exploração, onde o controle é exercido através de um sistema de produção, de trabalho e controle político de uma população de diferente identidade, cuja sede central fica em outro território (QUIJANO, 2009).

Desta forma, o poder capitalista mundializou-se e tornou-se eurocentrado ao mesmo tempo da emergência das colônias nas Américas. Para esses autores, as vertentes Pós-Coloniais aplicadas nesse contexto não poderiam ser utilizadas sem haver consciência do contexto histórico singular latino-americano. Ou seja, aprofundam-se reflexões quanto às transformações na esfera de poder, questionando a forma intersubjetiva de recriação de táticas para a perpetuação da hegemonia das matrizes em detrimento das nações periféricas.

Desde o século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era pré-existente a esse padrão de poder, que já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade. É que nessa qualidade, a Europa e os europeus, eram o momento e o nível mais avançado no caminho linear unidireccional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia outros dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de *humanidade* segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (grifo do autor) (QUIJANO, 2009, p. 75).

Boaventura Souza Santos (2009), propõe uma teoria crítica pós-moderna a partir do diálogo e tradução das realidades do sul. O debate realizado com a colonialidade, modernidade e decolonialidade confronta a cosmologia moderna que moldou valores como igualdade, liberdade e democracia como categorias absolutas e normalizadas nos sistemas mundiais, propondo a problematização a partir do reconhecimento histórico de formação dessas categorias. Para ele, a epistemologia que rege o pensamento científico atual é contextual, se assentando na diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e na diferença política (colonialismo e capitalismo). Essa dupla intervenção suprimiu práticas sociais de conhecimento que contradissem os interesses aos quais servia, a sustentação do mundo moderno capitalista. Desta forma, constituiu-se o epistemicídio dos conhecimentos locais, tidos como alienígenas.

Para se produzir o pensamento crítico a partir dos países periféricos há de se identificar as bases em que foram construídas as categorias naturalizadas do pensamento

científico ocidental, e como foram institucionalizadas para a naturalização das bases capitalistas.

O pensamento crítico que permeia as discussões na Arqueologia no qual reivindica o lugar do sujeito e crítica o caráter normativo da disciplina perpassam pelas correntes teóricas pós-coloniais. O descentramento do padrão de sítio, a atemporalidade, a incorporação de vozes subalternas são questões levantadas a partir do contato com a desconstrução da ideia de centro e periferia instaurada pela modernidade.

CAPÍTULO 2

PATRIMONIALIZAÇÃO: CONSTRUÇÕES DOS MODELOS CONTEMPORÂNEOS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Atualmente, as discussões em torno do Patrimônio Cultural tem gerado algumas classificações quanto ao seu uso e função nos diversos seguimentos sociais. De forma geral, os processos de patrimonialização acarretam consequências que transformam o panorama sócio-econômico de diversas cidades e comunidades que encontram potencial para o desenvolvimento nesse setor.

A Arqueologia praticada nos espaços patrimonializados carrega em si os conceitos e discussões desse processo, tendo como consequência, muitas vezes, a reprodução de discursos que podem influenciar nas trajetórias das pesquisas, pois as demandas direcionam os objetos a serem explorados dentro dos contextos de cidades patrimonializadas.

A intenção desse capítulo é discutir alguns temas que estão engendrados na formação do conceito de patrimônio cultural, principalmente apresentando as políticas instituídas no processo de patrimonialização da cidade de Marechal Deodoro, Alagoas.

2.1 Patrimonializar para Quem?

A ideia de Patrimônio Cultural surgiu no século XIX, sob a influência do pensamento positivista. A França e Inglaterra pós revolução buscou a necessidade de preservação de sua memória coletiva através de bens móveis e imóveis. Nesse período, a noção do belo e erudito estava intimamente ligada ao conceito, podendo assim, através dessas expressões, transferir valores para futuras gerações. O bem patrimonial era tangível, e a materialidade transportava os valores iluministas, mobilizados na ideia da razão, da capacidade do homem utilizar a natureza tornando-a útil ao progresso e o processo civilizatório. O pensamento cartesiano, que fragmentava a realidade para estudá-la em partes, fabricava os especialistas do futuro, aqueles que iriam trazer luz, através das frações de história materializadas no patrimônio, impregnados com o ideário moderno de uma progressão linear e evolutiva das civilizações.

Nessa perspectiva, os países almejavam o desenvolvimento de suas nações, sob a bandeira do fortalecimento de uma identidade imaginária nacional, construída através dos valores da elite pós colônia, que estava carregada de imagens do progresso das grandes matrizes. O Brasil do século XIX vivenciava um processo diferente dos demais países europeus, pois havia uma necessidade de afirmação da consolidação de uma nação, moderna em progresso, pautada nos modelos das grandes cidades européias. Assim, os padrões das grandes metrópoles eram importados para o Brasil, sendo apoiado pelas elites o processo de transformação dessas cidades. As grandes capitais do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, aderiram a esse movimento, transformando alguns de seus centros coloniais em espaços mais condizentes com o processo de modernização das cidades do mundo moderno (PINHEIRO, 2006, p. 05).

Antes do período republicano brasileiro, no século XIX, o país teve uma história política conturbada. A transformação de Colônia para Império trouxe diversos desdobramentos políticos que conflitavam os interesses da Coroa com os das elites brasileiras. Após a partida de Dom Pedro I, em 1831, iniciou o Período Regencial que durou até 1840 com a Declaração de Maioridade de Dom Pedro II (aos 14 anos). Nessa fase, ocorreram diversas mudanças no perfil sócio-político brasileiro, como, por exemplo, a criação das Forças Armadas e a consolidação do Território Brasileiro, após as diversas rebeliões que culminavam em várias regiões do país, com grupos insatisfeitos com o poder centralizador imperial.

Com o movimento mundial de solidificação das grandes nações rumo a modernidade, o Brasil de Dom Pedro II deveria seguir os passos de transformação e concretização de um território unificado e centralizador. Uma das estratégias de vinculação dos interesses para fortalecimento do território era a criação de uma história brasileira, marcada principalmente pela criação de uma identidade nacional que incluísse a diversidade tão marcante do país.

Desta maneira, o movimento nacionalista que permeava os países europeus, influenciou a política brasileira em seu processo de transição da Monarquia para a República. No entanto, os caminhos para a construção de uma nacionalidade brasileira perpassava pela multiplicidade étnica e o desafio da construção de uma identidade nacional unívoca (GUIMARÃES, 2002; SCHWARCZ, 2007; ORTIZ, 1985; MUNANGA, 1999).

O princípio de uma ideia de nação multicultural começou com a independência do Brasil e a criação de uma imagem pacífica entre o contato dos índios com os portugueses. Essa efígie tinha o objetivo de consolidar o país em torno de uma aura positiva que garantisse a preservação do novo sistema político (GUIMARÃES, 2002).

A ideia de unidade nacional figurada no contato pacífico entre nativos e colonizadores, fixava-se em diversas esferas da sociedade brasileira, não apenas no discurso político, nem nos decretos que transformavam o país no ideário nacionalista. Para além das leis, a construção dessa identidade era impregnada nas artes, literatura, na construção de instituições que definissem o perfil de um país unificado.

O Romantismo brasileiro refletiu bem esse período, com a exaltação da nacionalidade através de obras que traziam a imagem do índio heróico, com virtudes construídas a partir de um esboço colonizador. Um exemplo dessa construção pode ser vista na obra de José de Alencar na trilogia: *O Guarani* (1857), *Iracema* (1875) e *Ubirajara* (1874), que traduz o início da formação de um conceito de identidade brasileira a partir da fusão do índio com o branco.

Figuras 2,3 e 4: Estampas Eucalol, Coleção Paulo Bodmer²⁰



O Romantismo Indianista na literatura contribuiu fortemente para a construção do nacionalismo brasileiro na sua fase de 1836 a 1852, quando transformava a imagem do selvagem em um ser de natureza pura com valores impregnados dos ideários de civilidade. Recuando um século, podemos ver que a construção dessa imagem idealizada do "bom selvagem" veio da influência do pensamento político nascido da crise do absolutismo e pressupostos do liberalismo burguês, elementos particulares do desenvolvimento do capitalismo.

Guimarães (2002, p. 02) aponta que os franceses foram os primeiros a perguntar em o que forma um povo: as origens ou o contrato? Nessa perspectiva, diferente de outros povos europeus no século XVII, se opuseram a nobreza, inaugurando uma noção política de nação. A definição francesa vinha da vontade coletiva, quando a alemã, por exemplo, se presumia na ideia de raça e língua.

No entanto, ressalta:

Como se vê, o que chama de definição francesa da nação não é necessariamente uma visão universalista, democrática e assimilacionista. Tal definição é, para ser exato, mais iluminista que francesa. A definição propriamente francesa particularista, de

²⁰ Em 1917 foi fundada no Rio de Janeiro por imigrantes alemães a fábrica de produtos de higiene Eucalol, na década de 1930 iniciaram uma coleção de estampas que vinham incorporadas aos sabonetes com diversos temas relacionados ao Brasil e aspectos da cultura Nacional. As estampas fizeram muito sucesso sendo colecionadas e até introduzidas dentro dos programas escolares como material didático. As estampas Eucalol, foi imortalizada na música de Xangai compositor baiano que escreveu a música "Estampas Eucalol". Disponível em: http://www.brasilcult.pro.br/eucalol/estampas_eucalol/eucalol.htm Acesso: 26/09/2017.

nação supõe tanto a ideia de "raça", quanto de "língua", com a diferença essencial que se trata de uma definição *histórica* e não biológica de raça. E o critério da língua é medido pelo desempenho individual e não pela filiação a um tronco lingüístico comunitário. No caso da raça, o particularismo francês privilegia a pertença a uma memória coletiva e a um tronco de antepassados e de memórias comuns; no caso da língua o domínio do vernáculo e da história francesas (sic.) (GUIMARÃES, 2002, p. 112).

O surgimento dos Estados Nacionais vão requerer uma história particular para afirmação e consolidação de seu território. Assim nascem as construções dos projetos nacionalistas pautados em valores civilizatórios e, mais tarde, excludentes, quanto à origem dos grupos étnicos agregados à ideia nacionalista.

A expansão colonial deu início as histórias que vão permear o imaginário da população nos anos seguintes. Guimarães (2002), ressalta as formas singulares de conceber o processo de ocupação. Para a América Espanhola, surgiu o mito da conquista e incorporação. Na América Inglesa, a vitória emergiu em campos de batalhas contra os nativos, e assim se estabeleceu a "terra nova" para os novos americanos. Na América Portuguesa, houve o mito do descobrimento do paraíso original, onde os primitivos foram incorporados a fé católica, através da transmutação de selvagens para civilizados. Os principais elementos do mito nacional brasileiro poderiam ser vislumbrados em algumas nuances: Descobrimento da nova terra; a posse simbólica através da cruz e da primeira missa partilhada por portugueses e índios; a representação pictórica, onde europeus bem vestidos e civilizados traziam a luz para índios representados por belas mulheres e guerreiros nativos.

Desta forma, é apresentada a incorporação do índio no contexto brasileiro. A assimilação é vista como uma ferramenta de construção da identidade nacional a partir desses dois elementos. O negro chega mais tarde, após a abolição da escravidão, se consolidando a partir das décadas de 1929 e 1930, dando início a ideia da democracia racial.

Desta Maneira, a ideia de patrimônio cultural nasceu da necessidade de criar as bases de uma nacionalidade, uma identidade comum que cumprisse o papel do Estado de agregar e estabelecer as fronteiras nacionais. Nesse contexto, ela aparece em um período em que a ciência era construída em bases a teorias nacionalistas que estavam impregnadas de ideias racialistas, evolucionistas, positivistas, dentre outras vertentes da construção do pensamento científico do final do século XIX, início do século XX.

Vale ressaltar que essas vertentes teóricas tem diferenças cruciais. No entanto, se entrelaçavam em uma visão unificada de centro e periferia, onde o centro estaria ligado a

matriz européia, no qual colônias deveriam estabelecer seus modelos de civilidade a partir da ótica da matriz.

Os conceitos racialistas, apesar de não serem a base ideológica da ideia de nação e patrimônio cultural, tiveram uma influência importante na formação dos conceitos relacionados a essa temática, tendo em conta que as primeiras manifestações sobre estudos patrimoniais e culturais estavam imersos em meio a ideias da superioridade do europeu frente o resto do mundo.

Schwarcz (2007, p. 47), ressalta que no século XVIII há, de um certo modo, a visão humanista da Revolução Francesa que naturalizava a igualdade humana, considerando os diversos grupos como povos ou nações. No entanto, no século XIX, o termo raça foi introduzido na literatura dos naturalistas, estabelecendo algumas correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais.

George Curvier, dentre outros pesquisadores, inaugura no século XIX a ideia sobre herança física e suas diferenças nos grupos humanos. A partir da observação do naturalista, é forjado o conceito de raça, que teve influência em diversas discussões sobre o tema na época.

É importante frisar alguns acontecimentos ocorridos no auge do debate sobre as diferenças raciais, principalmente nos estudos de Curvier. Nesse período, o Velho Mundo estava descobrindo as diferenças do além-mar. Muitos nativos dos países colonizados foram trazidos para Europa e exibidos em shows, ou nos chamados zoológicos humanos. A partir desses exemplos, fica clara a construção de um padrão que fixa a ideia de "normalidade européia" frente as diferenças do novo mundo. O mundo, a partir dessa perspectiva, é visto entre raças superiores (europeus), e inferiores (colonizados).

O curioso caso da sul africana Saartjie Baartman, da etnia Khoisan, levada para Europa em 1810 por um holandês, e exibida em shows como "anormal", por suas diferenças físicas em relação ao padrão da mulher européia, retrata bem a definição criada naquele período do padrão civilizado "normal", em contraponto às diferenças físicas de mulheres de outros continentes.

Saartjie, "Sarah" ou "Venus Heteronte" (como era chamada após a vinda para a Europa), foi exibida como uma aberração por possuir padrões estéticos diferenciados das mulheres européias. Viveu naquele continente por cinco anos, morrendo na França em 1815, em péssimas condições de saúde. Após sua morte, seu corpo foi dissecado por Curvier, que a classificou a partir de suas "anomalias" como uma mulher selvagem pertencente à raça negra,

que naquele período era considerada inferior, de forma que em alguns momentos, foi comparada a um orangotango. Sua trajetória pós morte foi a exposição de seu esqueleto, órgãos genitais e cérebro no Museu do Homem em Paris, e teve sua retirada de exibição apenas em 2002, após um pedido do presidente sul africano Nelson Mandela. Foi enterrada em cerimônia solene na sua terra natal, na cidade de Hankey, África do Sul²¹

Figura 5: "*Les curieux en extase, ou les cordons de souliers*". Sátira da Venus Heteronte (Saartjie Baartman), Paris 1815²².



Essas discussões sobre desigualdade de raças no século XIX deu origem ao racismo científico, que contrapunha à visão unificadora da humanidade difundida no século XVIII, defendida principalmente pelos humanistas franceses sob os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, herança do pensamento iluminista que enxergava apenas uma via para a humanidade em progressão. Nesse período, havia uma divisão de ideias. De um lado os monogenistas, herdeiros desse pensamento, e do outro, os poligenistas, que observavam as diferenças entre os homens, onde havia o estabelecimento de correlações entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e morais. Na visão monogenista, o homem teria vindo de uma origem comum, enquanto na poligenista, haviam várias origens para o surgimento do homem

²¹ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab (Acesso: 15/11/2017).

²² **Fonte:** *The British Museum. Coleção on-line*. Disponível em: http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=691448&partId=1ðname=6486&termA=6486-1-4&page=1 Acesso: 19/02/2018.

e essas explicavam as diferenças raciais e seus desdobramentos em raças superiores e inferiores (SCHWARCZ, 2007, p. 48).

O conceito de raça foi naturalizado em meio a essas divergências, e foi tomando forma a partir de meados do século XIX, época em que o Brasil vivenciava seu fortalecimento como nação e incorporava valores europeus para sua consolidação diante do mundo capitalista.

O contexto histórico do processo de formação da identidade nacional brasileira é iniciado em meio a conceitos racialistas que explicavam e justificavam a diversidade étnica do país. A prática da mistura intrínseca do processo colonial era motivo para pensar as formas de incorporar as três raças no projeto de coesão nacional. Essa prática trazida do pensamento científico europeu foi introduzida no Brasil afim de tentar explicar o problema da mistura e, com isso, tentar construir alternativas para a solidificação do Estado brasileiro. Apesar da ideia de democracia racial está enraizada no processo de construção de uma identidade plural, os moldes para sua constituição se deram em meio à teorias excludentes e racistas, delegando a grupos nativos e negros um lugar de inferioridade frente a "raça" branca.

Muitos intelectuais tentaram explicar, através de suas teorias a formação da identidade étnica do país desde a primeira república. Alguns nomes se destacam, como: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freire, dentre outros. Munanga (1999, p. 52), destaca que o que estava em jogo no debate intelectual da época era como construir valores civilizatórios a partir da problemática da diversidade racial e cultural de grupos tão distintos. O determinismo biológico ditava a superioridade da raça branca em detrimento das outras, e na degeneração do mestiço.

O mestiço nesse período era visto como um híbrido, ou seja, inferior pelo processo de mistura. Portanto, um país onde a maioria da população provinha do processo de miscigenação, a alternativa defendida por alguns estudiosos era o branqueamento da população através de relações inter-raciais.

O século XIX trouxe o problema das diferenças raciais a um patamar político no país, tendo em vista que a questão dos negros ex-escravos, perante o ideário científico de superioridade da raça branca, seria um problema que só poderia ser resolvido através de uma política que privilegiasse a vinda de uma maior contingente de brancos e o incentivo dos casamentos inter-raciais. Em 1811, o médico João Baptista Lacerda, em um congresso em Londres, defendeu a ideia de que o Brasil já estava em vias de resolver o problema da

"questão racial" o casamento e a "seleção sexual" (preferência com casamentos com brancos) dissolveriam a raça negra em 100 anos (HOFBAUER, 2007, p. 159).

É importante destacar que, na construção da identidade nacional brasileira, em um primeiro momento, a mistura era apenas aceita entre índios e brancos. O negro não era incorporado nessa equação, pois era visto como mão de obra escrava, "peças". Apenas após a Abolição da Escravatura que o negro entra, então, como o terceiro elemento da mistura étnica brasileira, mas como raça inferior, assim como os indígenas já eram. Ortiz (1985, p. 15), aponta que, no fim do século XIX, os intelectuais apresentam diversas teorias que teriam contribuído para a substituição do pensamento romântico: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo cultural de Spencer. Essas correntes apesar de distintas entre si, tinham em comum a evolução histórica dos povos.

Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o "simples" (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais "complexo" (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiam o progresso das civilizações. Do ponto de vista político, tem-se que o evolucionismo vai possibilitar a elite européia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo. Sem querer reduzi-lo a uma posição exclusiva, pode-se dizer que o evolucionismo, em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A "superioridade" a civilização européia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos. (ORTIZ, 1985, p. 15).

Desta maneira, naturaliza-se um modo de vida que é incorporado por diversos seguimentos da sociedade, como, por exemplo, a preservação linear de um histórico que proporcionaria acessar memórias da construção das identidades nacionais. A expressão do patrimônio cultural, é instaurado nos moldes hegemônicos da civilização europeia.

A partir do século XIX, nasce no Brasil os primeiros estabelecimentos de caráter cultural, como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essas instituições iniciaram o processo de produção e reprodução da cultura e memória brasileira. Esses espaços de memória tinham em comum a reprodução de valores portugueses, espelhando o modelo metropolitano (SCHWARCZ, 2007, p.24).

Essas instituições vão iniciar a formação de um nacionalismo brasileiro pautando em valores instaurados pela elite intelectual do período. Assim, surge a criação da história oficial do Brasil, pautada em valores conservadores da monarquia, com herança da elite letrada e sedenta por alcançar o patamar das grandes metrópoles européias.

2.2 Mudança de Perspectiva

No fim do século XIX, e início do XX, o mundo inicia um processo de mudança. Ericksen e Nielsen (2007), ressaltam alguns acontecimentos que iriam desestruturar a configuração do mundo até então conhecido. A Teoria do Inconsciente de Freud, em 1900, a Teoria da Relatividade de Einstein, em 1905, os horrores da Primeira Guerra Mundial, os abalos iniciais do Movimento Feminista e, também, do Anarquismo pressupondo a destituição do Estado, e a Revolução Russa. Esses eventos proporcionaram um novo passo nas Ciências Humanas, principalmente na Antropologia.

A partir dessa nova configuração, há um novo direcionamento no campo antropológico. Ao invés do estudo de raças, os antropólogos começam a se interessar pelos aspectos culturais tomando o lugar para explicar as diferenças. No entanto, essas mudança não ocorreram de forma linear. Foram se apresentando a partir das novas perspectivas e configurações do mundo moderno.

Ericksen e Nielsen (2007), destacam quatro nomes no campo da Antropologia no qual transformam essa visão: Franz Boas (1858-1942), Bronislaw Malinowski (1884-1942) Radcliff-Brown (1881-1955) e Marcel Mauss (1872-1950).

Franz Boas iniciou um novo paradigma no entendimento das diferenças culturais quando percebeu que não era procurando nos traços biológicos a resposta para as múltiplas formas dos comportamentos entre grupos étnicos distintos. Sua teoria contrapunha o pensamento forjado pelo Evolucionismo Cultural e Difusionismo, que se instaurou no final do século XIX, e que tinha como base a unidade psíquica do ser humano, pressupondo que todos passariam pelos mesmos estágios, do mais simples ao mais complexo. Nesse contexto, também imperavam as teorias difusionistas, que tentavam explicar as mudanças culturais através dos processos de dispersão e troca. As diferenças culturais, nessa perspectiva, estavam relacionadas a padrões culturais imutáveis e determinantes.

Para Boas, cada cultura continha em si seus valores e suas próprias histórias e esses deveriam ser percebidos através de uma extensiva pesquisa, coletando e sistematizando dados detalhados sobre culturas particulares. Desta forma, teceu o Particularismo Histórico, que presumia o estudo de cada cultura por ela mesma. A partir de suas análises, foi um dos primeiros críticos do racismo científico, pois contrapunha a ideia de que cada raça tinha um potencial inato distintivo para o desenvolvimento cultural. Para ele, a cultura era singular e

diferenças inatas não poderiam explicar o grande volume de variações culturais. Assim nasce o Relativismo Cultural, que seria um imperativo metodológico ou moral no qual os antropólogos deveriam guiar seus estudos (ERICK e NIELSEN 2007, p. 54).

Malinowski e Radcliffe-Brown dão início a Antropologia Social, diferentemente da Antropologia Cultural praticada por Boas nos Estados Unidos. Essa vertente privilegiava os estudos dos sistemas sociais ao invés de estudar os comportamentos culturais do indivíduo. Malinowski investigava o presente a partir de métodos funcionais em oposição a uma compreensão histórica do social. Radcliffe-Brown implantou o método estrutural onde também via o estudo da sociedade em si, no momento em que está sendo observada, sem levar em conta seu passado. As abordagens funcionalistas privilegiavam os estudos das estruturas sociais e sistemas que mantêm uma sociedade integrada (LAPLATINE, 1998, p. 98).

Mauss, sob influência de seu tio Emile Durkheim, procurou apreender através de suas pesquisas o que ele nomeou Fenômeno Social Total, que tinha como ponto primordial a descoberta de características estruturais comuns a diferentes tipos de sociedades (ERICK e NIELSEN 2007, p. 63). O maior alvo de estudo eram os sistemas de representações, como religiões, tradições orais, mitologia, literatura (LAPLATINE, 1987, p. 102).

Enquanto a Antropologia seguia um movimento de desvinculação das teorias racialistas, as transformações ocorriam no mundo. Após a Segunda Guerra mundial, período marcado pelo massacre em massa de diversos povos, surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ambas com o objetivo de promover a paz e cooperação entre os países.

A UNESCO teve como pilar a cooperação intelectual entre as nações, atuando nas áreas das Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura, Comunicação e Informação. Sua fundação foi em 16 de novembro de 1945, e sua atuação direcionou muito do que vemos relacionados às leis patrimoniais mundiais na atualidade.

É importante frisar que a questão racial também foi um dos temas debatidos na UNESCO a partir de 1950. A *questão da Raça "The Race Question"*²³ foi um documento redigido por vários pesquisadores de diversas áreas como Biologia, Psicologia, Antropologia e Etnologia, que debatia a questão do racismo no mundo, dando ênfase à igualdade entre os povos.

²³UNESCO - The Race Question. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001282/128291eo.pdf>
Acesso: 23/02/2018.

Através da UNESCO, iniciou-se em 1960 a campanha de proteção e salvamento dos templos de Núbia no Egito e Sudão, que foram removidos para a construção da barragem de Assuã. A partir desse fato, foi criado o Programa do Patrimônio Mundial, que tinha por finalidade a proteção de sítios de excepcional valor universal. É quando são lançadas as bases para a identificação de bens materiais, imateriais, objetivando promover o direito a diversidade cultural e direitos humanos²⁴.

No que se refere as questões do patrimônio cultural, é importante frisar a importância das Cartas Patrimoniais que influenciaram a legislação de diversos países para manutenção dos bens. Contudo, elas foram se aperfeiçoando à medida que ocorriam mudanças sócio-políticas no mundo.

No Brasil, com o movimento de uma criação da identidade nacional, as Leis que orientaram a preservação do patrimônio cultural brasileiro foram instituídas a partir da década de 1920, com projetos de lei de parlamentares e criação de órgãos estaduais. As leis só irão se nacionalizar a partir da década de 1930, durante o Governo de Getúlio Vargas. Esse período foi marcado por um regime totalitário no Brasil, instaurado pelo Estado Novo, quando as diretrizes do governo se prefiguravam principalmente na construção de uma nacionalidade coesa.

Em 1933, o Governo Vargas daria destaque aos "lugares de memória", onde ocorreram grandes feitos heróicos, através do Decreto nº 22.928 em 12 de julho. Em 1934, em um novo decreto, o governo deu iniciativa para a um serviço de proteção dos monumentos históricos e das obras de arte tradicionais no país, nomeada Inspetoria de Monumentos Nacionais, chefiada pelo diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso. Nesse mesmo ano, cria-se a nova Constituição Republicana, que trouxe em um de seus artigos 148 diretrizes para salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional (FERNANDES, 2010, p. 10).

É importante destacar o período que antecede a Era Vargas quando, em 1922, com a *Semana de Arte Moderna*, é marcado o início do Movimento Modernista no país. Cria-se um novo cenário cultural, com a proposta de quebras de formas importadas, para dar cenário a uma arte e cultura genuinamente nacionais. O Brasil mestiço é expresso nessas manifestações e procura reinventar um passado, até então negligenciado pelas elites brasileiras. Nesse

²⁴ Fonte: História da UNESCO NO 70º Aniversário de Sua Criação. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/317728886/2-Documento-Historia-da-UNESCO-no-70%C2%BA-aniversario-de-sua-criacao-docx>. Acesso: 23/02/2018.

cenário, uma das figuras mais importantes, Mario de Andrade, exerceu papel central nessa mudança de perspectiva.

Em 1936, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, solicitou a Mario de Andrade a elaboração de um anteprojeto de lei visando o patrimônio cultural. O anteprojeto teve como proposta a incorporação ao conceito de patrimônio artístico as manifestações populares e os bens culturais imateriais. O Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, criaria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituindo também a figura jurídica de tombamento como instrumento tutelar de preservação de bens culturais (FERNANDES ^a, 2010, p. 10).

Em 1970, através do decreto Lei Nº 66.967/1970, transforma a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto, passando se a chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1973 é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que está integrado a quatro ministérios: Educação e Cultura, Planejamento, Interior, e Indústria e Comércio. Esse programa tinha como objetivo fomentar o potencial econômico e turísticos das cidades históricas brasileiras. Em 1975 é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que introduziu novos conceitos, como os de referência e bem cultural (TORELLY, 2012, p. 8).

A noção de referência, segundo Torelly (2012, p. 8), permitia diversas visões acerca de um bem, definindo valores e práticas sociais a que lhe eram atribuídos, o tornando uma representação coletiva despertando a identidade. Essa ferramenta reconhecia significados, até não inclusos na ideia de bem patrimonial, promovendo a salvaguarda e acautelamento de inúmeras manifestações que não encontravam respaldo nos instrumentos de gestão vigentes como o tombamento.

O período onde se firmaram as leis que regem o patrimônio cultural brasileiro foi marcado pela ditadura militar no Brasil (1964-1985), que teve a partir de 13 de dezembro de 1968, a promulgação do Ato Institucional Nº 5 (AI - 5). Como consequência, se instaurou a implantação de um regime repressivo contra a qualquer atitude que viesse de encontro ao governo militar, sob pretexto da "segurança nacional". Os meios de comunicação, as manifestações artísticas e universidades nesse período estavam sob o crivo da *censura*.

A ideia de democracia racial e identidade nacional coesa era marca das campanhas do regime militar. Nesse sentido, as instituições trabalhavam para assegurar o *establishment*, que assegurava o lema nacionalista de Ordem e Progresso.

Apesar do silenciamento de manifestações culturais dissidentes e direitos políticos nesse período, a arte, por parte de alguns membros da sociedade civil, era usada como ferramenta de protesto contra o regime. O teatro, o jornal, o livro e a música criaram subterfúgios para expressar a outra face brasileira que não concordava com o regime.

Após a ditadura militar com a Assembléia Nacional Constituinte em 1988 e a criação da nova Constituição Brasileira, novas diretrizes são relacionadas ao Patrimônio Cultural Brasileiro. Nos artigos 215 e 216 geram uma importante atualização conceitual incorporando o reconhecimento do patrimônio imaterial adotando as manifestações populares, indígenas e afro-descendentes. Apesar disso, o registro de bens culturais de natureza imaterial só foi regulamentado 12 anos após, em agosto de 2000 pelo Decreto Lei Nº 3.551. E o primeiro registro foi no Espírito Santo com o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (TORELLY, 2012, p. 10).

A Constituição Federal Brasileira em seus artigos 215 e 216 assegurou a todos o pleno exercício de direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional. Constituindo os bens de natureza material e imaterial.

Sendo estes:

- a) as formas de expressão;
- b) os modos de criar, fazer e viver;
- c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em 17 de outubro de 2003, em Paris, a UNESCO aprova a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, e o Brasil a ratifica em março de 2006.

O texto original da UNESCO trás como conteúdo:

Parágrafo 1: Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Parágrafo 2: O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b)

expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais²⁵.

Esses instrumentos configuraram uma nova estruturação no conceito de Patrimônio cultural, e tentaram alinhar a esfera de proteção estatal práticas culturais até então negligenciadas pelo poder público. No entanto, as leis são transpostas de forma verticalizada, onde precisam ser sancionadas a partir de dispositivos que dão atribuição de poder aos agentes que nomeiam o patrimônio. Desta forma, o diálogo é posto com a finalidade de objetivar o que é nomeado de "patrimônio", tendo em vista que esse patrimônio muitas vezes não vem explícito no discurso do interlocutor.

Quanto à referências de Leis relacionadas ao Patrimônio Arqueológico, a primeira delas entra em vigência a partir de 1961. Estabelecendo como classificação:

- a) - as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias ou quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente.
- b) - Os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) - Os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontrem vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) - As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade paleoameríndios.

Em conferência da UNESCO em Nova Delhi, no dia 5 de novembro de 1956, os Estados Membros trataram questões referentes ao patrimônio arqueológico, ampliando as definições de pesquisa arqueológica e ações protetivas ao Patrimônio Arqueológico.

Nesse aspecto, em 1986, o Brasil incorpora ao Licenciamento Ambiental a Pesquisa Arqueológica, através da Resolução CONAMA Nº1 de 23 de janeiro. Os dispositivos legais instaurados vão exigir que empreendimentos de médio e grande porte no país realizem as devidas pesquisas e salvaguadem o meio-ambiente de impactos ambientais. No artigo 6º descreve:

O estudo de impacto ambiental desenvolverá também como atividade técnica *"o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia,*

²⁵ **Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.** UNESCO, Paris, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf> (Acesso: 25/02/2018).

destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos" (Resolução CONAMA 001/86)²⁶.

A partir desse momento, a pesquisa arqueológica passa a ser exigência junto ao licenciamento ambiental EIA/RIMA. Esse dispositivo fomentou o aumento de pesquisas no país. Calippo (2017) destaca que atualmente as pesquisas arqueológicas podem ser realizadas em âmbito acadêmico ou em projetos de licenciamento ambiental, no entanto, a maioria das pesquisas (90%) só foram possíveis depois desse dispositivo jurídico. A partir daí, ele destaca sítios de grande importância que foram descobertos a partir desses trabalhos.

- Cais do Valongo – Rio de Janeiro/RJ – revitalização do Centro do Rio de Janeiro – Sítio na
- lista indicativa da UNESCO para se tornar patrimônio da humanidade
- Gruta do Gavião – Carajás/PA – área de mineração
- Sítio Lítico Morumbi – São Paulo/SP – área de construção civil
- Sítio Portocel – Aracruz/ES – área de silvicultura
- Geoglifos – Acre – linha de transmissão
- Sítio Pinheiros II – São Paulo/SP – área de construção civil
- Sítio arqueológico Caetetuba – São Manuel/SP – sítio de 12 mil anos – área de expansão
- de lavoura
- Porto de Santos – SP – dragagem do leito do porto
- Datação mais antiga para sambaquis no Espírito Santo – área de loteamento
- Arraial de São Francisco – Mato Grosso – área de mineração (CALIPPO, 2017, p. 4).

Sobre a Arqueologia Brasileira na atualidade, as pesquisas de âmbito acadêmico são poucas, e o que se tem de recursos para fomento de pesquisa não corresponde à realidade de uma escavação com todo o aparato que precisa. A pesquisa arqueológica carece de uma equipe multidisciplinar e, muitas vezes, a verba destinada mal dá para pagar as despesas de logística (manutenção da equipe em campo), escavação e laboratório. As reservas técnicas no país estão abarrotadas com caixas de materiais, e esses, por sua vez, ficam relegados ao esquecimento, aguardando que surja financiamentos para aprofundamento dos trabalhos. O licenciamento, no que lhe concerne, é uma alternativa onde o recurso chega mais rapidamente, no entanto, nos deparamos com o fator tempo. Muitos sítios ricos com informações são estudados de maneira superficial por conta dos prazos apertados determinados pelo calendários das obras.

Quanto ao produto final das escavações e à elaboração de programas de Educação Patrimonial, esses geralmente são exigidos durante o processo de trabalho de campo, ou

²⁶ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html> (Acesso: 25/02/2018).

pouco depois do fechamento da pesquisa de campo. Isso dificulta a apresentação de resultados pois, comumente, o profissional ainda não fechou os resultados da pesquisa. Além disso, a população recebe apenas uma pequena parcela de informação a respeito do patrimônio local. Os processos necessários de amadurecimento do intercâmbio entre profissional e comunidade ficam comprometidos desta forma.

A Instrução Normativa Nº 1, de março de 2015, instrumento atual que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN quanto os processos de licenciamento ambiental em que estão previstos trabalhos arqueológicos estabelece a conduta quanto à prática arqueológica.

Esse novo instrumento tenta disciplinar a prática arqueológica no país, trazendo medidas disciplinares quanto à elaboração e execução de projetos. No entanto, alguns problemas são observados no âmbito de realidades sociais diferentes. Em Alagoas, por exemplo, há algumas barreiras econômicas por parte de alguns micro empresários que iniciam o processo de licenciamento, pois as medidas protetivas instauradas pelo IPHAN são unificadas e dependem, muitas vezes, da disponibilidade de recursos por parte desses pequenos negócios para liberação de áreas que necessitem de pesquisa arqueológica.

Um exemplo dessa realidade podemos ver no Estado de Alagoas, na área de mineração. Empresas de pequeno porte, como as cerâmicas, que fabricam em sua grande maioria tijolos e telhas para construção civil em pequenas cidades, se deparam, na hora da exploração da matéria prima, com áreas que possivelmente precisam de pesquisa arqueológica. As pesquisas são caras e muitas vezes esses pequenos negócios não tem condições de arcar com as despesas de um trabalho dessa natureza. Então, a solução é o fechamento do negócio por impossibilidade de pagar os custos para liberação. Esses pequenos negócios, em alguns casos, são ofícios passados por gerações na mesma família, que deveriam ser inclusive alvo de atenção dos órgãos públicos no que diz respeito a aspectos relacionados ao Patrimônio Imaterial. No que se concerne leis e diretrizes com o patrimônio arqueológico, seria interessante um aprofundamento e estudo das diversas realidades do país.

2.3 O Processo de Patrimonialização de Marechal Deodoro.

Marechal Deodoro aparentemente é uma cidade pequena, quando vista apenas pelo prisma de seu Centro Histórico. Apesar do município possuir diversas localidades, com as

mais singulares formas de organização social, quando ouvimos o nome Marechal, pensamos logo naquele pedacinho de cidade, onde estão os bancos, os órgãos públicos, o casario antigo e a orla lagunar. No entanto, quando saímos daquele universo urbanizado e exploramos mais um pouco, encontramos a Praia do Francês, famosa no Brasil todo pela grande beleza dos seus arrecifes e cor do mar azul turquesa. Andamos mais um pouco, encontramos outras praias como a Praia do Saco, tão bela quanto. Do lado oposto, o complexo lagunar formado pelas duas lagoas Mundaú e Manguaba, ricas em biodiversidade e tão importantes para o sustento de tantas famílias da cidade. Nas lagoas as nove ilhas, paisagem paradisíaca vendida aos turistas que pagam embarcações para contemplar os belos cenários alagoanos.

As regiões da cidade de Marechal Deodoro aonde ficam as edificações históricas vem passando, nos últimos anos, por programas de Requalificação e Restauração de diversos prédios, largos, ruas e praças. Atrelado a esse processo de embelezamento, a Prefeitura da cidade está realizando obras de saneamento em toda a área histórica. A antiga paisagem vem mudando Para alguns dos moradores as obras, são bem vindas, para outros, nem tanto.

Para o Estado de Alagoas, a cidade de Marechal Deodoro, junto a outras três principais, como Penedo, Piranhas e Porto Calvo, traça a rota histórica do Brasil Colonial. São fragmentos de história materializados nos traçados de ruas e casario histórico. No entanto, a paisagem é composta por outros elementos que parecem apenas compor o cenário, tão rico quanto, pois caracteriza a excepcionalidade do lugar, mas tão pobre de investimentos e infraestrutura.

Esses lugares estão no entorno da área tombada da cidade, como as margens da lagoa, que também contam a história de pescadores, das marisqueiras, das rendeiras e de tantos outros personagens que compõem a paisagem da cidade. Os híbridos de Marechal Deodoro são vistos espelhados na pluralidade da população da cidade, no entanto, para o poder público o que foi selecionado como alvo de cuidados é apenas a herança de "pedra e cal" expressa no casario colonial.

2.3.1 Alguns antecedentes sobre Marechal Deodoro

Até 2016, não sabíamos que o Centro Histórico de Marechal Deodoro foi povoado por povos nativos. A pesquisa Arqueológica do Largo do Carmo revelou fragmentos dessa

ocupação através de uma variedade de material cerâmico e lítico encontrado em meio aos artefatos coloniais.

Na documentação histórica, os registros apontam que toda a costa alagoana era povoada por povos indígenas e, dentre eles, estavam os Caeté. Nos relatos do século XVI, ao tempo do início do povoamento do sul da Capitania de Pernambuco, ocorreu o fatídico episódio com Dom Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil que viajava da Bahia para Portugal quando sua embarcação naufragou na costa sul alagoana. Esse episódio deu uma posição de destaque aos Caeté, os quais partir daí, passaram a protagonizar sua ferocidade nos relatos de viajantes sobre os povos indígenas que viviam na costa alagoana.

Aqui se perdeu o bispo do Brazil D. Pedro Fernandes Sardinha cora sua não vinda da Bahia para Lisboa, em a qual vinha Antônio Cardozo de Barros, provedor mór, que fora do Brazil, e dous conegos e duas mulheres honradas e casadas, muitos homens nobres e outra muita gente, que seriam mais de cem pessoas brancas, afora escravos, a qual escapou toda d'este naufrágio, mas não do gentio Caité, que n'este tempo senhoreava esta costa da boca d'este rio de S. Francisco até o da Parahyba: depois que estes Caités roubaram este bispo e toda esta gente de quanto salvaram, os despiram, e amarraram a bom recado, e pouco a pouco os foram matando e comendo sem escapar mais que dous índios da Bahia com um portuguez que sabia a língua, filho do meirinho da correição. (SOUSA, 1879, p. 61)

Os Caeté ligados ao tronco linguístico Tupi viviam em toda a costa alagoana da margem esquerda do rio São Francisco até a Ilha de Itamaracá em Pernambuco. As descrições apontam que eram povos navegadores, com hábitos belicosos e antropofágicos. Os nativos ficaram em evidência após o episódio do Bispo Sardinha. As descrições que seguem são transvertidas por estereótipos negativos. O seu desaparecimento data do século XVII, após determinação da Igreja Católica, através dos tribunais de inquisição darem a esse grupo a alcunha de selvagens, inimigos da civilização.

Outros etnônimos relacionados a grupos indígenas em Alagoas foram encontrados após análise na documentação histórica por Martins (1994, p. 19). *Cariri e Aruá* (distrito do Palmar); *Cariri e Porgé, Carapotió e Shocó* (em aldeias no distrito do R. S. Francisco, Vila do Penedo); *Shucuru* (freguesia do Ararobá), *Carnijó* (Ribeira do Panema, freguesia do Ararobá), e *Paraquió ou Paratió* (na Ribeira do Panema).

Costa (1983), descreve os Caeté, e também outros povos que viviam em território alagoano no período de contato,

Potygyaras e os Tabajaras, os Cahetés, anthropophagos e mais do que os outros trabalhados pelo contacto com os franceses, dominavam as margens do São Francisco; [...] os Abacoatiaras, os Aconnnans, os Caríris, os Coropatós, [...] os Mariquitos; os Chucurus, os Vouvés, os Pipianos [que] ocupavam as extremas occidetaes da terra alagoana [...] (COSTA, 1983, p. 10).

A documentação histórica sobre os grupos que existiam em Alagoas são escassas. Esse fato se dá pelo próprio contexto de formação do Nordeste brasileiro, que foi o lugar onde pousaram as primeiras embarcações coloniais no século XVI. A conquista do território transformou a região em um importante pólo de expansão mercantilista, promovendo os processos de assimilação e extermínio de diversos grupos nativos.

Os povos falantes do Tupi viviam espalhados pelo litoral nordestino na chegada dos colonizadores. Apesar do contato inicial ter sido conflitivo, logo após se aliaram aos portugueses e foram integrados à sociedade colonial. No entanto, no sertão, havia uma grande diversidade de etnias que foram extintas pelo projeto civilizatório. Os registros desses povos são fragmentados por fatores como mobilidade, diversidade de línguas e belicosidade de alguns grupos. Muitos foram extintos sem que tivesse qualquer menção, e os que foram registrados, foi sob o olhar dos interlocutores tupis, capitaneados pela visão etnocêntrica do colonizador (MEDEIROS, 2002, p. 207).

Lindoso (2000, p. 38) aponta que o território alagoano foi formado a partir de três pólos de colonização: o de Penedo (1570), o de Porto Calvo (1590) e o último, composto pelas cidades próximas de Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro) e Santa Luzia do Norte (1611 e 1608). Penedo, sendo margeado pelo São Francisco, tinha um sistema de produção baseado na cultura do pastoreio, enquanto os outros pólos se sustentaram através da indústria açucareira, com excedente de mão de obra escrava.

O resultado do processo de tomada do território alagoano acarretou na domesticação dos índios através dos seus vários aldeamentos instalados. Esse processo, descrito por Oliveira J. (2004), como primeiro movimento de territorialização, condensou nos aldeamentos diversos grupos étnicos diferentes.

A ocupação do território correspondente à atual Marechal Deodoro iniciou no século XVII, em Taperaguá; as margens da Lagoa Manguaba. Mais tarde transferido de modo mais estruturado para local mais elevado e estratégico, em torno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. A Capitania de Alagoas foi criada ao fim do período colonial, em 16 de setembro de 1817, desmembrando-se da Capitania de Pernambuco, da qual era comarca. A sua capital

foi a Vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, posteriormente denominada Alagoas ou Cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro).

Alguns historiadores dizem que a área que corresponde ao Largo de Taperaçuá, inicialmente, era um aldeamento indígena. Todavia, não há registro histórico sobre este fato. O aldeamento mais próximo irá aparecer nos registros apenas no século XIX, fazendo referência a um na região mais oeste da Lagoa Manguaba, hoje município do Pilar.

Nos registros históricos e iconográficos sobre a expansão do domínio holandês na Capitânia de Pernambuco (1637), tem documentado a ocupação de Alagoas do Sul (Marechal Deodoro). Os relatos apontam sobre conflitos que resultaram no incêndio de parte da cidade, inclusive da Igreja Matriz.

A produção de mapas e relatos realizados pelos cronistas holandeses é uma rica fonte de informação sobre o primeiro núcleo de ocupação da região, demonstrando que no século XVII já havia uma vila estruturada, situada principalmente na parte superior da cidade no atual Largo da Matriz..

O processo de tombamento de Marechal Deodoro (AL) foi pensado a partir da malha urbana, e da configuração sacra da cidade. Ferrare (2014) destaca que a população tem grande referencial com os espaços onde estão localizadas as igrejas e largos do núcleo urbano. Em 2002, realizou um estudo para delimitação do polígono de tombamento referenciado a partir do polígono sacro: Igrejas Nossa Senhora da Conceição (Igreja Matriz), Igreja Nosso Senhor do Bonfim (Taperaçuá), Convento Franciscano de Santa Maria Madalena e Complexo do Carmo.

Figura 6: *Praefecturae Paranambucae Pars Meridionalis* (Prefeitura de Pernambuco Parte Meridional)
Fonte: BARLEUS, Gaspar. *Rerum Per Octennium In Brasilia...*, 1647. Brasiliana USP.



O mapa de Barléus (Figura 6) demonstra o núcleo da primeira povoação de Marechal Deodoro, entre as lagoas Mundaú e Manguaba.

Figura 7: *Alagoa Ad Austrum - Frans Post (1637-1644)*

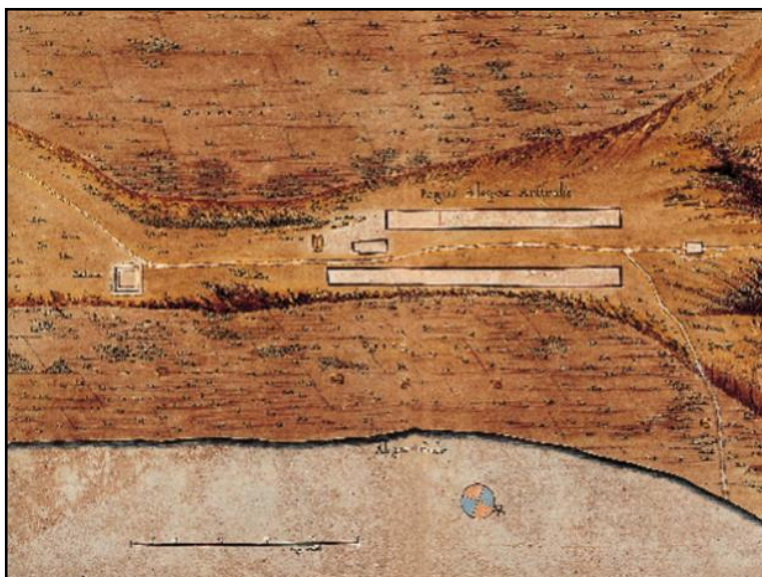
Fonte: BARLEUS, Gaspar. *Rerum Per Octennium In Brasilia...*, 1647. Brasiliana USP.



A de Frans Post (Figura 7), denominada Alagoas Austral, mostra a origem do núcleo populacional de Marechal Deodoro. Pelos aspectos da topografia local e estruturas distribuídas na imagem, podemos fazer alusão à imagem do caminho que dá para a parte de trás da atual Igreja Matriz. Ao fundo, um escravo carregando algo, e na lagoa, pequenas embarcações.

Figura 8: *Pagus Alagoae Aufitalis*

Fonte: BARLEUS, Gaspar. *Rerum Per Octennium In Brasilia...*, 1647. Brasiliana USP.



A outra imagem do livro de Barleus (Figura 8), mostra uma planta baixa do Largo da Matriz, apresentando o traçado de casas nas laterais. Nas duas extremidades, as igrejas Nossa Senhora da Conceição, a matriz (esquerda), e outra estrutura, provavelmente a igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prestos (direita).

2.3.2 Processo de Tombamento de Marechal Deodoro

O tombamento configura-se em um instrumento instituído pelo Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. Tem como função proteger e reconhecer o Patrimônio Cultural e pode ser solicitado por qualquer pessoa física ou jurídica. O IPHAN é o órgão responsável pela tutela do bem tombando, cabendo ao órgão medidas protetivas em parceria com os governos municipais e estaduais. Os bens tombados podem se subdividir em: bens móveis e imóveis, nos quais se destacam: conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos²⁷.

Os livros do Tombo estão subdivididos em quatro categorias: *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas*²⁸.

Na lista de bens tombados ou em processo de tombamentos no Estado de Alagoas, em sua maioria, corresponde a edificações do período colonial e início do republicano. Tendo como diferencial, apenas a Serra da Barriga, maior quilombo das Américas, que foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Histórico, em 1986. No Brasil, são poucas as áreas com tombamento a nível federal que correspondam a áreas relacionadas a manifestações indígenas ou afro-descendentes.

²⁷ IPHAN - Bens tombados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126> (Acesso: 30/03/2018).

²⁸ IPHAN: Livros do Tombo. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608> (Acesso em: 30/03/2018).

Quadro 1: Bens Tombados ou em Processo de Tombamento
Fonte: IPHAN.

UF	Município	Classificação (Relacionada a Forma de Proteção)	Nome Atribuído	Ano de Abertura	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)
AL	Arapiraca	Edificação e Acervo	Igreja São Sebastião	1985	Indeferido
AL	Água Branca	Conjunto Urbano	Núcleo Central da Cidade	2010	Instrução
AL	Belo Monte	Edificação e Acervo	Igreja Nossa Senhora dos Prazeres	2015	Instrução
AL	Barra do Ipanema	Edificação e Acervo	Igreja Nossa Senhora da Apresentação	-	Instrução
AL	Coqueiro Seco	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens	1990	Tombamento Provisório
AL	Delmiro Gouveia	Conjunto Urbano	Vila Operária	1984	Instrução
AL	Marechal Deodoro	Edificação	Orfanato São José	1950	Rerratific.
AL	Marechal Deodoro	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de São Francisco (Museu de Arte Sacra de Alagoas): prédio	1950	Rerratific.
AL	Marechal Deodoro	Edificação e Acervo	Igreja de São Francisco	1950	Rerratific.
AL	Marechal Deodoro	Edificação e Acervo	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	1956	Anexado
AL	Marechal Deodoro	Edificação e Acervo	Igreja Matriz da Conceição	1983	Indeferido
	Marechal Deodoro	Edificação	Casa Natal do Marechal Deodoro da Fonseca	1964	Tombado
AL	Marechal Deodoro	Conjunto Urbano	Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico (Parte Histórica da Cidade: Carmo, Centro e Taperagua)	2009	Tombado
AL	Porto Calvo	Edificação e Acervo	Vila Colonial de Porto Calvo: Remanescentes	1955	Tombado
AL	Poxim	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de Poxim	-	Instrução
AL	Santa Luzia do Norte	Edificação e Acervo	Igreja Matriz Santa Luzia do Norte	1955	Instrução
AL	Maceió	Conjunto Urbano	Vila Operária em Fernão Velho	1987	Instrução
AL	Maceió	Edificação	Teatro Marechal Deodoro	1963	Indeferido
AL	Maceió	Conjunto Arquitetônico	Praça Independência: Penitenciária (Antiga)	1966	Indeferido
AL	Maceió	Bem móvel ou integrado	Conjunto de embrechados de Igrejas da área central de Maceió	-	Instrução
AL	Maceió	Conjunto Urbano	Av. Sá e Albuquerque	-	Instrução
AL	Mata Grande	Edificação	Cadeia Pública	2014	Instrução
AL	Palmeira dos	Edificação	Casa de Graciliano	1963	Tombado

	Índios		Ramos (Av. Gabino Bezouro, nº 12)		
AL	Pão de Açúcar	Edificação	Prédio situado à Av. Ferreira de Novaes	2015	Indeferido
AL	Penedo	Edificação e Acervo	Igreja Nossa Senhora da Corrente	1964	Tombado
AL	Penedo	Edificação	Casa de Aposentadoria	1956	Indeferido
AL	Penedo	Edificação e Acervo	Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos	1942	Tombado
AL	Penedo	Edificação e Acervo	Igreja São Gonçalo Garcia	1964	Tombado
AL	Penedo	Edificação	Teatro 7 de Setembro	1963	Indeferido
AL	Penedo	Conjunto Urbano	Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico (Parte Histórica da Cidade)	1996	Tombado
AL	Piranhas	Conjunto Urbano	Sítio Histórico e Paisagístico	2006	Tombado
AL	Rio Largo	Conjunto Urbano	Vila Industrial Modernista, denominada Destilaria Central	2010	Instrução
AL	União dos Palmares	Patrimônio Natural	Serra da Barriga (Parte mais acantilada)	1986	Tombado

O centro urbano de Marechal Deodoro teve seu primeiro processo de tombamento a nível estadual através da Lei Nº 4458, no dia 1 de julho de 1983. O polígono designado correspondeu a toda a malha urbana de Taperaguá até o Bairro Poeira.

O processo de tombamento Federal foi encaminhado em 7 de fevereiro de 1996, e só foi concluído e inscrito no Livro do Tombo Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 26 de agosto de 2006.

O encaminhamento feito em 1996, pela Diretoria Técnica do Museu de Arte Sacra de Alagoas (MASEAL), Célia Regina Ferreira Paiva, e pela Chefe da 8ª Superintendência do IPHAN Aracaju (SE), Eliane Fonseca, revelaram dados de uma realidade de abandono e descaracterização da parte histórica de Marechal Deodoro. No parecer favorável do DEPHAN/IPHAN, expedido pelo Engenheiro e Historiador de Arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro há relatos do processo degenerativo do Patrimônio Histórico e Cultural, e que o processo de tombamento estadual de nada havia adiantado, pois a cidade acabaria virando um "cemitério de ruínas"²⁹, tomando as palavras do então prefeito na época, João Lima da Silva.

²⁹ Parecer n.º 003/2005 MTDR/GT/DEPAM/IPHAN, p. 2

O processo de urbanização da cidade e a descaracterização do casario antigo alavancou o processo de tombamento. As autoridades visavam o tombamento para respaldar a ação do município com comprometimento das três esferas administrativas em projetos de salvaguarda e conservação. O programa Monumenta criado em 1995, chamou a atenção do poder público que tinha como meta a captação de recursos para realização de projetos de restauro e revitalização nas cidades históricas.

Na cidade, no início do processo de tombamento federal, já havia dois prédios tombados: *A Casa de Marechal Deodoro (1964)* e o *Convento e Igreja São Francisco (1964)*. As intervenções realizadas até o início de tombamento federal tinham sido poucas e com longos espaços de tempo. Na Igreja de Santa Maria Madalena/Convento São Francisco e Museu de Arte Sacra de Alagoas em 1984, no Palácio Provincial em sede da Prefeitura Municipal em 1999 e na Casa Natal de Deodoro da Fonseca em 1983 (FERRARE, 2002, p, 135).

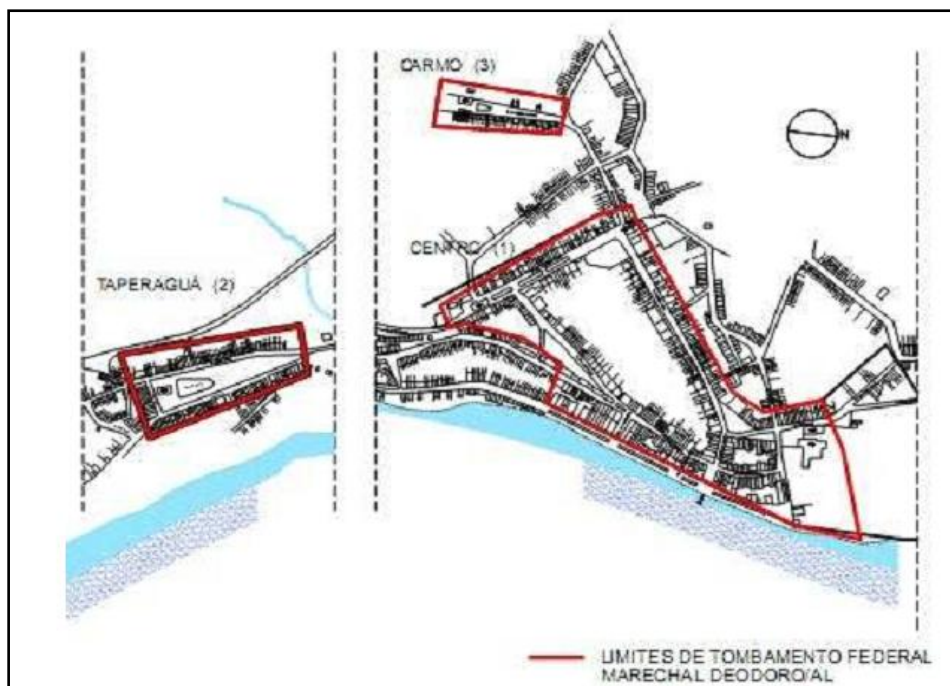
2.3.3 Delimitação do Polígono de Tombamento Federal

A área de tombamento federal é menor que a de tombamento estadual. O estudo foi realizado pela arquiteta Josemary Ferrare, de quem o trabalho inicial sobre o núcleo urbano de Marechal Deodoro foi enviado como justificativa para o processo de tombamento.

O reajuste da área foi justificado por Ferrare (2002, p. 128) devido a área de tombamento estadual ser muito extensa e comportar áreas que não descaracterizaria o contexto urbano histórico da cidade. A nova delimitação comportou três áreas que possuem "características arquitetônicas da estrutura matriz de tecido urbano, além de conter às ambiências de maior significância simbólica e relacional entre os moradores".

O novo traçado comportou três áreas separadas: Centro Histórico, Taperaguá e Conjunto do Carmo.

Figura 9: Áreas com tombamento federal - Marechal Deodoro (MAGALHÃES, 2014).



O processo de patrimonialização de parte da cidade de Marechal Deodoro, no que podemos ver nas referências citadas, trás como prioridade a preservação do patrimônio edificado datado do período colonial. A cidade, por seu caráter de excepcionalidade deveria incluir outros equipamentos, como, por exemplo a orla lagunar, que compreende parte da história das comunidades que viveram na região no período histórico.

Há também, em outros bairros, lugares que mereciam atenção do poder público, pois existem diferentes elementos compondo a paisagem nos níveis da materialidade e imaterialidade. Marechal Deodoro, além da área delimitada como tombada, abriga o Porto dos Franceses, que foi uma importante rota comercial de contrabando no início do processo civilizatório da cidade. Esse perímetro, agora que vem sendo pesquisado pelos arqueólogos da Universidade Federal de Sergipe, tendo em vista que, em Alagoas, os projetos de Arqueologia Subaquática por parte das exigências do IPHAN são praticamente inexistentes. Os sítios pesquisados sempre foram sugeridos por iniciativa de pesquisadores da área. Alguns empreendimentos na margem litorânea das praias de Marechal não tiveram exigências de pesquisa subaquáticas em seus Termos de Referência, como por exemplo, o sambaqui encontrado na Praia do Saco, próximo ao mar, e outros empreendimentos, como por exemplo, de hotéis de luxo, condomínios em toda costa marítima.

CAPÍTULO 3

ESCAVANDO O PATRIMÔNIO DE "PEDRA E CAL": ARQUEOLOGIA HISTÓRICA , CENÁRIO BRASILEIRO E ALAGOANO.

O Capítulo tem a intenção de fazer um recorte no panorama sobre o contexto da Arqueologia Histórica no Brasil e principalmente a praticada em Alagoas, especificamente na cidade de Marechal Deodoro.

Inicialmente, é trabalhado o conceito de Arqueologia Histórica e os caminhos percorridos por essa área de pesquisa no Brasil. Também discuto o conceito de Arqueologia Urbana e o emprego de trabalhos dessa natureza em cidades históricas brasileiras e alagoanas.

Para o recorte no cenário alagoano, foram realizadas pesquisas bibliográficas em relatórios de pesquisa, artigos e livros que falavam sobre trabalhos arqueológicos realizados no Estado de Alagoas, entre 1990 a 2018. Os relatórios de pesquisa foram solicitados ao IPHAN/ALAGOAS através de ofício emitido em novembro/2017.

O estudo no material produzido sobre pesquisas arqueológicas no Estado teve por objetivo a verificação da produção referente a sítios históricos pesquisados em Alagoas, observando a produção de conhecimento nessa área específica. O foco foi direcionado para escolha da temática por parte dos pesquisadores, reprodução do conhecimento perante a comunidade, e subsídios para empreendimento de trabalhos nessa área, como por exemplo financiamento de programas via Universidade, via Programas Governamentais ou Arqueologia de Contrato.

Por fim, apresento as pesquisas realizadas em Marechal Deodoro, por alguns arqueólogos nos últimos anos, procurando compreender as demandas institucionais do patrimônio cultural e arqueológico para a região, e as consequências para a Arqueologia praticada nesse contexto para comunidade local.

3.1 Caminhos da Arqueologia Histórica

Para Gosden (2007), o processo colonial deu ao mundo europeu um senso deles mesmos, através da compreensão de povos que não eram eles. Essa visão ficou cristalizada nos séculos XIX, e em parte do século XX. A partir da década de 1960, ocorreu uma mudança nos padrões estabelecidos em regras lineares positivistas de evolução. E a compreensão de outras realidades “não européias” passou do caráter de descoberta para o de criação. Ou seja, a concepção do homem derivado dos processos de conquista colonial começou a ser visto como fruto de uma criação do mundo europeu. Desta maneira, o eixo de pesquisa de algumas disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia e Arqueologia foi modificado, buscando a desconstrução de ideias de "superioridades e certezas do mundo ocidental", dando lugar a crítica de modelos estruturais derivados do pensamento moderno.

No que se refere a Arqueologia Histórica, as primeiras definições foram cunhadas na década de 1960 na América do Norte para estudar o período posterior a ocupação colonial nas Américas. Orser (1992, p. 23) a define como o estudo dos processos de formação do mundo moderno em termos materiais, a partir dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo e sua expansão no mundo não europeu em termos históricos, culturais e sociais concretos.

Deetz (1996, p. 06) aprofunda a definição problematizando o conceito popularizado de Arqueologia Histórica " *o estudo da expansão da cultura européia em todo mundo a partir do século XV, e suas consequências para o mundo não europeu*". Para o autor, duas questões tem que ser notadas quanto a essa demarcação. A primeira, as diferenças entre os estudos focados na Arqueologia Pré-Histórica, que vieram inicialmente e influenciaram o arcabouço teórico-metodológico dos Arqueólogos Históricos. Os arqueólogos pré-históricos não sentiam a necessidade de operar em uma escala global, pois não havia o imperativo de contextualizar a realidade do quadro de pesquisa a uma escala tão grande. No entanto, os arqueólogos históricos precisam ter em mente o trabalho em uma escalas de evento global Pois, a partir do momento em que a primeira Nau aportou na América inúmeros eventos ocorreram a nível mundial. Não só o contato dos europeus com os povos nativos, mas outros desdobramentos, como por exemplo, o processo diaspórico africano, a entrada dos asiáticos na América do Norte. Esses fatos modificaram o cenário mundial. Desta maneira, a Arqueologia Histórica é uma rede que engloba diversas sub-áreas de estudo, Arqueologia afro-americana, de contato, etc.

Lima (1989, p. 88) relata que a consolidação da disciplina veio em 1967 a partir da realização de um congresso em Dalas (EUA), onde reuniram diversos especialistas interessados no tema, criando a *Society for Historical Archaeology*. A partir desse momento, a Arqueologia Histórica começou a protagonizar questões relativas ao processo de expansão do capitalismo e seus desdobramentos para o mundo colonizado.

Uma das questões apontadas também para a diferenciação das Arqueologias (pré-colonial e histórica) é a divisão entre populações ágrafas e populações que possuem a escrita. Apesar de ser um demarcador, para alguns arqueólogos, entre as Arqueologias, os arqueólogos históricos salientam que a historiografia oficial muitas vezes não corresponde à realidade do contexto apresentado nos sítios. Lima (1989) faz um contraponto entre a Arqueologia sendo assumida como Antropologia, a partir do momento que ela analisa os padrões subjacentes das sociedades e dos processos de diversificação e transformação cultural expressos na materialidade, nos diversos aspectos contextuais de estudo.

A Arqueologia Histórica tem condições de ir mais além, de atingir os aspectos não-conscientes das estruturas tecno-econômicas, sócio-políticas, ideológicas, etc., que não aparecem nos registros escritos, se for desenvolvida a partir de uma perspectiva antropológica e nela buscando seus fundamentos teóricos. Desta forma, esses registros atuaram apenas complementarmente à atividade arqueológica. Conforme assinalou Deetz (1977:161) 'don't read what we have written, look att we have done' (LIMA, 1989, p. 90).

Desta maneira, um dos questionamentos básicos referentes a Arqueologia Histórica é que muitos a interpretam como disciplina complementar da História,. No entanto, em muitos casos, através das evidências arqueológicas, pode-se perceber discursos dissonantes não revelados no contexto histórico oficial. Esse paradoxo trás para o cenário da Arqueologia Histórica diversos desdobramentos para além do caráter descritivo ou confrontador de materialidade e documentação histórica.

Para Zarankin & Senatore (2002, p. 3) quando a Arqueologia Histórica é vista através de uma perspectiva historicista, a evidência arqueológica e documental se tornam homogênea, uma depende da outra. Os problemas a serem investigados são definidos a partir de uma perspectiva histórica, o que torna limitado o campo de investigação. A pesquisa arqueológica complementa as evidências documentais. Na perspectiva arqueológica, evidência documental e evidência arqueológica são campos distintos. As análises são determinadas a partir do contexto material e a história cumpre uma função específica permitindo o arqueólogo definir

o processo geral e as variáveis relevantes que podem desempenhar um papel importante na pesquisa.

A Arqueologia Histórica, ao longo dos anos, vem sofrendo mudanças quanto à sua perspectiva, carregada por aportes da Teoria Crítica Social, e vem questionando os aspectos formais da disciplina. Senatore & Zarankin (2002, p. 2) de forma mais atualizada, aponta o estudo da formação do mundo moderno coincidindo com a consolidação do capitalismo e a criação de uma nova ordem social. Desta maneira, os arqueólogos devem perceber a nova ordem associada aos mecanismos estabelecidos pelo sistema capitalista que tem por consequência novas práticas sociais. Práticas essas, que estão materializadas no cotidiano através do consumismo, individualismo e estabelecimento de uma tênue rede invisível que reproduz e consolida esse sistema. A nova ordem implica, em “novos padrões de disciplina individual que têm suas origens no Iluminismo e são acordes com a base ideológica do capitalismo” (Focault, apud SENATORE & ZARANKIN 2002, p. 02).

Em uma versão mais atualizada, a Arqueologia antes vista apenas como o resgate da leitura da materialidade do passado, com a finalidade de constituir quadros culturais através da leitura dos sítios arqueológicos. toma um caráter atemporal porque, a partir de enfoques plurais, decodifica vestígio da produção material contemporânea (FUNARI, 2007). A mudança de perspectiva trás para o cenário, o papel ativo do arqueólogo em consonância com a realidade posta, o papel da disciplina torna-se de um caráter passivo, descritivo, para um caráter questionador e ativo. Esse caráter ativo, vem da percepção dos questionamentos postos pela teoria crítica, quando questiona a homogeneidade de encaixar a realidade em um escopo teórico homogeneizado.

Lima (1989, p. 97) ressalta que as primeiras manifestações de Arqueologia Histórica no Brasil, estavam restritas a investigações de monumentos. aliada a grandes projetos de restauração e preservação. Symanski (2009, p. 1) complementa a fala de Lima chamando a atenção ao fato das primeiras pesquisas no país estarem relacionadas a trabalhos arqueográficos.

Os estudos em Arqueologia Histórica iniciam a partir da década de 1960, com algumas pesquisas no sul relacionadas a reduções jesuíticas dos séculos XVI, XVII e XVIII, e no Nordeste, com os sítios de contato do século XVI, em seu litoral. A partir da década de 1970, a Arqueologia foi introduzida em projetos de restauração de monumentos históricos com a finalidade de entender melhor os processos de mudanças nesses ambientes, com a análise de estruturas, identificação de áreas funcionais e métodos e técnicas construtivas. Apenas na

década de 1990 a Arqueologia Histórica brasileira vai emergir com abordagens teóricas ligadas a correntes processuais com a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação e da Arqueologia de Contrato (SYMANSKI, 2009, P. 2).

O cenário contemporâneo diz que há uma multiplicidade de abordagens com as quais se agrupam em quatro categorias: continuidade da abordagem histórico-cultural, com a prevalência do caráter descritivo; aplicação e métodos da Arqueologia Processual; reprodução da abordagem histórico-cultural, porém, sob o novo rótulo de contextual; abordagens críticas e simbólicas explorando uma diversidade de temáticas relacionadas ao processo de expansão do capitalismo (SYMANSKI, 2009, P. 5).

Eremites de Oliveira (2002, p. 29) realiza um balanço da produção arqueológica no Brasil entre 1980 até o século XXI. Através de uma análise historiográfica da Arqueologia Brasileira, situa a produção da disciplina dentro do momento histórico de sua época. Neste ínterim, percorre os períodos marcantes da história brasileira e suas consequências para a produção científica (O momento de ditadura militar a partir de 1964, o processo de redemocratização em 1985, a proposta democrática a partir da Constituição de 1988). Desta maneira, consegue visualizar, além das tendências teóricas vinculadas ao período histórico, as políticas econômicas que em alguns períodos comprimiram a produção científica no país.

Sua conclusão sobre a produção na Arqueologia Brasileira aponta:

Neste sentido, enquanto as décadas de 60 e 70 ficaram fortemente marcadas por uma dose talvez exagerada de autodidatismo, empirismo, indutivismo e uma consequente falta de interesse por novos aportes teóricos, apesar da grande quantidade de pesquisas realizadas, algo que não foi monopólio da Arqueologia no Brasil, as de 1980 e 1990 testemunharam o surgimento de uma gradativa e crescente transformação rumo a uma Arqueologia Brasileira mais dedutiva, erudita, heurística, holística, plural, social e teoricamente mais aberta, preparada e diversificada. esta é uma das explicações para a postura que jovens arqueólogos tem assumido, característica dos que almejam uma Arqueologia Brasileira para além das fronteiras e de padrão internacional, condição elementar para novas possibilidades de produzir, analisar e interpretar as sociedades humanas no tempo. Em outras palavras: se a geração (a segunda) possui uma condição pós-moderna, e se afirma na crítica à modernidade, em que se pese saber que 'nem sempre moderno tem significado necessariamente de novo, e antigo nem sempre tem o significado o velho, o tradicional' (Azevedo, 1994, p. 17). Este é, com efeito, o vir-ar-ser da Arqueologia Brasileira (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 46)

Muitos arqueólogos históricos estão ampliando seus campos de percepção com enfoques para uma mudança de perspectiva na prática arqueológica no Brasil. Os focos de pesquisa ultrapassam a barreira da materialidade, evocando aspectos imateriais, ontológicos e epistemológicos da prática arqueológica. O fazer arqueológico passa a ser questionado, sendo

o arqueólogo agente e portador de responsabilidade quanto a seu papel frente a produção de conhecimento. A partir de uma auto-análise, incorpora-se a responsabilidade social e política na produção do conhecimento.

A percepção de Bezerra (2011), na Vila Joanes, que aborda outra dimensão da materialidade frente a tradicionalidade arqueológica, demonstra que os campos de percepção na Arqueologia estão buscando compreender outras dimensões que vão para além de uma visão formal da prática arqueológica histórica, e dos próprios conceitos atrelados a ela.

As dimensões entre passado e contemporaneidade, mesmo que abordem em seu cerne as marcas da expansão do capital, descolonizam a partir do momento que quebram a visão macro-histórica.

Novaes (2017, p. 30), através de uma análise empírica, propõe reflexão sobre outros modos de conhecer e de existir a partir da Arqueologia. Desta maneira propõe, a partir de sua condiçãoêmica e ética, outras leituras do contexto pós-colonial em um duplo simétrico, tanto na relação de arqueóloga fazendo antropologia, como de iniciada em uma religião tradicional fazendo ciência. Desta maneira, se coloca em dois trabalhos: o primeiro, na investigação arqueológica antropológica de uma estrutura de ferro submersa na enseada de Água de Meninos, em Salvador, Bahia. aonde percebe o assentamento de Exu submerso expresso na estrutura de ferro. A partir daí, analisa, através do universo cosmológico da religiosidade africana, função e representação daquele objeto. E outro trabalho, na imaterialidade da Praia da Preguiça, Salvador, aonde através da análise de aspectos imateriais, usando recursos conceituais, como a pós-memória da escravidão associada aos lugares culturais do centro histórico, percebe práticas, vivências e tecnologias intelectuais das populações africanas em territórios diaspóricos.

Desta maneira, o campo de ampliação do terreno da Arqueologia Histórica insere, além dos processos demarcatórios da disciplina, campos de atuação do produto híbrido, transformado a partir dos processos históricos. O destaque de abordagens reflexivas no campo arqueológico abre caminho para pensar a narrativa a partir do híbrido, do colonizado, da síntese do processo colonial. O que está posto, não é mais o binômio "colonizador e colonizado", mas sim o produto desse processo, que se transforma e é parte de cada um.

Além dos aspectos simbólicos e imateriais, relacionados aos caminhos que a Arqueologia Histórica vem percorrendo no Brasil, uma importante tendência é a sua inserção no cenário político. Alguns trabalhos evocam questões pertinentes quanto a produção

arqueológica em contextos sócio-políticos, onde a disciplina tem atuação em orientações e descortinamento de realidades obscurecidas.

A direta relação com a prática arqueológica e as políticas demarcatórias de terra estão expressas nos trabalhos de Eremites de Oliveira (2016), citado no primeiro capítulo desta tese, quanto à responsabilidade de percepção do arqueólogo em relação aos lugares de memória para os Guarani e Kaiowá, do Estado do Mato Grosso do Sul. Através do aporte da Etnoarqueologia, o arqueólogo mapeia áreas de interesse dos povos indígenas e questiona a responsabilidade do trabalho arqueológico quanto à importância sócio-política desses lugares para o povo indígena. Destaca que a destruição de espaços de memória realizada por pessoas contrárias ao direito territorial indígena ligadas ao movimentos ruralistas da região e, também, a omissão do Estado, que não valoriza o patrimônio cultural indígena.

Em minha dissertação de mestrado, trabalhei também a importância dos sítios arqueológicos localizados no território indígena Xucuru-Kariri, em Alagoas, e a importância desses espaços para o processo de identidade da comunidade indígena e sua utilização como demarcador de identidade frente as autoridades governamentais. Os Xucuru-Kariri, apesar de terem garantida a demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios, enfrentam posseiros nas áreas, ocasionando disputas de terras na região (PINTO, 2013).

Outra vertente de pesquisa relacionando a prática arqueológica às demandas políticas são as pesquisas relacionadas com a Arqueologia da Repressão, que investiga o passado repressivo do período militar. As análises englobam o estudo de ambientes repressivos do período da ditadura militar no Brasil e, também, auxilia na pesquisa por pessoas desaparecidas. Segundo Funari & Oliveira (2008, p. 146) esse é um campo novo de pesquisa no Brasil, pois envolve uma nova postura de Arqueólogos e Antropólogos Físicos. Desta maneira, essa prática possibilita a ruptura de uma " (...) postura 'neutra', ao articular as experiências acadêmicas com a demanda de pesquisas de um passado ainda presente, que envolvem familiares de desaparecidos políticos, buscando respostas a indagações que incomodam a muitos na sociedade atual".

A Arqueologia Histórica no Brasil também vem avançando em campos molhados. A prática de uma arqueologia que inclua os campos submersos, Arqueologia de Ambientes Aquáticos, vem ganhando espaço nas últimas décadas. Essa área de pesquisa abrange mais que uma simples imersão no campo subaquático, mas quebra a ideia fragmentada de espaço aquático e terrestre. Somos treinados a pensar em um mundo fragmentado a partir da ótica cartesiana, onde campo termina na faixa limítrofe de terra. Esse campo engloba não só a

imersão do mergulhador a procura da materialidade submersa, mas equipamentos e construções a partir desses ambientes. Duran (2012, p. 30) ressalta os diferentes campos dessa práxis arqueológica. O campo subdividiu-se em Arqueologia subaquática, Arqueologia Náutica e Arqueologia Marítima, sendo esta última, uma área que abrange as diferentes formas de interação entre o homem e esses ambientes, buscando a compreensão de processos de escolhas culturais, conformação dos modos de vida e apropriação desse ambiente.

3.2 Arqueologia Urbana, alguns apontamentos.

Comumente, o lugar onde se encaixa a Arqueologia Urbana está inserido no universo da Arqueologia Histórica. Muitos sítios pesquisados, principalmente em cidades históricas brasileiras, resgatam fragmentos, traços, cultura material da formação do espaço urbano, diversidade cultural, crescimento e modificações ao longo do tempo histórico. No entanto, em contextos urbanos podemos encontrar sítios pré-coloniais. Exemplos bem próximos foram os dois sítios que encontrei no Centro Histórico de Marechal Deodoro. Embaixo de toda a tralha histórica, imersos em meio às camadas de terra com sepultamentos e estruturas, estavam artefatos líticos, cerâmicos, e até mesmo parte de uma urna funerária (PINTO, 2016; 2017). Outros exemplos podemos ver no Brasil, como na área Urbana de Manaus, Lima & Moraes (2010), que falam da existência de sítios pré-coloniais de grande importância para a história amazônica em meio a cidade. Esses sítios, muitas vezes são destruídos, e sequer são alvo de estudos.

Portanto, a prática de uma Arqueologia Urbana engloba mais que os espaços históricos urbanizados. Ela pode comportar fragmentos de histórias de outros tempos, histórias pré-coloniais e de contato. É quando o espaço urbano se torna atemporal, plural.

James Symonds (2011, p. 75) explicita claramente esse contexto urbano na Inglaterra, quando relata que muito do ímpeto de promover escavações urbanas em larga escala surgiu como consequência da devastação de Londres e outras cidades, pelos bombardeios alemães na Segunda Guerra Mundial. Muitos sítios, antes cobertos pela cidade, afloraram nas enormes crateras deixadas pelas explosões.

A diferença dessas "Arqueologias" então, não está nos objetivos e objetos, ou no tempo cronológico, e sim, nos ambientes de pesquisa. Pensando a definição de espaço urbano, recorro a Gilberto Velho (2011, p. 164), um dos pioneiros da Antropologia Urbana no Brasil. O urbano se remete a ao estudo de um espaço complexo marcado por uma combinação de: dimensão, presença do Estado, heterogeneidade sociocultural e diferença social marcante.

Apesar da Arqueologia ter, em alguns casos, o fator cronológico a nosso favor, pois o passado expresso em objetos nos proporciona um certo distanciamento do familiar contemporâneo, caminhamos muitas vezes pelo familiar histórico. Desta maneira, os caminhos percorridos podem nos levar a respostas direcionadas a um lugar comum entre passado e presente.

O Arqueólogo Rafael Souza (2014, p. 34) descreve bem esse paradoxo, ao definir a cidade como um espaço com soma de temporalidades e sentidos, um espaço que coexiste com as memórias e relações afetivas. Os "arqueólogos do asfalto" tem o desafio de trabalhar em um campo complexo, onde coexistem diferentes tempos de história expressos e constituídos nas marcas deixadas pelos seus moradores.

Rafael Souza (2014) complementa,

Debruçando-se sobre a cultura material e realizando incursões sobre os outros períodos e pessoas, o arqueólogo chegou às cidades e seus ambientes. Esse arqueólogo do asfalto no primeiro momento, escavava a cidade apenas como um ambiente onde existam sítios arqueológicos de diversos períodos, antigos ou recentes. Com os anos 1980 e 1990, a cidade passou a ser, ela mesma, arqueológica. Se a Arqueologia estuda as expressões materiais humanas, não seria a própria cidade a maior expressão material do homem, como diria o geógrafo Milton Santos? (SOUZA, 2014, p. 35).

O espaço urbano deve ser entendido, nessa perspectiva, como lugar de convivência e de diálogo, espaço de negociações, de histórias encobertas e plurais. A Arqueologia Urbana não só incorpora a práxis da pesquisa, mas também o diálogo direto com o público que interage, em muitos casos, o tempo todo, com o campo de pesquisa arqueológico. A curiosidade, as demandas do tráfego, as memórias, todos esses elementos estão dispostos nesse contexto.

3.2 Epistemologias a partir do Sul: Práticas Arqueológicas no Cenário Alagoano.

Alagoas, apesar de não possuir um cursos nas Universidades para formação de profissionais na área, possui um corpo relevante de pesquisas nas áreas de Arqueologia Pré-Colonial e Histórica. As pesquisas no Estado, na área histórica, estão em sua maioria direcionadas ao movimento de expansão colonial, e os trabalhos de escavação e, principalmente, de extroversão com o público, expressos nos programas de Educação Patrimonial se tomam do expediente de apresentar a disciplina e falar desses contextos.

A Arqueologia propriamente acadêmica, iniciou-se em Alagoas na década de 1990, com o Arqueólogo Aloísio Vilela de Vasconcelos, professor do Curso de História da UFAL, entre os anos de 1992 a 1993. O trabalho iniciou no litoral Norte do Estado, com o *Projeto de Resgate da Presença Holandesa em Paripueira - AL*. A pesquisa estava direcionada para a localização, registro e recuperação de material arqueológico de uma fortificação Holandesa localizada no município de Paripueira, Alagoas.

Posteriormente, em 2003, as pesquisas foram retomadas pelo NEPA/UFAL, que ficou responsável pela salvaguarda do material arqueológico e pesquisas referentes ao material encontrado.

Nesse período, também no Estado, iniciaram as pesquisas no município de União dos Palmares, na Serra da Barriga no Quilombo dos Palmares³⁰. Entre os anos de 1992 a 1993, o sítio foi escavado por Pedro Paulo Funari (Professor da Unicamp - SP), Charles Orser (Professor da Illinois State Univerty - Illinois/EUA) e Michael Rowlands (University Collegy London - Londres/Inglaterra), no Projeto de Pesquisa República dos Palmares. Os frutos da pesquisa geraram três trabalhos.

Funari (1999), através da análise documental e material da Serra da Barriga, propõe a partir do aporte da Arqueologia Pós-Processual da Arqueologia da Etnicidade, um estudo sobre a diversidade étnica existente no quilombo, aonde identifica uma pluralidade étnica no contexto palmarino. Analisando documentação da época, coexistiam no mesmo espaço: negros, brancos, indígenas, mulçumanos, judeus, mulheres tidas como bruxas. A percepção do contexto plural gerou a coexistência dos grupos diferentes em um mesmo ambiente de resistência e, a partir da análise crítica, buscou perceber elementos que questionassem os

³⁰ Quilombo dos Palmares foi uma área de refúgio de escravos fugidos dos engenhos da então Capitania de Pernambuco no período colonial, século XVII. Os dados historiográficos apontam como o maior quilombo das Américas, com mais de um século de resistência.

preconceitos de origem escravistas, arquitetados pelas elites, existentes no país (FUNARI & CARVALHO, 2005).

Michel Rowlands (1999), através da identificação de três diferentes origens da cultura material: negra, indígena e européia, revisou os conceitos ligados a formação da ideia de sociedade multiétnica, atribuindo o fator ideológico ligado a essa forma de percepção da sociedade de Palmares. A construção da ideia de uma sociedade coexistente e harmonica na Serra da Barriga seria atribuída pelo autor ao modelo ideológico de uma democracia racial. Modelo defendido pelas elites brasileiras, que silenciam os discursos da diferença.

Charles Orser (1999), através da Teoria de Rede, busca compreender a Arqueologia Histórica através de uma perspectiva global. Na Serra da Barriga, pesquisa o mutualismo e a existência de múltiplas redes de relacionamentos. A análise do autor centra-se na evidência material e na multiplicidade de grupos que se interligavam no Quilombo. Esses agentes estariam atrelados a quatro forças: colonialismo, eurocentrismo, capitalismo e modernidade.

Em 1994, chegou em Alagoas o Arqueólogo norte americano Scott Allen, para realização de sua pesquisa de mestrado, e em 1996, início de pesquisas de doutorado pela Brown University e National Science Foundation - Brown/EUA . Allen realizou pesquisa com o material coletado das escavações de 1992/1993 e escavou a Serra em 1996. Os dados da pesquisa geraram sua Dissertação de Mestrado, *Of Mosaics, Syncretism, and Creativity: The Historical Archaeology of Palmares, a Seventeenth-Century Escaped-Slave Community* e sua Tese de Doutorado *Zumbi Nunca Vai Morrer: History, the Practice of Archaeology and Race Politics in Brazil*.

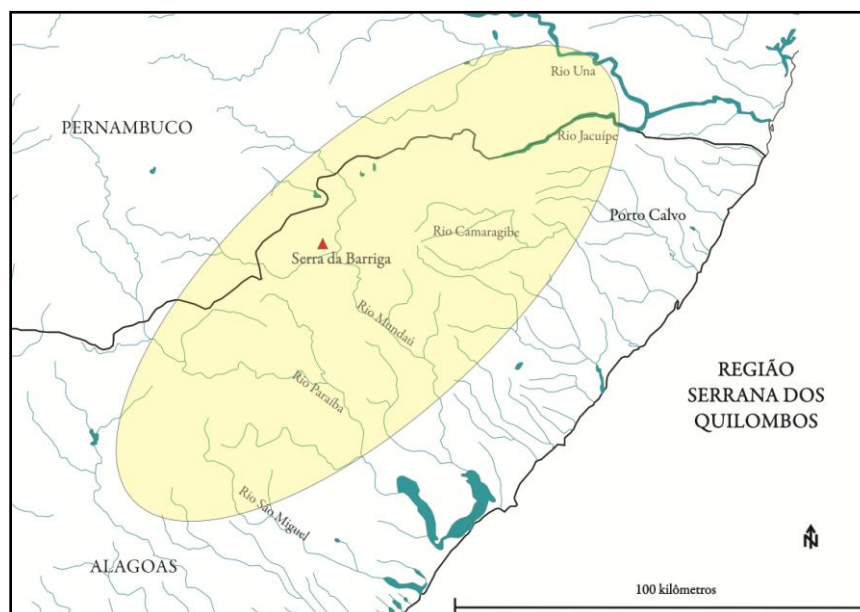
A perspectiva de Allen sobre o contexto palmarino tiveram dois direcionamentos. No primeiro, ele descreve o contexto do Quilombo dos Palmares através do conceito de etnogênese, ou seja, a emergência de uma cultura local palmarina imposta através do contato entre os diferentes elementos. Nessa ótica, há o encontro de elementos diferentes em um mesmo contexto, formando uma nova identidade. O processo de etnogênese está relacionado com emergências étnicas atreladas a contextos sócio-políticos que implementam transformações rápidas. O contexto palmarino de Allen atribui, além da cultura material relacionada aos negros, a grande incidência de cultura material indígena. O cenário de Palmares, além de ser um lugar de resistência dos negros, também era um lugar historicamente ocupado por grupos indígenas, no período histórico e pré-cabralino.

Allen, no período que esteve em Alagoas para a pesquisa de mestrado e doutorado, era professor visitante da Universidade Federal de Alagoas, ligado ao então, na época, Departamento de Ciências Sociais; nesse período fundou o Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico que está ativo até hoje. O núcleo foi responsável pela formação de vários profissionais no Estado na área de Arqueologia. A partir do contato dos alunos de diversas áreas das Ciências Humanas, como História, Ciências Sociais, Geografia, Filosofia, foi então ampliado o cenário de pesquisas no Estado.

Foto 1: Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas (Fonte: Acervo NEPA/UFAL).



Figura 10: Região Serrana dos Quilombos (Fonte: Acervo NEPA/UFAL).



A Serra da Barriga compreende uma grande área: 4km de leste a oeste aproximadamente, e 1km de norte a sul. Os dados históricos não dão uma precisão exata dos lugares de maior povoamento, distribuídos nesse espaço. Desta maneira, as pesquisas na Serra estão ainda em andamento. Em abril de 2018, houve uma nova campanha quando foram escavados diversos trechos trazendo à tona uma grande diversidade de cultura material histórica e pré-colonial.

Retornando as pesquisas no campo da Arqueologia Histórica em Alagoas, entre 2000 e 2010, o NEPA/UFAL esteve engajado em diversos projetos relacionados à Arqueologia Histórica no Estado. Foram projetos que geraram dados para monografias e dissertações de alunos de História, Ciências Sociais e Arqueologia na UFAL, e em outras instituições como a UFPE e UFS.

Os projetos empreendidos na Serra da Barriga geraram trabalhos em sua maioria relacionados a Arqueologia Pré-Colonial. No entanto, Selma Silva (2010) implementou um estudo em Arqueologia Pública com a população da Serra. Em seu trabalho, percebeu o distanciamento entre comunidade e pesquisa arqueológica, tendo em vista que, para os atuais moradores o cenário palmarino estava atribuído a algo exterior à realidade local. A proposta foi a criação de um Programa de Educação Patrimonial para o Centro Arqueológico Palmarino³¹, que apresentasse a multivocalidade da Serra para os moradores da Serra da Barriga, autoridades municipais, população da cidade de União dos Palmares e público escolar.

Durante seu trabalho, Selma Silva (2010) realizou alguns questionários para obter informações sobre o conhecimento das pessoas do município sobre o patrimônio local, principalmente da Serra da Barriga, conhecido internacionalmente. Das pessoas entrevistadas, 67% disseram desconhecer sobre a história da Serra da Barriga ou Zumbi dos Palmares. Também, questionou sobre a questão racial relacionada à Serra da Barriga, e 85% dos entrevistados expressaram em respostas variadas a questão do preconceito "A comunidade não procura ter conhecimento", "tem aceitação, mas há preconceito", "não valorizam" (SILVA, 2010, p. 125).

³¹ O Centro Arqueológico Palmarino (CENARP) foi um espaço criado pelo NEPA/UFAL com apoio da Prefeitura Municipal de União dos Palmares com objetivo de extroversão do conhecimento adquirido nas pesquisas arqueológicas empreendidas na Serra da Barriga. O centro conta com exposições sobre o material da Serra e atividades didáticas com a população do município.

Em 2007 iniciou o projeto *Rota da Escravidão/Rota da Liberdade. A Arqueologia da Diáspora Africana em Alagoas*, sob coordenação do arqueólogo Scott Allen. O projeto contou com a participação de vários alunos dos cursos de Ciências Sociais e História e tinha por objetivo mapear os engenhos do século XVII no litoral Norte de Alagoas. As pesquisas se concentraram nos municípios de Porto Calvo e Porto de Pedras e, teve como resultado, o mapeamento de 11 sítios arqueológicos e 13 áreas em potencial relacionadas aos engenhos. Além da localização de sítios do século XVII, a pesquisa revelou um grande crescimento de engenhos e engenhocas nos séculos XVIII e XIX (ALLEN, 2007).

O programa de educação patrimonial do Projeto Rota da Escravidão/Rota da Liberdade realizou várias ações nas comunidades dos engenhos. Teatro de fantoches com as crianças, em três engenhos; exposição fotográfica na cidade de Porto Calvo; exposição de artefatos nos engenhos Escurial e Capiana; e no engenho Castro, a comunidade levou objetos pessoais para a ação e falaram da importância relacionada a memória afetiva.

Foto 2: Engenho Estaleiro, Porto Calvo, Alagoas. Mapeamento de Engenhos da Região.
(Fonte: Acervo NEPA/UFAL).



O avanço das pesquisas no litoral norte a partir do projeto mencionado acima, gerou a dissertação de mestrado de Rute Barbosa (2012), que teve como objetivo o estudo das louças de engenhos da cidade de Porto Calvo do século XIX, entendendo as louças "como objetos sociais carregadas de valores e sentidos próprios, e significados por meio de um discurso não verbal"(p. 181). Nesse sentido, foi abordado o fator ideológico representado nos antigos engenhos para demarcar os status de seus donos, frente ao declínio econômico no qual estavam passando.

Ainda no litoral Norte, nos anos de 2006 e 2007, em Porto de Pedras, foi realizado o projeto de *Delimitação e Prospecção no Sítio Patacho*. O trabalho teve como resultado a demarcação do comércio em larga escala de produtos ingleses pelas famílias da região, a delimitação do antigo povoado e a percepção das rotas realizadas entre Porto de Pedras e Porto Calvo através do rio Manguaba (ALLEN et. al. 2007). O sítio Patacho está situado em uma praia com o mesmo nome, no município de Porto de Pedras, em Alagoas. A área possuía muitas residências no século XIX, e havia algumas casas até a década de 1970. No entanto, nos anos posteriores, o trecho litorâneo de casas de Patacho desapareceu em meio aos coqueirais. Os vestígios do antigo povoado não eram mais vistos na superfície pela população. Em 2006 um dos moradores da cidade achou algumas moedas e levou para a Secretaria de Cultura Municipal, que logo acionou o IPHAN. Além do relatório de pesquisa, a pesquisa gerou o trabalho de conclusão de curso em História da UFAL, do aluno Carleandro Fidelis (2006), que realizou a análise de louças inglesas no cotidiano dos Alagoanos no século XIX. O trabalho buscou compreender o trajeto dessas louças até chegar à mesa das famílias de Patacho, em Porto de Pedras, compreendendo o período de abertura dos portos no Brasil, no século XIX, para entrada do comércio com os ingleses.

O Programa de Educação Patrimonial em Patacho contou com várias ações. Palestras nas escolas, conversas com pessoas que frequentavam a praia de Patacho sobre a preservação e cuidados com o sítio, e visita a ex moradores de Patacho. Os resultados da conversa com ex moradores revelaram o cotidiano do povoado, quando ainda existia, mostrando dificuldades e alegrias. Relataram que o único meio de chegar até o povoado na época era através de embarcações. Também que sua dieta básica era composta por frutos do mar. Inúmeras informações recolhidas com as entrevistas foram de extrema importância para o entendimento da dinâmica local.

Ainda na região de Porto de Pedras, em 2008, o arqueólogo Marcos Albuquerque (Professor do curso de Arqueologia da UFPE), realizou o projeto *Levantamento Histórico-Arqueológico da Zona Urbana de Porto de Pedras*. O trabalho levantou diversos períodos de ocupação da área: pré-colonial, colonial e pós-colonial. O relatório identificou, no contexto pré-colonial de dois períodos, grupos caçadores-coletores da costa e grupos ceramistas, atribuídos à Tradição Arqueológica Tupiguarani. Quanto à ocupação histórica colonial, foi destacado os primeiros pólos de ocupação próximos à foz do rio Manguaba, e em alguns pontos mais em direção ao rio Tatuamunha. Quanto a ocupação pós-colonial, verificou-se que, após meados do século XIX, Porto de Pedras e áreas adjacentes, como Porto da Rua,

Japaratinga, Mata Redonda e Porto Calvo foram bem povoadas nesses período. O sítio de Patacho foi analisado e as conclusões também apresentaram sua intensa ocupação no século XIX, através da abundância de material doméstico encontrado na área (ALBUQUERQUE et. al. 2008). O relatório de pesquisa não apresentou ações de Educação Patrimonial.

Foto 3: Escavação no sítio arqueológico em Patacho, Porto de Pedras, Alagoas, realizada pelo NEPA/UFAL em 2007. (Fonte: Acervo NEPA/UFAL).



Em 2014, o arqueólogo Marcos Albuquerque empreendeu nova pesquisa na região de Porto de Pedras e suas adjacentes. O foco do trabalho foi a identificação de sítios arqueológicos ligados à ocupação holandesa na região, na área que abrange as margens e limites próximos dos trechos navegáveis do rio Manguaba, entre sua foz, na cidade de Porto de Pedras, e o início de seu trecho navegável em Porto Calvo. O trabalho teve por objeto analisar o trajeto no período colonial, principalmente pelos holandeses que ocuparam a região (ALBUQUERQUE et. al, 2014). O projeto não contemplou um programa formal de Educação Patrimonial, no entanto, parte do trabalho foi o levantamento de pontos relevantes para o trabalho através de pesquisa oral com a comunidade.

Mais recentemente, em 2018, Marcos Albuquerque esteve em trabalhando junto com sua equipe para registro do Fortim Holandês Bass, datado de século XVII, localizado na Ilha fluvial do Guedes, município de Porto Calvo. A pesquisa evidenciou a antiga estrutura que estava coberta pela vegetação. A área foi evidenciada e ficou visível as extremidades do Fortin (ver foto 4). Os resultados ainda não foram apresentados no relatório final, tendo como referência apenas informações de relatórios parciais (ALBUQUERQUE et. al, 2018).

Foto 4: Fortin Blass, Ilha do Guedes, Porto Calvo.
(Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias>).



Ainda no Norte do Estado de Alagoas, no município de Porto Calvo, foram realizadas escavações no adro da Igreja Matriz Nossa Senhora da Apresentação. A Igreja localiza-se na área urbana da cidade, sendo o único prédio restante do Centro Histórico com características coloniais. Sua datação é de 1610, mas o início de sua construção data do período da primeira ocupação da região em 1575. Os dados gerados a partir da escavação arqueológica identificou material histórico e pré-colonial. O material pré-colonial encontrado foram lascas e ferramentas de lítico. Quanto ao material histórico, foram identificados artefatos do período colonial, e do posterior, entre meados século XIX. Foram exumados 16 indivíduos e vários fragmentos de ossos dispersos, todos relacionados ao tempo cronológico da igreja, entre 1575 até 1850³² (ALLEN, et. al. 2009).

A distribuição e organização das sepulturas deram subsídios para interpretação dos padrões hierárquicos de sepultamentos em igrejas no período colonial e início do imperial. Em uma das laterais, onde haviam enterramentos organizados, foram identificados um certo cuidado com a disposição dos mortos, com caixões, sepulturas bem demarcadas e enxoval

³² (Período que foi implementada a Lei referente a enterramentos, onde os sepultamentos nos adros das igrejas foram proibidos, e passaram para os cemitérios).

funerário. Na parte de trás da Igreja, foram identificados enterramentos sobrepostos, com corpos colocados diretamente ao solo, sem enxoval funerário (ALLEN et. al. 2009).

Além da distribuição dos sepultamentos no adro da igreja foram observados os direcionamento dos corpos dispostos nas sepulturas. Foram verificados o direcionamento dos pés e cabeças em relação ao altar mor. Na bibliografia referente a etiqueta de enterramentos em espaço católico, era prática as crianças até 7 anos, moças virgens e párocos serem enterrados com a cabeça direcionada para o altar mor (pois estes eram considerados seres mais próximos de Deus), enquanto as outras pessoas eram enterradas como dispostas na missa, com os pés para o altar (ALLEN, et. al. 2009).

A partir dessa observação, vimos que na cidade, há menção por parte da população atual de práticas semelhantes na área rural, com lendas contadas por parte da população, que crianças deveriam ser enterradas com a cabeça para rua, pois estavam mais próximas a anjos. Desta maneira, foi possível constatar a ligação de práticas de enterramentos coloniais expostas na memória local, através das lendas contadas pela população. O Programa de Educação Patrimonial referente ao projeto arqueológico na Igreja Nossa Senhora da Apresentação contou com palestras em escolas locais e visitas da população na escavação. A população ávida por ver os enterramentos no adro da igreja matriz, vinham muitas vezes em caravanas da área rural. O dia a dia contava com a presença de curiosos da cidade, que vinham observar o processo de escavação e contavam histórias sobre lendas. Sentiam estranhamento sobre os enterramentos e ficavam curiosos com os trabalhos de campo.

Foto 5: Visita de estudantes das escolas de Porto Calvo na área de escavação arqueológica. (Fonte: Acervo NEPA/UFAL).



Próximo ao Rio São Francisco, no município de Penedo várias pesquisas foram direcionadas ao patrimônio histórico da cidade, principalmente na área urbana. Essas pesquisas privilegiaram os espaços patrimonializados, e todas foram empreendidas em áreas com tombamento a nível federal.

Em 2005, o Arqueólogo Marcos Albuquerque realizou pesquisa para averiguação de potencial arqueológico no município de Penedo. O objetivo do projeto foi a localização do Forte Maurício, através de análise comparativa entre o georeferenciamento da área e material iconográfico do século XVII (ALBUQUERQUE et. al. 2005).

Na área urbana da cidade de Penedo, em 2008 foram realizados dois projetos simultâneos: reforma da Casa de Aposentadoria e algumas praças, e esgotamento sanitário de alguns trechos da área tombada da cidade. Através do Programa Monumenta, foram realizadas pesquisas de Resgate e Acompanhamento. O Resgate na Casa de Aposentadoria, em escavação da parte interna, revelou antigas estruturas, que atestaram as inúmeras reformas que o prédio sofreu, desde o período colonial até o século XX. Na área externa, na última semana de escavação, fortuitamente após a retirada de uma árvore antiga, apareceu uma estrutura bem abaixo da cota impactada pela expansão da malha urbana da cidade. A hipótese sugerida foi que se tratava de uma das extremidades do Forte Maurício, já que parte deste tinha sido identificado pela análise cartográfica realizada por Marcos Albuquerque em 2005. Na áreas das praças Frei Camilo de Lelis, Padre Veríssimo Pinheiro e Costa e Silva, o acompanhamento apenas revelou ocorrências de artefatos históricos (ALLEN et. al, 2008).

Foto 6: Escavação na Casa de Aposentadoria, Penedo, Alagoas (Fonte: Acervo NEPA/UFAL).

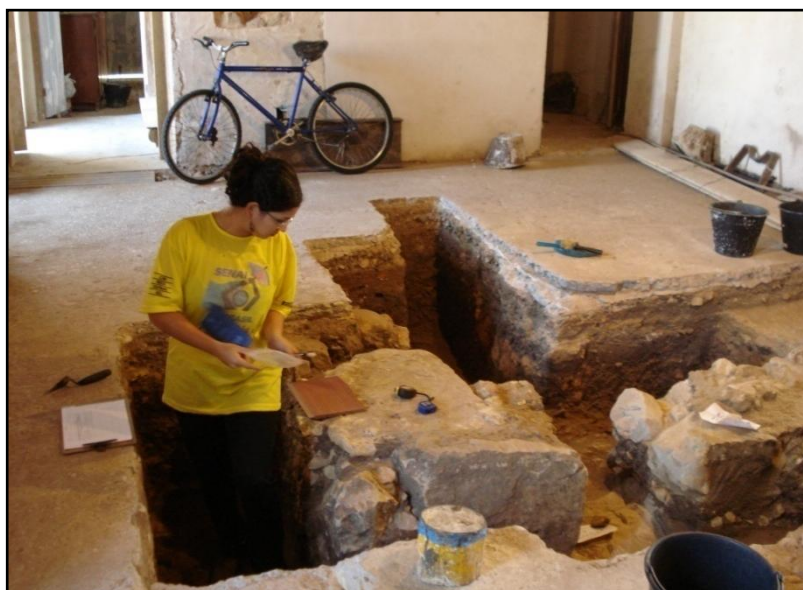


Foto 7: Casa de Aposentadoria (Fonte: Karina Miranda, 2017).



O projeto de acompanhamento arqueológico da área histórica da cidade de Penedo contemplou o perímetro tombado (centro histórico) e uma área conhecida como Oiteiro. Na área tombada, a escavação foi realizada manualmente, e o perímetro conhecido como Oiteiro foi escavado por máquinas. Segundo relatos da comunidade essa área correspondia a um antigo quilombo, no entanto, essa história não é revelada na historiografia oficial da cidade de Penedo. A parte de acompanhamento no centro histórico revelou apenas material histórico entre os séculos XVII a XIX, com muito material contemporâneo e construtivo, enquanto na área do Oiteiro, foram encontrados alguns fragmentos de grés, faiança, restos de estrutura. Mas o material nas duas áreas foram considerados fora de contexto, e assinalados apenas como ocorrências (ALLEN et. al. 2008).

O Programa de Educação Patrimonial dos dois projetos envolvidos pelo NEPA/UFAL Casa de Aposentadoria - Praças e Esgotamento Sanitário foram realizados em ações únicas. A primeira contou com palestras para professores das Redes Municipal e Estadual de ensino da cidade, entendendo os professores como multiplicadores de conhecimento, podendo assim em suas aulas ministrar aulas de Educação Patrimonial com as informações fornecidas. Também foi realizada uma exposição denominada "Arqueologia em Penedo: Navegando entre os séculos". A exposição ficou durante 22 dias em casa fornecida pela Casa do Penedo (instituição de resgate do patrimônio local), e teve apoio da Prefeitura e do Projeto Monumenta. O foco da exposição foi a demonstração de duas temporalidades da cidade de Penedo. Passado, exposta através do material arqueológico resgatado durante a pesquisa, e presente com imagens atuais da cidade. Também, foram ministradas palestras em algumas

escolas, no intuito de levar os estudantes para a exposição. Além de palestras e exposição, o projeto envolveu os noviços da Convento Franciscano de Santa Maria Madalena. O projeto alugou uma casa em frente ao convento, onde abrigava a hospedagem dos arqueólogos e eram realizados os trabalhos de laboratório, simultaneamente ao processo de escavação. Uma vez por semana, depois de acordo com os frades, os noviços iam para o laboratório ajudar nas atividades de lavagem, marcação e catalogação dos artefatos coletados durante a pesquisa. Como consequência desse processo, um dos noviços, largou a vida religiosa retornando a sua terra Paraíba e fez sua graduação em História. Ele relatou que a experiência o ajudou a escolha de seu caminho profissional.

Em 2010, foi realizado o projeto ANARAPE - Estudo Arqueológico dos Municípios de Anadia, Arapiraca e Penedo. A iniciativa do estudo partiu da Superintendência do IPHAN, em Alagoas, e por parte da população desses três municípios, que encontraram no dia a dia vestígios de sítios arqueológicos e informaram ao órgão para que tomassem providências. Em Anadia, foram pesquisados dois sítios, um com vestígios cerâmicos e enterramentos em urnas funerárias, denominado Sítio Maia, e outro, Sítio São Pedro, com evidência de material lítico em superfície. Em Arapiraca, foi identificado o Sítio Alazão, que também possuía enterramentos pré-coloniais em urnas funerárias. Em Penedo, foi pesquisado o sítio histórico denominado Bicas das Freiras, chafariz público desativado originário do século XVII. A escavação revelou apenas parte da estrutura que estava coberta com o tempo e identificou a valorização do aspecto imaterial do local para a população local (ALLEN et. al. 2010).

Foto 8: Escavação do sítio Bica das Freiras em Penedo, 2010
(Fonte: Acervo NEPA/UFAL).



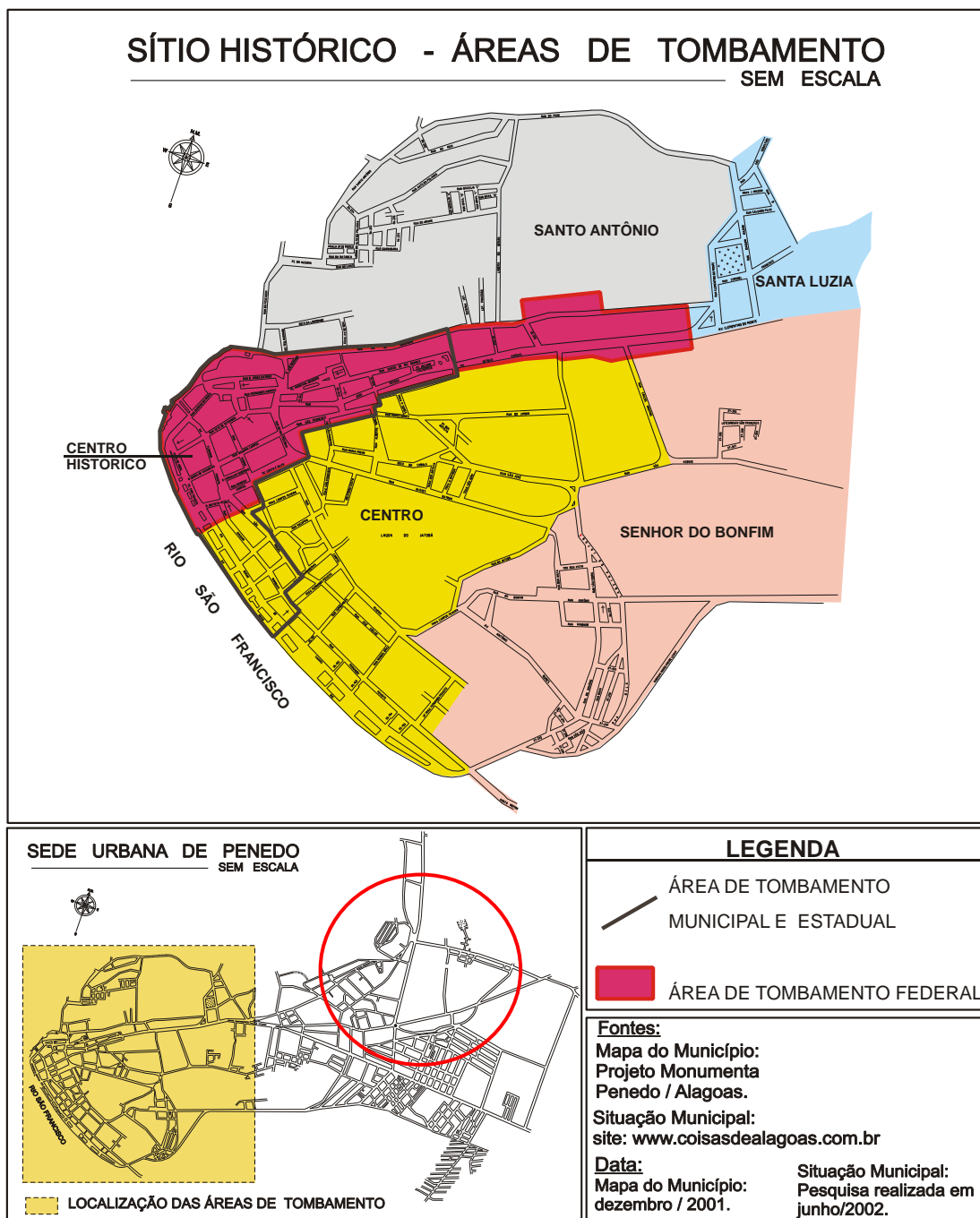
O programa de Educação Patrimonial do Projeto ANARAPE compreendeu a etapa de reuniões com pessoas da administração pública dos municípios e de professores das redes municipais e estaduais, com o objetivo de informar o potencial arqueológico das áreas pesquisadas e promover visitas controladas as áreas de escavação. Também, foram realizadas palestras nas escolas dos municípios contemplados pela pesquisa e a participação de arqueólogos para montar uma exposição, palestras e oficinas com alunos da Universidade Estadual de Arapiraca (UNEAL). Em Anadia, foi realizada exposição com materiais oriundo da pesquisa Arqueológica e materiais trazidos pelos moradores locais.

Em 2014, o Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos em Penedo, passou por um processo de reforma, restauração e construção de novos cômodos. A obra foi realizada com a finalidade de revitalizar o espaço para transformar parte do prédio em uma pousada para fomentar o turismo local. A obra custou dez milhões de reais e foram realizados trabalhos de pesquisa arqueológica em decorrência das áreas que seriam impactadas pelo projeto de engenharia. O trabalho arqueológico, pelo arqueólogo Flávio Moraes (Professor da UFAL), revelou espaços desconhecidos através de estruturas que foram evidenciadas durante o processo de escavação. O Programa de Educação Patrimonial foi realizado simultaneamente com as escavações, promovendo oficinas com a comunidade, palestras e um evento que buscou dos moradores fotos antigas da Cidade de Penedo (MORAES, 2015).

Foto 9: Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos em Penedo (Fonte: Karina Miranda, 2017).



Figura 11: Mapa com delimitação de áreas de Tombamento de Penedo. Rosa escuro, tombamento a nível federal onde estão localizados os sítios escavados. Casa de Aposentadoria, Bica das Freiras, Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos. Detalhe, círculo em vermelho para área do Oiteiro que teve acompanhamento arqueológico em 2008, no Projeto de Esgotamento Sanitário da cidade de Penedo (Fonte: Acervo NEPA).



Fora os dois trabalhos de resgate e acompanhamento no qual coordenei, em Marechal Deodoro, na área urbana, foram realizadas duas pesquisas: uma no Convento de Santa Maria Madalena, em duas etapas 2008 e 2010, realizadas pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, e outra no Largo de Taperaguá, realizada pelo arqueólogo Scott Allen, ambas em áreas com tombamento a nível federal.

O Convento Franciscano de Santa Maria Madalena, é um dos complexos de prédios históricos mais imponentes da cidade de Marechal Deodoro. O seu início data de 1635, e era ocupado apenas por doze monges. Com a invasão holandesa na região, suas portas fecharam, só reabrindo em 1659, sendo implantada a pedra fundamental de fundação apenas em 1723.

Em 2008, por conta das obras de restauro realizadas nos prédios do complexo, foi solicitado uma Avaliação Arqueológica, dentro do cronograma de pesquisas de campo do Projeto “Memórias Franciscanas no Antigo Convento de Santa Maria Madalena”, elaborado e executado pelo Grupo de Estudos da Paisagem da UFAL, coordenado pela Professora Angélica. Segundo consta no relatório,

(...) este não foi um trabalho voltado a uma visão arqueológica do complexo conventual de Santa Maria Madalena, em Marechal Deodoro, como um todo, mas apenas um enfoque arqueológico de questões específicas demandadas pela coordenação do projeto voltados para a restauração do monumento (ALBUQUERQUE et. al., p. 96).

O relatório revelou algumas técnicas construtivas, encobertas nas reformas do convento e, no final, recomendou-se uma escavação da área externa, sob a justificativa de procurar entender informações do cotidiano, estruturas ou até mesmo informações do período holandês na cidade. O trabalho, como se tratava apenas de uma avaliação arqueológica, não contemplou atividades relacionadas com Educação Patrimonial.

Foto 10: Convento Franciscano de Santa Maria Madalena. Marechal Deodoro, Alagoas.
(Fonte: Karina Miranda, 2016).



Em 2016, foi realizada pesquisa arqueológica no Largo da Igreja Nosso Senhor do Bonfim, conhecido em Marechal Deodoro popularmente como Largo de Taperaguá, pois se situa em um bairro com o mesmo nome. Relatos históricos apontam a área onde se situa a igreja como primeiro pólo de ocupação da cidade, inclusive sobre a presença de um antigo aldeamento indígena. No entanto, sobre o fato de ter sido um aldeamento, não há nada de concreto, apenas menções por parte de algumas pessoas. Essa pesquisa empreendida pelo arqueólogo Scott Allen foi realizada através de análise geofísica para apontamentos de áreas de interesse, sendo o sítio um dos campos de seu Pós-Doutorado realizado na Universidade de São Paulo - USP. Seguidamente, após análise geofísica, foram escavadas as áreas de interesse, revelando material histórico e enterramentos no adro da Igreja Nosso Senhor do Bonfim. As conclusões apontaram que a área esteve sujeita a inúmeras inundações, pois fica próxima às margens da Lagoa Manguaba, o que dificultou uma melhor exploração do sítio. Foram encontradas diversas camadas de aterro e pouco material arqueológico que indicasse ocupações em larga escala no período colonial. A hipótese sugerida foi que, por conta da área ficar em uma cota mais baixa, sujeita às intempéries do ambiente, o núcleo populacional se adensou na parte mais elevada da cidade (ALLEN et. al. 2017). O programa de Educação Patrimonial foi realizado durante o processo de escavação, mas não tive acesso ao relatório final da pesquisa. No entanto, através de relatos, obtive informações que realizaram conversas com a população da cidade e visitas as escolas.

Foto 11: Igreja Nosso Senhor do Bonfim, Largo de Taperaguá, Marechal Deodoro, Alagoas.
(Fonte: Imagem de Domínio Público, Acervo Francisco Aragão.
Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/aragao/8685325428> Acesso: 18/06/2018).



A Praia do Francês, localizada no município de Marechal Deodoro, é alvo da pesquisa de Doutorado de Cristiane Amarante, aluna de doutorado em Arqueologia do PROARQ/UFS, que está com pesquisa em andamento na região e que tem por objetivo a realização de estudos arqueológicos, históricos na área, com a proposta de compreender a relação do público com os vestígios arqueológicos encontrados na região. A área que compreende a praia do Francês era importante rota de navegação no período colonial, utilizada principalmente por corsários franceses que aportavam na costa em busca do pau-brasil. E foi contemplada pelo Programa de Pesquisa Arqueológica Subaquática do Canal da Praia do Francês, Município de Marechal Deodoro – Alagoas, realizado pelo Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos LAAA da UFS.

3.4 Entendendo o Pensamento e as Práticas

Para entender o pensamento da prática arqueológica no Estado de Alagoas, realizei algumas entrevistas direcionadas a arqueólogos que trabalharam em sítios históricos no Estado. A pesquisa empírica de cunho qualitativo foi proposta com o objetivo de construir um panorama com ideias centrais. Foram questões semi-estruturadas, deixando livres as respostas para reflexão dos entrevistados.

Foram formuladas doze perguntas, todas respondidas por onze arqueólogos ao todo. Também, foram procuradas as arqueólogas da 17ª Superintendência do IPHAN, em Alagoas, para as quais foram formuladas perguntas mais específicas sobre a atuação do órgão no Estado. As perguntas direcionadas para o IPHAN-AL, não foram respondidas. Uma das arqueólogas me informou que estava sem tempo, e a outra estava de licença-maternidade.

Quadro 2: Perguntas direcionadas aos profissionais de Arqueologia que atuam em Alagoas.

PERGUNTAS DIRECIONADAS A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ARQUEOLOGIA EM ALAGOAS
1. Sua formação na Arqueologia e desde quando está envolvido com Arqueologia?
2. Qual a sua primeira experiência em campo com Arqueologia?
3. O que é Arqueologia?
4. Defina "sítio arqueológico".
5. Quais áreas da Arqueologia que você mais se identifica?
6. Já participou de que atividades na área? Resgate, levantamento etno-histórico, prospecção, Educação Patrimonial, etc.
7. Já trabalhou em sítios urbanos?
8. Como vê a interação trabalho arqueológico e comunidade local?
9. Relacionado a materialidade, quais construções você observa entre material arqueológico e discurso local?
10. Nos trabalhos que participou, consegue ver quais ações foram efetivadas de Educação Patrimonial para comunidade? No caso, quais ações contribuíram de fato para o fortalecimento da identidade local.
11. Nessas ações, a população teve papel ativo ou passivo? Explicando melhor, a comunidade contribuiu de alguma forma para informações referente às pesquisas?
12. Já escavaram algum lugar a partir da referência local?

Quadro 3: Perguntas direcionadas as Arqueólogas que atuam no IPHAN-AL.

PERGUNTAS DIRECIONADAS A ARQUEÓLOGOS DO IPHAN-AL
1. O que é sítio Arqueológico para o IPHAN?
2. Quais os critérios para nomeação de um sítio?
3. Em cidades históricas alagoanas, quais sítios históricos estão sendo estudados atualmente?
4. Há recursos destinados no IPHAN para estudos arqueológicos em sítios históricos que não estejam vinculados a obras de requalificação?
5. Existe algum estudo relacionado às comunidades tradicionais de um modo geral, e também as que vivem no entorno dos Centros Históricos?
6. Marechal Deodoro está envolto pela orla lagunar. Existe algum estudo sobre as comunidades que vivem em seu entorno? Pescadores, marisqueiras... Estudos relacionados à materialidade das comunidades dissidentes do discurso oficial?
7. Foram encontrados nas pesquisas do LARGOS DO CARMO e da MATRIZ, em Marechal Deodoro, presença indígena, configurada nos artefatos pré-coloniais. Em Alagoas existem estudos atuais relacionados aos grupos indígenas Alagoanos?
8. Após a quebra de Xangô, em 1912, muitos grupos religiosos de matriz africana foram silenciados, com eles também, muito da história das comunidades de afro-descendentes do Estado. Existem políticas culturais que incluam os discursos desses grupos, por parte do IPHAN?

3.4.1 Respostas dos Profissionais de Arqueologia no Estado de Alagoas.

A primeira perguntado questionário sobre a formação e tempo de atuação mostrou que, dos 11 profissionais entrevistados, três não tenham formação direta em Arqueologia. Eram formados por outros cursos que possuem áreas afins, como História e Ciências Sociais. Dois desses profissionais tinham mais de cinco anos de atuação na área. Os oito profissionais tinham pós-graduação na área de Arqueologia, e apenas dois possuíam graduação específica em Arqueologia. Todos os oito tinham mais de cinco anos de atuação na área.

Gráfico 1: Formação dos profissionais entrevistados.

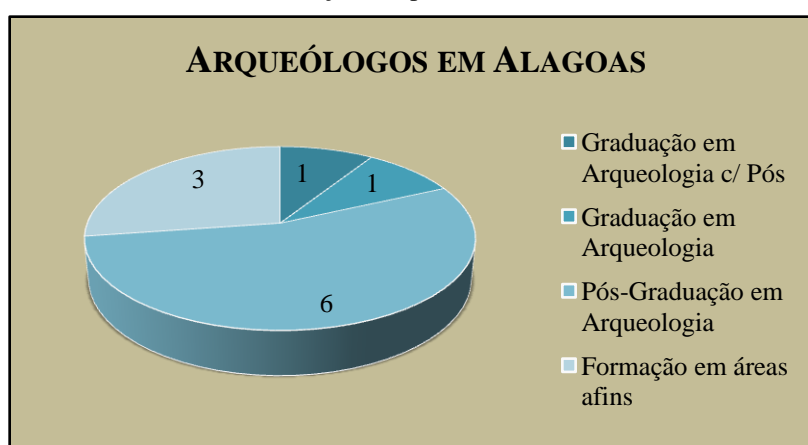
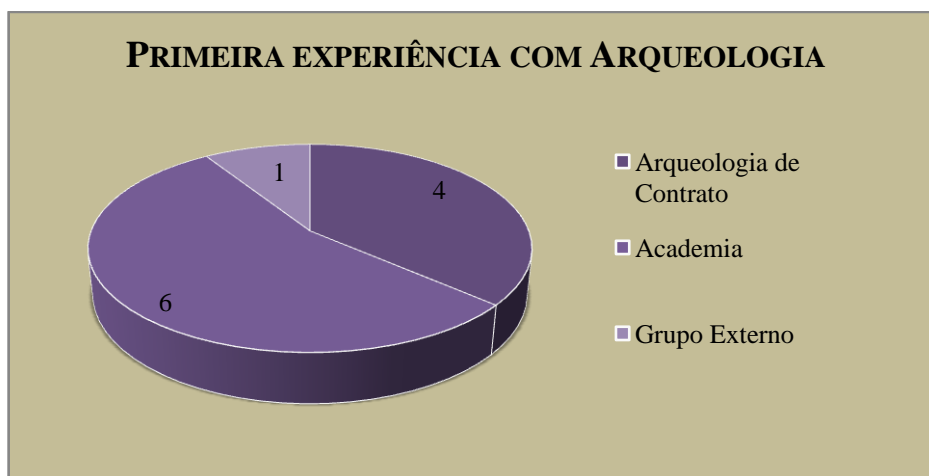


Gráfico 2: Experiência na área de Arqueologia.



A segunda pergunta, sobre "a primeira experiência no campo em Arqueologia", tiveram respostas variadas. Um respondeu que sua experiência foi aos 15 anos de idade, quando era vinculado a um grupo ambiental do IBAMA, seis tiveram o seu primeiro contato com a Arqueologia através de pesquisa acadêmica, e quatro através de trabalhos de Arqueologia de Contrato.

Gráfico 3: Primeira experiência com Arqueologia.

Sobre a pergunta "O que é Arqueologia?", as respostas foram variadas. Algumas destacando o caráter atemporal da disciplina, e outras a relacionando a vestígios materiais de grupos pretéritos. Uma das respostas pontuou a disciplina, como subárea da Antropologia.

Seguem abaixo as respostas dos arqueólogos, referentes à definição da Disciplina:

Profissional A: "Estudo das relações humanas/sociais através dos artefatos e quaisquer outras características deixadas por grupos humanos em determinada área ou região."

Profissional B: "Arqueologia é a ciência que estuda a sociedade através de sua cultura (material e imaterial)."

Profissional C: "É a ciência que infere comportamento humano através dos vestígios da cultura material deixados no registro arqueológico."

Profissional D: "Arqueologia é a ciência interdisciplinar, que estuda os vestígios materiais deixados pelos mais diversos grupo humanos do passado."

Profissional E: "De um modo simplificado, poderia dizer que a Arqueologia é um caminho para buscar respostas sobre o homem, em um passado mais recente ou longínquo."

Profissional F: "Disciplina científica que estuda as culturas do passado, os diferentes modos de vida e a interação com diversos ambientes."

Profissional G: A Arqueologia é a ciência que estuda os grupos humanos através da sua materialidade. Nesse sentido maior, e através da Arqueologia a gente pode compreender como esses grupos viveram e vivem. Porque hoje a Arqueologia se estende na compreensão do presente.

Profissional H: "É a disciplina científica que estuda as sociedades humanas pretéritas por meio de suas culturas materiais."

Profissional I: "Arqueologia é a maneira que a ciência encontrou para fazer um resgate de culturas, povos e passados, de forma metódica."

Profissional J: "Arqueologia é uma ciência que estuda as sociedades antigas através da sua cultura material."

Profissional K: "É uma ciência ou método da Antropologia que estuda o meio social através da cultura material, geralmente, produzida no passado."

A pergunta "Defina Sítio Arqueológico" tiveram também respostas variadas. Dos onze entrevistados, dois não responderam, um com mais de 5 anos de experiência na Área de Arqueologia e outro com menos de dois anos. A definição de sítio foi atribuída ao caráter apenas material e a atuação antrópica que caracterizam os espaços como sítios arqueológicos. Não houve menção do caráter subjetivo, ligado às comunidades que interagem com esses espaços, nem outras formas de interpretação do que se configura como sítio arqueológico. Durante as entrevistas, procurei evidenciar essas questões e expliquei mais ou menos alguns conceitos, nos quais estavam pautados a tese.

Profissional A: "Espaço onde determinados aspectos/elementos podem ser encontrados possibilitando o estudo de atributos de identidade (aspectos humanos) voltado para sociedades/grupos pré ou históricas".

Profissional B: Não respondeu.

Profissional C: "Qualquer área onde se encontra vestígios da cultura material."

Profissional D: "Sítio arqueológico é todo local modificado pelo homem."

Profissional E: "Uma necessidade para a preservação do patrimônio."

Profissional F: "Áreas que preservam sinais de atividades humanas, quer sejam por ocupações curtas, longas ou permanentes, como os cemitérios."

Profissional G: "Sítio arqueológico é todo lugar que demonstra evidência das ocupações humanas, sejam eles históricos ou pré-históricos."

Profissional H: "É o espaço físico-geográfico onde foram encontrados vestígios arqueológicos depositados que permitem entender o tipo de ocupação humana ocorrida no

lugar ou que sofreram alterações/manipulações antrópicas para atendimento de determinadas finalidades necessárias ao assentamento/aproveitamento humano."

Profissional I: Não respondeu

Profissional J: "Um sítio arqueológico é um local que possui diversos vestígios arqueológicos, normalmente em contexto, onde podemos traçar hipóteses sobre a população que ali viveu."

Profissional K: "Sítio arqueológico é um conjunto de evidências materiais (artefato, vestígios, contatos, estruturas, alterações na paisagens, etc.) associadas, podendo pertencer a um ou mais grupos sociais."

A pergunta, "Já participou de que atividades na área? Resgate, levantamento etno-histórico, prospecção, Educação Patrimonial, etc." foram respondidas pelos onze profissionais, por unanimidade que sim.

A pergunta "Quais áreas da Arqueologia que você mais se identifica?", foi respondida pelos onze profissionais. Quatro se identificaram mais com áreas relacionadas a Arqueologia Histórica, e sete com áreas relacionadas à Arqueologia Pré-Colonial. A pergunta seguinte, sobre o "trabalho em sítios Urbanos", todos mencionaram que já tiveram experiência com sítios dessa natureza.

Gráfico 4: Áreas de preferência dos entrevistados na Arqueologia.



Sobre a Questão "Como vê a interação trabalho arqueológico e comunidade local?", as respostas foram variadas:

Profissional A: Partirmos da premissa que deve ocorrer uma interação/dinâmica empática. A comunidade deve ser comunicada e consultada sempre que atividades dessa natureza ocorram. Mesmo porque, os mesmos no final devem ser os melhores protetor-preservadores dessa herança.

Profissional B: A comunidade, quando há alguma a pesquisa arqueológica em sua localidade, fica apreensiva e curiosa para saber o que está acontecendo e o que resultará da pesquisa. Começa a aproximar-se da equipe com cautela mas, com o tempo torna-se aliada e sempre pronta para contar histórias sobre sua cidade, ou o local onde ocorre a intervenção arqueológica..."

Profissional C: "Existe um distanciamento muito grande, quando estamos em campo, a população nos olha como se fossemos de outro planeta e a principal curiosidade é se já encontramos ouro ou outras riquezas."

Profissional D: "A interação entre comunidade e pesquisa arqueológica, principalmente em sítios urbanos, é de fundamental Importância. Além de ajudar na pesquisa em si, a comunidade é a guardiã das informações e memórias dos sítios arqueológicos."

Profissional E: "Uma necessidade para a preservação do patrimônio."

Profissional F: Trabalhar em sítios urbanos é como estar constantemente promovendo atividades de educação patrimonial. A comunidade tira dúvida, observa, participa efetivamente de todas as etapas, sobretudo quando há aparição de esqueletos, evidências que despertam maior interesse.

Profissional G: A interação comunidade local e sítio arqueológico é algo meio complexo. Visto que a Arqueologia, no seu ponto de alcance, ainda é algo novo e desconhecido. Então, às vezes se torna um pouco complexo. Claro que, agora com as atividades de esclarecimento que são exigidas pela IN, os projetos de Educação Patrimonial tendem a contribuir com essa aproximação de esclarecer melhor. Informar a comunidade, primeiramente, é o nosso trabalho, porque não adianta pensar em passar a ideia de pertencimento pra eles, se nem sequer eles sabem a finalidade da Arqueologia enquanto ciência, enquanto o trabalho técnico, o que a gente busca, o que a gente procura, o que a gente busca atingir.

Profissional H: "Essencial, desde que sejam estabelecidos diálogos transversais em linguagens compatíveis para compreensão da sociedade civil leiga."

Profissional I: "De modo geral, patrimônio é aquilo que é visto pela população, e assim é alimentando pela população, pois o que está sendo visto são as edificações, e não o que se pode encontrar embaixo dos alicerces das suas edificações."

Profissional J: "Normalmente a população local se interessa mais por esqueletos."

Profissional K: "Quando se trabalha num local de Turismo histórico, é possível vislumbrar essa relação entre o discurso e a cultura material, mas em outros locais praticamente não é

possível relacionar, considero ser papel da equipe arqueológica, através de ações educativas, estimular esse processo."

N pergunta, "Nos trabalhos que participou, consegue ver quais ações foram efetivadas de educação patrimonial para comunidade? No caso, que ações contribuíram de fato para o fortalecimento da identidade local?"

Profissional A: Sim! No vale do São Francisco, remeiros, beradeiros e catingueiros constroem uma relação afetiva com o rio e também com o patrimônio encontrado nas suas imediações. Os eventos voltados para a Arqueologia nas escolas e comunidades ribeirinhas e interioranas são constantes e legitimam o interesse pelo passado, preservação e também divulgação extra-regional. Na Serra da Capivara, por exemplo, região sudeste do Piauí, cursos e ONG's foram criadas e a Arqueologia desenvolve esse papel social, possibilitado também a formação de pesquisadores regionais e grupos de preservação cultural e ambiental. Outras atividades podem ser observadas na criação de memoriais e também museus comunitários, possibilitando, assim, que passado e presente se mesquem numa agradável sintonia.

Profissional B: A maior parte de meus trabalhos como arqueóloga está relacionada com Educação Patrimonial. Ao longo dessa trajetória, fui desenvolvendo trabalhos nas escolas como palestra e oficinas. Na comunidade a apresentação de exposições de fotografias de todas as etapas da pesquisa realizada na área está sempre sendo atualizada; visita a campo para as escolas desde o fundamental I até universidades, grupos de cursos como guias de turismo, uma turma do programa do Governo Federal Mulheres Mil; e principalmente os habitantes da localidade; exposições dos artefatos encontrados nas escavações e dos trabalhos realizados pelos alunos, crianças e adolescentes locais, resultantes das palestras e oficinas.

Profissional C: "De um modo geral, acho que as ações nas escolas são as mais eficientes. Ações no canteiro de obras, em casos de acompanhamentos, também se mostram bem eficientes."

Profissional D: "A interação entre comunidade e pesquisa arqueológica, principalmente em sítios urbanos, é de fundamental importância, além de ajudar na pesquisa em si, a comunidade é a guardiã das informações e memórias dos sítios arqueológicos."

Profissional E: "Palestras e oficinas com as crianças e comunidade próxima."

Profissional F: Em áreas em que houve resgate, interação da comunidade circunvizinha, grupos escolares e de profissionais (como guias de turismo) com as fases de escavação. Em atividades de identificação de áreas, como as prospecções, atividades em escolas, apresentando o papel da arqueologia e em que consistem as atividades preventivas.

Profissional G: Os projetos de educação patrimonial realmente, tendem atingir um pouco o objetivo proposto de informar, mas a questão de Educação Patrimonial, ou de consciência arqueológica, como também de outras ciências, deveria ser algo contínuo, né? Inserido dentro das escolas desde pequeno, até porque, desde pequeno fala de Educação Patrimonial, patrimônio brasileiro. Nosso país deixa muito a desejar. Então, assim, a própria questão da Educação Patrimonial deveria ser algo mais efetivo no cotidiano das escolas, das formações, para que se pudesse consolidar o objetivo maior que, como o próprio nome diz, Educação Patrimonial, porque no

Brasil essa consciência ter essa educação por parte da sociedade ainda não existe por completo. Mas claro que as atividades empreendidas na Arqueologia, conseguem plantar um pouco dessa semente, mas é algo que ainda não dá 100% cobertura, nesse ponto, né? Nesse tipo, de consolidar a consciência da população. geralmente a população tem sim um papel ativo, porque muitos projetos e indicações, por exemplo, avaliações de impacto ao patrimônio arqueológico, a população contribui fazendo essa indicação, conseguindo dessa forma indicar possíveis sítios arqueológicos que são geralmente cadastrados durante essa etapa. Realmente a população tem o papel ativo durante as pesquisas. Sempre tem que ser valorizado a opinião popular durante os trabalhos, sim.

Profissional H: "Exposição itinerante do Museu de Arqueologia de Xingó em Aracaju/SE; as visitas guiadas de estudantes do ensino fundamental e médio à área expográfica deste museu; e palestras de esclarecimento sobre o patrimônio arqueológico em locais que serão interceptados por empreendimentos infraestruturais."

Profissional I: Todo projeto que participei dentro da arqueologia sempre houve um carinho e um cuidado muito grande para com a comunidade. Sempre que uma equipe está realizando qualquer tipo de atividade, essas são difundidas para a sociedade em forma de educação patrimonial, ou seja, são realizadas atividade com as pessoas que se aproximam do local de trabalho, nas escolas e em alguns casos por meio de comunicação nas redes sociais e televisivas.

Profissional J: "Sim, oficinas, visitas aos locais de escavação, palestras."

Profissional K: "Sim!"

As outras perguntas direcionadas a interação da comunidade local e Arqueologia foram respondidas por unanimidade, acentuando que a população geralmente tem papel passivo quando a referência de sítios na comunidade. Quanto a "escavarem locais a partir da referência local", poucos responderam que sim.

As entrevistas demonstraram que a maioria dos profissionais que atuam com Arqueologia no Estado, vêem a Arqueologia como uma disciplina que busca a materialidade, pela materialidade. A atribuição da agência, ou seja, da interação da população com o trabalho é mais vista como fator secundário, tendo como ponto primordial a pesquisa em si.

No entanto, reconhecem a importância dos meios de extroversão para compreensão do público sobre a importância da preservação do manancial arqueológico do Estado. A experiência com a população local foi colocada por alguns como fator final, de caráter instrutivo.

É importante salientar que os trabalhos arqueológicos são instituídos através de leis e normativas, e essas são seguidas pelos profissionais. Cabe à Universidade o papel de formar profissionais qualificados tecnicamente, teoricamente, e também formadores de opinião, através do fomento de práticas que englobem questões relacionadas à Arqueologia Pública, em suas mais diversas áreas de atuação.

CAPÍTULO 4

ALAGOAS AUSTRAL: ESCAVANDO O PATRIMÔNIO DE "PEDRA E CAL" EM MARECHAL DEODORO

A intenção desse capítulo é apresentar os resultados das pesquisas que levaram a pensar a cidade de Marechal Deodoro - AL por outra ótica. Através do contato diário em campo, nas escavações que eram realizadas em muitos pontos no trajeto diário da população. Esse contato trouxe subsídios para pensar os dados arqueológicos e, também, para pensar outros pontos da cidade que compõem o patrimônio, mas são negligenciados pelo poder público.

As pesquisas arqueológicas empreendidas em Marechal Deodoro - AL, nos Largos da Matriz e do Carmo, me deu subsídios para implementação da pesquisa de campo para esta tese. Durante dois anos, estive envolvida com os projetos de escavação, o que possibilitou pensar os sítios e a comunidade de uma outra forma.

A medida que íamos conversando com as pessoas, aprendíamos como lidar com as situações diárias e, também, como a questão do patrimônio cultural era visto por aquelas pessoas. As igrejas já estavam naturalizadas no espaço e integravam parte de suas vidas, como também as fachadas coloniais. Os artefatos encontrados causavam um certo estranhamento, eram vistos com curiosidade, mas estes foram interpretados das mais variadas formas, de acordo com a vivência de cada um.

Um mesmo vestígio tinha por trás inúmeras histórias. E esse aspecto foi interessante, pois percebi, junto aos companheiros de equipe, que a cada instante negociávamos com as questões postas. Também percebemos a necessidade do cuidado em difundir ideias sobre a escavação. Pois essas afetavam as pessoas das mais diferentes formas.

4.1. As Pesquisas nos Largos

As pesquisas arqueológicas realizadas nos Largo do Carmo, em 2016, e no Largo da Matriz, em 2017, fizeram parte de ações do IPHAN junto à Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro para requalificação das duas áreas. Os projetos foram idealizados por arquitetas da Prefeitura e as ações financiadas pelo IPHAN/AL, através do Programa PAC Cidades Históricas 2.

No que se refere à parte arqueológica, inúmeros dados novos foram aparecendo sobre o histórico de ocupação da região, que compreende o município de Marechal Deodoro, Alagoas. Questões antes obscurecidas pela historiografia local, foram surgindo à medida que avançamos nas escavações dos dois largos. Todas as etapas de escavação e extroversão com a comunidade foram bem documentadas para que pudessem auxiliar outros arqueólogos em pesquisas futuras sobre a região. O material de pesquisa do Largo do Carmo está sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL), e o material da pesquisa do Largo da Matriz está sob guarda da Núcleo de Pesquisa em Arqueologia e História (NUPEAH), do Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas, no município de Delmiro Gouveia- AL.

Os Largos do Carmo e da Matriz estão localizados na parte alta da cidade de Marechal Deodoro. Os estudos referentes à região apontam que a área foi o pólo de condensamento da população no período colonial. Algumas referências indicam que a primeira área povoada foi a parte baixa, onde está assentada a Igreja Nosso Senhor do Bonfim, no Largo de Taperaguá. No entanto, em um segundo momento, em prol de melhores condições de salubridade e de defesa, contra invasores franceses e holandeses, este polo se deslocou para parte mais alta (FERRARE, 2014, p. 266).

A parte alta da cidade, apesar dos estudos apontarem como área de maior ocupação no período colonial, tem também em seu registro arqueológico vestígios marcantes de ocupação pré-colonial, com o material encontrado nas duas pesquisas realizadas, nos Largos da Matriz e do Carmo. A cultura material pré-colonial foi atribuída genericamente a Tradição Arqueológica Tupiguarani, tomando por base estudos realizados no Nordeste por Maranca & Meggers (1980), Maranca (1976, 1991), Nascimento (1990), Albuquerque (1991a, 1991b, 1991c), Cláudia Oliveira (2003) Sena (2013), e. no Estado de Alagoas, por Lessa Costa (2010) e Tenório (2010). No entanto, não foi possível um aprofundamento nos aspectos

tipológicos relacionados a esse material, tendo em vista a enorme demanda de material e o curto prazo para uma análise mais acurada.

Sobre as escavações, as pesquisas arqueológicas ocorreram com aporte metodológico postos pela Arqueologia Tradicional, nas abordagens expostas por Alarcão (1996), Renfrew & Bahn (2004), Bicho (2006) e Sanjuán (2005). As escolhas das áreas foram realizadas visando dois pontos importantes, cobertura máxima do polígono de pesquisa e instalações das escavações, de tal forma que pudessem coexistir com a vida cotidiana dos Largos, pois em ambos os casos, estávamos escavando próximo a residências, nas calçadas, ou no meio da rua onde o tráfego de veículos e pessoas sempre era contínuo no dia a dia.

As equipes para participação das duas pesquisas tinham, por exigência do IPHAN-AL, um arqueólogo coordenador, um arqueólogo coordenador de campo, um historiador, um bioarqueólogo, e um educador patrimonial. Eu fui coordenadora geral nas duas pesquisas.

Na pesquisa do Largo do Carmo, a equipe foi composta por:

- Jaciara Andrade, cumprindo a função de Coordenadora de Campo e Bioarqueóloga;
- Claudia Jucá, trabalhando como Arqueóloga e Coordenadora de Campo na fase de Acompanhamento da obra;
- Ronaldo Alves, como Arqueólogo e Historiador;
- Selma Lima, como Arqueóloga e Educadora Patrimonial;
- Jerferson Ferreira, como Técnico em Arqueologia.

A fase de escavação contou também com a participação de alunos do primeiro período do curso de Arqueologia da UFS e apoio dos laboratórios LABIARQ - Laboratório de Bioarqueologia da Universidade Federal de Sergipe e LAPIC - Laboratório de Arqueologia da Paisagem, Identidade e Cultura.

Os integrantes da pesquisa arqueológica no Largo da Matriz foram:

- Sebastião Lacerda, como Coordenador de Campo;
- Jaciara Andrade como Bioarqueóloga;
- Luciana de Castro, como Arqueóloga e Historiadora;
- Selma Lima, como Arqueóloga e Educadora Patrimonial;
- Luany Oliveira, como Técnica em Arqueologia;
- Jerferson Ferreira, como Técnico em Arqueologia;
- Yuri Tosaka (estudante de história da UFAL), como estagiário.

. Em cada um desses projetos, e antes do início do processo de escavação, tive que ir a algumas reuniões no IPHAN - AL, para seguir algumas orientações dos fiscais da obra e fiscais das pesquisas arqueológicas.

Por parte da fiscal geral da Obra, as recomendações eram quanto aos prazos de entrega e algumas questões relativas à execução das escavações adequando a parte de logística da obra, e prazos para execução do trabalho dentro do cronograma pretendido para a obra.

As recomendações por parte da fiscal do IPHAN foram relativas à execução da pesquisa, a proibição de divulgação pela equipe de imagens e propagandas dos projetos, por parte da equipe e parte da população, sob a justificativa de "direitos autorais" sobre o material de pesquisa, já que a obra foi financiada pelo IPHAN-AL. No caso de entrevistas e qualquer meio de extroversão com a imprensa, teria que ser comunicado para o órgão previamente. As exigências foram também, direcionadas a acomodações do material arqueológico e entrega de relatórios parciais e finais em prazo.

Todas as recomendações foram seguidas à risca, apesar da dificuldade em controlar a população quanto à veiculação de imagens dos processos de escavação. Os integrantes da equipe foram advertidos quanto à prática fotográfica durante o processo, principalmente no trato com a escavação de esqueletos humanos. Então, além de ter que lidar com todas as questões de logística, tínhamos que ter em mente como lidar com a curiosidade das pessoas quanto ao nosso trabalho. A partir dessas questões foi pensado o campo, tentando alinhar múltiplas necessidades e demandas.

A primeira área escavada, o Largo do Carmo, foi a mais complexa, pois apesar de estar próximo ao centro urbano, era uma área residencial. As ruas viviam cheias de crianças, moradores iam para o meio do largo tecer suas rendas de filé, pescadores passavam com suas redes de pesca, e também, em meio as duas Igrejas do Carmo, da Primeira e Terceira Ordem existe o Cemitério Municipal de Marechal Deodoro,³³ para onde fluíam cortejos fúnebres.

O Largo da Matriz, diferente do Carmo, fica em uma área mais central. A rua comporta repartições públicas, como secretarias e o Conselho Tutelar, uma delegacia de polícia, prédios comerciais. A Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz de Marechal

³³ O município tem dois cemitérios apenas, o Nossa Senhora do Carmo, no largo e o Cemitério São Miguel em Massagueira. O do Carmo é o que recebe maior números de enterros, então toda semana durante os meses de trabalho, os cortejos eram frequentes.

Deodoro), em uma extremidade, e na outra, a Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos, além de casas residenciais.

É uma área central onde há constante fluxo de carros, que sobem e descem da parte baixa para alta e vice-versa. Há o fluxo constante de estudantes das escolas Estaduais e Municipais que ficam próximas. Então, estávamos em meio ao trajeto constante de pessoas nas duas situações.

A partir dessas singularidades, tivemos que nos adaptar ao cotidiano de cada lugar para que conseguíssemos realizar o trabalho da melhor maneira possível. É importante lembrar que, antes da obra, éramos os primeiros a chegar e entrar em contato com a população, que muitas se sentia incomodado, segundo seus próprios relatos, com as mudanças trazidas pelos projetos de requalificação.

Figura 12: Imagem de satélite com localização dos Largos do Carmo e Largo da Matriz.
Fonte: Google Earth Pro.



4.2 Largo do Carmo

Chegamos no Largo do Carmo em abril de 2016 e nos instalamos em uma casa alugada pela Construtora para início das obras. A casa era pequena e simples, ficava no meio do Largo e servia para guardarmos nosso equipamento, fazer reuniões e realizarmos algumas atividades de gabinete. O ponto era bem estratégico, pois estava no centro da escavação.

O Largo, como dito anteriormente, é uma área residencial que abriga em seu fundo o principal cemitério da cidade. Sentimos um certo estranhamento inicialmente, pois sempre tinha cortejos fúnebres passando pela porta da casa de apóio. Havia muitas crianças, árvores no centro do Largo e, próximo a igreja, muito lixo, inclusive lixo do cemitério. Pensamos e comentamos: "Nossa, as crianças brincam em meio a esse lixo? Será que ninguém observa isso?". Então decidimos falar com o responsável da Prefeitura pela limpeza para que se tirasse aquele lixo todo, que ficava próximo à Igreja da Primeira Ordem. Além dos lixos comuns das casas acumulado ali sobre o chão para ser recolhido nos dias de coleta, havia restos de roupas das pessoas que foram enterradas no cemitério, ossos, cabelos e até pedaços de caixão. Nossa solicitação foi aceita e, em poucos dias, limparam. No entanto, a prática continuou no decorrer das primeiras semanas, até que um dia, depois de muitas idas e vindas, reclamações de nossa parte, o lixo do cemitério não apareceu mais em meio ao Largo.

Em meio a essas questões, no decorrer do drama do lixo, decidimos que tínhamos que nos apresentar a população. Seria o início do trabalho em parceria, entre equipe arqueológica e público. Fomos de porta em porta conversar com as pessoas. Nos apresentamos e fomos bem recebidos por alguns. Por outros, fomos questionados sobre a obra, pois, no projeto de requalificação da área, algumas casas perderiam suas frentes, por conta de seus avanços irregulares em área tombada. A população reclamava por conta da perda desses espaços, pois muitos construíram puxadinhos que serviam de garagem, ou até mesmo de área interna da casa. A requalificação, na verdade, representaria uma mudança não muito agradável para algumas famílias que estavam há mais de vinte anos vivendo em suas casas, com as árvores, os cortejos, seus puxadinhos e todas as coisas que formavam aquele espaço.

Logo criamos laços com as pessoas, e mostramos que não tínhamos qualquer relação direta com as demandas do projeto de engenharia. Nós estávamos ali para escavar e tentar resgatar parte do passado daquele lugar. As pessoas logo entenderam e, então, ficaram curiosas, principalmente as crianças. Elas estavam o tempo todo nos acompanhando.

Algumas observações fiz, inicialmente, quando cheguei ao Largo, principalmente relacionadas ao projeto arquitetônico da área. Nas reuniões no IPHAN, o projeto foi apresentado e as demandas da obra discutidas, como por exemplo: retirada do calçamento, retiradas das árvores do canteiro central, áreas que iriam ser interditadas. Então, pensando na melhor forma de não impactar o cotidiano das pessoas, criamos estratégias para a execução das atividades, tentando dirimir possíveis desconfortos para a população.

Uma observação pertinente sobre a área e as pessoas que ali viviam, é que nem a Prefeitura, e nem o IPHAN/AL, conheciam o cotidiano dos habitantes daquele espaço. O projeto, com base em recomendações de um arquiteto europeu, visava a entrada de turistas no Largo já com a sua visão geral, principalmente das igrejas ao fundo. As árvores que existiam no centro, impediam a visão do patrimônio edificado, então, "a praça central teria que sair dali".

Foto 12: Largo do Carmo, vista geral.



Em conversa com pessoas da comunidade, nos informaram que eles próprios haviam plantado as árvores e estas serviam de sombra durante a tarde, onde o calor na região era mais intenso. Além de serem estratégicas para a população quanto a redução do calor, as árvores criavam um espaço de convivência no centro do largo, onde a tarde as pessoas sentavam para conversar, tecer seus filés, brincar.

Foto 13: Moradores do Largo do Carmo, tecendo filés na área central em meio as árvores.



Foto 14: Moradores do Largo do Carmo, convivendo em meio ao lixo doméstico e lixo do cemitério.



Desta maneira, a minha observação foi pertinente. Para além da materialidade do passado, os expedientes da Arqueologia abrangem diferentes universos de expressão do mundo material. A configuração da "disciplina das coisas", como bem exposto por Olsen et. al. (2012, p. 6-7), abrange muito mais do que a fragmentação entre passado e presente. A Arqueologia não descobre o passado como ele era, pois arqueólogos trabalham com "aquilo que se tornou, o que foi, e como é", sempre em transformação. Essa visão também engloba um olhar antropológico, contestatório, que busca, através da expressão do que é posto, as adaptações, as relações de poder, as mudanças do ambiente. Desta forma, observar o que é posto, o que se transformou, também faz parte da prática arqueológica, principalmente aquela aliada à proposta da desconstrução do discurso colonialista, implementado naquele espaço através do protagonismo material das igrejas.

Timidamente, em uma das reuniões do IPHAN-AL, tentei colocar a temática das árvores, mas logo fui advertida para não tocar nessa questão, pois "geraria desconfortos, e principalmente, iria de encontro a questões políticas entre Prefeitura e IPHAN-AL". A leitura da expressão da materialidade do presente, apesar de ser um dos expedientes da Arqueologia, não poderia entrar nas discussões sobre o processo de requalificação e pesquisa arqueológica. Nós éramos arqueólogos em busca do passado, então assim o fizemos. Fomos escavar de forma tradicional, montamos nossas tendas, abrimos unidades e, sim, foi um importante

trabalho para região. Muito há para se falar do passado de Marechal Deodoro, mas muitos discursos foram silenciados pelo concreto das ruas e pelo protagonismo do patrimônio de "pedra e cal".

Foto 15: A esquerda, Igreja de Nossa Senhora do Ó (Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo). No centro, entrada do Cemitério Municipal e, à direita, Igreja da 1ª Ordem do Carmo.



4.2.1 Um pouco do Histórico do Carmo

Quando iniciamos o estudo arqueológico da área do Largo do Carmo, uma das demandas solicitadas pelos interessados era saber um pouco mais da história dos Carmelitas no município de Marechal Deodoro. Os fatos históricos descreviam superficialmente sua estadia, apontando rixas políticas entre eles e os Franciscanos, por conta da disputa de esmolas.

O que consta nos registros, é que moradores de Santa Luzia do Norte, município limítrofe a Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro), sabendo das práticas dos Carmelitas no Estado da Paraíba, que trabalhavam mais ativamente em contato com a comunidade, solicitaram, em 1712, que a Ordem se estabelecesse na localidade. Os moradores de Alagoas do Sul, sabendo da solicitação de seus vizinhos, em 15 de julho de 1715, enviou uma petição ao Rei para que se fundasse um Hospício dos Carmelitas. através do Alvará de 26 de março de 1722, que por ordem régia concedia a permissão da Ordem de Nossa Senhora do Carmo

fundar na Vila de Alagoas do Sul um convento, que serviria não apenas para o socorro espiritual da população da Vila, mas também para as Missões dos índios (QUEIROZ, 1994).

O que consta na documentação histórica sobre a configuração do complexo conventual do Carmo, é algo confuso. Sabe-se que os Carmelitas haviam fundado um convento, no entanto, por conta das restrições impostas por querelas políticas com os Franciscanos, as atuações na região foram restritas. Então, não se sabe se, de fato, a obra do convento carmelita foi findada.

O que resta atualmente são apenas as igrejas da Primeira e Terceira Ordem, e o cemitério ao centro. No entanto, em pesquisa sobre a documentação histórica, há detalhes sobre sua construção: "(...) o mesmo foi edificado ao lado direito da Igreja do Carmo, possuía celas e claustros, havia dois pavimentos, inferior e superior, e que a construção atingiu apenas dois raios de área construída, ignorando-se o início e o fundador da obra" (PINTO, et. al. 2016, p. 36).

Constam informações de que em 1970, as igrejas do complexo conventual estavam em ruínas, e que a construção do conjunto carmelita estava inacabada, contudo a presença do Frei José Maria, residente na própria igreja, amenizava a situação através de pequenos reparos.

Também consta nos relatos históricos que o espaço foi ressignificado diversas vezes. Entre os anos de 1840 e 1850, durante o grande surto de febre amarela e cólera na região, a área foi utilizada como cemitério colérico, provavelmente onde hoje existe o Cemitério Municipal do Carmo. Ao lado da Igreja da Primeira Ordem existem ruínas e, segundo consta nos relatos, o local sediou durante 20 anos um quartel militar da Província, no período de transferência da capital do Estado, de Alagoas do Sul para Maceió em 1839 (PINTO, et. al, 1016).

O que tínhamos em relação aos registros eram informações confusas. Na área, atualmente, existem as duas igrejas, com o cemitério ao centro. Ao lado da Igreja de Primeira Ordem, ruínas de partes do Complexo do Carmo. Não sabíamos se, de fato, o convento tinha ido a frente, pois os registros sempre apontavam as dificuldades da estadia dos religiosos na área. Sob os Carmelitas que viveram no convento, as informações é que não ultrapassavam de quatro religiosos. Também há menção da presença de três a quatro escravos, que auxiliavam os religiosos em seu projeto evangelizador.

Foto 16: Pórtico lateral de entrada do convento e vista interna do pórtico (PINTO, et. al. 2016).



Em Alagoas do Sul, observamos que a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo teve grande influência, apesar dos problemas existentes com a permanência dos carmelitas na região. Formados por leigos católicos, vinculados a ordens religiosas medievais, esses grupos reuniam-se em torno de seu santo de devoção. No Brasil, as mais atuantes foram ligadas aos Carmelitas, Franciscanos e Beneditinos. Esses grupos tiveram vasta influência na manutenção do processo colonial brasileiro, trazendo aspectos disciplinatórios às populações da colônia. Além das organizações religiosas de Terceira Ordem, essas irmandades exerceram papel fundamental na manutenção da vida religiosa e de práticas regulatórias frente a comunidade.

Durante o levantamento etno-histórico, percebemos que a Igreja de Nossa Senhora do Carmo é bem popular no núcleo urbano de Marechal. Em relação a outras igrejas, suas missas estão sempre cheias e há um enorme contingente de devotos. Durante o processo de levantamento de dados, encontramos pessoas que fazem parte ainda da Irmandade da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Os relatos afirmam que eram realizadas, além das missas, procissões em devoção a Nossa Senhora da Boa Morte, e que essa trazia muitos fiéis ao Largo.

Dona Benedita Rosendo, uma Senhora de 90, anos nos falou um pouco do cotidiano das festas e procissões realizadas no Largo do Carmo. Em uma entrevista, realizada na sua casa, localizada no bairro da Poeira, ela nos mostrou as vestimentas da ordem, os detalhes que os devotos traziam junto as roupas. Em sua entrevista, nos disse: "Eu faço parte da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário e do Padre Cícero. Eu sou muito devota. Aqui estão as vestes da gente, das procissões do Carmo..." (Entrevista concedida em julho de 2016. Arquivo Karina Miranda).

Foto 17: Dona Benedita Rosendo, mostrando vestimenta da irmandade da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.



4.2.2 As Escavações do Carmo

Em meio à demanda da descoberta dos caminhos religiosos do Carmo, precisávamos realizar uma escavação que desse cobertura a todo o perímetro que iria ser diretamente afetado pela obra. Desta maneira, poderíamos trabalhar, além do contexto colonial, outras ocupações da região que por ventura pudessem aparecer. Pois a área que compreende o Carmo, não possui documentação histórica suficiente.

A proposta inicial era a cobertura do máximo possível de áreas que abrangiam um total de aproximadamente 7.809m². As alternativas que tínhamos era abrir poços-testes com cavadores para determinar os melhores trechos, ou abrir unidades ao longo do Largo, para verificarmos as áreas positivas. Fizemos alguns poços-testes, mas os resultados não eram satisfatórios, apenas conseguimos verificar através deles as camadas de aterro.

Decidimos, então, que escavaríamos unidades nas duas laterais do Largo, de 1m por 1m. Essa proposta, além de não criar desconforto na retirada do calçamento para a população, teria uma melhor visualização de áreas positivas e do perfil estratigráfico. Para denominação, colocávamos área I, e se fosse positiva, ampliávamos para unidades subsequentes, nas quais denominávamos Conjunto I, com unidades chamadas I, Ia, e assim por diante. Abrimos a primeira área a 30m contados a partir da parede frontal da Igreja da Primeira Ordem, próximo à antiga pilha de lixo local. Depois de 30m, abrimos a segunda área, denominada área II, e assim fomos, até a área XII.

Em alguns trechos, como, por exemplo, entre as áreas II e III, ampliamos a margem de 30m para 50m, pois os 30m pousou em frente ao campo de futebol improvisado pelas crianças do Largo. Durante as conversas com a comunidade, descobrimos que antes do calçamento o campinho ficava em frente às igrejas, e que ali crianças e adultos jogavam bola em seus momentos de folga. Na maioria dos relatos sobre como era o passado do largo, a primeira coisa que vinha à lembrança era o campo de futebol. Diziam : "Na entrada tinha um muro, com um grande portão, algumas dessas casas, e aqui (em frente às igrejas) era um descampado, um campinho de futebol".

Apesar das mudanças ao longo do tempo, o campinho permaneceu, só que na lateral. Então, decidimos que seria melhor preservar a área, mesmo que temporariamente, pois a obra previa a implantação de um parque infantil e uma academia para pessoas da terceira idade.

Foto 18: Largo da Matriz e área do campinho de futebol, no período de escavações (indicado com seta).

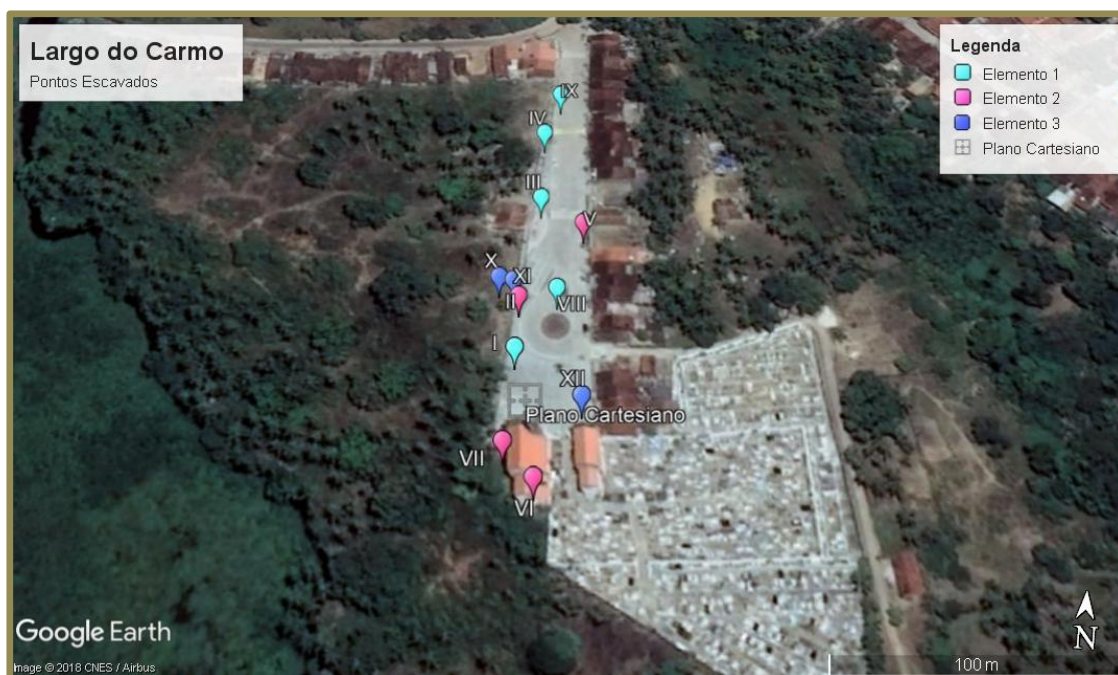


Foto 19: Largo da Matriz, em 1969. Área em frente as igrejas que, segundo relatos pessoas da cidade jogavam futebol. (Fonte: IPHAN/AL).



No total foram, escavadas 43 unidades ao longo do Largo do Carmo. As áreas que tiveram mais incidência de material foram as áreas II, V e VI e VII. Então foram ampliadas para entendimento geral do sítio. Na frente da Igreja foi aberto um plano cartesiano de 10m por 10m, e foram escavadas áreas aleatoriamente, de acordo com a demanda que encontrávamos durante a escavação

Figura 13: Pontos escavados durante a pesquisa no Largo da Carmo.



Os resultados apontaram cultura material pré-colonial e histórica. No que se refere às análises, como a demanda de material foi muito grande, tentamos realizar a leitura do contexto material em sua distribuição ao longo do sítio, e análises tipológicas gerais, verificando aspectos relacionados à morfologia, função e temporalidade. Sabíamos que, por se tratar de um projeto de Arqueologia de Contrato, os prazos eram restritos e não haveria a possibilidade de análises mais profundas. A partir dessa premissa, fizemos o máximo possível para documentar todas as etapas em campo, para que futuros pesquisadores, tenham a possibilidade de realizar análises mais aprofundadas. O material foi todo entregue ao IPHAN/AL, distribuídos em documentações como: fichas de escavação, lista de etiquetas de materiais, croquis com planta baixa dos níveis escavados e desenho de todos os perfis das unidades, além de informações adicionais relevantes para estudo do sítio.

O material pré-colonial foi localizado, em sua maioria, atrás da Igreja da Primeira Ordem do Carmo, Conjunto VI, abaixo de um sepultamento humano. Nessa área foi encontrada uma grande incidência de material lítico, denotando área de oficina lítica.

Foto 20: Artefatos líticos, do nível 80-90cm da unidade VIe.**Quadro 4:** Organização espaço-temporal dos artefatos evidenciados no conjunto de unidades VI.

Distribuição dos Artefatos do conjunto VI por Unidades e Camadas							
	VI	VIa	VIb	VIc	VIId	VIe	Total
0-10	1						1
10-20						3	3
20-30							0
30-40				1			1
40-50							0
50-60			1		2		3
60-70			1	10		3	14
70-80		1		40		48	89
80-90					6	94	100
90-100					8	4	12
100-110							0
110-120					5		5
120-130							0
130-140					2		2
Total	1	1	2	51	23	152	

O conjunto II foi o mais diversificado. Foram encontrados fragmentos de cachimbos, material cerâmico simples histórico e pré-colonial, faiança, louça³⁴, grés, porcelana, cerâmica simples com engobe vermelho, cerâmica vitrificada, pregos, cravos, contas de colar, dentre outros materiais.

No entanto, foi observado na conformação do sítio, nos processos deposicionais dos pacotes sedimentares, uma enorme perturbação provocada por raízes de árvores grandes, o que impossibilitou uma leitura mais precisa dos perfis estratigráficos. Essa área foi caracterizada como área de descarte, ao longo do tempo.

Mas, em termos de uma prática junto à comunidade, o conjunto II coroou a nossa presença no Largo, possibilitando o diálogo constante com a comunidade local. Tal conjunto II, foi um dos mais visitados, principalmente pelas crianças do Largo, que acompanhavam os trabalhos de perto, ávidos pelas descobertas de artefatos, participando do processo intensamente.

Foto 21 Diversidade de artefatos cerâmicos encontrados no Conjunto II (Unidades II, IIa, IIb, IIc). Da esquerda para direita: Cerâmica Pré-Colonial decoração escovada, Faiança (registro no Brasil a partir do séc. XVII), cachimbo antropomorfo (sem identificação temporal), cachimbo cerâmico histórico (sem identificação temporal), grés (registro no Brasil, a partir do século XVII com a vinda dos holandeses), louça caracteres decorativos Shell Edged (largamente produzida entre 1860 a 1890, entrada no Brasil a partir da abertura dos portos no século XIX).



³⁴ Entendendo por louça o mesmo que alguns autores abordam como faiança fina, artefatos atribuídos ao século XIX, trazidos para o Brasil a partir da abertura dos Portos para Nações Amigas, nesse período.

Foto 22: Escavação do Conjunto II, realizada por estudantes do Curso de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, 1º Período.



Foto 23: Crianças do Largo acompanhando o processo de peneiramento de sedimento.



O conjunto VI, como dito anteriormente, apresentou um sepultamento do período colonial e, abaixo dele artefatos líticos, denotando a área como um sítio com ocupações em diferentes temporalidades. O Conjunto VII, ao lado da Igreja da Primeira Ordem, expôs material cerâmico do período colonial e pré-colonial, uma estrutura pertencente a igreja, no entanto do período anterior ao atual, e um enterramento infantil. A Unidade VII nos

possibilitou verificar três momentos distintos de ocupação Carmelita no local: o enterramento infantil abaixo da estrutura, a estrutura propriamente dita e a conformação atual do prédio da igreja.

Além do material arqueológico, foram encontrados dois sepultamentos no adro da Igreja da Primeira Ordem do Carmo, e alguns ossos dispersos. O sepultamento atrás da Igreja foi denominado sepultamento 1, que após análise foi identificado como sendo do sexo masculino, com idade aproximada entre 30 a 35 anos. Um detalhe importante é que seu crânio não foi localizado. Com base na leitura funerária e bioantropológica, não havia marcas nos ossos que indicassem uma remoção do crânio anterior ao seu processo de decomposição, sugerindo assim uma decapitação. Associamos, então, tal anomalia, a uma perturbação da área, reafirmado pela presença de ossos de uma criança no referido local.

O indivíduo 1 foi sepultado diretamente ao chão, em decúbito dorsal, estendido, sem unidade de isolamento permanente como, por exemplo, caixão. Quanto ao acompanhamento funerário, foram encontrados dois botões e duas peças de metal, com características de fecho de roupa, provavelmente parte da vestimenta. Observamos que houve um cuidado com a organização dos braços, o que denota o cuidado por parte das pessoas que o enterraram.

Foto 24: Sepultamento do Indivíduo 1, atrás da Igreja da Primeira Ordem do Carmo.



O Sepultamento 2, ao lado da Igreja da Primeira Ordem do Carmo, foi identificado como do sexo feminino, com idade aproximada entre 10 a 12 anos. Inicialmente, foram abertas unidades para averiguar se na lateral direita da Igreja havia outras estruturas que

indicassem parte do Convento Carmelita. A 50cm de profundidade foi evidenciado um conjunto de estruturas formando uma mureta. Havia muito material construtivo revirado nas primeiras camadas e alguns fragmentos de ossos dispersos. O enterramento infantil foi encontrado transversalmente abaixo de uma mureta, que era parte da estrutura.

Em relação ao sepultamento 02, havia uma maior riqueza de detalhes, com a presença de pertences e caixão. Associados ao enterramento, encontramos: restos de madeira com tachas, fragmentos de tecido junto as tachas, alfinetes, um bordado com liga de ouro e cobre, um pingente e um anel. Quando se trata de um esqueleto de criança, em geral, sempre há um maior nível de riqueza e detalhamento. O esqueleto estava em decúbito dorsal e foi depositado depois de um processo de queima no local. O esqueleto teve perturbação na área craniana, sendo evidenciados alguns fragmentos que poderiam ser do crânio, mas a parte mais conservada foi apenas a da mandíbula. Junto com a mandíbula estava um fragmento de pelve de outro indivíduo adulto, o que corrobora a ideia de perturbação.

Foto 25: Conjunto de Unidades VII, com estrutura evidenciada a 50cm abaixo da superfície, na lateral da Igreja da Primeira Ordem de Nossa Senhora do Carmo.

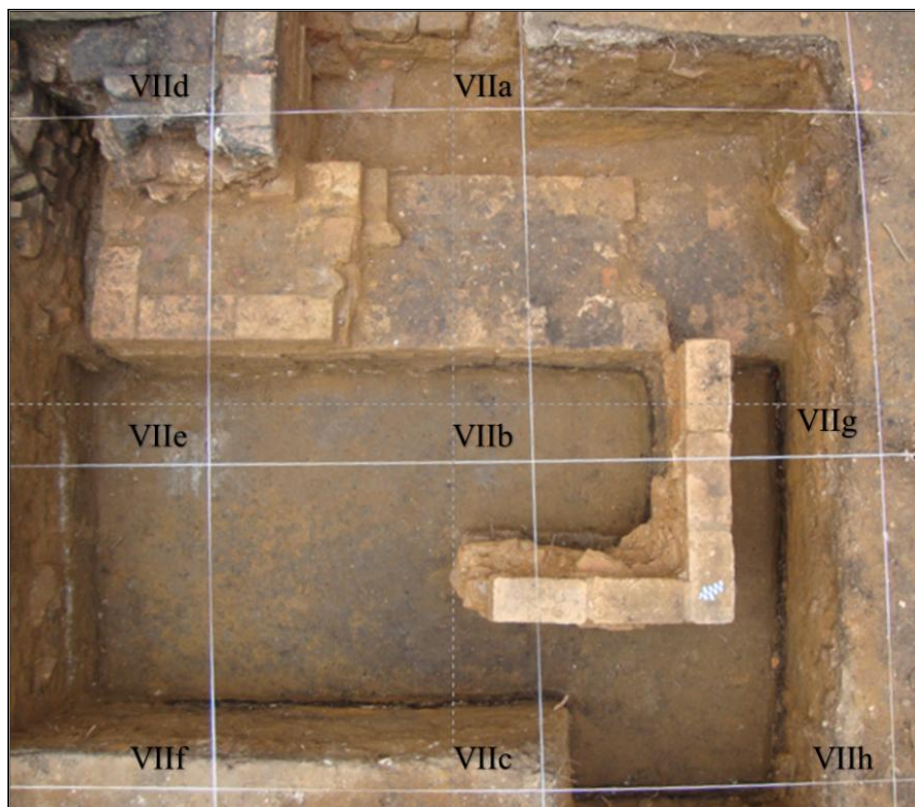


Foto 26: Enterramento infantil abaixo da estrutura, no Conjunto de Unidades VII.



Foto 27: Estrutura evidenciada no Conjunto VII, vista por outro ângulo.



No período colonial, era comum o enterramento em igrejas, já que ainda não haviam cemitérios. Os católicos disputavam um espaço no terreno sagrado, na promessa de estar em

mais próximos de Deus. Algumas Leis Canônicas disciplinavam as práticas de sepultamento nesse período, que geralmente estavam atreladas à Ordens Religiosas e Irmandades. A mudança de espaço para enterramentos, só ocorreu na segunda metade do século XIX, com a campanha dos sanitaristas para deslocamento dos enterros para cemitérios. O processo de mudança, inicialmente acarretou desconforto na população gerando em alguns Estados, manifestações para que permanecessem as mesmas práticas, com enterramento nas igrejas.

A lógica para uma mudança de perspectiva quanto às práticas funerárias, estavam atreladas a uma redefinição de cunho geral nos moldes da sociedade brasileira. O ar de um país civilizado e conectado com os ideários da modernidade européia definiam novas práticas e alinhamento da Nação.

O século XIX marca um período de transição, do velho colonial para os moldes da modernidade empregado pelo nacionalismo. Essa mudança vai estar refletida em várias práticas, como descreve Castro (2007), sobre a campanha dos sanitaristas para disciplinar os enterramentos nas cidades.

Os médicos higienistas e as elites, que aderiram à 'ideologia da higiene', buscavam a todo custo trazer os 'ares da civilização' para o Brasil, não importando que consequências essas mudanças pudessem provocar sob o modo de vida das camadas populares. Nesse sentido, as medidas adotadas ao longo do século XIX, são exemplos: a expulsão dos mendicantes, bêbados, prostitutas, doentes e vadios das ruas; o combate aos 'vícios' e à 'imoralidade' dos escravos; o extermínio das diferentes práticas de curas existentes, para fazer com que a medicina, dita científica, subjugassem as 'crendices' e 'superstições' da população; a abertura de novas ruas e a demolição dos cortiços; a proibição dos sepultamentos nas igrejas, considerados frutos da ' vaidade humana' e da 'ignorância no perigo das emanções 'miasmáticas'; a diminuição ao máximo de tempo entre o velório e a inumação do cadáver que passaria a ocorrer em cemitério salubre, arejado distante do espaço citadino; a disciplinarização dos cortejos fúnebres, o fim da 'poluição sonora' provocada pelos toque e repiques dos sinos das igrejas e a instituição da Medicina Legal no Brasil, para diagnosticar possíveis surtos epidêmicos e auxiliar a polícia nas investigações criminais (CASTRO, 2007, p. 22).

A mudança dos enterramentos em igrejas para o cemitério não foi consenso na população brasileira. Muitos devotos não queriam perder a graça de estar sepultado em solo sagrado. Por consequência, ocorreram inúmeros levantes populares. O mais famoso descrito por Reis (2009, p. 13), fala da revolta na cidade de Salvador, no dia 25 de outubro de 1836, onde fiéis depredaram o Cemitério do Campo Santo, um dia antes da lei que proibia o sepultamento em igrejas, 26 de outubro. Esse evento, conhecido como Cemiterada, se propagou por outros Estados brasileiros, criando vários embates entre poder público e sociedade.

Em Marechal Deodoro, a solução do problema parece ter sido adequada com a implantação do cemitério entre as duas igrejas do Carmo, da Primeira e Terceira Ordem. O Cemitério Municipal da cidade de Marechal Deodoro, foi inaugurado em 1873, atrás da Igreja da Terceira Ordem do Carmo. Ao longo dos anos, com a maior demanda de sepultamentos, o campo santo foi ampliando-se para áreas atrás das igrejas. Em relatos da população, soubemos que a área que abrigava o cemitério da cidade era bem menor que a atual. No entanto, com a demanda de crescimento populacional, o poder público foi adquirindo áreas contíguas formando o atual cemitério da cidade.

Quanto aos estudos sobre sepultamentos no período colonial, as pessoas de qualquer condição social poderiam ser enterradas nas igrejas, mas havia uma certa hierarquia quanto ao local e o tipo de sepultura. Existia uma divisão entre a parte interna, e a externa (o adro, em volta da igreja). Segundo Reis (2009, p. 175), "A cova no adro era tão desprestigiada que poderia ser obtida gratuitamente. Ali se enterravam os escravos e as pessoas livres muito pobres".

Quanto à preparação dos cerimoniais de morte no período colonial, havia toda uma ritualística que era geralmente encomendada pelas pessoas antes de sua morte. Suas preferências eram testamentadas como, por exemplo, a mortalhas e demais ritos para o funeral. As roupas eram, na maioria das vezes, atribuída a algum santo de sua preferência. Para crianças, a vestimenta poderia estar associada também aos anjos celestiais como, por exemplo, para meninos até os 10 anos, era comum serem enterrados com a vestimenta atribuída a São Miguel Arcanjo.

Em relação ao enterramento de escravos e pessoas muito pobres, alguns tinham o privilégio de deixar testamentadas suas preferências, enquanto outros, eram sepultados conforme o desejo de seu senhor que, muitas vezes, cuidava minuciosamente dos ritos, por conta das leis canônicas, que obrigavam a um enterramento digno para escravos e servos, sob pena de, caso não cumprido, serem severamente punido pela igreja. Também, a intenção de um enterro digno poderia estar ligado à relação de afetividade com o morto (REIS, 2009).

No que se refere às descobertas arqueológicas do Carmo, tivemos acesso a muitas informações a partir da escavação do adro da igreja. Os resultados nos fizeram pensar no cotidiano das Ordenas e Irmandades ao longo dos anos, e suas transformações e adequações. O espaço também foi pensado a partir dessa ótica, percebendo as mudanças, as demandas de cada tempo e suas adequações.

4.3 Largo da Matriz

Enquanto estávamos realizando o trabalho do Largo do Carmo, soube que havia vencido a licitação para pesquisa no Largo da Matriz. Inicialmente os projetos iriam acontecer simultaneamente, no entanto, só começamos a trabalhar neste local no final de agosto de 2017. Após 8 meses de espera, estávamos novamente em campo, em uma área próximo ao Carmo, porém com uma dinâmica diferente. Estávamos em uma parte mais central da cidade, onde as alternativas de pesquisa deveriam ser direcionadas para novas e diferentes demandas como, por exemplo, definição das áreas de escavação e meios diferentes de interação com o público.

O projeto tinha também um diferencial: quanto ao financiamento da pesquisa. Enquanto no Carmo estávamos subordinados diretamente a empresa de engenharia quanto aos expedientes de logística, pagamento de pessoal, e demais necessidades. Na Matriz, tínhamos agora autonomia quanto aos gastos em campo. É importante relatar essa questão, pois há uma subordinação em projetos dessa natureza quanto ao controle financeiro. Os projetos estão sempre vinculado à obras e às empresas de engenharia, que tem a obrigação de contratar e gerenciar o dinheiro que irá ser gasto com a Arqueologia. Durante a experiência do Carmo, muitas vezes os engenheiros não entendiam as demandas do projeto, gerando mal entendidos quanto às questões de logística, metodologia, e demais assuntos referente a um projeto dessa natureza.

Na Matriz, o acordo foi que a equipe de Arqueologia gerenciaria a verba destinada para o projeto. Isso facilitou bastante nosso trabalho, tendo em vista que nós compramos os suprimentos necessários para realização do trabalho e determinamos os melhores expedientes para execução da logística em campo.

Como no Carmo, na Matriz alugamos uma casa próximo à Igreja Nossa Senhora da Conceição (Igreja Matriz), praticamente dentro do campo de pesquisa. Alguns arqueólogos ficaram hospedados na casa, o que facilitou o contato direto com a comunidade.

O Largo da Matriz corresponde a uma área de 11.081,62m² e, como dito anteriormente, é uma região com prédios públicos e casas residenciais. Algumas casas possuem o traçado do período colonial, em contraponto a construções mais recentes. O largo tem três ladeiras de acesso da parte baixa para a parte alta, e os principais prédios históricos são: Igreja Nossa Senhora da Conceição - Matriz da cidade, Igreja Nossa Senhora do Rosário

dos Homens Pretos e Casa de Câmara e Cadeia. Também, no escopo da proposta de pesquisa tínhamos que cobrir a praça Padre Osman, próximo a Igreja Nossa Senhora do rosário dos Homens Pretos.

Foto 28: Igreja Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Marechal Deodoro.



Foto 29: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.



Foto 30: Casa de Câmara e Cadeia, Marechal Deodoro.



Trabalhar uma área com tantas demandas históricas expostas em seus casarios antigos, não foi uma tarefa fácil, pois as expectativas dos órgãos proponentes eram de que através da Arqueologia, pudéssemos acessar inevitavelmente histórias sobre a rica história colonial da região.

4.3.1 Um pouco do Histórico da Matriz

Alagoas foi uma das capitanias do Brasil criadas ao fim do período colonial, em 16 de setembro de 1817, desmembrando-se da Capitania de Pernambuco, da qual era comarca. A sua capital foi à vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, posteriormente denominada Alagoas ou Cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro).

A região já povoada por índios, começou então a ser explorada em meados do século XVI pelos franceses, que adentravam a região buscando o pau-brasil³⁵. No mesmo período, o

³⁵ Gabriel Soares de Souza, no *Tratado Descritivo do Brasil de 1587*, assinalou a existências de três áreas por onde os franceses penetravam o litoral de Alagoas em busca do pau-brasil. Porto Velho dos Franceses, localizado a quatro léguas do Rio São Miguel (atual Praia do Francês); Porto Novo dos Franceses, na barra do rio Jequiá; Porto dos Franceses perto dos baixios de Dom Rodrigo, próximo à enseada do rio Coruripe. SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil de 1587**. Coleção Livros Raros. (2ª Edição). Rio de Janeiro : Typographia de João Ignacio da Silva, 1879. (Citados, nas páginas 25 e 26). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242787> Acesso: 28/06/2018.

projeto de ocupação da costa brasileira pela Coroa Portuguesa, organizou expedições para assegurar proteção da conquista do território.

Lindoso (2000, p. 38) destaca que a região do atual Estado de Alagoas teve três pólos de ocupação com características distintas. A região de Penedo, nas margens do São Francisco, por volta de 1570; Porto Calvo, Zona da Mata ao Norte do Estado, em 1590; Santa Luzia do Norte e Alagoas do Sul, compreendendo a região lagunar, por volta de 1608 a 1611. O antropólogo destaca que cada região tinha suas peculiaridades, formando, assim, modelos de colonização diferentes. A região que compreende Penedo, por conta de estar assentado em terreno fluvial, concentrou a cultura de pastoreio.

O Rio São Francisco e seus afluentes, tinham a função de serem estradas hídricas de penetração, inicialmente pelas bandeiras, e depois, no decurso dos séculos, dos colonos povoadores. Os rios eram, além de estradas líquidas, os celeiros onde os primeiros colonos se absteriam, em cuja as margens plantavam. Os arredores do Penedo, quer do lado sergipano, quer do lado alagoano, se constituíram logo cedo em campos de pastagens naturais para criação bovina e cavalar (LINDOSO, 2000, p. 38-39).

Porto Calvo, ao Norte, foi assentado sobre uma colina cercada por rios e terras baixas. Essas características favoreceram a implantação de engenhos de açúcar na região, expandindo assim, a economia açucareira na região (LINDOSO, 2000, p. 40).

O terceiro pólo do extremo sul constituiu-se no que hoje conhecemos como a região que abriga os municípios de Marechal Deodoro e Santa Luzia do Norte, às margens da lagoa do Sul, Manguaba e do Norte, Mundaú.

A laguna do Sul, Manguaba, servia de base para a conquista e ocupação do vasto planalto interior, que leva aos férteis campus de Inhauns, e o vale do Paraíba. Um polo colonizador lagunar, de específica situação geográfica, o único que possuiu o Pernambuco antigo (LINDOSO, 2000, p. 41).

Desta maneira, em torno dos núcleos populacionais das cidades de Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte e Porto Calvo, na área que compreende a Zona da Mata do Estado, engenhos foram se instalando e a cultura do açúcar mantida através da mão de obra escrava.

O que chamamos atualmente de Largo da Matriz é uma área que guarda a história do cotidiano dessa junção, entre índios pacificados, negros trazidos para o trabalhos nos engenhos da região e colonizadores que formaram o que hoje conhecemos como Marechal Deodoro. No alto, se concentrou o adensamento urbano do município. Esse pode ser visto na configurações dos prédios distribuídos ao longo da avenida principal.

O histórico de ocupação holandesa (1637-1645) no Estado de Alagoas é conturbado, no entanto sua passagem por Alagoas do Sul trouxe enorme contribuição, expresso na iconografia produzida pelos exploradores.

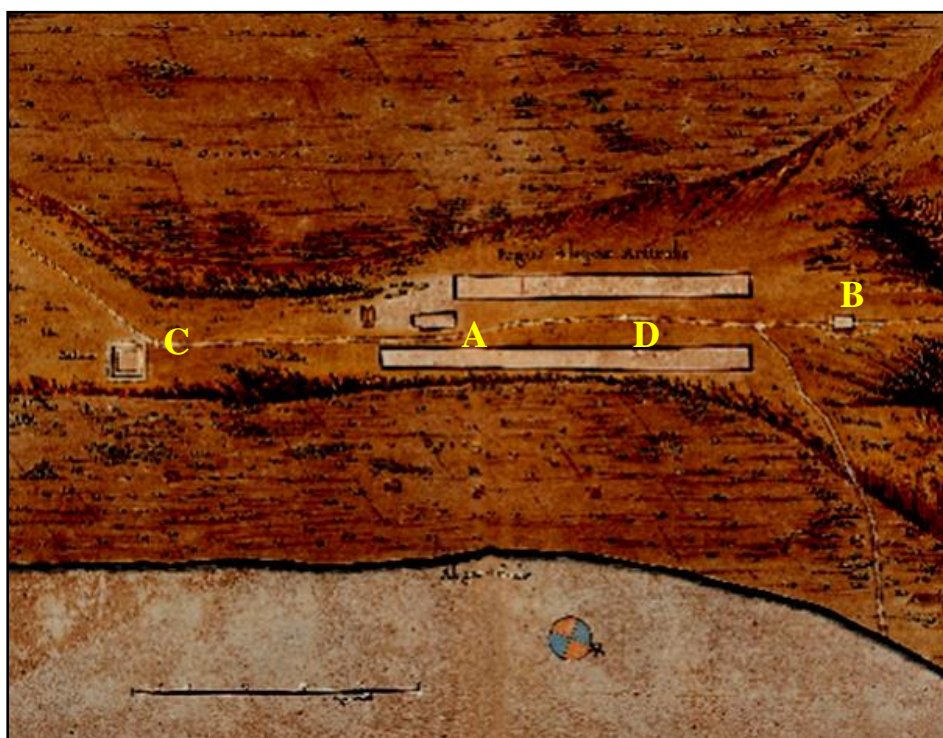
O livro de Barleus, de 1647, demonstra, na Estampa de nº 14 (Figura 14), o traçado urbano de onde hoje está situado o Largo da Matriz. Também há a pintura de Frans Post (Figura 15), que retrata a paisagem do Largo no século XVII.

É importante destacar que a chegada dos holandeses a Alagoas do Sul foi em meio a devastação da Vila. Dados historiográficos apontam um incêndio provocado pela presença batava, que arruinou casas e a igreja Matriz da cidade. O atual prédio da Matriz tem sua data de reinauguração apenas no último quarto do século XVIII, em 1783.

Figura 14: *Pagus Alagoae Aufitralis*

(Demonstra o traçado urbano inicial da antiga vila de Madalena em 1636, com principais prédios marcados).

Fonte: FERRARE, 2014.



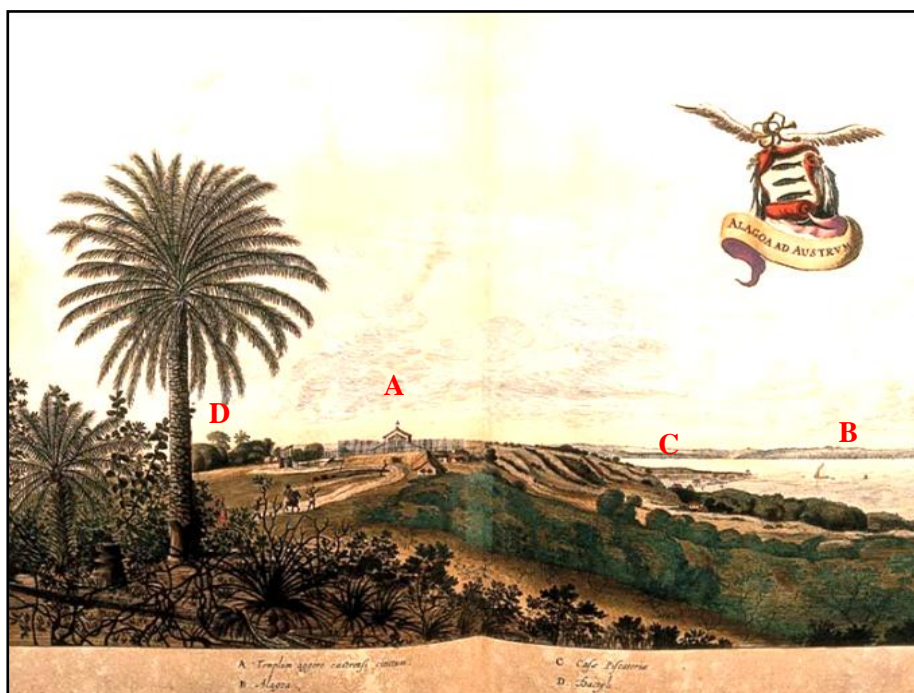
Legenda:

- A. Igreja Nossa Senhora da Conceição - Igreja Matriz
- B. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
- C. Reductos - Fortificação
- D. Estruturas laterais - Edificações

Figura 15: *Alagoa Ad Austrum*

Vista da parte mais alta da cidade de Marechal Deodoro, com lugares demarcados.

Fonte: Barleus, Gaspar. *Rerum Per Octennium In Brasilia...*, 1647. Brasiliana USP.



Legenda a partir de FERRARE (2014 p. 271):

- A. Templum aggeris castrensis (Templo Fortificado)
- B. Alagoa (Lagoa)
- C. Casa Piscatorie (Casa de Pescador)
- D. Dactyli (Palmeiras).

A imagem do livro de Frans Post de 1647 (Figura 15) demonstra as características de formação da cidade de Marechal Deodoro no século XVII. Atrás a estrada que leva ao templo fortificado (provavelmente o primeiro prédio da Igreja Matriz), algumas casas e importantes elementos da vida cotidiana naquele período, expressada através das imagens de pessoas circulando, da lagoa, de casas de pescadores e embarcações.

Além da ocupação européia a presença negra na cidade foi marcante. Grupos humanos vindo do continente africano, na condição de escravos, foram trazidos para a região, para o trabalho nos Engenhos de Açúcar. A presença indígena, apesar de aparecer no registro arqueológico é mencionada pelos interlocutores europeus como gentios, tapuias. Há apontamentos sobre a ocupação Caeté pela costa, da foz do São Francisco até o Rio Paraíba, Tupinambás e demais povos, caracterizados genericamente como gentios.

A construção de um panorama de ocupações indígenas e negras no Estado de Alagoas é fragmentada. O que temos são discursos produzidos pelos cronistas com alguns etnônimos indicativos dos grupos étnicos que habitavam a região, no caso dos nativos alagoanos. E sobre os negros, fragmentos do processo diaspórico registrados em documentos do tráfico negreiro, discursos e narrativas sobre a população negra no Estado.

Os grupos nativos, identificados através de seus etnônimos, aparecem em trechos de relatos dos cronistas, ligados geralmente aos troncos linguísticos Macro-Jê e Tupi, como mencionado no capítulo 2 (página 80). No registro oficial, só irão aparecer relatos sobre aldeamentos no Estado a partir do século XIX, em documentos sobre a população indígena. Essa documentação indica que o aldeamento mais próximo de Marechal Deodoro (AL), estava no município limítrofe de Pilar.

Em 1862 foi enviado pelo Bacharel Manoel Lourenço da Silveira um estudo sobre os aldeamentos do Estado de Alagoas anexado ao Relatório do Governo Provincial que cita a existência de oito aldeamentos, sendo eles: *Jacuípe*, em Porto Calvo; *Cocal*, em Passo de Camaragibe; *Urucu*, em Imperatriz (Murici), *Limoeiro*, Assembleia; *Santo Amaro*, em Pilar; *Atalaia*, em Atalaia; *Palmeira dos Índios*, em Palmeira dos Índios; *Colégio ou Porto Real*, em Penedo (ANTUNES, 1984).

O mais próximo de Marechal Deodoro foi o aldeamento de Santo Amaro, em Pilar, também margeando a da Lagoa Manguaba. Sobre o aldeamento, consta na pesquisa sobre documentação dos índios de Alagoas, realizada por Clovis Antunes (1984), transcrição de uma documentação de 1858, com descrição da localização da aldeia de Santo Amaro.

O Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Império Marquez de Olinda (Cons^o José Mauricio Fer^{des} Per^a de Barros) em 1858, no seu Anexo B-Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas confirma a solicitação da demarcação das terras do Aldeamento de Santo Amaro.

(...) Santo Amaro. - Situada á margem esquerda do Parahiba, 2 léguas abaixo da villa de Atalaia, e 1 acima da do Pilar. Sua população é de 646 almas divididas em 138 fogos (ANTUNES, 1984, p. 70).

A pesquisa realizada por Clovis Antunes (1984) revela os aldeamentos no Estado de Alagoas em meados do século XIX. É importante lembrar que, em relação aos aldeamentos registrados nesse período, os índios alagoanos já haviam sofrido o que João Pacheco de Oliveira (2004, p. 24) descreve como primeiro processo de *territorialização*, ocorrido com o advento das missões que, através dos aldeamentos, agregavam povos de diversas etnias em um mesmo ambiente³⁶.

³⁶ Oliveira (2004, p. 24) chama de primeiro processo de territorialização um movimento político-administrativo promovido pelas matrizes coloniais, no qual, através da junção de povos aldeados de etnias diversas, vem a se transformar em uma coletividade organizada, formando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomadas de decisões e de representação e reestruturando suas formas culturais. Exemplos desse processo, podemos ver nos atuais grupos que vivem em Alagoas como os Kariri-Xocó, em Porto Real do Colégio e Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

Quadro 5: Levantamento realizado por Bacharel Manoel Lourenço da Silveira, Comissionado sobre o estudo dos índios ao Presidente da Província em 1862 (ANTUNES, 1984, p. 16).

QUADRO INDICATIVO DAS TRIBUS E NUMEROS DE ALMAS DE CADA ALDEIA		
ALDEIAS	NUMERO DE ALMAS	TRIBUS
Jacuipe	367	Cariris e Chicurus
Cocal	276	"
Urucu	467	"
Limoeiro	263	"
Santo Amaro	735	"
Atalaia	778	"
Palmeira dos Indios	396	"
Collegio ou Porto Real	193	Carapotós, Cariris e Acunas
Soma...	3.175	

Sobre os grupos de negros trazidos para o Estado de Alagoas para trabalho escravo, o que temos de informação é fragmentado e confuso. Primeiro, porque a maioria dos interlocutores não tinham em mente a divisão étnica e política do continente africano. Em muitos relatos há uma mistura entre tronco linguístico e grupo étnico, como também, uma mistura entre grupo étnico e fronteira política colonial.

As informações sobre o contexto diaspórico alagoano aponta os primeiros registros no século XVI. Gabriel Souza relata que havia cinco mil escravos trazidos da Guiné. Durante a estadia holandesa (1630-1654), os registros indicam cerca de 50 mil escravos trabalhando nos engenhos de açúcar (APRATTO TENÓRIO, 2015, p. 14).

Sobre o desembarque de negros no Estado de Alagoas, AprattoTenório (2015, p. 17) relata que os principais portos de desembarque estavam concentrados em Salvador e Recife. Em Alagoas, revela que após a proibição do tráfico no século XIX, os portos do Francês, de Paripueira, Penedo e Barra Grande foram a entrada de escravos traficados clandestinamente por contrabandistas. Também as enseadas de Boqueirão, do Patacho, Quintas, Tabuba, Mearím e o ancoradouro de Sapucaí (APRATTO TENÓRIO, 2015, p. 17).

Sobre os grupos vindos para Alagoas no período Colonial, Douglas Apratto Tenório (2015) complementa,

Documentação deficiente ou inexistente, não há certeza completa sobre a procedência do enorme contingente de escravos que desembarcou aqui. Angola, Congo, Rebolo, angico, Gabão e Moçambique foram locais citados pelo notável cronista Henry Koster, que viveu no Nordeste, filho de ingleses, mas nascido em Portugal. em documento assinado por Henrique Dias em 1647 por ocasião da Guerra do Açúcar ele diz que seu regimento era composto de negros das nações minas, ardas, angola e croulos, cada um com características bem próprias. Eles eram arrebanhados de lugares diferentes, mas sabe-se por exemplo que o grupo majoritário da população do Quilombo dos Palmares era banto. Há uma

multiplicidade de grupos culturais maiores e menores, sudaneses guineanos-sudaneses islamizados e bantos, entre os primeiros, mas inúmeras tribos compondo um complexo mosaico de povos e culturas. Se temos registros brandos da existência de grupos islamizados em Penedo, que são guineenses e sudaneses e de outros grupos menores, não há dúvida que os bantos formavam a maioria que vieram para essa região (APRATTO TENÓRIO, 2015, p. 17-18).

Não há referências sobre os grupos nativos e de negros que habitavam a região de Marechal Deodoro. O registro Arqueológico, vai indicar a presença desses povos, mas o que temos de referência, já registra o período em que esses povos estavam inseridos no contexto colonial. O processo de assimilação a que foram sujeitos estão traduzidos em historiografia parca e na reprodução de discursos homogeneizados, onde há menções do negro escravizado e do índio assimilado.

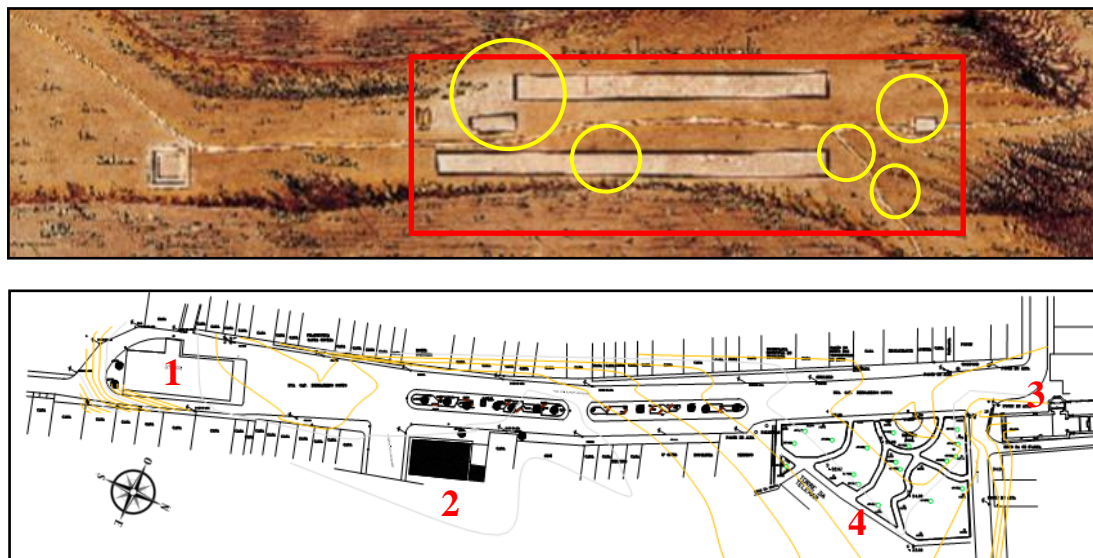
A própria prática arqueológica, a que estão sujeitos os sítios arqueológicos históricos, trazem em seu cerne, essas práticas, pois em muitos casos, prevalecem aspectos culturais de determinado grupo em detrimento de outro.

4.3.2 Escavações na Matriz

As escavações Arqueológicas no Largo da Matriz revelaram uma grande surpresa. O sítio arqueológico que está guardado sob as camadas de concreto trouxeram importantes dados para o Histórico de Alagoas, principalmente no que se refere aos grupos marginalizados que viviam na região. Os adros das Igrejas Nossa Senhora da Conceição (Matriz) e Nossa Senhora dos Homens Pretos, revelaram aspectos de um cotidiano sobre o qual não há registros na historiografia local.

O projeto de escavação do Largo da Matriz precisava contemplar uma área maior que a pesquisa desenvolvida no Largo do Carmo. Apesar desse detalhe, tínhamos mais subsídios para pensar uma proposta, pois a região é bem documentada. Os relatos dos cronistas e as imagens iconográficas, nos fizeram refletir sobre áreas que pudessem revelar dados relevantes para a pesquisa, então decidimos confrontar a imagem da planta baixa atual do Largo da Matriz com a cartografia da área realizada por Marcgrave, ou Golijath, no século XVII, exposta na estampa nº14 do livro de Barleus. A partir da análise comparativa das imagens foram escolhidos quatro pontos de interesse, focando inicialmente no sítio histórico.

Figura 16: Pontos pensados para área de intervenção arqueológica, a partir da análise comparativa do mapa de Barleus, confrontado com a planta baixa do atual Largo da Matriz.



Legenda:

Imagem 1: *Área de Interesse - Largo da Matriz* *Pontos de intervenção definidos*

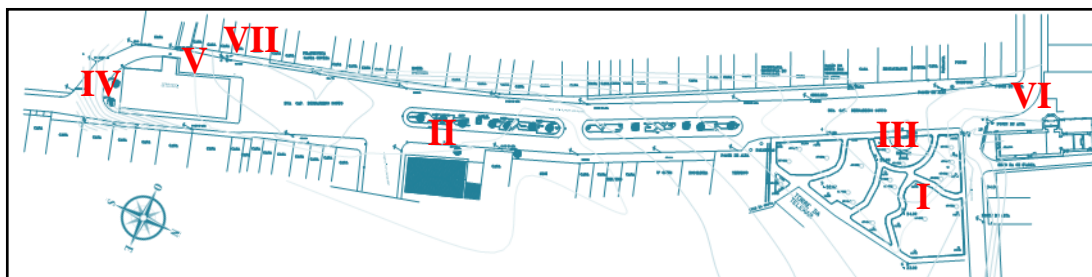
Imagem 2: 1. Igreja Matriz, 2. Casa de Câmara e Cadeia 3. Igreja Nª Srª do Rosário dos Homens Pretos 4. Praça Pe. Osman.

Além do contexto arqueológico, pensamos também no contexto urbano atual, indicando áreas que não inviabilizassem a rotina local, já que o Largo é uma importante rota da parte baixa para a parte alta da cidade. A partir dessa constatação, escolhemos isolar apenas uma rua, tendo em mente que a escavação desse trecho já comportava uma boa amostra para pesquisa arqueológica em seu entendimento sobre os processos de ocupação local.

Ao final, foram escavadas sete pontos, de acordo com a demanda apresentada no sítio, os quais foram:

- Conjunto I, na parte baixa da Praça Padre Osman;
- Conjunto II, na calçada da Casa de Câmara e Cadeia;
- Unidade III, na Praça Padre Osman, na parte alta;
- Conjunto IV, no adro atrás da Igreja Matriz, Nossa Senhora da Conceição;
- Conjunto V, no adro lateral da Igreja Matriz, Nossa Senhora da Conceição;
- Conjunto VI, adro da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos;
- Unidade VII, durante acompanhamento da obra, adro da igreja Matriz, Nossa Senhora na Conceição, na calçada de uma das casas.

Figura 17: Localização dos pontos de escavação no Lago da Matriz.



Os conjuntos V e VI, nas laterais das Igrejas, apresentaram as amostras mais interessantes. Além dos enterramentos do período colonial, foram encontrados vestígios de ocupação pré-colonial e muitos artefatos que corroboraram para pensar a área, principalmente nas unidades V e VI, como sítio de contato.

No entanto, é importante lembrar que as análises desse material ainda está em curso, tendo em vista sua grande quantidade. As obras ainda estão ocorrendo no Largo, o que provavelmente revelará mais informações sobre o sítio.

As escavações, que compreende o período de resgate, iniciaram-se na última semana de agosto de 2017, finalizando no dia 28 de outubro de 2017. A fase de acompanhamento iniciou em março de 2018, e foi interrompida no final de abril. Durante a fase de resgate do Largo, foi exumado um total de 40 indivíduos, dos quais 4 apresentaram características morfológicas relacionadas a descendência africana, e 3 desses com manipulação dentária. As análises dos indivíduos exumados durante o processo de escavação foram realizadas pela Bioarqueóloga Jaciara Andrade Silva, com apóio do Laboratório de Bioarqueológica da Universidade Federal de Sergipe (LABIARQ).

Quadro 6: Indivíduos identificados durante o processo de escavação no Largo da Matriz (tabela elaborada por Jaciara Andrade) (PINTO, et. al. 2018).

INDIVÍDUOS IDENTIFICADOS					
<i>Nº</i>	<i>Conjunto</i>	<i>Indivíduo Classificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Níveis</i>	<i>Observação</i>
1	IV	1	IV	20-45cm	Completo
2	IV	2	IVa e IVb	20-35cm	Apenas Crânio
3	IV	3	IVa	20-30cm	Incompleto
4	IV	4	IVa	30-50cm	Apenas Crânio
5	IV	5	IVb	20-30cm	Apenas Crânio
6	IV	6	IVb	20-40cm	Completo* (Infantil)
7	IV	7	IVb	45-60cm	Apenas Crânio
8	IV	8	IVb	20-30cm	Apenas Crânio
9	IV	9	IVc	30-40cm	Apenas Crânio
10	IV	10	IVb	30-50cm	Incompleto
11	IV	11	IVb	30-50cm	Incompleto
12	IV	12	IVc	35-45cm	Apenas Crânio
13	IV	13	IVc	35-50cm	Apenas Crânio
14	IV	14	IVb	45-60cm	Apenas Crânio
15	IV	15	IVa	45-60cm	Apenas Crânio
16	IV	16	IVa	40-60cm	Apenas Crânio
17	IV	17	IVa	40-60cm	Apenas Crânio
18	IV	18	IVb - IVc	45-70cm	Completo
19	V	1	V e Vb	40-50cm	Completo
20	V	2	V	40-50cm	Apenas Crânio
21	V	3	V e Va	40-50cm	Apenas Crânio
22	V	4	Vb e Vc	40-50cm	Apenas Crânio
23	V	5	Vb e Vc	40-50cm	Apenas Crânio
24	V	6	Vb	40-50cm	Apenas Crânio
25	V	7	V	40-50cm	Apenas Crânio - Manipulação D 3
26	V	8	Vb	40-50cm	Apenas Crânio
27	V	9	Va e Vc	40-50cm	Completo
28	V	10	Va	40-50cm	Completo* (Infantil)
29	V	11	Vc	50-60cm	Completo - Manipulação D 1
30	V	12	Va e Vc	40-50cm	Completo
31	V	13	Va	40-50cm	Incompleto
32	V	14	Vb	50-60cm	Incompleto
33	V	15	V e Va	60-80cm	Incompleto
34	V	16	V e Va	60-80cm	Completo - Manipulação D 2
35	V	17	Vb, Vd e Vf	60-80cm	Completo
36	V	18	Vb e Vd	60-80cm	Completo
37	V	19	Va	60-80cm	Apenas Crânio
38	V	20	Va e Vc	90-100cm	Incompleto

INDIVÍDUOS IDENTIFICADOS					
Nº	Conjunto	Indivíduo Classificação	Unidade	Níveis	Observação
39	V	21	V e Vb	90-100cm	Incompleto
40	VI	1	VId, VIe, VIf	70-80cm	Completo
41	VII	1	VII	50-80cm	Completo

No conjunto IV, atrás da Igreja Matriz, foram identificados 18 indivíduos. Na lateral, unidade V, foram evidenciados 22 indivíduos e, na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, 1 indivíduo.

Os indivíduos que apresentaram manipulação dentária estavam todos no conjunto V. Os dois primeiros, completos, foram identificados possuindo os sinais diacríticos ainda em campo. O último, onde só havia o crânio, foi só identificado em laboratório.

Foto 31: Bioarqueóloga Dra. Jaciara Andrade escavando o Conjunto IV, atrás da Igreja Matriz.



Foto 32: Sepultamentos sobrepostos, Conjunto.



Foto 33: Exumação de esqueletos, realizada pela Arqueóloga Karina Miranda, a Historiadora e Técnica em Arqueologia Luany de Fátima e o Estagiário do Curso de História da UFAL, Yuri Tosaka, no Conjunto V, ao lado da Igreja Matriz.



Foto 34: Indivíduo do sexo feminino *in locu*, apresentando manipulação dentária (sepultamento D 1).



Foto 35: Indivíduo do sexo feminino, do sexo feminino, com idade aproximada entre 19 a 24 anos, Identificada fenotipicamente com características afrodescendentes (sepultamento D 1).



Foto 36: Indivíduo do sexo masculino, idade aproximada entre 29 a 35 anos, identificado fenotipicamente como afrodescendente e manipulação dentária (sepultamento D 2).



Foto 37: Indivíduo do sexo masculino *in locu*, apresentando manipulação dentária (sepultamento D 2).



Foto 38: Crânio sem sexo e idade definidos, apresentando manipulação dentária (sepultamento D 3).



Foto 39: Detalhe, manipulação dentária (sepultamento D 3).



A unidade V foi escavada no adro na parte lateral da Igreja Matriz. A área foi escolhida a partir da necessidade de um melhor entendimento sobre o sítio histórico. Foram encontrados diversos enterramentos: 21 esqueletos (considerados indivíduos aqueles totalmente articulados, parcialmente articulados e crânios isolados), e muitos ossos dispersos. Nessa área foram encontrados os 3 indivíduos com manipulação dentária.

As unidades do conjunto V foram escavadas até 2,20m de profundidade, se caracterizando por grande complexidade. Além dos indivíduos, evidenciamos neste conjunto parte de uma estrutura que associamos à antiga Igreja Matriz e, abaixo, um grande vestígio indicando área de queima, provavelmente associada ao incêndio ocorrido no século XVII, no período de invasão holandesa na cidade.

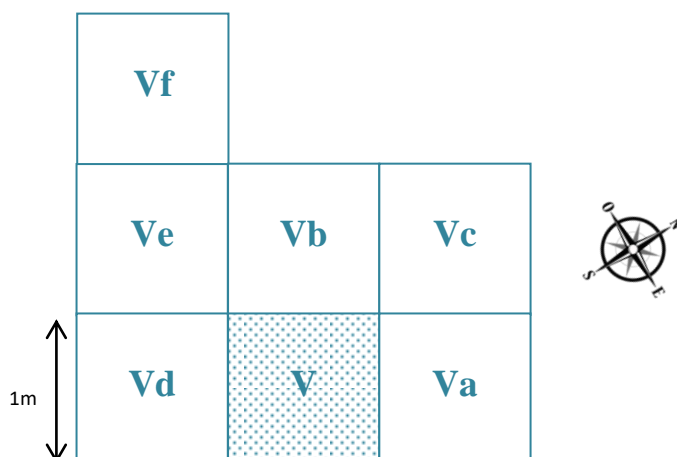
A escavação na área veio da necessidade do entendimento do sítio e, também, por uma das demandas da obra de Requalificação, que tinha como objetivo abaixar o nível da rua do Largo para evidenciar os degraus originais da escadaria da entrada na Igreja Matriz.

A escavação do conjunto V iniciou-se com o isolamento da lateral da igreja, uma via de acesso para parte baixa da cidade. Foi retirada parte do piso do calçamento da rua, que revelou inicialmente uma camada aproximada de 20cm de aterro para assentamento dos paralelepípedos. Após a remoção desse material, logo no primeiro nível (0-10cm) foram aparecendo evidências de ossos humanos. Já tínhamos em mente que seria um perímetro difícil por conta da escavação de esqueletos, que requer uma metodologia específica para retirada de indivíduos, e maior cuidado para evidenciar possíveis vestígios associados. As unidades V, Va e Vb foram abertas simultaneamente.

No entanto, como o fator tempo tinha que ser considerado, escavamos simultaneamente outras áreas ao longo da Matriz como, as II, III, IV e VI. O conjunto I foi o primeiro. Até então não tínhamos dimensão do que seria encontrado, então fomos eliminando áreas que genericamente achávamos que iriam ter menos incidência de evidências arqueológicas. A equipe contava com 5 arqueólogos (2 engajados na busca de dados etno-históricos e trabalhos de educação patrimonial), 3 nas escavações, 2 técnicos nas escavações, 3 auxiliares, e 1 pessoa em laboratório para lavagem, numeração e organização dos artefatos retirados durante o processo.

Além da equipe, tivemos ajuda de moradores durante a organização do material ósseo em mutirões que foram realizados. No caso, para limpeza e acomodação dos esqueletos que iriam ser levados para Laranjeiras/SE, para o LABIARQ.

O processo de escavação não foi fácil, principalmente porque a área V e VI, quando chovia, sofria com inundações. A área V estava assentada no início do declive da ladeira para parte baixa da cidade, e a área VI, tinha o beiral da igreja, que durante as chuvas formava uma enorme bica com escoamento das águas diretamente para área de escavação. Muitas histórias surgiram diante desses acontecimentos inesperados, no meio da noite, quando iniciavam as chuvas torrenciais arqueólogos saíam no meio da madrugada para proteger o sítio.

Figura 18: Conjunto V e suas anexas.

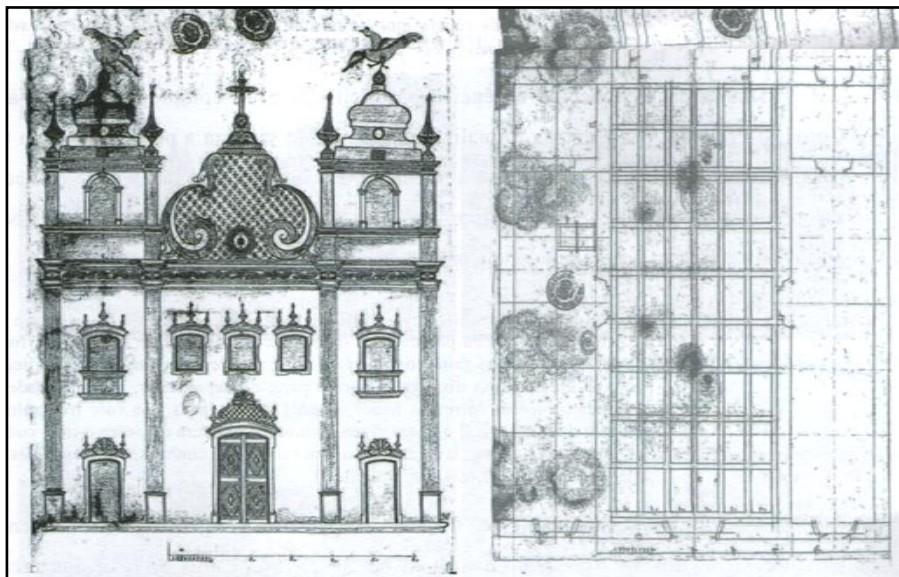
Além dos enterramentos coloniais, o Conjunto V também revelou uma estrutura. A partir do nível (40-50cm), começamos a visualizar uma espécie de mureta de pedras organizada de pedras, com aproximadamente 40cm de profundidade.

A hipótese apresentada para a presença dessa estrutura faz associação desta ao projeto inicial da Igreja Matriz, sobre a qual foram encontrados documentos históricos contendo desenhos com a pretensa forma idealizada para o prédio no século XVIII. Ferrare (2013, p. 235) após análise de documentações no Arquivo Histórico Ultramarino, datado de 1766, constatou a solicitação formulada ao Rei D. José por párocos e moradores de Alagoas do Sul, pedindo ajuda de custo para continuação da obra de reedificação do prédio, já iniciadas pelos párocos com recursos da população. A carta enviada foi acompanhada com "um risco, molde e desenho da obra", que foi realizado pelos mestres pedreiros João de Souza Só e Paulo Silva, e o carpinteiro Bernardo Cardoso do Espírito Santo, no século XVIII.

O projeto original enviado a Coroa Portuguesa, em sua fachada original, apresenta duas torres, uma janela central e um frontal diferente do prédio atual.

Durante a pesquisa tivemos a visita de Josemary Ferrare, Arquiteta e Professora da UFAL, que realizou sua tese de doutorado sobre o projeto colonizador português, analisando a composição da cidade de Marechal Deodoro, sob o prisma da expansão colonial portuguesa, através do processo evangelizador.

Figura 19: Fachada e Planta Baixa da Matriz, Documento do Arquivo Histórico Ultramarino, Alagoas. Cx. 1, D. 28 (Fonte: Ferrare, 2013, p. 237).

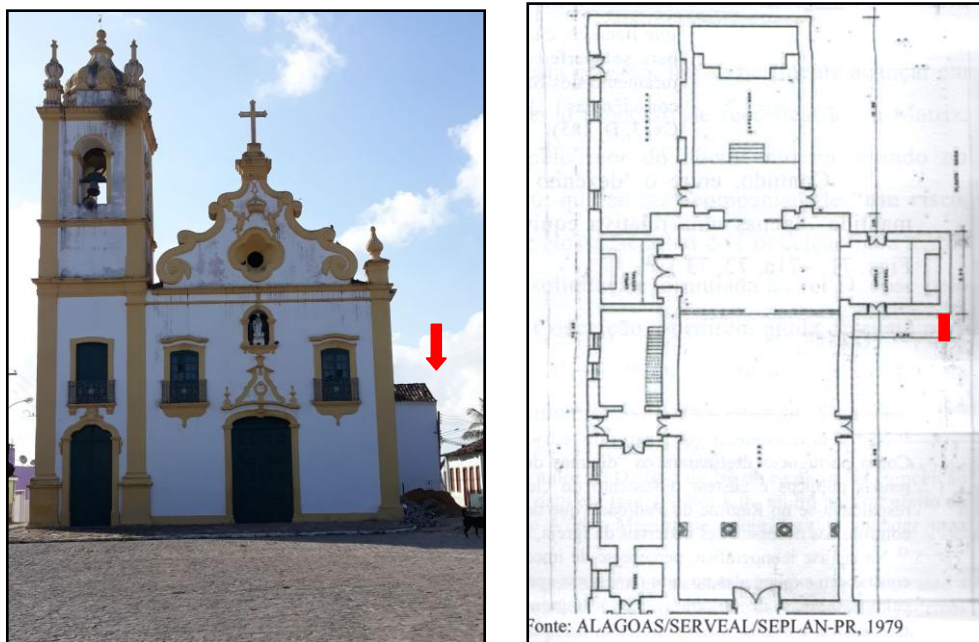


Na análise iconográfica, percebe-se de imediato a não existência de um dos tramos das torres, embora ambas constatassem explicitadas no auto da vistoria apenso ao Documento analisado, como iniciado já em altura de "três palmos e meio de largura [...]". Distinguindo-se além desta, várias outras alterações de proporcionalidade distribuídas em toda composição da fachada ereta, bem como na falta da janela central e a radical diferença na composição formal do frontão. As evidentes diferenças que resultaram entre o projeto solicitado e o que foi edificado, possivelmente decorreram de restrições financeiras, que mesmo com ajuda advinda da Coroa, sempre se manteve ao longo de todo o processo de reconstrução da igreja, por déficit de renda da população local (FERRARE, 2014, p. 236).

Ferrare (2014), aponta que na documentação havia a menção da construção de parte das duas torres que estavam erguidas "com três palmos e meio de largura". O projeto do prédio atual da Igreja Matriz apresenta a capela lateral como uma extensão projetada para a rua (Foto 25). As distâncias entre os lados direito e esquerdo não são simétricas, no entanto a estrutura acompanha em simetria a parede dos fundos da capela lateral.

A estrutura está localizada em uma parte disputada do adro da igreja, onde foram contatados diversos enterramentos. Possivelmente, devido a demanda de sepulturas, parte da estrutura foi retirada para acomodação dos mortos. Exemplo pode ser visto em enterramentos encontrados alinhados e transversais à mureta (ver foto 28).

Foto 40 e Figura 20: Atual prédio da Igreja Matriz, com indicativo da estrutura. Planta baixa com projeção em vermelho da estrutura encontrada durante a escavação da Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz).



Fotos 41 e 42: Estrutura evidenciada na lateral da Igreja Matriz.



Foto 43: Indivíduos A, B e C sepultados.



Além dos indivíduos e da estrutura, a partir de 70cm, começou a se revelar uma área de vestígio, que inicialmente associamos aos enterramentos. No entanto, à medida que ampliávamos a escavação, a mancha foi se estendendo as unidades Va e Vd e Ve. O vestígio se apresentou como uma grande área de queima, se ampliando próximo a parede sul pelas três quadrículas, sendo evidenciado até 2m de profundidade.

Associados ao vestígio, encontramos artefatos históricos como cerâmica simples, com engobe vermelho, cerâmica simples com características da Tradição Arqueológica Neobrasileira, faiança e material lítico. Também foi constatada a presença de grande quantidade de material construtivo, como telhas, calças e fragmentos de coral. Com as evidências reveladas, podemos afirmar que ali existia uma unidade doméstica que sofreu um processo de queima. A hipótese apresentada sugere que aquele espaço foi de fato o primeiro assentamento da Igreja Matriz, que foi incendiada e destruída pelos holandeses no século XVII. No entanto, seria prudente ampliarmos a área de escavação pra assegurarmos essa constatação.

Fotos 44 e 45: Área com vestígio de queima; detalhe para cerâmica queimada e mancha escura no solo, no nível 90-100cm.



Fotos 46 e 47: Detalhe para cerâmica carbonizada e vestígios de carvão; vestígio (área de queima) no nível de 120 a 230cm.



Fotos 48 e 49: Vestígio de 160-170cm; vestígio de 180-190cm.



Sobre o Conjunto de Unidades VI, localizado na Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos, foram encontrados diversos artefatos do período histórico e pré-colonial, parte de uma estrutura de tijolos coloniais, com um enterramento e, abaixo dessa estrutura, fragmentos de uma urna funerária.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos aparece indicada no mapa de Barleus, já no século XVII. No entanto, sobre a implantação da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, não há registro definido de quando surgiu na cidade de Marechal Deodoro.

O enterramento encontrado mostrou-se como sendo de uma mulher negra, com idade aproximada entre 35-40 anos. O esqueleto apareceu em meio a uma formação de tijolos ao lado da lateral da igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos com a cabeça voltada para o templo, e os pés direcionados para a rua.

Em estudos realizados sobre enterramentos em igrejas, há indicativos sobre a forma de como deveriam sepultar os fiéis. Na Igreja da Sé de Salvador, Bahia, Tavares (2006) fala, sobre a disposição dos corpos no adro da igreja e indica:

Conforme costumes da época, cabia aos fiéis serem enterrados do mesmo modo que se portavam durante os cultos; enquanto os sacerdotes deveriam ser enterrados de forma contrária. No caso das crianças, por serem consideradas anjos, podiam ser enterradas da mesma forma que os sacerdotes (TAVARES, 2006, p. 23).

O enterramento no adro da Igreja do Rosário dos Homens Pretos apresentou variação, pois se trata de uma mulher negra, com marcas de parto. Os enterramentos da Igreja Matriz também apresentaram variação. Apenas os indivíduos enterrados na parte de trás (conjunto

IV), apresentaram uma regularidade quanto aos crânios, que em sua maioria estavam virados para o leste. O indivíduo do sexo masculino com manipulação dentária estava transversal ao altar mor, virado para o altar lateral.

Esses detalhes nos fizeram pensar nas práticas das irmandades religiosas do período colonial. Em conversas com a população, mencionaram que o altar lateral antes era dedicado a Nossa Senhora do Rosário, santa de devoção dos negros e pardos nesse período.

Reis (2006, p. 50), relata que muitas irmandades iniciaram em altares laterais de igrejas maiores, até levantarem recursos para a construção de suas próprias igrejas.

Nos relatos sobre a igreja, em 1777 há menção de uma capela para oração dos homens negros. O mapa apresentando na estampa nº 14, de Barleus, datado de 1636, apresenta uma construção localizada no mesmo lugar onde hoje está edificada tal igreja. A data de construção do prédio atual é de 1834, e foi erguida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Foto 50: Vista geral das unidades VIId, VIe VIf , presença de enterramento entre estrutura.



Abaixo da estrutura também foi encontrado parte de uma urna funerária. Não havia enterramento, mas o sedimento que estava dentro da urna apresentou coloração mais escura, indicando solo rico em matéria orgânica, associado a urna, dentro dela, encontramos uma ferramenta lítica.

Disperso nas unidades escavadas na área, foram encontrados artefatos pré-coloniais como, por exemplo, cerâmica decorada escovada. Também material lítico, como lascas e fragmentos de lasca. Sobre o sítio pré-colonial, não associamos ao período de enterramento.

Fotos 51 e 52: Vista geral das unidades do conjunto VI, apresentando a estrutura identificada como parte de uma urna funerária.



O capítulo teve a intenção de apresentar um panorama dos resultados obtidos na pesquisa empreendida em Marechal Deodoro, nos Largos da Matriz e do Carmo, e desta maneira, demonstrar algumas demandas em campo que apareceram, quanto ao material resgatado e às necessidades de pensar os sítios em questão.

Também veio da necessidade de situar os resultados da pesquisa que foram disponibilizados para o público através das ações de extroversão. Desta forma, foi possível perceber as alternativas viáveis de trabalho no campo da Arqueologia Pública. As práticas horizontais de negociação apareceram a partir das demandas apresentadas nos sítios pesquisados.

O trabalho nos Largos, além de pensar o processo colonialista referente a patrimonialização das cidades históricas, teve papel fundamental para perceber o discurso normativo perante às exigências do trabalho arqueológico, nos quais o arqueólogo precisa cumprir agendas apertadas.

CAPÍTULO V

ARQUEOLOGIA PARA QUEM?

O capítulo apresenta a prática em campo, associada ao conceito de Instalação Etnográfica, proposto por Cabral (2014) e Castañeda (2009), nos sítios Largo do Carmo e Largo da Matriz, em Marechal Deodoro, Alagoas. A prática foi pensada a partir dos pressupostos relacionados a Arqueologia Pública no que tange a prática horizontal e multivocal proposta por Gnecco (2010), através da *Arqueologia Relacional*, onde público e arqueólogo travam diálogos sem a imposição de um conhecimento em detrimento a outro. Desta maneira, podemos classificar a prática a partir do conceito de *Perspectivas Múltiplas*, proposto por Merriman (2004).

Essas ações foram realizadas com diferentes públicos, a partir da construção de um canal de diálogo com essas populações. O espaço de escavação, e a Casa de Apóio, foram pensadas para conversas com o público, além das atividades formais de extroversão.

Neste capítulo, também é apresentado o levantamento etnográfico resultante do contato em campo, apresentando outra perspectiva de patrimônio relacionadas à cidade de Marechal Deodoro. Esse outro olhar frente a cidade, foi fruto dos diálogos travados durante a experiência com a população em campo.

5.1 Modelando a Prática Arqueológica

O primeiro sentimento que me veio, quando decidi fazer o doutorado, foi aquele evocado através das canções da Mestra Virginia. Rezadeira, parteira, cantora de músicas do cotidiano alagoano, de pessoas que fazem parte da memória desse Estado, mas que muitas vezes são relegadas ao esquecimento quando falamos de Patrimônio Cultural, e mais especificamente, Patrimônio Arqueológico.

Em um vislumbre de minha imaginação, escutei a música "Ô, Minha Gente" a que escolhi para iniciar a primeira epígrafe dessa tese. Pensei, esse deve ser o sentimento de muitas pessoas que pisam em cidades que possuem seus centros históricos enobrecidos pelo processo de patrimonialização, esse povo invisível que reflete o patrimônio, mas que apenas é lembrado alegoricamente em eventos culturais. Ou as pessoas comuns do cotidiano, o pescador, o lavrador, a lavadeira, a empregada doméstica, e tantas outras pessoas que são enxergadas e moldadas em suas máscaras sociais, mas que na verdade, estão dissolvidas nesse grande todo.

Esse sentimento observei inúmeras vezes em pequenas cidades, ou em contextos distantes do mundo acadêmico, também em trabalhos com a comunidade, na apresentação do patrimônio arqueológico local. O lugar da fala, era o meu, as pessoas escutavam, mas eu as sentia indiferentes quanto aquilo que eu valorizava tanto. Então, depois de muitas vezes, que me fiz a pergunta "Por quê?". Fui apresentada às correntes teóricas pós-coloniais, que questionavam justamente esse espaço e as construções relacionadas a ele. O espaço moldado a partir de princípios forjados nas matrizes coloniais em contraponto com o que Boaventura Souza Santos (2011) traduziu como realidades do sul, aquelas que foram sujeiras o epistemicídio de seus conhecimentos locais.

Partindo desse princípio, e com minha herança acadêmica das Ciências Sociais, me propus a trabalhar os contextos dos sítios a partir não só da evidência, mas também relacionado ao contato da população e do que denominados como "patrimônio arqueológico". Nessa perspectiva, a Arqueologia Pública se encaixou muito bem, como também a Teoria Crítica, aliada a Arqueologia Interpretativa, pois, justamente, questionava o meu lugar de poder, ou melhor, um lugar de autoridade que, na verdade só me serviria para o contexto acadêmico.

Não foi fácil e não é fácil se desvencilhar de todas as amarras de pensamento, pois somos forjados a partir de princípios de uma disciplina colonialista, mas me aplego à resposta de Cabral (2014), quando diz que toda forma de pesquisa é uma relação. Sim, é uma relação de troca, que pode nos fornecer mais do que estamos acostumados a ver nas lentes usuais de nossa disciplina.

Desta maneira, imaginei como seria uma prática decolonial, enxergando os discursos que estão imbricados em seu próprio fazer. Não cheguei muito longe, até porque eu sou arqueóloga, e vivo em um mundo de contrastes, como todos nós. Uma alternativa seria uma prática que englobasse as coisas e as pessoas, porque nós falamos das coisas, que são feitas por pessoas. Ou seja, a materialidade transvestida no jogo simbólico, vista como objetivação do ser social (SHANKS E TILLEY, 1987).

Me despi da temporalidade linear imbricada nos frutos da pesquisa e procurei o discurso do outro nesse espaço e nesse tempo desconhecidos para nós. Encontrei outras histórias, outras temporalidades. Encontrei o presente e o uso do passado para manutenção do que está posto no presente.

Talvez o refinamento de uma prática decolonial, em uma disciplina de natureza colonial, não seja possível para alguns. Mas a prática de um discurso mais horizontal englobando aspectos que poderiam ser inseridos nesse contexto pode e deve ser feito, partindo do princípio de uma prática arqueológica reflexiva proposta por Gnecco (2010) onde se desmancham os estereótipos de conhecedor (arqueólogo) versus conhecido (comunidade), promovendo, assim, uma ponte de comunicação que crie alternativas de pensar o patrimônio local.

Então, através dos trabalhos de Arqueologia Preventiva, realizados nos Largo do Carmo e Largo da Matriz, em Marechal Deodoro, tentei modelar as práticas em campo, promovendo alternativas para englobar aspectos não incorporados em pesquisas dessa natureza, pois, os interesses estão pautados nos resultados das pesquisas, o que é muito válido, também, justamente porque o que os arqueólogos denominam de materialidade pode nos fornecer outros aspectos da ocupação local, que foram silenciados pelo tempo.

Foquei nas pessoas e nas construções de natureza patrimonial. Também, na estruturação do que foi posto. Para além do campo, tentei realizar um recorte em alguns aspectos negligenciados do que poderia ser nomeado como patrimônio. Tendo em mente que, a partir da valorização desses outros elementos, poderia contribuir para pensar o patrimônio

alcançando outras esferas da sociedade de Marechal Deodoro que contribuem com seus impostos, igualmente como nós, e merecem, também, um lugar de destaque frente a realidade sócio-econômica em que estão inseridos. Para mim, não adianta uma prática discursiva que não inclua à realidade posta do dia a dia. Vivemos em um mundo conformado desta maneira, então precisamos de alternativas reais que permitam a realização de nosso trabalho da melhor maneira, para nós e para os outros.

Inicialmente, descrevo como modeliei a prática arqueológica a partir da experiência em campo, utilizando os conceitos de Instalação Etnográfica, traduzida como a produção de um espaço controlado que possibilita o público agir em um sentido pensado pelo pesquisador, ainda que ações e reações possam não ser as esperadas (CABRAL, 2014). No caso, na projeção de materiais de um sítio, que provoque formas específicas de interação (CASTAÑEDA, 2008).

A partir da provocação realizada através da exposição de materiais e da permissão de acompanhamento dessas pessoas ao próprio campo de pesquisa, foi possível construir um diálogo horizontal. Nessa perspectiva, tentamos aplicar o que Merriman (2004) define como modelo de perspectivas múltiplas, onde o arqueólogo tem que reconhecer a importância da agência, ou seja, o público tem papel atuante, podendo agir conforme suas escolhas. Desta maneira, cabe ao profissional da Arqueologia negociar a melhor forma de trabalhar o contexto arqueológico.

- **Ações Programadas**

No Largo do Carmo, as ações programadas com o público foram direcionadas para as famílias que lá viviam. As crianças, mais atentas, estavam sempre ao nosso lado. Decidimos então, começar o processo por elas. Foi uma experiência enriquecedora, porque percebemos que, para além da preservação do patrimônio arqueológico, aquelas crianças precisavam de atenção. Uma atenção que foi percebida no desenho do dia a dia e na alegria que nos era retornada em cada atividade empreendida em campo.

Selma Lima, responsável pelo Programa de Educação Patrimonial, tem experiência com o público infantil, pois é professora na rede pública de educação em Maceió. Para ela, não foi difícil envolver as crianças nas atividades. Para nós, foi uma boa surpresa, pois o

contato com elas nos ensinou bastante sobre o processo de interação entre comunidade e Arqueologia.

Não foram só as crianças que participaram do processo. Muitos moradores, sentavam à beira da escavação para conversar e observar o trabalho. Fizemos, além disso, algumas atividades para demonstrar conectar aquelas pessoas ao universo da Arqueologia.

O contato não se resumiu apenas em ações programadas, mas também em situações cotidianas que envolviam nossa prática e a população. Esse envolvimento nos fez olhar para além do Largo, e para além do que temos naturalizado como patrimônio. As ações que serão descritas sobre o Carmo fazem parte de um recorte que fiz, de aspectos que considere relevante para pensar o patrimônio de uma forma mais democrática, englobando ângulos que muitas vezes não percebemos, ou não damos importância.

- **Ações com as Crianças**

O primeiro passo com a comunidade foi nossa apresentação de casa em casa, para esclarecermos nosso trabalho na área. Por alguns fomos bem recebidos, por outros, causamos uma certa desconfiança. Após essa ação, fomos informados pelo IPHAN-AL que haveria uma palestra com a comunidade na igreja da Primeira Ordem do Carmo, para explicação da obra, informações sobre a pesquisa arqueológica e comunicado sobre a derrubada das frentes das casas que avançaram sobre o perímetro urbano tombado do Largo.

A reunião demorou um pouco a acontecer e, nesse meio tempo, tivemos a oportunidade de apresentar nosso trabalho para a comunidade através de ações programadas. A primeira, foi o convite a crianças e adolescentes do Largo para uma conversa sobre o que era o trabalho arqueológico e como esse era realizado.

No dia combinado, estavam reunidas doze crianças e foram realizadas perguntas sobre o que é Arqueologia e se alguém tinha ouvido algo a respeito. As respostas foram variadas, no entanto a maioria nunca tinham tido contato, nem sequer ouvido falar a respeito. Os que sabiam algo a respeito associaram com estudo de coisas antigas e estudo de dinossauros.

Após os esclarecimentos iniciais sobre o que de fato era Arqueologia, convidamos as crianças para visitar a unidade II de escavação. Elas já conheciam, porque todos os dias

ficavam sentadas às margens observando nosso trabalho. No entanto, nesse dia, elas tiveram uma aula ministrada por Selma Lima e Jaciara Andrade sobre o processo de escavação.

A curiosidade era grande sobre os achados que estavam dispostos nos vários recipientes espalhados com artefatos dos níveis escavados, e também do processo de peneiramento, que ficou marcado na memória, pois em desenhos que fizeram em ações posteriores, a peneira esteve presente em várias representações nossas sobre Arqueologia e Arqueólogos.

Além da área de escavação, as crianças foram convidadas a entrar na nossa casa de apóio, onde tinham fotos dispostas nas paredes com o processo de escavação e artefatos encontrados no Largo e em outros projetos de Arqueologia realizados no Estado de Alagoas.

Foto 53: Crianças do Largo do Carmo, conhecendo os artefatos que saíam do processo de peneiramento..



A partir desse primeiro contato, as crianças vinham com frequência na casa de apoio, sendo bem recebidas. Sempre estavam dispostas a conversar e participar do processo. Lembro-me bem de uma das meninas, chamada Francieli (camisa roxa na foto), que todos os dias vinha nos visitar e nos dava um grande abraço de boas vindas. Francieli praticamente fazia parte da equipe, tanto que em todas as ações fazia questão de reunir as crianças do Carmo para as atividades. Em algumas vezes, presenciei de longe ela falando com outras crianças sobre as atividades e convocando todos a participarem.

Foto 54: Crianças do Largo do Carmo, na casa de apóio vendo as imagens de artefatos na parede.



Foto 55: Crianças do Largo do Carmo, visitando casa de apóio.



As atividades eram realizadas sempre visando integrar as crianças do Largo, no decorrer das escavações ao processo de pesquisa. Não apenas com a experiência de observar o processo de pesquisa no cotidiano, mas também para construir, através da casa de apóio, um ambiente que provocasse a curiosidade e os questionamentos. Desta maneira, como ferramenta pedagógica, além das imagens de artefatos e processo de escavação, colocamos alguns brinquedos representando possíveis achados que poderíamos eventualmente encontrar no decorrer da pesquisa. Após encontrarmos os esqueletos, também foi colocada uma pequena

caixinha de área com um esqueleto de brinquedo. Alternativas simples, mas que acessavam diretamente a imaginação das crianças. Os esqueletos muitas vezes estão associados ao medo no universo infantil. Então, através de brinquedos que faziam alusão aos enterramentos, foi criado um espaço lúdico para entendimento do nosso trabalho.

Também foram colocados pequenos potinhos de cerâmica estrategicamente na casa, para chamar a atenção das crianças no que se refere à visualização de utensílios domésticos, enterramentos em urnas primários e secundários. Foi uma alternativa simples, mas que surtiu bastante efeito em termos didáticos para apresentação da importância de preservação e conhecimento do material arqueológico.

As atividades programadas com crianças foram realizadas também em outros encontros durante o projeto. Eram distribuídos jogos de caça-palavras, quebra cabeças e, também, papel e lápis de cor para desenharem as coisas que haviam mais chamado atenção para elas no trabalho arqueológico. A atividade resultou em desenhos variados: o destaque dado por elas foi a área de peneiração e aos artefatos, esqueletos e cachimbos.

Também foi realizada uma atividade para observarem o processo de mudança dos objetos quando estão enterrados. Foi solicitado as crianças que trouxessem materiais de casa como papel, ferro, plástico, metal, pedra, cerâmica, vidro e madeira. No dia marcado todas trouxeram e a atividade foi em frente a casa de apoio, cavarem um buraco e enterrarem.

Durante duas semanas, o material ficou enterrado. Nesse período, as crianças passavam pela frente da casa e perguntavam sempre se poderia desenterrar. Ansiosas, após duas semanas estavam todas já ávidas para ver o que havia acontecido.

Esses trabalhos foram gratificantes e nos aproximaram mais das crianças e também dos adultos do Largo do Carmo. Os resultados foram satisfatórios, pois durante todo o trabalho sempre vinham conversar sobre o processo, trazendo informações valiosas, lembranças de objetos que tinham afetividade, histórias sobre esqueletos, e o que os pais achavam da escavação onde havia material ósseo humano.

Foto 56: Crianças realizando atividades lúdicas no Largo do Carmo.



Foto 57: Crianças desenterrando materiais, após duas semanas.



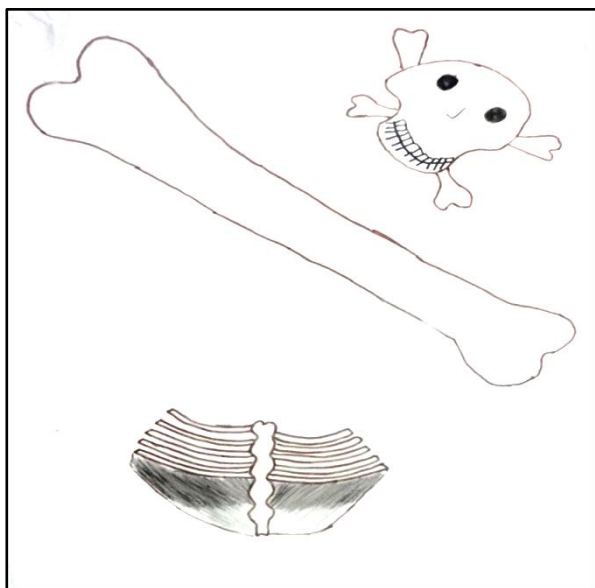
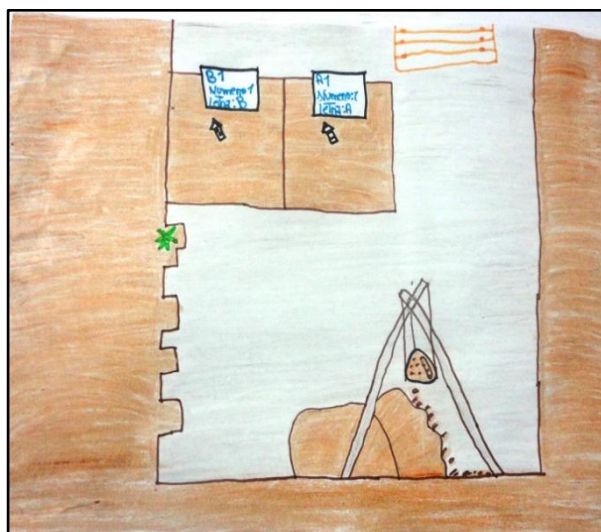
Foto: Crianças desenterrando materiais, após duas semanas.

Os desenhos produzidos nas atividades ficaram expostos na casa, o que foi muito bem recebido pelas crianças.

Foto 58: Crianças mostrando desenhos que fizeram durante as atividades.



Figura 21: Desenhos das crianças do Largo do Carmo.



Além do público infantil, o objetivo foi buscar os adultos do Carmo. Na praça central sempre se reuniam pessoas pela tarde para conversas e práticas do tear de filé, e pescadores consertando suas redes de pesca. Essas pessoas do cotidiano do Largo também foram incorporadas nas ações dos programas.

Em um primeiro momento, fomos até a praça e, após alguns encontros, as convidamos para ir na casa de apóio, onde colocamos expostos alguns materiais dispostos nas mesas e também parte do esqueleto que foi retirado na parte de trás da Igreja.

As atividades realizadas na praça despertaram a curiosidade dos moradores. Em um primeiro momento, conversamos com algumas pessoas como, por exemplo, Seu José, conhecido pela comunidade como Senhor Moacir, pescador aposentado, que agora se dedica a fazer e consertar redes de pesca. O Seu Moacir aprendeu a fazer rede com o seu padrasto e já passou esse legado para seu filho, Maciel. Ele relatou que nasceu e se criou na localidade e que antigamente o sustento era tirado só da lagoa. A mesma lagoa que muitas vezes é esquecida, como parte do patrimônio local.

A cidade de Marechal Deodoro tem a maior Associação de Pescadores do Estado, segundo um dos associados. A partir da fala de Seu José, foi percebido que a lagoa também faz parte do Patrimônio local, no entanto é esquecida pelo Poder Público. A arte da pesca de tarrafa, a pesca em currais, em caïças, a pesca do sururu, são exemplos de práticas realizadas desde sempre. A construção e reparo das canoas que cortam a lagoa também, e tantas outras atividades que marcam o cotidiano de quem vive em suas margens.

Foto 59: Seu José consertando a rede. Ao seu lado, D. Maria de Lourdes, sua esposa.



A visita na casa de apóio pelas pessoas do Largo, foi gratificante e também uma agradável surpresa. No dia, colocamos na mesa parte do esqueleto e os brinquedos, porque crianças também estavam convidadas. Também expusemos foto do esqueleto que retiramos atrás da Igreja da Primeira Ordem do Carmo.

Um detalhe que chamou muita atenção das pessoas foi o fato do esqueleto não possuir o crânio. Isso intrigou muito as pessoas o que as levaram a elaborar várias teorias, de como teria sido a morte da pessoa, e porque teriam feito tal "barbaridade".

Um das visitantes, Dona Maria ficou tão chocada que chorou na nossa frente, pensando sobre qual tragédia teria acometido àquela "pobre criatura" e que pessoa teria a coragem de cometer tal crime. Um detalhe que vale à pena mencionar, é qual antes do esqueleto chegar em laboratório, pensávamos que se tratava de um esqueleto feminino. Só após algumas análises mais específicas que foi constatado que era masculino. Entretanto, mesmo não mencionado o sexo do esqueleto, as pessoas souberam, provavelmente nos escutaram conversando sobre o indivíduo. Então, o impacto de ser uma mulher que foi decapitada criou uma grande especulação por parte de alguns moradores, que atribuíram às mais diversas situações como, por exemplo, traição, escravidão e etc., dando vazão ao imaginário local.

Foto 60: Visita de moradores a casa de apóio.



Foto 61: Visita de moradores a casa de apóio.



Uma atividade que chamou bastante atenção foi a disposição, no chão da praça central, de fotos de artefatos e etapas de escavação. Através desse artifício, também trouxemos as pessoas para junto de nós, o que possibilitou o diálogo informal. Várias histórias surgiram dessa iniciativa sobre a cidade, o patrimônio local. Muitos contaram também um pouco de sua história particular no Largo, por quê moravam ali, quem nasceu, quem havia se mudado há muito, ou a pouco tempo, as histórias sobre o cemitério, as casas antigas, o campinho de futebol e sua mudança de lugar, etc.

Foto 62: Fotos sobre trabalho arqueológico. Artefatos dispostas na praça central para moradores do Largo.



No Largo da Matriz, também organizamos a casa de apoio para receber visitas, e também foram implementadas ações programadas. No entanto, o público foi mais diversificado. Durante as escavações, além dos moradores, recebemos visitas de funcionários da Prefeitura de Marechal, destacando o então Secretário de Cultura Diego Lima, que nos apoiou em várias ações programadas como, por exemplo, incentivo a visita de estudantes de do curso de Turismo. Também nos convidando para participar da Festa Literária de Marechal Deodoro - FLIMAR. Somados a esses, recebemos visitas de estudantes de Arquitetura da UFAL, trazidos pela arquiteta Josemary Ferrare.

O trabalho no Largo da Matriz foi mais intenso, no que se refere a escavação arqueológica. A demanda de esqueletos foi grande e a área para cobertura de escavações, mais extensas. Decidimos, então, para o Programa de Educação Patrimonial, realizar algumas palestras nas escolas e no auditório cedido pela Prefeitura Municipal. Nossa interação com as pessoas foi mais em campo, do que dentro da casa de apoio.

A área de escavação V ficou mais tempo aberta, quase toda a temporada de escavação. Então, além da população, as turmas das Escolas Municipais e Estaduais realizavam visitas a campo, e assim, durante as atividades, conversávamos sobre questões referente ao projeto, à cidade, ao patrimônio.

Não era apenas durante as atividades programadas que recebíamos visitas, em alguns momentos chegavam pessoas curiosas perguntando sobre as escavações. Alguns moradores sentavam à beira das área e passavam horas observado e conversando conosco. Assim, criamos laços no campo e sempre tínhamos companhia, e todas as questões eram colocadas durante o trabalho.

O Secretário de Cultura Diego nos visitava constantemente. Foi então que sugeriu a nossa participação na FLIMAR. Foi um ótimo convite, pois ele disse que poderia nos fornecer a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos como lugar para montarmos uma exposição.

Na ultima semana que tivemos em campo, participamos da FLIMAR, que aconteceu do dia 23 a 25 de novembro de 2017. No evento, montamos uma exposição com fotos, uma maquete de escavação para crianças e uma exposição com material arqueológico. A Igreja Nossa Senhora do rosário dos Homens Pretos está desativada para missas. Lá, atualmente, ocorrem apenas encontro de grupos de evangelização em alguns dias da semana. Em um

primeiro momento, alguns religiosos não gostaram da ideia, mas depois de algumas conversas e autorização do padre, fizemos a exposição e convidamos os religiosos para participarem.

Foto 63: Estudantes da Escola Pública de Marechal Deodoro visitando o campo.



Os professores das turmas acompanharam os alunos e também ficaram curiosos com nosso trabalho. Fizeram várias perguntas e pediram para levar outras turmas. Então, por diversas vezes recebíamos alunos vindos das escolas trazidos pelos professores.

O que nos diziam em conversas, a sós, longe dos alunos, era sobre a necessidade de atividades paralelas com os estudantes, pois a educação formal não supria a necessidade de conhecimento e muitas vezes não provocava os alunos para a busca de interesse nos estudos. As escolas públicas da região, como a maioria no Estado de Alagoas, precisam de inovação e investimento em infraestrutura e qualificação de profissionais.

Durante o período em que estávamos escavando, soubemos de um acidente que envolveu a morte de uma estudante que utilizava o transporte escolar público para chegar na escola. O ônibus sucateado e as estradas em péssima qualidade provocaram a tragédia. Fora esse fato, a falta de material didático nas escolas é visível. Não há alternativas de atividades que envolvam trabalhos manuais, pois faltam coisas básicas.

Convidamos também os professores para nos visitar na FLIMAR, o que foi um sucesso, pois várias turmas vieram ver a exposição.

A nossa participação na FLIMAR foi interessante, apesar de estarmos fora do trajeto do Festival, pois as maiorias das palestras e a feira de livro estavam sendo realizadas na parte baixa da cidade. Mesmo assim, recebemos a visita de várias pessoas, não tanto como estávamos prevendo. Também foi uma ótima oportunidade para os moradores do Largo da Matriz nos visitar e conhecer nosso trabalho. Além das exposições, também fizemos algumas palestras, nas quais houveram boa presença em público.

A ideia de palestras durante a FLIMAR foi idealizada para que fosse realizada por todos os membros da equipe. Além dos arqueólogos, os técnicos participaram. Destaque para o Técnico Jerferson Ferreira, que iniciou na equipe durante os trabalhos do Largo do Carmo como auxiliar e depois, já com experiência e entusiasmo, foi integrado como Técnico em Arqueologia. Jerferson, formado em Administração, nos foi apresentado pelo mestre de obras do Largo do Carmo. Durante o processo do Carmo, víamos o interesse dele e a destreza em várias etapas, não só de escavação, mas também de organização de dados e trabalhos de escritório. Ele sempre estava interessado em todas as atividades, além da escavação. Também, ele é nascido em Garanhuns, mas cresceu na cidade de Marechal Deodoro, então foi uma boa e muito gratificante experiência tê-lo na equipe durante os dois projetos, pois ele fazia parte da cidade e, em diversas vezes nos trouxe informações interessantes. Suas interpretações sobre o trabalho também foram essenciais, para olharmos aspectos que talvez, sem ele, não teríamos percebido.

Chamamos o espaço que criamos na Igreja do Rosário dos Homens Pretos de "Espaço Arqueologia", e intitulamos o nome da exposição como, *Para Além da "Pedra e Cal": O Patrimônio Arqueológico em Marechal Deodoro*.

Além das palestras e exposição, idealizamos uma oficina com crianças, mas esta não ocorreu, pois a realidade do Largo da Matriz era diferente. Não víamos muitas crianças brincando na rua, pois ali se configurava uma área urbana com maior e constate tráfego de veículos. Um lugar inapropriado para brincadeiras de rua. Na praça Padre Osman, que seria um bom espaço para brincadeiras, também nos meses que passamos lá, não víamos crianças brincando no dia a dia.

A primeira Palestra: *Vida e Morte em Marechal: Disputa pelo enterro em lugar sagrado*, foi realizada por Jaciara Andrade, e contou com a presença de alguns moradores, arqueólogos do IPHAN e a arqueóloga do Museu de História Natural da UFAL. A palestra teve o objetivo de explicar como havia sido realizado o trabalho de escavação através do viés da Bioarqueologia.

Foto 64: Palestra realizada na FLIMAR - Vida e Morte em Marechal: Disputa pelo enterro em lugar sagrado - Jaciara Andrade.



A segunda palestra, intitulada *De Manguaba a Alagoas do Sul: A História Contada Através da Arqueologia*, foi realizada por Luany Oliveira e Jerferson Ferreira. A intenção era mostrar a formação da cidade de Marechal Deodoro através da cultura material. De Manguaba, que é o nome indígena da Lagoa, a Alagoas do Sul, nome colocado pelos colonizadores na região. Os dois apresentaram suas falas a partir de suas perspectivas sobre a cidade, elencando sempre ao material arqueológico encontrado. Luany, pela perspectiva histórica, pois ela é historiadora, e Jerferson, pela experiência em campo e suas impressões sobre a prática.

Foto 65: Palestra realizada na FLIMAR - De Manguaba a Alagoas do Sul: A História Contada Através da Arqueologia - Luany Oliveira e Jerferson Ferreira.




A terceira palestra, *Para Além da “Pedra e Cal”: O Patrimônio Arqueológico em Marechal Deodoro*, realizada por mim, teve o intuito de explicar o processo de pesquisa, não só pelo viés do trabalho, mas também por todos os fatores relacionados a ele. Tentei utilizar uma linguagem que trouxesse da comunidade as variadas formas de concepção do patrimônio local. Mostrei imagens dos objetos encontrados, pinturas de Frans Post, com o cotidiano do período colonial, assinalando personagens do dia a dia daquele período. Mostrei os engenhos, os índios, os escravos, as jangadas. Esse artifício trouxe várias lembranças e questionamentos sobre a lagoa, e referências sobre lugares de Marechal que eram desconhecidos para nós. Me lembro da presença de alguns senhores de idade que no meio da palestra começaram a descrever algumas histórias. O esqueleto com dentes modificados causou um certo espanto inicialmente, mas eles estavam mais interessados nas lembranças locais e nas memórias acessadas através das imagens e da minha fala.

Foto 66: Palestra realizada durante a FLIMAR - Para Além da “Pedra e Cal”: O Patrimônio Arqueológico em Marechal Deodoro, Karina Miranda.



Na exposição, as fotos foram colocadas em expositores feitos de paletes de madeira. Não utilizamos as paredes para não danificar o prédio histórico. As fotos escolhidas estavam relacionadas ao processo de escavação, artefatos encontrados, fotos dos esqueletos com dentes manipulados e ao esqueleto encontrado no adro da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Figura 22: Cartaz de propaganda do Espaço Arqueologia, realizado em Marechal Deodoro (AL), durante a FLIMAR.



ESPAÇO ARQUEOLOGIA

Exposição: Para Além da 'Pedra e Cal', O Patrimônio Arqueológico em Marechal Deodoro

Local: Igreja do Rosário dos Homens Pretos - Marechal Deodoro
Data: 23 a 25 de novembro
Horário: 14h - 20h

- Exposição do material arqueológico do Largo da Matriz,
- Palestras sobre o Patrimônio Arqueológico.


Programação



23.11
Oficina: Arqueologia para Crianças
 Selma Lima
 Horário: 14h

Palestra: Vida e morte em Marechal: disputa pelo enterro em lugar sagrado.
 Jaciara Andrade
 Horário: 17h

24.11
Palestra: De Manguaba a Alagoas do Sul: A História Contada Através da Arqueologia.
 Jerferson Ferreira e Luany Oliveira
 Horário: 15h

25.11
Palestra de Encerramento: Para Além da "Pedra e Cal": O Patrimônio Arqueológico em Marechal Deodoro, Alagoas.
 Karina Miranda
 Horário: 15h



FLIMAR

FESTA LITERÁRIA DE
MARECHAL DEODORO

Foto 67: Entrada da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com cartaz do Espaço Arqueologia, realizado em Marechal Deodoro (AL), durante a FLIMAR.



Foto 68: Exposição de fotos no Espaço Arqueologia, realizado em Marechal Deodoro (AL), durante a FLIMAR.



Foto 69: Crianças visitando a exposição de fotos na FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).



Foto 70: Visitantes na exposição de artefatos do Largo da Matriz, na FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).



Foto 71: Visitantes na exposição de parte da urna encontrada no adro da Igreja N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos - FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).



Foto 72: Área com maquete de escavação para crianças - FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).



Foto 73: Pessoas visitando o Espaço Arqueologia - FLIMAR, Marechal Deodoro (AL).



A criação do *Espaço Arqueologia* nos proporcionou uma aproximação com os moradores do Largo da Matriz. Alguns já conheciam nosso trabalho, no entanto, vê-lo materializado em um espaço criativo, possibilitou um *background* entre público e pesquisa. O espaço foi idealizado em três momentos: a área das fotos, que tinham imagens dos mapas de Marechal Deodoro feito pelos holandeses, com imagens de artefatos pré-coloniais. Fora esses, imagens da planta original da Igreja Matriz e da estrutura que achamos. Também expusemos

magens da retirada do esqueleto e da urna encontrada no adro da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Fora esses, alguns objetos que achamos como moedas, fragmentos de um colar feito de espinha de peixe, provavelmente usado pelos nativos da região, botões encontrados junto aos enterramentos, e louça, porcelana, faiança, grés.

Todos esses objetos despertaram a curiosidade das pessoas que visitavam a exposição, inclusive a maquete infantil, que também chamava atenção de adultos. Uma senhora veio até mim dizer que, na casa dela, no centro histórico, ela colecionava restos de louças e faianças que encontrava no seu quintal. "Achava bonito!" Outra, veio me procurar perguntando se eu gostaria de ver as louças inteiras que ela tinha em casa. A curiosidade também era direcionada aos esqueletos. Achavam impressionante a quantidade de enterramentos que havia na Matriz. Muitas das falas diziam "Eu nunca imaginei que tinha esse povo todo enterrado aqui tão perto de nós!" "Ainda bem que vocês estão retirando." Essas falas demonstraram o interesse da população com os objetos antigos encontrados na escavação. Um crucifixo de ferro já bem oxidado que achamos estava exposto. Uma das falas foi direcionada à questão religiosa da cidade e à conexão dos enterros com a religiosidade.

Após a exposição, ficamos durante um período em campo, pois havia a temporada de acompanhamento e laboratório. Recebemos algumas visitas dessas pessoas, que já nos reconheciam dentro daquele ambiente. É importante comparar, nesse trabalho, os contextos do campo, onde as possibilidades da implantação das Instalações Etnográficas se modificam de acordo com a demanda. No Largo do Carmo, a aproximação foi mais fácil, e a execução dessa metodologia também. No Largo da Matriz, por sua vez, mesmo tentando, tivemos mais sucesso com o contato com público em campo, do que na própria casa de apoio. Foi quando, então, nos adaptamos à nova e diferente demanda.

5.2 O que está Oculto

Durante a experiência das Instalações Etnográficas nos dois campos, alguns pontos foram tocados em relação ao Patrimônio local. Achei pertinente apresentá-los, pois, faz parte do conjunto de elementos que formam a cidade de Marechal Deodoro.

Apresentar essas questões tinha a intenção de um olhar mais focado para áreas esquecidas da cidade, que mereciam mais atenção do poder público. Em entrevistas com membros da Prefeitura percebeu-se que, a valorização é direcionada ao trajeto religioso

católico histórico, e à arquitetura colonial da cidade. Para além desses elementos formadores do processo de patrimonialização, apareceram outros aspectos que permanecem invisível ao poder público.

Busquei, então, elencar dois aspectos relacionados às comunidades tradicionais formadoras da cidade, que não são incluídos no discurso oficial e nem incorporados em políticas públicas de valorização patrimonial.

Pescadores e Religiões de Matriz Africana, por exemplo, fazem parte do conjunto da cidade e possuem na paisagem espaços que são invisíveis. A necessidade de ir buscar informações sobre esses grupos veio, durante as conversas em campo, durante os trabalhos de extroversão da prática arqueológica.

Em diversos relatos escutava histórias relacionadas à Lagoa Manguaba. A partir desses ganchos resolvi fazer uma visita aos pescadores, e também à Colônia de Pescadores do Município. Durante as entrevistas que realizei com as pessoas, as perguntas eram direcionadas ao patrimônio tombado da cidade e também a outras áreas que poderiam ser encaradas como patrimônio cultural da região. Escutei que os "olhos do Poder Público" não chegam nessas áreas e que o que eles construíram foi através da organização coletiva deles próprios.

A Colônia de Pescadores de Marechal Deodoro existe desde 1921. É chamada de Z- 6, que corresponde à Zona - 6, que segundo os entrevistados, foi o nome dado pela Marinha do Brasil. Segundo os dirigentes, atualmente 1444 pescadores estão em dia com as taxas referentes à Colônia de Pescadores, mas na região há muito mais praticantes da pesca artesanal que sobrevivem da Lagoa Manguaba e da pesca no mar.

Essa Colônia abrange todo o município de Marechal Deodoro, incluindo não só a Lagoa Manguaba, mas também a costa marítima. A área de abrangência, segundo os entrevistados, corresponde às seguintes localidades: perímetro urbano histórico de Marechal Deodoro, Massaguera, Barra Nova, Ilha de Santa Rita, Francês, Povoado Pedras, Manguinhos e Tuquanduba.

Seus associados têm assistência médica e odontológica e sessões de fisioterapia (muitos precisam de tratamento assistido por conta das atividades de pesca). Como estão incorporados na categoria de Comunidades Tradicionais, instituída pelo Governo Federal, estão inseridos também dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos

Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007³⁷. No entanto, nos relatos, o único benefício está relacionado a condição de assegurado especial, quanto a contribuição do INSS.

Foto 74: Sede da Colônia de Pescadores no Centro histórico de Marechal Deodoro (AL).



Durante a entrevista com membros da Colônia de Pescadores, ouvimos das práticas da colônia e como se organizavam. Um ponto interessante, quando indaguei sobre lugares e histórias antigas do histórico deles, foram os "Pontos de Pesagem".

Os *Pontos de Pesagem* foram definidos como pontos espalhados pela lagoa que tinham a função de pesar o pescado, para controle governamental. As pequenas embarcações chegavam e todo peixe recolhido era pesado e controlado. Segundo relatos, até a década de 1970, existia essa prática. Perguntei se eles sabiam o tempo dessa prática e não souberam responder.

Josemary Ferrare (2014) cita um documento do Arquivo Ultramarino que menciona que as redes de arrasto estavam proibidas desde o início da Vila, no século XVII, e caso houvesse o uso, as pessoas seriam punidas.

³⁷ Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso: 04/07/2018.

(...) encontra-se neste, e em outros documentos examinados, uma atenção muito grande da Coroa portuguesa em proteger a pesca predatória na lagoa, o que sem dúvida alguma, reforça a importância do pólo de abastecimento desta, Vila, no contexto de sobrevivência da população local e do suprimento de outras vilas e povoações da Capitânia de Pernambuco (FERRARE, 2014, P. 240).

Segundo (Furtado, 2017, p.59), no início de ocupação da parte Sul da capitânia de Pernambuco, já havia registrada nos primeiros documentos oficiais "Carta de Doação e Carta Foral", a preocupação da Coroa com o controle das áreas de pesca e o pagamento de impostos. Durante todo o período colonial a atividade pesqueira no Brasil foi alvo da fiscalização governamental, devido a importância comercial e como fonte de abastecimento das capitânias, ao passo que, delimitava politicamente o poder em certas regiões.

Furtado (2017), apresenta vasta documentação relacionada à leis e pagamentos de impostos no decorrer do período colonial. Aponta, também, que as atividades de pesca eram controladas, sendo proibida em alguns períodos do ano. A economia não se baseava apenas na fabricação do açúcar, através dos engenhos instaurados na região. As atividades de pesca, eram grande fonte da economia colonial.

Na memória dos entrevistados, pescadores que conversamos na margem da lagoa e membros da Colônia de Pescadores Z-6, estes lembram dos pontos de coleta nas margens da cidade que foram extintos na década de 1970.

Fizemos o trajeto por essas áreas e vimos alguns dos lugares indicados. Segundo os relatos, esses pontos eram chamados de *Pontos de Pesagem*, e eram postos nas margens da lagoa para controle dos pescados que retiravam da lagoa.

Na imagem iconográfica do século XVII, de 1671, assinada por Jacob Van Meurs, retrata a atividade pesqueira na Alagoas do Sul. Essa imagem mostra negros puxando a rede de arrasto, enquanto senhores controlam a atividade em seu canto direito.

Figura 23: Vista da Alagoa do Sul - *Alagoa ad Austrum*.
Jacob Van Meurs, 1671³⁸.



As atividades de pesca, apesar de controladas pela Coroa, tinham seu manejo associado a populações indígenas e negras. Os pontos de controle observados "Pontos de Coleta", estão na memória dos pescadores da cidade de Marechal Deodoro, inclusive nos apontaram alguns, que visitamos para ver a situação.

Atualmente, ao invés de *Pontos de Pesca*, existem locais de pesca e desembarque da Lagoa, onde as espécies que saem da lagoa são catalogadas e pesadas com dados anotados em planilhas, que são enviadas para o escritório regional do Ministério da Indústria e Comércio, sediado em Maceió (FURTADO, 2017).

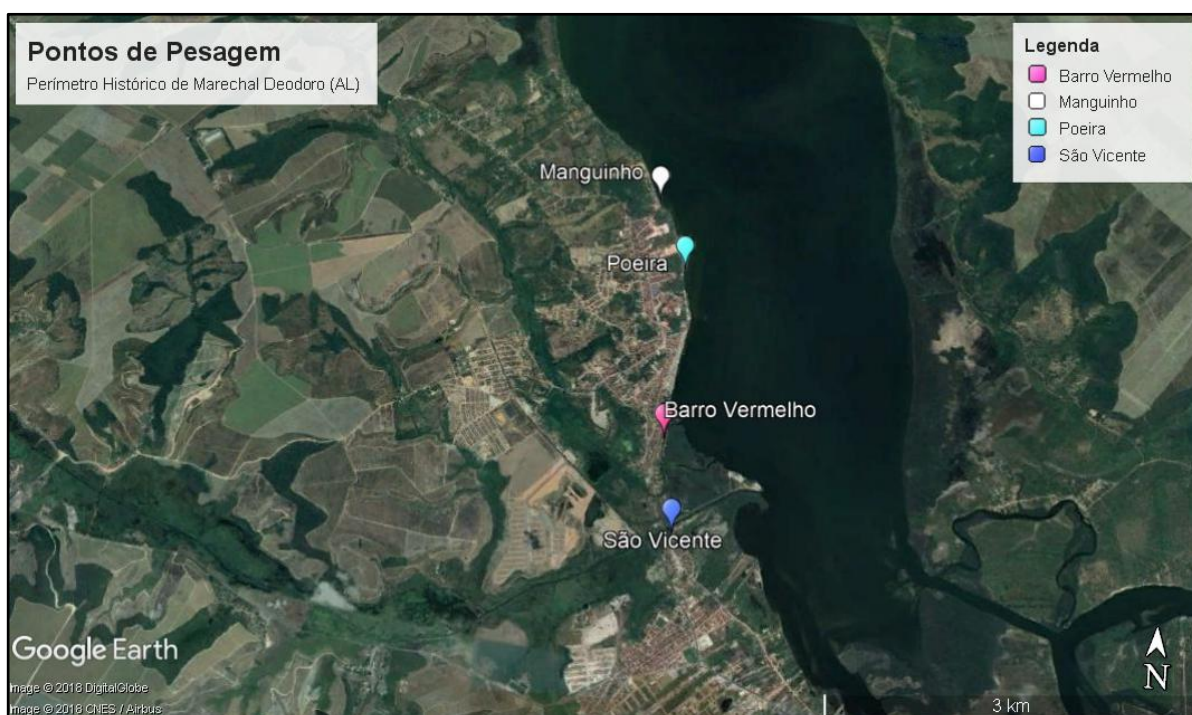
O controle excessivo da área lagunar do Estado de Alagoas, desde o período colonial, silenciou práticas e lugares de memória. Nas lembranças e associação ao Patrimônio Material da região, estas estão ligadas diretamente a sanções quanto à pesca e suas práticas. Nas

³⁸ Alagoas do Sul em 1671. Fonte: <http://www.atlasofmutualheritage.nl/en/View-Alagoa-del-Sul.7502>

conversas durante a pesquisa, não vi identificação com as áreas patrimonializadas, mas sim diretamente com a lagoa.

No que tange a pesquisa, percebi que apesar da lagoa compor o cenário patrimonializado de Marechal Deodoro (AL), por seu caráter de excepcionalidade, simplesmente esta não é incluída nos programas de salvaguarda do patrimônio cultural, no que se refere a Patrimonial Material e, principalmente, Imaterial.

Figura 24: Localização de Pontos de Pesagem, identificados durante pesquisa de campo, na área urbana próxima ao Centro Histórico de Marechal Deodoro (AL).



Quadro 7 : Coordenadas de *Pontos de Pesagem*, próximo ao perímetro histórico de Marechal Deodoro (AL). visitados durante pesquisa de campo.

PONTOS DE PESAGEM IDENTIFICADOS NA ÁREA URBANA DE MARECHAL	
Localidade	Coordenada em UTM
Barro Vermelho	25L 182533/8923811
São Vicente	25L 182645/8923037
Poeira	25L 182623/8925256
Manguinho	25L 182374/8925858

Foto 75: Antigo prédio, que segundo relatos da comunidade, fazia parte dos Pontos de Pesagem. Localidade: Barro Vermelho, área urbana de Marechal Deodoro (AL).



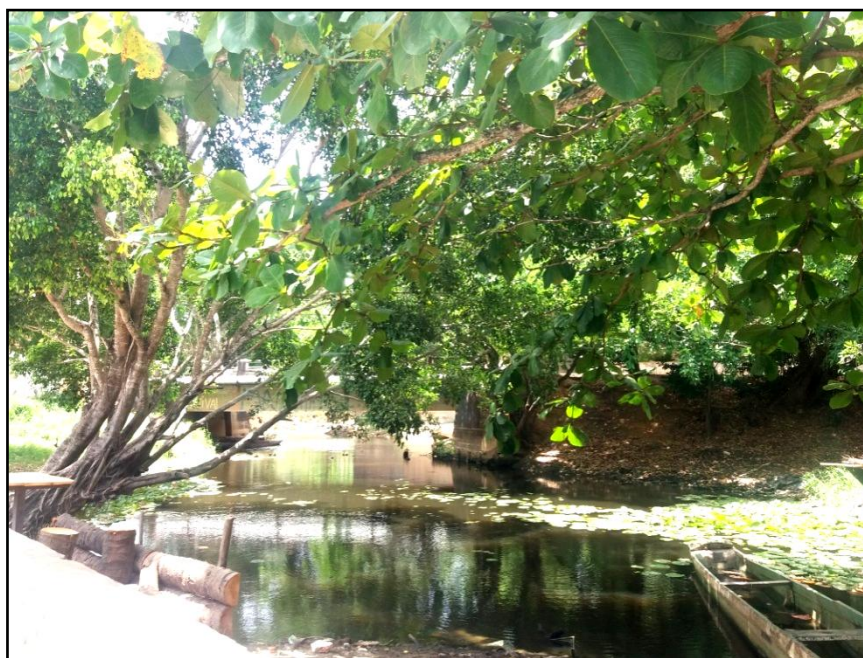
Foto 76: Parte de trás do *Ponto de Pesagem*, onde ancoravam canoas para pesagem dos pescados: Barro Vermelho, área urbana de Marechal Deodoro (AL).



Foto 77: *Ponto de Pesagem São Vicente*, próximo ao Largo de Taperaguá, área urbana de Marechal Deodoro (AL).



Foto 78: *Ponto de Pesagem São Vicente*, próximo ao Largo de Taperaguá, área urbana de Marechal Deodoro (AL).



Durante o trabalho de extroversão com as comunidades do Largo do Carmo e Largo da Matriz, durante as conversas com a comunidade, várias vezes provoqueei as pessoas sobre o contexto das populações afrodescendentes na região. Perguntava: "Cadê os negros de Marechal? "Cadê as manifestações de origem africana na cidade?", "Cadê os terreiros? Só tem igreja em Marechal?". Fiz essa pergunta inclusive a religiosos católicos, que faziam parte de grupos de evangelização da cidade. Não encaravam negativamente, apenas respondiam. "Eu acho que ali na rua de trás tem um terreiro." (No caso do Largo da Matriz). "Aquela casa ali é uma casa de Xangô" (No Largo do Carmo).

Partindo dessas indagações, fui procurar essas pessoas que não aparecem no discurso oficial sobre Patrimônio Cultural da cidade. Visitei alguns terreiros e algumas casas que tinham, ao fundo, salinhas de práticas religiosas. Os pequenos espaços eram ditos pelas pessoas que o contruíram como, "Aqui é onde eu cultuo meus orixás, e faço meus trabalhos". Uma das entrevistadas, inclusive, me falou "Eu vou a missa e tenho esse quartinho aqui pra minha outra crença".

O contexto sócio-político relacionado as religiões de Matriz Africana no Estado é conturbado. Essa situação é atribuída por alguns estudiosos ao fato histórico Quebra de Xangô, de 1º de fevereiro de 1912. Esse dia fatídico, conservado na memória alagoana dos praticantes das religiões de matriz africana, comporta o início do processo de invisibilidade dessas populações no Estado.

Segundo Araújo (2015) esse movimento criou a invisibilidade das manifestações religiosas no Estado, inclusive no campo de estudo dessa natureza.

Com isso queremos chamar a atenção para o fato de que, se o Quebra de 1912 funcionou como desencadeador de uma lógica de invisibilização e silenciamento em torno dos Xangôs e seus sujeitos (haja vista a quase completa ausência de estudos sobre esse tema durante todo o século XX), não é menos verdade que esse silenciamento objetivou ocultar o incômodo envolvimento que as elites alagoanas sempre tiveram com esses Xangôs (ARAÚJO, 2015, p. 63)

Durante as visitas as Casas, percebi que estas estavam invisíveis frente ao patrimônio eleito local. Os sinais que geralmente são atribuídos a esses espaços, sinalizados em fachadas com atribuições religiosas, eram inexistentes.

O Centro Espírita São Jorge, localizado no Largo do Carmo, em sua rua principal. A fachada é de uma casa comum. A parte da frente mora a mãe do Babalorixá, e atrás da casa

está o Terreiro. O acesso para entrada é através de uma estreita rua lateral, onde um pequeno beco corresponde à entrada.

Foto 79: Entrada do Centro Espírita São Jorge, Largo do Carmo.



Foto 80: Parte Interna do Centro Espírita São Jorge, Largo do Carmo.



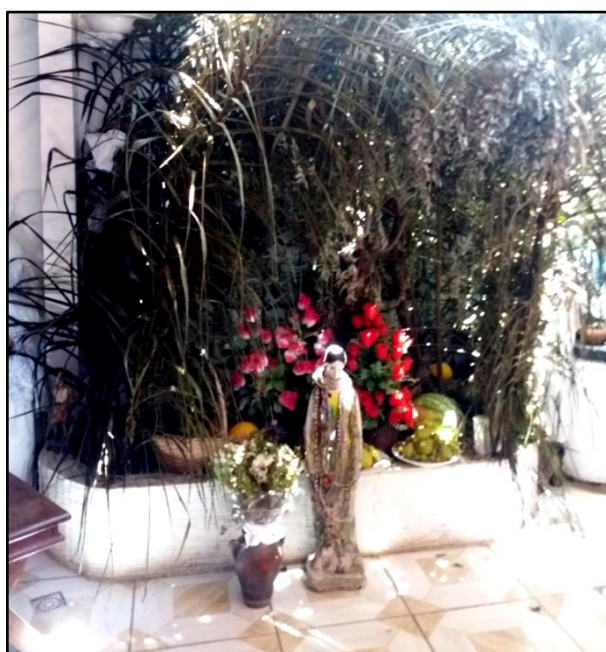
O Centro Espírita São Jorge tem na entrada a disposição clássica de uma casa Nagô Umbanda. Há em associação um assentamento do Orixá Ogum, como acima da porta a imagem de São Jorge.

O Centro Africano Nossa Senhora da Conceição, na rua de trás do Largo da Matriz, também possui uma entrada discreta e o lugar das práticas fica atrás da casa. À frente moram familiares do Babalorixá: mãe, irmã e sobrinhos. Na entrada não avistei nenhum assentamento, mas sim a imagem de uma Santa. Na sala central, algumas imagens demonstram o cruzamento entre as religiões afro-brasileiras e católica.

Foto 81: Parte Interna do Centro Africano Nossa Senhora da Conceição.



Foto 82: Entrada do Centro Africano Nossa Senhora da Conceição.



No Bairro Imperial, afastado da área Tombada de Marechal Deodoro, visitei a Casa Centro dos Orixás. Um detalhe me chamou atenção. A fachada suntuosa de frente para rua demonstra a liberdade de expressão do culto na localidade. A Casa tem uma grande área, e várias salas fazem parte do conjunto religioso. Na frente, há um assentamento dedicado a *Tempi* (ou Tempo). Em conversa com a Antropóloga, Arqueóloga e Iya Laxé Dra. Luciana de Castro, ela descreveu as características relacionadas a estrutura:

Tempo é uma divindade cultuada pelos povos do tronco lingüístico Bantu, que são nomeadas de Inkisis e cultuadas em todos o território brasileiro, a partir das especificidades de cada casa. Essa divindade quando pareada com as divindades nomeadas de Orixá é Irokó, cultuado pelos falantes de língua yorubá, localizados na África Ocidental, (os povos falantes de línguas proveniente do tronco lingüístico Bantu) estão localizadas na região Centro Austral da África. o assentamento de Tempo possui como característica sua disposição na parte externa do Xangô, pois ele precisa estar literalmente ao tempo. A nível material, o trempi, é o símbolo maior. Para entender os sentidos e significados do trempi, é preciso mergulhar na cosmologia católica e na vida do Santo São Lourenço, em que está em associação direta com o Inkisi Tempo.

Foto 83: Fachada do Templo dos Orixás, Bairro Imperial, Marechal Deodoro - Alagoas.



Foto 84: Quartinhas na fachada do Templo dos Orixás, Bairro Imperial, Marechal Deodoro - Alagoas.



Foto 85: Assentamento de Tempi, na entrada do Templo dos Orixás, Bairro Imperial, Marechal Deodoro - Alagoas.



As casas próximas aos Largos da Matriz e do Carmo possuem identificação político e religiosa com a corrente Nagô com Ubanda. Nas entrevistas, falaram que as casas tem cerca de duas décadas. As práticas foram passadas por gerações há mais tempo, no entanto não consegui estabelecer uma ordem cronológica da prática na região. O templo dos Orixás, localizado mais na área periférica da cidade, o babalorixá informou que também está na região por um bom tempo, no entanto, ele veio de fora, Pernambuco. A formação religiosa da casa está ligada à nação Angola estende-se para Caboclo, Jurema, mestres e preto-velho.

Existem dois elementos quanto à interpretação das práticas religiosas de Matriz Africana em Marechal Deodoro (AL). A primeira é espacial, as casas próximas aos Largos, não aparecem identificadas como templos religiosos. A segunda, as famílias da região, que tem a prática passada por gerações, no entanto, são reservadas. Arrisco dizer, que são resquícios da discriminação desenfreada sofrida desde o início do século XX.

No que se refere ao patrimônio cultural passível de patrimonialização, esse contexto não é inserido. Apenas o trajeto religioso, expresso no polígono de tombamento que

comportam as áreas com os maiores complexos religiosos católicos da região (Carmo, Convento Franciscano e Taperaguá).

O Templo dos Orixás, localizado longe do trajeto patrimonializado (Bairro Imperatriz), já expressa em sua fachada a suntuosidade do templo e maior liberdade de expressão. É importante esclarecer que o Babalorixá da Casa veio de um contexto diferenciado, quanto ao histórico de práticas na região.

O contraste visto na disposição das Casas relacionadas a religiões de Matriz Africana demonstram o controle e a segregação das expressões relacionadas a essas comunidades.

Um outro fato também que observei, está relacionado à Festa de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da Cidade. A Festa é realizada dia 8 de dezembro e é atribuída, no cruzamento religioso³⁹ com a Matriz Africana, à Festa de Iemanjá. No dia da festa na cidade, fui para assistir o cortejo e passei pela praia, onde geralmente as pessoas da Umbanda e Candomblé festejam e oferecem oferendas a Iemanjá. Fui até a praia do Francês, lugar que provavelmente teria alguma manifestação, mas não achei nada.

Em Maceió, a festa é bem comemorada e a área nobre da praia de Pajuçara fica tomada por pessoas que vão homenagear Iemanjá no seu dia. Antes, a orla inteira era tomada pelos festejos, mas a Prefeitura reservou um espaço após entrar em acordo com as entidades religiosas da cidade. A mudança e delimitação do espaço, não foi mal vista pela comunidade religiosa de Matriz Africana da cidade, inclusive nesses dias é disponibilizado um palco que conta com apresentações de grupos afro.

Durante as entrevistas, perguntei aonde eles faziam suas oferendas e festejos a Iemanjá. Disseram que iam para Barra, praia próximo a Marechal, em um município limítrofe, Barra de São Miguel, em um espaço mais reservado.

Apesar da diferença e prevalência de uma festa religiosa à outra, algumas pessoas que praticam as religiões de matriz africana na cidade vão nas duas festas. Participam da procissão de Nossa Senhora da Conceição e vão a praia cultuar Iemanjá.

Quanto a Festa de Nossa Senhora da Conceição, para muitos é o evento mais esperado. Muitos se organizam com meses de antecedência para o dia 8 de dezembro, inclusive, um dos pedidos da população em relação a nosso trabalho era que, antes do dia 8, estivesse concluído.

³⁹ O termo cruzamento religioso, está substituindo a palavra sincretismo, que é atribuída a muitos pesquisadores como o sentido negativo do encontro das duas religiões, para os estudiosos sincretismo está relacionado a uma perspectiva colonialista e evolucionista, dando a ideia de sobreposição de uma manifestação em detrimento a outra.

Quando fui à festa, entendi o porquê: o Largo da Matriz fica cheio de devotos, faltando espaço até para circular. É um evento democrático onde a toda cidade se encontra.

Foto 86: Dia 8 de dezembro, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Matriz da Cidade.



Foto 87: Dia 8 de dezembro, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Matriz da Cidade.



Foto 88: Dia 8 de dezembro, Festa de Iemanjá, na Capital Maceió (AL).



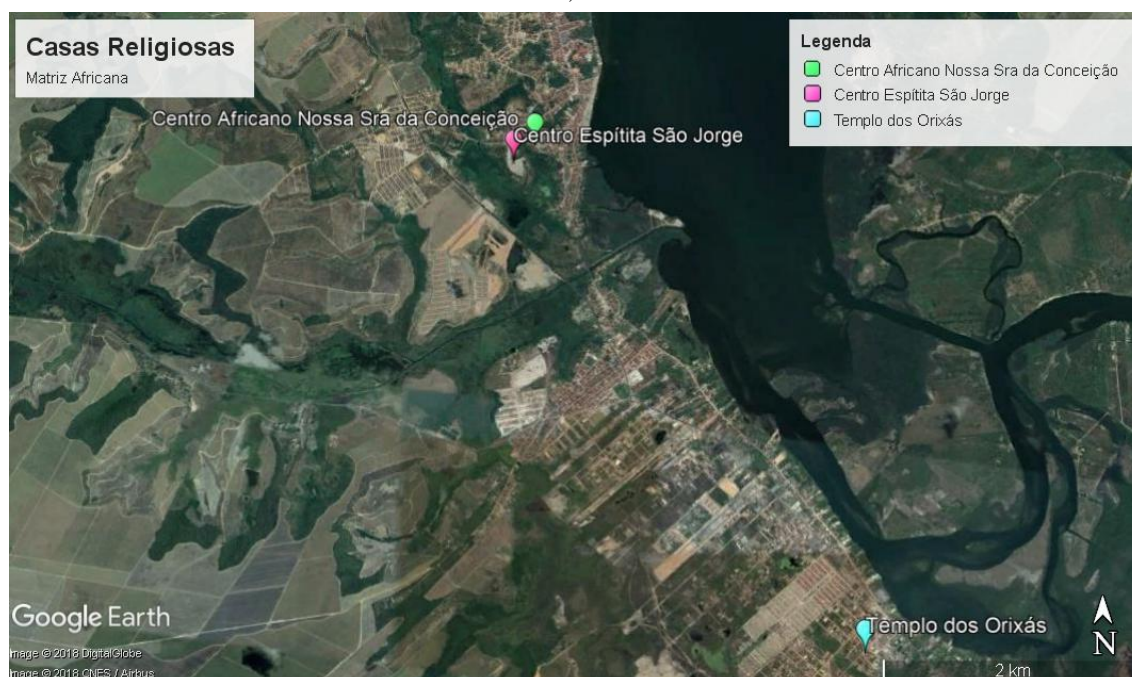
Foto 89: Dia 8 de dezembro, Festa de Iemanjá, na Capital Maceió (AL).



Figura 25: Terreiros localizados no Centro Histórico de Marechal Deodoro. Destaque para áreas dos Largos do Carmo e Matriz. Fonte: Google Eart, 2018.



Figura 26: Terreiros localizados no Centro Histórico e na área periférica de Marechal Deodoro. Fonte: Google Eart, 2018.



Marechal Deodoro, além de um acervo monumental referente ao período colonial, possui várias manifestações de natureza material e imaterial que são invisibilizadas pelo discurso normativo. A região, pelo seu caráter de excepcionalidade, deveria ser vista pelas autoridades, pesquisadores, para além do patrimônio de "Pedra e Cal".

As visitas promovidas pegaram um minúsculo fragmento do que ainda pode ser explorado. A intenção não foi o aprofundamento da pesquisa nessas áreas, mas sim resultado do exercício de descobertas promovido pela prática democrática e horizontal implementada durante os projetos arqueológicos e as atividades programadas com a população.

CONSIDERAÇÕES

A TRAMA CIENTÍFICA

Descolonizar, ou melhor, decolonizar um discurso dentro de uma prática colonialista como a Arqueologia, não é tarefa fácil. A prática não vem só a partir de categorias externas como, por exemplo, "o outro" ou "o público", vem também dos nossos pares. Jogamos constantemente com demandas institucionais, científicas e epistemológicas. E, em meio a todas essas vozes, absorvemos e depois projetamos para o mundo a junção de todas essas coisas.

A trama científica é o jogo no qual estamos imersos negociando com todos os agentes envolvidos, categorias de análises, e até mesmo, questionamentos internos. É a rede que criamos com todas essas pessoas e ideias que nos fazem expandir ou encolher profissionalmente.

A experiência não é decolonizar a partir das necessidades externas, mas sim, tornar-se um agente livre das amarras tipológicas e institucionais dentro da prática arqueológica. Esse é o discurso acadêmico que escutamos, mas quando partimos para o mundo real, o cenário muda. Você não está partindo apenas para o debate em torno de discussões de ordem ontológica e epistemológica da disciplina, mas você tem que lidar com outros agentes, que direcionam leis e controlam o capital financeiro.

Mas esse é um discurso antigo, floresceu nas primeiras décadas do século XX, na Escola de Frankfurt. Naquele período, Hebert Marcuse já enxergava o pensamento unidimensional, que projetava as formas de ser e existir a partir das exigências do capital. A sociedade burguesa e proletária, forjada a partir da Modernidade e da Revolução Industrial, relegou o caráter transformador dos agentes sociais em prol de um novo formato, o de defensores do *status quo*. Theodor Adorno também refletiu sobre os rumos que a Sociedade Industrial estava tomando, através da subversão da prática dialética. Criticou a razão instrumentalizada e desmascarou os caminhos da lógica cultural no sistema capitalista.

Desta maneira, aprendemos desde cedo que algo sempre segue por um viés entrelaçado entre práticas e pensamentos. Pensamentos homogeneizados, pensamentos fragmentados, mas sempre concatenados em um todo maior. Se somos arqueólogos, formados a partir de um pensamento crítico, temos que nos despir da função tipológica e nos vestir da

crítica. Temos que abandonar o "fazer", para criar o "não fazer". Ou, até mesmo, para tentarmos subverter o que foi posto. Será que ainda seremos arqueólogos depois disso tudo? Ou seremos pós-arqueólogos? Ou qualquer outra coisa que ainda não está definida?

Por enquanto, o meu trajeto é dentro da Arqueologia. Esta, sim, pode me fornecer outras formas de pensar o campo e as alternativas nele engendradas. O diálogo há de ser travado com nossos pares, mas não só com os que falam a nossa língua, a língua da retórica crítica, do pós. Há de se criar alternativas de trabalho através do movimento dialético simples de "tese, antítese e síntese" que englobem demandas no mundo real, aquele mesmo que existe no dia a dia, fora dos debates acadêmicos.

É desse mundo que eu estou falando, das redes construídas através de um trabalho de contrato, que de repente, entrou em uma demanda científica mais aprofundada. E por que isso? Porque as relações construídas, os achados, falaram por si só. Quando iniciei a tese, eu jamais imaginaria que o sítio no qual trabalhei, para estar mais próximo a uma cidade histórica, se configuraria em um sítio tão complexo e rico, tão cheio de questões que ecoaram na minha mente e dos demais participantes durante toda a execução.

Então, antes de se despir das amarras epistêmicas em prol de um olhar ontológico, temos que entender as diferentes situações nas quais somos submetidos quanto à prática em campo, e quanto à prática discursiva. O exercício de um novo olhar quanto à definição de sítio, o exercício de um novo olhar quanto à definição de patrimônio. Essas questões, nesse universo das cidades históricas, são válidas, pois somos frutos do processo colonial, e nesse ínterim, estamos imersos em um universo êmico e ético, jogando o tempo todo com as contradições internas.

Uma dessas questões, relacionadas a prática etnográfica dentro do familiar, foi levantada por Gilberto Velho (2011), quando direcionou seu campo de atuação para a Antropologia Urbana. O trabalho partia de um universo familiar, onde não existia o estranhamento geralmente inerente ao antropólogo. O olhar era projetado para seus pares, e o grande desafio era enxergar o oculto, em um universo naturalizado.

Estamos falando da prática arqueológica em uma área urbana, e essa é um universo familiar. Esse patrimônio eleito de "Pedra e Cal" já foi naturalizado por nós e, também, dentro da materialidade, é parte de nossa constituição. Somos frutos dos oleiros que fizeram a faiança e dos que amassaram o barro para fazer os potes riscados, dos que vieram sob grilhões nos navios, e de outros que chegaram por vias que não estão expostas na história oficial.

Então, encontrar o discurso marginalizado dentro da lógica e prática colonialista foi perceber, dentro da ideia normativa de patrimônio, outras possibilidades para eleição de espaços patrimonializados e passíveis de pesquisa arqueológica.

Quanto aos discursos dos agentes envolvidos (os arqueólogos, o Poder Público e a comunidade), estes trouxeram subsídios para pensar a naturalização do patrimônio de "Pedra e Cal", eleito como ícone do passado da região. Por parte do Poder Público (IPHAN-AL e Prefeitura Municipal), foi projetada para população a ideia de patrimonialização dos espaços diretamente relacionados à herança colonial, forjada na ideia de uma identidade única nacional, expressa nas áreas escolhidas para tombamento, nos programas de pesquisa arqueológica e nas propostas de extroversão com a comunidade. Por parte dos arqueólogos, em sua maioria, apesar de terem consciência da importância da interação (pesquisa e comunidade), estes estão presos ao discurso formalizado da disciplina, a partir do recorte da Arqueologia Tradicional (Histórico-Cultural e Processual), de forma que enxergam a cultura material pela cultura material, relegando a segundo plano os agentes que interagem com ela. Nesses casos, a população serve apenas como intermediária para alcançar um objetivo maior, a descoberta de sítios e de fragmentos da história na região através da materialidade. A comunidade, no entanto, apesar de interagir com os conteúdos disponibilizados na pesquisa, a maioria não se vê representada no que é posto pelas autoridades insitucionais como patrimônio cultural local. Essa afirmativa, pode ser vista, a partir da percepção de cada um ao patrimônio, expressa na falta de interesse no discurso normativo, ligando sempre os conteúdos da pesquisa, a um lugar particular e comum a sua história de vida.

As pesquisas arqueológicas realizadas nos Largos da Matriz e do Carmo, do ponto de vista acadêmico, trouxeram várias contribuições para se pensar outros contextos no processo de formação da região de Marechal Deodoro - Alagoas. Os resultados geraram inúmeras redes de trocas com profissionais de diversas áreas.

O Laboratório de Bioarqueologia da UFS - LABIARQ, através dos Arqueólogos Olivia Carvalho e Alberico Queiroz, nos forneceu apoio na análise dos materiais ósseos evienciados nos sítios pesquisados. Os trabalhos contaram com ajuda de alunos de Arqueologia da UFS que, junto a estes pesquisadores, produziram resultados que foram apresentados na 5ª Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira/Sessão Nordeste (SAB/NE), no GTD: *Nós e os ossos, uma bioarqueologia para todos*.

Os estudos apresentados foram:

- *Paleopatologia e suas contribuições para o entendimento das populações de Marechal Deodoro/AL, Sítio Largo da Matriz.* Autores: Pedro Ivo Moreira Santos; Gabriela Araujo dos Santos; Jaciara Andrade Silva; Loraine dos Santos Fidelis; Olívia Alexandre de Carvalho;
- *Remontando ossos: A reconstrução craniana para fins de reconstituição facial forense aplicada aos indivíduos de Marechal Deodoro – AL.* Autores: Gilberto Sant'Ana Silva; Gabriela Araujo dos Santos; Loraine dos Santos Fidelis; Olivia Alexandre de Carvalho;
- *Fraturas: uma interpretação bioarqueológica dos remanescentes ósseos do sítio Largo da Matriz, em Alagoas.* Autores: Sueli de Jesus Correia; Gabriela Araújo dos Santos; Jéssica Fonseca Santos; Maria Clara Viegas Aquije; Olivia Alexandre de Carvalho.

Alguns alunos, também através do contato com o material da pesquisa, estão realizando estudos para seus Trabalhos de Conclusão de Curso. Essas questões são pertinentes serem colocadas, pois geralmente os trabalhos de Arqueologia de Contrato são realizados apenas para cumprimento de exigências legais, e a continuidade dos estudos partem de iniciativas dos próprios pesquisadores que se interessam pelo material.

Além dos estudos produzidos pelo LABIARQ-UFS, um dos crânios identificados com modificação dentária passará pelo processo de reconstrução facial forense em 3D. Um grupo formado pelo NUPEAH - UFAL (Núcleo de Pesquisa em Arqueologia e História - Universidade Federal de Alagoas - Campus Sertão), está organizando uma parceria multidisciplinar com a participação de diversos profissionais, para realização dos trabalhos, entre eles: designer, médico cirurgião plástico, arqueólogos e antropólogos. O objetivo é dar face a um dos personagens históricos de Marechal Deodoro - AL, focando não só aspectos relacionados a expressão física do indivíduo, mas como também para as implicações do processo de reconstituição e o impacto para a comunidade local.

Além que trabalho com material ósseo, os artefatos estão disponíveis no NUPEAH-AL, e poderão ser alvo de estudos de alunos de história e disciplinas afins, da Universidade Federal de Alagoas, que queiram trabalhar os contextos em suas monografias.

Todos esses trabalhos mostram a importância de se criar redes que expandam a pesquisa e que tragam para a área acadêmica contribuições para pensar a região a partir de múltiplas perspectivas. É importante mencionar que as redes geram informações que poderão

ser debatidas criando alternativas para pensar canais de extroversão e problematização relacionadas ao patrimônio arqueológico local, e também sua importância para população.

A Arqueologia pode nos forcencar um arcabouço para análise crítica. Através do descortinamento de práticas onde a incorporação do sujeito seja inerente à pesquisa. Quando você considera a diversidade e a anteporalidade, você abre as portas para novas perspectivas e práticas de um diálogo horizontal. Desta forma, além dos resultados obtidos, existe uma prática pedagógica inversa, onde o arqueólogo aprende com os agentes que estão jogando com ele no processo de pesquisa.

Desta maneira, o trabalho empreendido nas Intalações Etnográficas buscou, através da materialidade, a agência, e a troca de percepção na busca de narrativas que viessem de maneira democrática, sem o direcionamento instituído na prática formal instaurada nos programas de Educação Patrimonial. Explicamos sim, o que é Arqueologia, descrevemos tipologicamente alguns objetos, mas em meio a isso, buscamos perceber as narrativas relacionadas ao espaço e a cultura material.

O que encontrei na prática horizontal da Arqueologia Pública foi a percepção da materialidade a partir de um lugar comum. A senhora emocionada com o esqueleto sem cabeça, as crianças que achavam mais interessante as peneiras do que a própria cultura material, os pescadores na beira da lagoa com seus pontos de pesagem, os religiosos de matriz africana em suas práticas silenciosas, todos esses personagens acessam a materialidade a partir de um lugar particular. O que recebem da história oficial é um discurso repetitivo e sem vida, sem troca. Desta forma, a prática decolnial, para além das expectativas discursivas dentro das bases teóricas, tem que florescer através de um processo interno de desnaturalização dos discursos postos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camilla. **Cultura material, memória e o lugar do outro na produção do conhecimento: histórias possíveis a partir do trabalho de campo da Arqueologia.** (Apresentação de Trabalho). XI Encontro Regional Sudeste de História Oral. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: http://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1429972054_ARQUIVO_Texto_pinsc.pdf (Acesso: 2/10/2017).

ALARCÃO, Jorge de. **Para uma conciliação das Arqueologias.** Porto: Edições Afrontamentos, 1996.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Ocupação Tupiguarani no estado de Pernambuco.** Clio. Recife: Editora Universitária, n. 4, p. 115 – 116, 1991a.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Cultivadores pré-históricos no semi-árido: aspectos paleoambientais.** Clio. Recife: Editora Universitária, n. 4, p. 117 – 118, 1991 b.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Organização do espaço habitacional em aldeias Tupiguarani no estado de Pernambuco.** Clio. Recife: Editora Universitária, n. 4, p. 119 – 120, 1991c.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; NOGUEIRA, Rúbia. **Levantamento Histórico-Arqueológico da Zona Urbana de Porto de Pedra.** (Relatório de Pesquisa) Recife, Laboratório de Arqueologia da UFPE - IPHAN/AL, 2008.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLAY, Doris. **Pesquisa Arqueológica sobre a Ocupação Holandesa na Bacia do Rio Manguaba, Município de Porto de Pedras e Porto Calvo, Estado de Alagoas. Diagnóstico e Avaliação do Potencial Arqueológico da Área. Da Cartografia a Materialidade.** (Relatório de Pesquisa) Recife, Laboratório de Arqueologia da UFPE - Arqueolog Pesquisas - IPHAN/AL, 2014.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLAY, Doris. MARCIEL, Darlene. **Pesquisa Arqueológica e Restauração do Fortin (Reduto) da Ilha do Guedes, em Porto Calvo, alagoas.** (Relatório Parcial) Laboratório de Arqueologia da UFPE - IPHAN/AL, 2018.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; SILVA, Maria Angélica da. **Reconhecimento Arqueológico em Penedo (Estudo comparativo e georeferenciamento com base na iconografia histórica e na análise geoarqueológica do sítio Forte Maurício).** Laboratório de Arqueologia da UFPE - Programa Monumenta BID, 2005.

ALLEN, Scott Joseph. **Identidades em Jogo. Negros e Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga.** In: ALMEIDA, Sávio; GALINDO, M. e ELIAS, J. Índios do Nordeste 2: Temas e Problemas. Maceió, EDUFAL, 2000. pp. 245-275.

ALLEN, Scott Joseph. **As Paisagens Criadas e Imaginadas na Arqueologia das Cidades.** Fundamentos (2014), vol. XI, pp. 86-103.

ALLEN, Scott Joseph; Moraes, Flávio; LEITE NETO, Waldimir; MIRANDA, Karina. **Acompanhamento Arqueológico da Casa de Aposentadoria, Praça Frei Camilo de Lélis, Praça Padre Veríssimo e Praça Costa e Silva na Área Tombada da Cidade de Penedo, Alagoas.** (Relatório de Pesquisa) Penedo, NEPA/UFAL - Programa Monumenta BID, 2008.

ALLEN, Scott Joseph; MORAES, Flávio Augusto de Aguiar; LEITE NETO, Waldimir; MIRANDA, Karina. **Acompanhamento Arqueológico da Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário – Penedo, Alagoas.** (Relatório de Pesquisa) Penedo, NEPA/UFAL - Programa Monumenta BID, 2008.

ALLEN, Scott Joseph. **Delimitação e Prospeção do Sítio Patacho, Porto de Pedras, Alagoas.** (Relatório de Pesquisa). NEPA/UFAL - IPHAN/AL, 2007.

ALLEN, Scott Joseph; MORAES, Flávio Augusto de Aguiar; LEITE NETO, Waldimir; MIRANDA, Karina; RODRIGUES, Danúbia. **Estudo Arqueológico na Igreja Nossa Senhora da Apresentação, Porto Calvo, Alagoas.** Recife, Revista Clio Arqueológica, nº2 Vol. 2, 2009.

ALLEN, Scott Joseph; MORAES, Flávio Augusto de Aguiar; LEITE NETO, Waldimir; SENA, Vivian; LIMA, Selma; MIRANDA, Karina; ROCHA, Sâmara; BARBOSA, Rute. **Projeto ANARAPE. Estudos Arqueológicos nos Municípios de Anadia, Arapiraca e Penedo, Alagoas.** (Relatório Final), Maceió, NEPA/UFAL - IPHAN/AL, 2010.

APRATTO TENÓRIO. **A Presença Negra e a Identidade Alagoana.** In: APRATTO e Outros. **A Presença Negra em Alagoas.** Brasília, Edições do Senado Federal - Vol. 214, 2015.

ANTUNES, Clovis. **Índios de Alagoas.** 1ª ed. Maceió: Sergasa: 1984.

ARAUJO, Clébio Correia de. **Alagoas de Xangô.** In: APRATTO TENÓRIO. **A Presença Negra e a Identidade Alagoana.** In: APRATTO e Outros. **A Presença Negra em Alagoas.** Brasília, Edições do Senado Federal - Vol. 214, 2015.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117

BARBOSA, Rute Ferreira. **"Para o Povo Ver". A Materialidade dos Engenhos Banguês no Norte de Alagoas, Século XIX.** (Dissertação de Mestrado) Recife, PPGArqueologia - UFPE, 2012.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998. p. 395.

BEZERRA, Marcia. **"As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil.** Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2011.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

CABRAL, Mariana Petry. **No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta**. (Tese Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2014.

CASTAÑEDA, Q. E. **The ‘Ethnographic Turn’ in Archaeology. Research Positioning and Reflexivity in Ethnographic Archaeologies**. In: CASTAÑEDA, Q. E MATTHEWS, C. N. (Eds.). *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Plymouth: Altamira Press, 2008, p. 25-61.

CASTRO, Vanessa. **Das Igrejas ao Cemitério. Políticas Públicas sobre a Morte no Recife do Século XIX**. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas (resumo didático)**. Maceió: Sergasa, 1983.

COSTA, Sérgio. **Desprovincializando a Sociologia. A Contribuição Pós-Colonial**. RBCS Vol. 21 nº. 60 fevereiro/2006. p.117-183.

DEETZ, James. **Recalling things forgotten: archaeology and american artifact**. In: *Small Things Forgotten: An Archaeology of Early American Life*. Toronto, Anchor Books, 1996. 295 p.

DELINO-MUSGRAVE, Virginia E. **Maritime Archaeology and Social Relations: british action in the Southern hemisphere**. New York: Springer, 2006.

DURAN, Leandro Domingues. **Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo**. São Paulo, (Tese de Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2008. 338 p.

DURAN, Leandro Domingues. **Arqueologia Subaquática ou Arqueologia Marítima? Definindo conceitos, contextualizando práticas e assumindo posições**. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte - UFMG, v. 6, n. 2, jul-dez., 2012. p. 9-34.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2001. p. 297.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **A Arqueologia Brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica**. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, Vol. XXVIII, n. 2, p. 25-52, dezembro, 2002.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Etnoarqueologia, Colonialismo, Patrimônio Arqueológico e Cemitérios Kaiowá no Estado do Mato Grosso Brasil**. *Revista de Arqueologia*, Vol. 29, Nº 1, 2016.

ERIKSEN. Thomas Hylland, NIELSEN, Finn Silvert. **História da Antropologia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2007 (1ª Edição 2001).

FERRARE, J. O. P. **MARECHAL DEODORO: um itinerário de referências culturais**. Maceió, Edições Catavento, 2002. 178 p.

FERRARE, J. O. P. **A Cidade Marechal Deodoro: do Projeto colonizador português à imagem do “Lugar Colonial”**. Edufal, Maceió, 2014.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. (Tese de Doutorado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 2007.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades**. In: Revista de Arqueologia Pública, n.7, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP julho/ 2013.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **Reflexões sobre o Estado na Modernidade**. Maceió: Edufal, 2000.

FERNANDES ^a, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. Rio de Janeiro: **Comunicações Individuais** do Seminário Internacional de Políticas Culturais, edição 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasadereuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf> (Acesso: 23/02/2018).

FIDELIS, Carleandro Claudino. **Pondo à Mesa: Louças inglesas e o cotidiano na Alagoas do século XIX**. (Trabalho de Conclusão de Curso) Graduação em História - ICHCA-UFAL, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio e processo: trajetória da política federal de preservação de no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc - IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a História da sexualidade**. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27

FUNARI, Pedro Paulo. **Contribuições da Arqueologia para a interpretação do Quilombo dos Palmares**. In: Fronteiras: Revista de História, Campo Grande, MS, 3(6): 79-90, Julho/Dezembro,1999.

FUNARI Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily. **Global archaeological theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts**. New York: Springer, 2005. p.1-9.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. **Palmares, Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andres; REIS, José Alberione. **Arqueologia da Repressão e da Resistência na America Latina (Décadas de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARVALHO, Aline Vieira de. **Cultura material e patrimônio científico**. In: GRANATO, Marcus (org.); RANGEL, Márcio F. (org.). **Cultura**

Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo ; OLIVEIRA, Nanci Vieira de. **A Arqueologia do Conflito no Brasil.** In: FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andres; REIS, José Alberione. Arqueologia da Repressão e da Resistência na America Latina (Décadas de 1960-1980). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2008.

FURTADO, Gilmar Soares. **Atividade de Pesca Artesanal na Laguna Manguaba em Alagoas. Nordeste do Brasil e suas Identificações.** (Tese de Doutorado). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Ciências Marinhas e Tropicais, 2017.

GNECCO, Critobal. **Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1. Belém, jan.- abr. 2009. p. 15-26.

GNECCO, Cristobal. **Da Arqueologia do Passado à Arqueologia do Futuro: Anotações sobre Multivocalidade e Multiculturalismo.** Colômbia: Ed. Universidade de Calcutá, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. v. 35, n.2, São Paulo, 1995. p.57-63.

GOSDEN, Chris. **The Past and Foreign Countries: Colonial and Post-Colonial Archaeology and Anthropology.** In Lynn Meskell and Robert W. Preucel (Eds). A Companion to Social Archaeology. Blackwell, Oxford, 2007. p. 161-178.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** 1a edição 1957. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995.

JORDAN, Kurt A.. **Colonies, Colonialism, and Cultural Entanglement: The Archaeology of Postcolumbian Intercultural Relations..** In Teresita Majewski and David Gaimster (Eds). International Handbook of Historical Archaeology. Springer, New York, 2009. p. 31-50.

LAWRENCE, S. and SHEPHERD, N.. **Historical archaeology and colonialism.** In The Cambridge Companion to Historical Archaeology, edited by D. Hicks and M. Beaudry, Cambridge, Cambridge University Press, 2006. pp. 69–86.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Casses, Raças e Democracia.** São Paulo: Editora 34 Ltda., 2002.

HABER, Alejandro. **Arqueologia, Fronteira e Indisciplina.** Revista Habitus. V.9, n.1. Goiânia, Jan/jun, 2011. p. 5-16.

HABER, Alejandro; SCRIBANO, Adrián. **Hacia una comprensión de la construcción científica del pasado: ciência y arqueologia em el noroeste argentino.** Alteridades.v. 3 (6). Cidade do México, 1993 p. 39-46.

HALL, Martin. **Subaltern voices? Finding the spaces between things and words.** p. 193-203. In FUNARI, Pedro Paulo A., HALL, Martin and JONES, Siân (Eds.). **Historical Archaeology. Back from the edge.** Routledge, New York and London. 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Lira e Guacira Lobo. 11ª ed. (1ª ed. 1992). Rio de Janeiro: DP & A, 2011.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** Tradução: Adail Ubirajara Sobral & Maria Estela Gonçalves. 16ª Ed. (1ª Ed. 1989). São Paulo: Loyola, 2007.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e Democracia Racial - Sobre as Entrranhas do Racismo no Brasil.** (In.) ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Por que "Raça"? Reflexões sobre a "Questão Racial" no Cinema e na Antropologia.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

KEIM, Alexander. **Landscape and Memory: an Archaeology of Boston's Chinatown.** College Park. AR 177. 2007. Disponível em: http://www.academia.edu/1286793/Landscape_and_Memory_an_Archaeology_of_Boston_s_Chinatown.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** Editora Brasiliense. São Paulo, 1987. 205 p.

LENCIONI, Sandra. **Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, , 2008 (pp. 109-123).

LESSA COSTA, Rodrigo. **Os Grupos Ceramistas da Serra da Barriga: Caracterização da Tecnologia Cerâmica no Contexto da Tradição Aratu.** (Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE, 2010).

LIEBMANN, Matthew. **Introduction: The Intersections of Archaeology and Postcolonial Studies.** In: Liebmman, Matthew; Rizvi, Usma Z. **Archaeology and the Postcolonial critique.** Ed. Altaminra Press, New York, 2008.

LINDOSO, Dirceu. **Formação da Alagoas Boreal.** Maceió: Editora Catavento, Maceió, 2000.

LIMA, Tânia Andrade. **Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas.** Clio,Série Arqueológica, v.5, Recife, 1989.

MACGUIRE, Randall H.; NAVARRETE, Rodrigo. **Between Motorcycles and Rifles: Anglo-American and Latin American Radical Archaeologies.** In: FUNARI, P.P.A; ZARANKIN, A., STOVEL, E. **Global archaeological theory. Contextual Voices and Contemporary Thoughts.** New York, Springer, 2005.

MAGALHÃES A. C. V. **A espacialidade da morte na cidade colonial Marechal Deodoro, Alagoas.** In: PEIXOTO, E. R.; DERNTL, M. F.; PALAZZO, P. P.; TREVISAN, R. (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.* Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e

Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/espacialidade-da-morte-na-cidade-colonial-marechal-deodoro-alagoas>> Acesso em 18 de maio de 2016.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional.** Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil.** In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consenso.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

MARANCA, Silvia; MEGGERS, Betty J. **Uma reconstituição de organização social baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação da tradição Tupiguarani.** Pesquisas. São Paulo: [s.n.], n. 31, p. 95-97, 1980.

MARANCA, Silvia, **Estudo do Sítio Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí.** Revista do Museu Paulista – Série Arqueológica. São Paulo, Editora Museu Paulista, v. 3, p. 102, 1976.

MARANCA, Silvia. **Agricultores e ceramistas da área de São Raimundo Nonato, Piauí.** Clio, Recife, Editora Universitária, n.4, 1998. p. 9-32

MARTINS, Heloisa Helena de Souza. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa.** Educação e Pesquisa, v.30, n.2. São Paulo, maio/ago.2004. p. 289-300.
Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=29830207>> (Acesso: 12/11/2016)

MARTINS, Silvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais.** 153 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPE; Recife, 1994.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** Cosac & Naify: São Paulo, 2003. (1ª Edição 1925, *Ensaio sobre a Dádiva*).

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **História dos Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: Problemas, Metodologia e Fontes.** Recife: Clio- Arqueológica, 2002.
Disponível em: <http://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/2002-N15/2002a11.pdf> (Acesso: 28/02/2018).

MÓNICO, Lisete S. et. al. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa.** Investigação Qualitativa em Ciências Sociais/Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales/Volume 3. Atas CIAIQ, 2017.
Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447/1404> (Acesso: 03/04/2018).

MORAES, Flávio Augusto de Aguiar. **Pesquisa Arqueológica no Convento e Igreja Nossa Senhora dos Anjos, Penedo-AL.** Penedo, A-Quatro Arquitetura e Construções Ltda. - IPHAN/AL, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Ana. **A Aldeia do Baião, Araripina-PE: um sítio pré-histórico cerâmico no sertão pernambucano.** Dissertação de Mestrado. Recife: [s.n.], 1990. p.188.

NOVAES, Luciana de Castro Nunes. **Breve imaginação antropológica sobre animação da escrita e animism na ciência arqueológica.** Aracaju, Revista Ambivalências, V.5, N.10, , Jul-Dez/2017. p. 22 – 48

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. **O Centro Histórico de Porto Alegre. Reflexões sobre o Potencial Arqueológico em uma Perspectiva de Cidade-Sítio.** (In): ALLEN, LOPES & ETCHEVARNE. Arqueologia a Serviço da Cidade. Anais do III Fórum Luso Brasileiro de Arqueologia Urbana. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2013. p. 57-68.

OLIVEIRA, Cláudia A. **Os ceramistas pré-históricos do sudeste do Piauí – Brasil: estilos e técnicas.** FUMDHAMENTOS III. Fundação do Homem Americano, Parque Nacional Serra da Capivara – Brasil, v. 1., n. 3., p. 57-127, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais.** In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org). **A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** 2º ed. (1ª ed. 1999). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 13-42.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Apresentação.** In: OLIVIRA FILHO, João Pacheco de. (org.) **A presença indígena no Nordeste.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena;** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 2 ed.

OLSEN, Bjørnar; SHANKS, Michael, WEBMOOR, Timothy; WITMORE, Christopher. **Archaeology: The Discipline of Things.** University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California, 2012.

ORSER, Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Belo Horizonte, Ed. Oficina de livros, 1992.

ORSER, Jr. Charles E. **A Teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna.** In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo, MAE, São Paulo, 1999 (Suplemento 3). pp.87/103.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PELLINI, José Roberto. **Mudando o coração, a mente e as calças. A Arqueologia Sensorial.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 20: 3-16, 2010.

PINTO, Karina Lima de Miranda. **Arqueologia e Conformação de Comunidades Indígenas do Nordeste: Um Estudo de Caso dos Xucuru-Kariri.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013, 126 p.

PINTO, Karina Lima de Miranda, et. al. **Pesquisa Arqueológica no Largo do Carmo, Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.** (Relatório Final) IPHAN - AL, Maceió, 2016. 271 p.

PINTO, Karina Lima de Miranda, et. al. **Pesquisa Arqueológica no Largo da Matriz, Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.** (Relatório Final) IPHAN - AL, Maceió, 2018. 369 p.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo.** EESC-USP, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274>. (Acesso: 17/10/2017).

QUEIROZ, Moema Nascimento **A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania.** In. Revista Museu, 2004.

Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562 (Acesso: 25/06/2015).

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social.** In: SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Almedina - Ces, Coimbra, 2009. p. 73-117.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

REIS, José Alberione dos. **Não Pensa Muito que Dói - Um Palimpsesto Sobre Teoria na Arqueologia Brasileira.** Revista de Arqueologia, N°17, 2004 p.121-124. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ra/article/view/1530/1185>. (Acesso: 01/07/2017).

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres de revolta popular no Brasil do século XIX.** Companhia das Letras, São Paulo, 1991.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology. Theory and Methods.** Fourth Edition, Thames and Hudson, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995. p. 447.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (1ª Edição, 1762).

ROWLANDS, Michel. **Black Identity and Sense of Past in Brazilian National Culture.** In: FUNARI, Pedro Paulo; HALL, Martin; JONES, Sian, (eds.) Historical Archaeology. Routledge: London. 1999. pp. 228-245.

RUPERTONE, Patrícia E. **Archaeologies of Placemaking: Monuments Memories and Native North America.** California: Walnut Creek, 2009. pp. 13-33.

SAID, W. Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 370.

SANJUÁN, Leonardo García. 2005 **Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio**. España: Ariel Prehistória.

SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. (Introdução) Almedina - Ces, Coimbra, 2009. p. 1-19.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1970-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1ª Edição, 1993).

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Social Theory and Archaeology**. University of New Mexico Press, 1987.

SENA, Vivian Karla de. **Reconsiderando a materialidade no sítio arqueológico Macaguá I**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte, Editora: UFMG, 2010. p. 133.

SILVA, Selma Lima da. **Contexto Comunitário e Educação Patrimonial: Um Estudo de Caso em União do Palmares, Alagoas**. Recife, PPGArqueologia/UFPE, 2010.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.

SOUZA, Rafael de Abreu de. **A Cidade e a Arqueologia Urbana**. São Paulo, Universidade de São Paulo - Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE, Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI, 2014. 34-40.

Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/47551>. (Acesso: 20/05/2018).

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos**. In: MORALES, W. F.; MOI F. P.. Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural. Editora: Annablume/Acervo, 2009.

SYMONDS, James. **Stooping to Pick Up Stones: A Reflection on Urban Archaeology**. p. 63-86. In: BEAUDRY, Mary C.; SYMONDS, James (Eds). *Interpreting the Early Modern World. Transatlantic Perspectives*. Springer, New York and London, 2011.

TAVARES, Aurea Conceição Pereira. **Vestígios Materiais nos Enterramentos na Antiga Sé de Salvador: Posturas das Instituições Religiosas Africanas frente a Igreja Católica em Salvador no Período Escravista**. (Dissertação de Mestrado) Recife - UFPE, 2006.

TENÓRIO, Roberto Luiz Quintella. **Aspectos da Organização Social: em Estudo de Caso dos Sítios Rosa e dos Tetos, Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas**. (Dissertação de Mestrado), Recife, UFPE, 2010.

TORELLY, Luis P. P. **Notas sobre a evolução do conceito de Patrimônio Cultural**. Fórum Patrimônio, Vol. 5, nº2 jul/dez. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/109 (Acesso: 24/03/2018).

TORCCHETTO, Fernanda Bordin. **Desafios Atuais para a Gestão do Patrimônio Urbano.** (In): ALLEN, LOPES & ETCHEVARNE. **Arqueologia a Serviço da Cidade. Anais do III Fórum Luso Brasileiro de Arqueologia Urbana.** Recife: Editora Universitária - UFPE, 2013. p. 17-31.

VELHO, Gilberto. **Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento.** *Mana*, 2011, vol.17, nº.1, p.161-185.

ZARANKIN, Andrés. **Walls of Domestication – Archaeology of the Architecture of Capitalist Elementary Public Schools: The Case of Buenos Aires.** In: FUNARI Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily. **Global archaeological theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts.** New York: Springer, 2005. p. 237-264.

ZARANKIN, A. & SENATORE, M. X. (orgs.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul. Cultura material, discursos e práticas.** Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección Científica, 2002. p. 127.

.ANEXOS



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Divisão Técnica do IPHAN-AL
Rua Sá e Albuquerque, nº 157 - Bairro Jaraguá. CEP 57022-180
Telefone: (82) 3221-6073 | Website: www.iphan.gov.br

Ofício nº 15/2017/DIVTEC IPHAN-AL/IPHAN-AL-IPHAN

A Senhora

Karina Lima de Miranda Pinto

Arqueóloga

Assunto: Autorização de Uso de Dados da Pesquisa Arqueológica no Largo do Carmo Município de Marechal Deodoro/AL

Autorizamos a Arqueóloga Karina Lima de Miranda Pinto a utilização dos dados da Pesquisa Arqueológica no Largo do Carmo Município de Marechal Deodoro/AL para tese de Doutorado Reflexões sobre Colonialismo em Cidades Históricas de Alagoas do Programa de Pós Graduação na Universidade Federal de Sergipe/AL.

Sandro Gama de Araújo

Chefe da Divisão Técnica

Superintendência do IPHAN em Alagoas

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Gama de Araújo, Chefe da Divisão Técnica do IPHAN-AL**, em 06/10/2017, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0057148** e o código CRC **DED6412F**.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Divisão Técnica do IPHAN-AL
Rua Sá e Albuquerque, nº 157 - Bairro Jaraguá, CEP 57022-180
Telefone: (82) 3221-6073 | Website: www.iphan.gov.br

Ofício nº 14/2017/DIVTEC IPHAN-AL/IPHAN-AL-IPHAN

A Senhora

Karina Lima de Miranda Pinto

Arqueóloga

Assunto: Autorização de Uso de Dados da Pesquisa Arqueológica no Largo da Matriz Município de Marechal Deodoro/AL

Autorizamos a Arqueóloga Karina Lima de Miranda Pinto a utilização dos dados da Pesquisa Arqueológica no Largo da Matriz Município de Marechal Deodoro/AL para tese de Doutorado Reflexões sobre Colonialismo em Cidades Históricas de Alagoas do Programa de Pós Graduação na Universidade Federal de Sergipe/AL.

Sandro Gama de Araújo

Chefe da Divisão Técnica

Superintendência do IPHAN em Alagoas

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Gama de Araújo, Chefe da Divisão Técnica do IPHAN-AL**, em 06/10/2017, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0057091** e o código CRC **78EBD72F**.